

Diário Oficial

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 198

Edição eletrônica

Recife, quarta-feira, 5 de novembro de 2025

Plenário: deputados retomam debate sobre megaoperação policial no Rio de Janeiro

Parlamentares divergiram sobre a postura do Governo Federal e do presidente Lula

A megaoperação policial que resultou em 121 mortes no Rio de Janeiro na última semana voltou a repercutir ontem na reunião plenária da Alepe. Parlamentares divergiram sobre a postura do Governo Federal e do presidente Lula.

O tema foi levado à tribuna por Coronel Alberto Feitosa (PL). O deputado criticou a suposta negativa das Forças Armadas em atender o pedido de blindados do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Segundo o parlamentar, o equipamento poderia ter salvado a vida de dois dos quatro policiais que foram a óbito no confronto.

Feitosa ainda condenou a recusa de Lula em classificar traficantes como terroristas e a recente declaração do presidente sobre eles serem "vítimas dos usuários de drogas". "É preciso agir, e não ficar omissos como está o Governo Federal. E calar a boca de Lula, porque em todas as falas e manifestações dele sobre o assunto, ele acena para o criminoso e protege quem vive do narcotráfico", externou.

Em aparte, Abimael Santos (PL) também criticou o presidente por anunciar que o Governo fará uma investigação sobre a operação policial. "A polícia vai lá, faz uma faxina de criminosos, e Lula vem dizer que não houve ordem de matança e que seria bom investigar. Na minha ótica, isso deixa claro de que lado ele está", enfatizou.

Já Doriel Barros (PT) rebateu as acusações. O deputado ressaltou que não houve um pedido formal do governador do Rio de Janeiro ao Governo Federal, e que as Forças Armadas só poderiam atuar se houvesse um pedido de decretação de garantia da lei e da ordem (GLO). Também frisou que a operação não acabou com o crime organizado no Estado.

"Não é porque foram mortos 120 bandidos que o problema foi resolvido. Hoje, se houver outra operação lá, vai ter troca de tiros novamente", pontuou Barros. O parlamentar ainda apontou que a falta de políticas públicas e a ausência do Governo do Estado nas comunidades fortalece o tráfico e o crime.



CRIME – Coronel Alberto Feitosa criticou as falas de Lula sobre a operação da semana passada



GARANHUNS – Cayo Albino lamentou a revogação do processo licitatório para obras de hospital



COMEMORAÇÃO – João Paulo ressaltou a importância do Dia Estadual dos Povos de Terreiro

LICITAÇÃO

Cayo Albino (PSB) criticou a revogação do edital de licitação para as obras do Hospital Mestre Dominuinhos, em Garanhuns, no Agreste Meridional. A medida foi anunciada no Diário Oficial do Estado no último dia 31.

O deputado Cayo Albino ressaltou que se trata de uma obra estruturadora, que prevê investimentos de cerca de R\$ 135 milhões. O deputado questionou a capacidade gerencial do Governo do Estado e cobrou uma expli-

cação a respeito da revogação, bem como a divulgação de um novo cronograma da obra.

"Como é que é possível uma gestão que prometeu olhar para o interior decida revogar uma licitação importante para todos nós? É importante que o Governo possa corrigir as falhas, retomar esse processo e tornar esse sonho realidade", afirmou.

TERREIROS

João Paulo (PT) ressaltou a importância da insti-

tuição do Dia Estadual dos Povos de Terreiro em Pernambuco, comemorado no primeiro dia útil de novembro. A comemoração coincide com a Caminhada dos Povos de Terreiro, realizada há 19 anos no Recife.

"A Caminhada é o reconhecimento da importância dos terreiros, das lideranças e da força espiritual que sustenta o nosso povo; é um ato de fé na democracia e na convivência entre religiões, um grito contra o racismo religioso, ambiental e estrutural e em defesa de

um Estado verdadeiramente laico, que respeite todas as formas de fé", afirmou o parlamentar.

O petista também ressaltou a necessidade de medidas de incentivo à igualdade racial e combate ao racismo estrutural: "A negritude não pode ser livre na lei e perseguida no terreiro. O racismo religioso é uma ferida aberta, ligada a outros racismos: o estrutural, que nega o território, e o ambiental, que nega a vida."

Continua na página 2

Continuação da página 1

SEGURANÇA

A deputada Socorro Pimentel (União) exaltou os investimentos do governo Raquel Lyra voltados à segurança pública do Estado. De acordo com a parlamentar, os recursos, que ultrapassam o montante de R\$ 360 milhões, foram destinados a obras de melhorias em infraestrutura, reforço do efetivo policial e valorização da categoria.

Apesar dos avanços, a parlamentar chamou atenção para a elevação do índice de violência de gênero e a prática de crimes sexuais contra vulneráveis no município de Araripina (Sertão do Araripe). Por isso, ela anunciou o envio de uma solicitação formal requisitando a ampliação e a requalificação das forças de segurança da região.

“A requalificação das nossas delegacias é uma demanda urgente, legítima e necessária. Estamos falando de garantir mais segurança à população, melhores condições de trabalho para os nossos servidores e um atendimento mais humano e eficiente para as vítimas de violência”, afirmou.

INTERCÂMBIO

Renato Antunes (PL) relatou a participação, na segunda (3), do evento de entrega de kits do Governo do Estado aos 700 participantes da edição de 2025 do Programa Ganhe o Mundo. Oriundos de todos os municípios pernambucanos, os estudantes deverão embarcar para o Canadá ainda neste mês de novembro.

“Desses, 300 atingiram a maioria e, pela lei de 2011, seriam impedidos de viajar. Mas uma norma de minha autoria, juntamente com Rodrigo Farias (PSB), permitiu, de forma excepcional, que eles pudessem embarcar”, explicou.

O parlamentar considerou que a gestão Raquel Lyra “consolidou e aperfeiçoou” o programa criado no Governo Eduardo Campos.



SEGURANÇA – Socorro Pimentel detalhou os investimentos do Governo de Pernambuco no setor



EDUCAÇÃO – Renato Antunes elogiou a retomada do programa Ganhe o Mundo pelo Governo do Estado



SOLENIDADE – Simone Santana convidou o público para participar da celebração dos 80 anos do Hospital de Câncer



ATRASOS – Abimael Santos anunciou pedido de informação sobre salários dos vigilantes terceirizados

“A governadora apresentou duas novidades para 2026: a ampliação de mil para 2 mil alunos e a rota para a China, colocando Pernambuco para dialogar com outras potências econômicas”, destacou.

Em aparte, Rodrigo Farias reclamou do atraso de três anos para a retomada do Ganhe o Mundo: “Quantos jovens deixaram de viver essa experiência? Alguns estão indo agora, mas a burocracia e a licitação ainda não foram resolvidas, então não tem garantia de ida no próximo ano”.

Antunes respondeu que foram identificados “problemas de natureza técnica em

contratos anteriores, que precisam ser apurados, inclusive pelo Tribunal de Contas”. “Vamos pedir que o seja”, asseverou o parlamentar, que preside a Comissão de Educação da Alepe.

HOMENAGEM

Simone Santana (PSB) celebrou os 80 anos do Hospital de Câncer de Pernambuco. A deputada destacou que o hospital é uma referência para o Nordeste, oferecendo diagnóstico, tratamento e acompanhamento integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “Ao celebrarmos os 80 anos do Hospital de Câncer Pernambuco,

celebramos também a força da saúde pública, da ciência e do amor ao próximo. Que essa data sirva para renovar o nosso compromisso com o SUS, com a prevenção e com o cuidado integral das pessoas”, afirmou.

A parlamentar reconheceu ainda o importante papel da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que presta acolhimento, apoio emocional e assistência social aos pacientes e suas famílias. Para Santana, a empatia faz toda diferença na jornada de quem luta contra o câncer. Por fim, a deputada convidou a todos para participar de uma reu-

nião solene em homenagem à instituição, que será realizada nesta quarta-feira (5) às 18h, no auditório Sérgio Guerra, na Alepe.

VIGILANTES

Abimael Santos denunciou os atrasos no pagamento de vigilantes que prestam serviço ao Governo do Estado, fazendo a segurança das escolas estaduais. O parlamentar solicitou formalmente um pedido de informação à Secretaria de Educação (Seduc) com o objetivo de determinar se a responsabilidade da situação recai sobre o Governo do Estado, que estaria pagando com atraso

ou não repassando o dinheiro às terceirizadas, ou se a culpa é unicamente das empresas.

O parlamentar destacou que, além de empresas já conhecidas por problemas desse tipo, como a B1 e a BBC, uma nova contratada pela gestão, a Kairós, também está atrasando o pagamento dos funcionários, o que, para ele, é um indício de que algo não está certo nos contratos.

Abimael Santos garantiu aos trabalhadores que vai apurar os fatos, esperando as provas solicitadas. “Eu digo aos vigilantes de Pernambuco que comprei a briga e vou até o fim”.

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Haymone Neto, Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Cecília Nascimento, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Júlia Nazário, Rebeca Carneiro, Ruane Barbosa; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Anju Monteiro, Evane Mança, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Edição Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Comissão de Justiça aprova PEC que proíbe cassação de aposentadorias de servidores

Também foi acatada proposta que garante cotas raciais em concursos públicos do Estado

O Estado de Pernambuco pode ficar proibido de cassar a aposentadoria de servidores públicos civis e militares. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 27/2025, com essa finalidade, recebeu aval ontem da Comissão de Justiça (CCLJ). O colegiado também acatou uma proposta do Poder Executivo que reassegura a reserva de 30% das vagas em concursos públicos e processos seletivos simplificados para diferentes grupos étnicos e raciais.

Autor da matéria que trata das aposentadorias e presidente do colegiado, o deputado Coronel Alberto Feitosa (PL), defendeu a medida.

“Se o servidor já perdeu o vínculo com o Estado, não é justo que perca a contribuição, que é obrigatória. Seria uma dupla punição”, considerou.

O relator, deputado João Paulo (PT), foi favorável à aprovação do texto. “Quem faz as contribuições previdenciárias durante anos e, por alguma razão, é afastado

do serviço, já está sofrendo a penalidade no afastamento”, avaliou o parlamentar.

Também se manifestou a favor o deputado Mário Ricardo (Republicanos). “O servidor se dedica uma vida inteira, contribui e é penalizado no final da vida. Essa PEC vai reparar um erro do Estado”, observou o parlamentar. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Texto do Poder Executivo sobre reserva de vagas em concursos tramita em regime de urgência

CONCURSOS PÚBLICOS

Ainda ontem, os deputados da CCLJ aprovaram o PL nº 3435/2025, que reserva 30% das vagas em concursos públicos e processos seletivos simplificados de

Pernambuco para diferentes grupos raciais. O projeto acrescenta uma seção dedicada às cotas no Estatuto da Igualdade Racial do Estado e reserva 25% das vagas para pessoas pretas e pardas, 3% para indígenas e 2% para quilombolas.

O texto tem autoria da governadora Raquel Lyra e tramita na Alepe em regime de urgência. Em outubro, a Alepe aprovou a Lei nº 19.050/2025, após o Governo receber críticas por não ter incluído cotas no edital do concurso público unificado do estado. O texto aprovado reuniu propostas de Dani Portela (PSOL), João Paulo Costa (PCdoB) e Rosa Amorim (PT).

DESASTRES NATURAIS

Outra medida acatada pela Comissão institui a Política Estadual de Mapeamento, Prevenção e Comunicação de Riscos e Desastres Naturais. Um substitutivo, proposto pelo colegiado, reuniu seis propostas relacionadas ao tema: os projetos de lei (PL)



FOTOS: JARBAS ARAÚJO

REUNIÃO – Deputados da Comissão de Justiça ainda acataram propostas sobre cotas raciais e prevenção de desastres naturais

nº 3490/2022 e 3502/2022, do deputado Antonio Coelho (União); 701/2023, da deputada Socorro Pimentel (União); 2518/2025 e 2519/2025, da deputada Rosa Amorim; e 2947/2025, do deputado Renato Antunes (PL).

Entre as ações previstas estão o mapeamento de áreas sujeitas a desastres, a definição de critérios para realização de obras de prevenção e a criação de uma rede integrada de acolhimento a pessoas atingidas.



RELATOR – João Paulo deu parecer favorável para a aprovação do texto da PEC sobre aposentadorias



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

SIGA A ALEPE NAS REDES SOCIAIS



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Alepe fará audiência pública para escutar moradores de Fernando de Noronha

Comissão de Finanças acatou a criação de política de climatização das escolas estaduais

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Alepe aprovou ontem a realização de uma audiência pública para discutir demandas de moradores e comerciantes de Fernando de Noronha. O encontro, que ainda não tem data definida, deverá acontecer no próprio arquipélago.

Autor da proposta, o deputado Abimael Santos (PL) destacou as dificuldades enfrentadas pela população da ilha, que se sente “esquecida pelo poder público”. O parlamentar criticou a ausência de autoridades estaduais na ilha, denunciou o alto custo de vida e levantou questionamentos sobre possíveis monopólios no transporte de mantimentos.

Santos também relatou problemas de infraestrutura em Noronha e cobrou uma atuação mais firme da Alepe: “Ou usamos nossa prerrogativa de poder fiscalizador, ou o povo vai continuar sofrendo”, afirmou. A iniciativa recebeu o apoio dos deputados Cayo Albino (PSB) e Henrique Queiroz Filho (PP), que pontuaram a importância do encontro para compreender melhor a situação.

Já o presidente do colegiado, deputado Mário Ri-

cardo (Republicanos), enfatizou que o principal objetivo da audiência será debater os arranjos produtivos de Fernando de Noronha. “A ilha é uma joia do nosso Estado, um dos principais pontos turísticos de Pernambuco, e merece uma atenção especial diante dos desafios enfrentados pela região”, declarou.

AGROPECUÁRIA

Ainda durante a reunião, a Comissão deu aval à criação da Política Estadual de Incentivo a Eventos Agropecuários. De iniciativa da deputada Débora Almeida (PSDB), o Projeto de Lei nº 2441/2024 foi acatado nos termos de um substitutivo da Comissão de Justiça.

A proposta visa oferecer aos pequenos, médios e grandes produtores oportunidades de integração e aprendizado, estimulando a troca de conhecimentos técnicos e a adoção de boas práticas no campo. Também contribui para a preservação das tradições de Pernambuco, fortalecendo o turismo rural e impulsionando as cadeias produtivas locais.

De acordo com a justificativa da parlamentar, a iniciativa garantirá que “as manifestações culturais ligadas ao setor agropecuário



CLIMATIZAÇÃO – Antonio Coelho (ao microfone) foi um dos autores da proposta para beneficiar escolas

sejam mantidas e ampliadas, tornando-se também uma ferramenta de estímulo à economia e ao desenvolvimento regional”.

AR-CONDICIONADO

A Comissão de Finanças acatou a criação da Política Estadual de Climatização

e Arborização das Instituições Públicas de Ensino de Pernambuco. A proposta aprovada na reunião de ontem reúne os projetos de lei de números 2707/2025, do deputado Antonio Coelho (União), e 2728/2025, do deputado Romero Albuquerque (União).

O texto prevê como diretriz a implantação de sistemas de ar-condicionado em todas as unidades escolares do estado. Essa climatização deverá ser realizada de forma gradual e regionalizada, priorizando as unidades que ficam em regiões mais vulneráveis a alterações climá-

ticas extremas.

Também foram previstas medidas como o plantio de árvores e o aproveitamento da ventilação natural nos prédios, além do reaproveitamento de água, da instalação de painéis de energia solar e do cultivo de hortas comunitárias.



INICIATIVA – Segundo Abimael Santos, a população de Noronha sente-se “esquecida pelo poder público”



ECONOMIA – Para Mário Ricardo, o principal objetivo do encontro será debater os arranjos produtivos locais



legis.alepe.pe.gov.br

**TODAS AS LEIS DE
PERNAMBUCO**
A UM CLIQUE

- ✓ Fácil de usar
- ✓ Conteúdo oficial
- ✓ Consulta rápida e gratuita
- ✓ Acesso completo a leis e normas estaduais



@assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR



Homenagem ao centenário de Armando Monteiro Filho reúne autoridades na Alepe

Parlamentares destacaram ações e o legado deixado pelo político e empresário

A Alepe homenageou, em reunião solene na segunda (3), o centenário de nascimento do engenheiro, empresário e político Armando Monteiro Filho. A solenidade, solicitada pelos deputados Izaías Régis (PSDB) e João Paulo (PT), foi presidida pelo deputado Álvaro Porto (PSDB) e reuniu as principais lideranças políticas do estado.

Presidente da Casa Legislativa, Álvaro Porto qualificou a atuação do empresário como um marco para

o progresso da política pernambucana. “Esta reunião solene é uma justíssima referência a um cidadão que, acima de tudo, priorizava o diálogo, o entendimento e a justiça social. Alguém que dedicou sua vida a causas que engrandecem o nosso estado e o Brasil”, discursou o deputado.

BIOGRAFIA

Nascido em 11 de setembro de 1925 na capital pernambucana, Armando Monteiro Filho destacou-se por sua atuação como mi-



FOTOS: JARBAS ARAÚJO

LEGADO – Políticos, familiares e amigos do ex-ministro da Agricultura participaram da reunião solene



PRESIDENTE – Álvaro Porto lembrou a contribuição do homenageado para o progresso da política de Pernambuco e do País

nistro da Agricultura no governo João Goulart, deputado federal e empresário. Comprometido com o desenvolvimento nacional, deixou um legado marcado pela defesa do fortalecimento da economia brasileira e pela contribuição à modernização do setor produtivo.

Ao receber a placa comemorativa, Armando Monteiro Neto, filho do homenageado, discursou em nome da família. “Toda a sua trajetória deixou um exemplo de firmeza, coerência, dignidade e ética. Em nome da minha família, eu quero, de forma comovida, agradecer a Alepe por essa bela homenagem”, declarou.

ADMIRAÇÃO

O deputado João Paulo celebrou a continuidade do legado de compromisso com a construção de políticas públicas marcadas pela justiça social. “Hoje também celebramos a família que ele formou. Um legado que atravessa gerações, mantendo viva a crença de que política é ainda a melhor ferramenta de transformação, quando praticada com ética e afeto”, expressou o parlamentar.

Por sua vez, Izaías Régis expressou sua admiração pessoal pelo político e empresário: “Os exemplos que nos deixou, as obras que realizou, a sua postura de homem que dedicou a vida à defesa do Brasil... se eu pu-

desse ter apenas 0,1% da sua índole, já seria uma honra”, agregou.

Os outros dois filhos do homenageado, Eduardo Monteiro e Letícia Monteiro, também compuseram a mesa da solenidade, que foi prestigiada por amigos e autoridades, como a vice-governadora do Estado de Pernambuco, Priscila Krause; o prefeito do Recife, João Campos; o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho; o presidente do Porto de Suape, Armando Monteiro Bisneto, entre outras autoridades. Também estava presente o deputado Antônio Moraes (PP), além de outros parlamentares da Alepe.

ASSEMBLEIA 360°

Descubra o Palácio Joaquim Nabuco de um jeito novo

Visite:

alepe.pe.gov.br/assembleia-360/



@assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR



Cronograma de Tramitação dos Projetos de Lei Orçamentária Anual 2026 e de Revisão do Plano Plurianual 2024 - 2027 (Revisão 2026)

Cronograma de Tramitação dos Projetos de Lei Orçamentária Anual 2026 e de Revisão do Plano Plurianual 2024 - 2027 (Revisão 2026)	
Evento	Data
Recebimento dos projetos	03/10/2025
Abertura do prazo para apresentação de emendas	08/10/2025
Publicação do cronograma de tramitação	09/10/2025
Publicação da designação do relator geral e dos sub-relatores	
Término do prazo para encaminhamento de relatórios setoriais elaborados por Comissões Permanentes sobre anexos dos projetos pertinentes às suas competências	17/10/2025
Audiência pública sobre os projetos com um representante do Poder Executivo	10/11/2025
Término do prazo para apresentação de emendas	11/11/2025 às 18h
Discussão e votação dos pareceres parciais aos projetos	25/11/2025
Discussão e votação do Parecer Geral e da Redação Final dos projetos	03/12/2025
Sala das reuniões, em 04 de novembro de 2025.	
DEPUTADO ANTONIO COELHO PRESIDENTE	

(REPUBLICADO)

Atos

ATO Nº 747/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000834/2025, **do Gabinete do Deputado Luciano Duque**,
RESOLVE: exonerar MARCELLE KARLA SILVA DE SANTANA do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 04 de Novembro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 04 de Novembro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 748/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000835/2025, **do Gabinete do Deputado Luciano Duque**,
RESOLVE: nomear MARIO SÉRGIO DE ARAGÃO E SILVA, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 05 de Novembro de 2025, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120.0%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 04 de Novembro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 749/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000836/2025, **do Gabinete do Deputado Diogo Moraes**,
RESOLVE: exonerar RAFHAEL SIQUEIRA GOMES DE NOVAES do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 04 de Novembro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 04 de Novembro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 750/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000837/2025, **do Gabinete do Deputado Diogo Moraes**,
RESOLVE: nomear ANTONIO MARIA LUCAS DE ALBUQUERQUE, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 05 de Novembro de 2025, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 60.0%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 04 de Novembro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 751/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000838/2025, **do Gabinete do Deputado Junior Matuto**,
RESOLVE: nomear RAFAEL NEVES RAUPP SILVA, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 05 de Novembro de 2025, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120.0%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 04 de Novembro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

Ordem do Dia

CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025 ÀS 14:30.

ORDEM DO DIA

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 2357/2024
Autor: Deputado João Paulo

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a o Dia Estadual da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/11/2024

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 3199/2025
Autor: Deputado João Paulo

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual dos Povos de Terreiro.

Com Emenda Modificativa nº 01/2025 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias

2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

1º Secretário, Deputado Francismar Pontes

2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho

3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho

4º Secretário, Deputado Izaías Régis

1º Suplente, Deputado Doriel Barros

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque

4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz

5º Suplente, Deputado William Brígido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7ª Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira

Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos


Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patricio Lopes

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:**

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinicius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/08/2025

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 3204/2025
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Nino de Enoque

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o termo Família Atípica e esclarecer o objetivo da instituição da data comemorativa.

Pareceres Favoráveis das 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 1º/10/2025

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3173/2025
Autor: Deputado Álvaro Porto

Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Deputada Estadual Simone Santana.

Com Emenda Modificativa nº 01/2025 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: **Maioria Absoluta**

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/08/2025

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3200/2025
Autor: Deputado Síleno Guedes

Concede a Medalha Antirracista Marta Almeida, classe ouro, à Sra. Altamiza Melo Silva.

Pareceres favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: **Maioria Absoluta**

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/08/2025

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3252/2025
Autora: Deputada Socorro Pimentel

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Kenys Bonatti Maziero.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: **Maioria Absoluta**

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/09/2025

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3286/2025
Autor: Deputado Álvaro Porto

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux.

Com Emenda Modificativa nº 01/2025 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: **Maioria Absoluta**

DIÁRIO OFICIAL DE - 10/09/2025

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3454/2025
Autor: Deputado Doriel Barros

Concede a Medalha Antirracista Marta Almeida, classe ouro, à Sra. Givânia Maria da Silva.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 5ª Comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: **Maioria Absoluta**

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/10/2025

Discussão Única da Indicação nº 14251/2025
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado, ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, à Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no sentido de apoiar a candidatura do Parque Nacional do Catimbau à Rede Mundial de Geoparques da UNESCO.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14252/2025
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Secretário de Saneamento do Recife e ao Diretor Presidente da EMLURB no sentido de viabilizarem a retirada dos entulhos de obras (resíduos) ora em via pública, localizado na Rua Barão de Itamaracá, no cruzamento da Rua Rui Calaça, no Bairro do Espinheiro, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14253/2025
Autor: Dep. Romero Albuquerque

Apelo à Secretária chefe do Gabinete de Proteção e Defesa dos Animais da Prefeitura da Cidade do Recife no sentido de que seja implementado o SAMU PET, serviço de resgate emergencial voltado para os animais.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14254/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem edições do *Feirão de Empregos* nas cidades polos de cada Região de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14255/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Administração do Estado no sentido de incluírem o Município de Garanhuns entre os locais de aplicação das provas do Concurso Público Unificado regido pelo Edital nº 01/2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14256/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem eventos semelhantes ao realizado no âmbito da *Semana Estadual da Juventude — Conexão Jovem: Oportunidades e Futuro*, nas cidades polos de cada Região de Desenvolvimento do interior de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14257/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Canhotinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14258/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Quipapá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14259/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Lajedo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14260/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14261/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Sanharó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14262/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única da Indicação nº 14263/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Altinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4379/2025
Autor: Dep. Álvaro Porto

Solicita que seja realizado um Grande Expediente Especial no dia 27 de novembro de 2025, para o lançamento da 6ª Edição da Revista de Estudos Legislativos da Consultoria Legislativa deste Poder.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4380/2025
Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Pesar pelo falecimento da pequena Maria de Lourdes Cavalcanti Alves Silva, ocorrido no dia 30 de outubro de 2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4381/2025
Autora: Dep. Dani Portela

Voto de Aplausos a Coco de Mulheres, Coco de Pareia, Coco de Quinta, Coco de Toré Pandeiro do Mestre, Coco de Umbigada, Como Raízes de Amaro Branco, Coco do Catucá, Coco do Farol, Coco do Pneu e Coco do Rosário em razão das suas relevantes contribuições para a preservação da cultura popular, da memória afro-brasileira e das tradições ancestrais que compõem o patrimônio imaterial do nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4382/2025
Autora: Dep. Dani Portela

Voto de Aplausos a Cocada, as Netas de Selma, as Casas Populares da BR-232, ao Coco de Chinelo de Pau, ao Coco da Liberdade, ao Coco da Mata, ao Coco da Resistência, ao Coco das Minas, ao Coco de Besouro Mangangá e ao Coco de Engenho em razão das suas relevantes contribuições para a preservação da cultura popular, da memória afro-brasileira e das tradições ancestrais que compõem o patrimônio imaterial do nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4383/2025
Autora: Dep. Dani Portela

Voto de Aplausos ao Coco dos Pretos, ao Coco dos Primos, ao Coco Flor de Catemba, ao Coco Juremado, ao Samba de Coco Raízes de Arcoverde, ao Coco do Amaro Branco, ao Coco Raízes do Capibaribe, ao Coco Raízes do Coque, Como Verde e Melancia, a Dona Cila do Coco em razão das suas relevantes contribuições para a preservação da cultura popular, da memória afro-brasileira e das tradições ancestrais que compõem o patrimônio imaterial do nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4384/2025
Autora: Dep. Dani Portela

Voto de Aplausos a Dona Del do Coco, a Dona Jovi(*In memoriam*), a Glorinha do Coco, ao Grupo Abre Caminho, ao Grupo Bongar, ao Grupo Cultural Rala Coco Maria, ao Grupo Flor de Mulungu, ao Grupo Palha de Coco, a Guitinho de Xambá (*in memorian*) Cleyton José da Silva e Juninho do Coco em razão das suas relevantes contribuições para a preservação da cultura popular, da memória afro-brasileira e das tradições ancestrais que compõem o patrimônio imaterial do nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4385/2025
Autor: Dep. Junior Matuto

Voto de Aplausos ao Parque Nacional do Catimbau, localizado no Sertão do Estado de Pernambuco, pela candidatura ao título de Geoparque Mundial da UNESCO, reconhecendo a relevância científica, ambiental, cultural e turística desta unidade de conservação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025
REPUBLICADO EM - 05/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4386/2025
Autor: Dep. Gilmar Junior

Voto de Aplausos ao escritor, professor e mestre em psicologia, Sr. Elimário Cardozo pela conquista do Prêmio Jabuti na categoria Contos, com seu livro: Dores em Salva, da Editora Patuá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4387/2025
Autor: Dep. Gilmar Junior

Voto de Aplausos ao maquinista, Sr. Antônio Carlos Bezerra Neto, pelo ato heroico caracterizado por sua bravura, responsabilidade e rápida atuação diante de situação de risco, durante o incêndio em um vagão do Metrô.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4388/2025
Autora: Dep. Dani Portela

Voto de Aplausos a Mestra Ana Lúcia,Mestra Nininha do Amaro Branco, Mestre Arnaldo, Mestre Bidoga, Mestre Galo Preto, Mestre Gesvásio do Coco, Mestre Liu Dias, Mestre Zê de Tetê e Mestre Zezinho de Casa Amarela em razão das suas relevantes contribuições para a preservação da cultura popular, da memória afro-brasileira e das tradições ancestrais que compõem o patrimônio imaterial do nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4389/2025
Autora: Dep. Dani Portela

Voto de Aplausos a Pinga Coco, Mestre Ferrugem (*in memoriam*), Mestre Zeca do Rolete(*in memorian*) e Coco do Ilu em razão das suas relevantes contribuições para a preservação da cultura popular, da memória afro-brasileira e das tradições ancestrais que compõem o patrimônio imaterial do nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4390/2025
Autor: Dep. Sileno Guedes

Voto de Aplausos à Prefeitura de Panelas, na pessoa do Sr. Ruben Lima, prefeito do município, e da Sra. Rosângela Chaves, Secretária Municipal de Educação, em representação a todos os educadores, gestores, alunos e comunidade escolar, pela recente conquista da rede municipal de ensino, que obteve a maior nota no Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) para os anos iniciais do Ensino Fundamental em todo o Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4391/2025
Autor: Dep. Renato Antunes

Recurso contra o Parecer nº 7745/2025 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que determinou a tramitação conjunta dos Projetos nº 2283/2024, nº 2753/2025, nº 2798/2025 e nº 3043/2025, para que o Projeto de Lei Ordinária nº 2753/2025 seja excluído da tramitação conjunta estabelecida no Substitutivo nº 1/2025, pelos fundamentos jurídicos e regimentais, por se tratar de objetos diferentes

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4392/2025
Autora: Dep. Socorro Pimentel

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo de autoria do Exmo. Sr. Flávio Arns, Senador da República, intitulado: "Sistema Nacional de Educação: um pacto a favor do ensino no Brasil", publicado no Correio Braziliense, no dia 22 de outubro de 2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4393/2025
Autora: Dep. Débora Almeida

Voto de Pesar aos amigos e familiares do pequeno Miguel, pelo seu falecimento.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4394/2025
Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Aplausos ao Ministro dos Transportes, Renan Filho, pelo anúncio da retomada das obras da Ferrovia Transnordestina em Pernambuco, no trecho de 73 quilômetros entre os municípios de Custódia e Arcoverde, com investimento de R\$ 200 milhões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4395/2025
Autor: Dep. Jarbas Filho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa, o artigo intitulado, _“Um dia mundial para celebrar as cidades”, de autoria da Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Pernambuco, Simone Nunes, publicado no Jornal do Commercio, no dia 31 de outubro de 2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4396/2025
Autor: Dep. Junior Matuto

Voto de Aplausos ao jornal Diário de Pernambuco, por ocasião dos 200 anos de fundação do mais antigo jornal em circulação da América Latina e do hemisfério sul, reconhecendo sua trajetória de compromisso com a verdade, a liberdade de imprensa e o desenvolvimento do Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4397/2025
Autora: Dep. Roberta Arraes

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Batista de Lima, Zê Batista do DETRAN, ocorrido no dia 2 de novembro de 2025, na cidade de Araripina, no Sertão do Araripe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

Discussão Única do Requerimento nº 4398/2025
Autor: Dep. Jarbas Filho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa, o artigo intitulado: “Viva o Diário de Pernambuco!”, de autoria do advogado Sérgio Ricardo Araújo Rodrigues, publicado no Diário de Pernambuco, em 3 de novembro de 2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/11/2025

EDSON VIEIRA; FRANCE HACKER; FRANCISMAR PONTES; GILMAR JÚNIOR; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; IZAÍAS RÉGIS; JARBAS FILHO; JOÃO PAULO; JOÃO PAULO COSTA; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; NINO DE ENOQUE; PASTOR CLEITON COLLINS; RENATO ANTUNES; RODRIGO FARIAS; ROSA AMORIM; SIMONE SANTANA; SOCORRO PIMENTEL E WALDEMAR BORGES (29 PRESENTES). JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ABIMAEI SANTOS; DANNILO GODOY; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; DORIEL BARROS; FABRIZIO FERRAZ; GUSTAVO GOUVEIA; JEFERSON TIMÓTEO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JUNIOR MATUTO; PASTOR JÚNIOR TERCIO; ROBERTA ARRAES; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; SILENO GUEDES; WANDERSON FLORÊNCIO E WILLIAM BRIGIDO. LICENCIADOS OS DEPUTADOS ERIBERTO FILHO E KAIO MANIÇOBA, CONFORME O ART. 11, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL; CORONEL ALBERTO FEITOSA, EM VIRTUDE DO ATO Nº 719/2025; JOÃO DE NADEGI, EM VIRTUDE DO ATO Nº 726/2025; E JOÃOZINHO TENÓRIO, EM VIRTUDE DO ATO Nº 613/2025. O DEPUTADO ÁLVARO PORTO ABRE A REUNIÃO E DESIGNA AS DEPUTADAS SIMONE SANTANA E SOCORRO PIMENTEL PARA PRIMEIRA E SEGUNDA SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE. AS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO DIA 30 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO SÃO LIDAS, SUBMETIDAS À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADAS E ENVIADAS À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. O PRESIDENTE REGISTRA A PASSAGEM DO ANIVERSÁRIO DO DEPUTADO JOÃO PAULO, COMEMORADO NO DIA 31 DE OUTUBRO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO JOÃO PAULO, QUE DEMONSTRA APOIO À GREVE DOS METROVIÁRIOS DO RECIFE E PRESTA SOLIDARIEDADE AO PRESIDENTE DO SINDICATO DA CATEGORIA. NA SEQUÊNCIA, CELEBRA A PUBLICAÇÃO DO EDITAL PARA A RETOMADA DAS OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA NO TRECHO SALGUEIRO - PORTO DE SUAPE, DESTACANDO A CONTRIBUIÇÃO DECISIVA DO GOVERNO LULA PARA A INCLUSÃO DESSE TRECHO NO PROJETO, E RESSALTA A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA OBRA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LOGÍSTICO DA REGIÃO. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO IZAIAS RÉGIS, QUE CONVIDA PARA A REUNIÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE ARMANDO MONTEIRO FILHO, A SER REALIZADA HOJE ÀS 18 HORAS NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA. O PARLAMENTAR ENALTECE A TRAJETÓRIA POLÍTICA E O LEGADO DO HOMENAGEADO. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL, QUE REGISTRA A PASSAGEM DO DIA MUNDIAL DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC), NO ÚLTIMO DIA 29 DE OUTUBRO. A DEPUTADA ALERTA PARA OS RISCOS DA DOENÇA, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO POR MEIO DE HÁBITOS ALIMENTARES ADEQUADOS E DE UM ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL. A DEPUTADA REGISTRA, AINDA, A TRAMITAÇÃO DO PROJETO Nº 935/2023, DE SUA AUTORIA, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. POR FIM, CELEBRA O CREDENCIAMENTO OFICIAL DO SERVIÇO DE HEMODINÂMICA DO HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA, OFERECENDO ATENDIMENTO CARDIOVASCULAR DE ALTA COMPLEXIDADE PELO SUS NO SERTÃO DO ARARIPE. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO ANTONIO MORAES, QUE DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM A PROLIFERAÇÃO DE MOSCAS-DE-ESTÁBULO EM MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS, SITUAÇÃO QUE TEM CAUSADO MORTES DE ANIMAIS BOVINOS, CAPRINOS E DOMÉSTICOS, ALÉM DE TRANSTORNOS À POPULAÇÃO LOCAL. O PARLAMENTAR RELEMBRA LEI APROVADA NESTA CASA PARA CONTROLAR ESSE PROBLEMA, RELATANDO QUE A PROPOSIÇÃO FOI POSTERIORMENTE DESCARACTERIZADA, E DEFENDE A NECESSIDADE DE SUA REVISÃO. O DEPUTADO COBRA PROVIDÊNCIAS DA ADAGRO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA SOLUCIONAR A SITUAÇÃO. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO LUCIANO DUQUE, QUE TECE CRÍTICAS À GESTÃO MUNICIPAL DE SERRA TALHADA PELA PARALISAÇÃO NO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DESDE O MÊS DE MAIO. É CONCEDIDA A PALAVRA À DEPUTADA DANI PORTELA, QUE MANIFESTA APOIO À GREVE DOS METROVIÁRIOS DO RECIFE E PRESTA SOLIDARIEDADE AO PRESIDENTE DO SINDICATO DA CATEGORIA, QUE FOI CONDUZIDO PELA POLÍCIA NA DATA DE HOJE. A PARLAMENTAR REFORÇA A REIVINDICAÇÃO DA CATEGORIA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E DENUNCIA A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA. A DEPUTADA REPUDIA, AINDA, A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA DESSES TRABALHADORES E DEFENDE A IMPLANTAÇÃO DA TARIFA ZERO NO TRANSPORTE PÚBLICO. INICIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1361/2023; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1528/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1546/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AOS PROJETOS Nºs. 1552/2024 E 1568/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1636/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 02 AOS PROJETOS Nºs. 1676/2024 E 1680/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1794/2024; O PROJETO Nº 1835 COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; O PROJETO Nº 1915; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1919/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 2048/2024; O PROJETO Nº 2138; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AOS PROJETOS Nºs. 2158/2024 E 2719/2025; O PROJETO Nº 2166 E O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 2507/2025. SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1380/2023; O PROJETO Nº 1466 COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1529/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 1995/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 2068/2024; O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 2697/2025 E O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO Nº 2734/2025. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES Nºs. 14159 A 14223/2025 E OS REQUERIMENTOS Nºs. 4344 A 4363/2025. INICIA A COMUNICAÇÃO DE LIDERANÇAS. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA, QUE COMEMORA A RETOMADA DAS OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA NO TRECHO SALGUEIRO - PORTO DE SUAPE, CUJO INVESTIMENTO SERÁ DE R\$ 415 MILHÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO TRECHO QUE LIGA CUSTÓDIA A ARCOVERDE, GERANDO 8 MIL EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS. SÃO ENVIADOS ÀS COMISSÕES OS PROJETOS Nºs. 3494 A 3507/2025 E A EMENDA Nº 01 AO PROJETO Nº 3488/2025; É ADMITIDO O REQUERIMENTO Nº 4391/2025; SÃO DEFERIDOS OS REQUERIMENTOS Nºs. 4399 A 4402/2025; ESSAS PROPOSIÇÕES SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO, JUNTAMENTE COM AS INDICAÇÕES Nºs. 14251 A 14263/2025 E OS REQUERIMENTOS Nºs. 4379 A 4390 E 4392 A 4398/2025. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES FINAIS, ENCERRA A PRESENTE REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA HOJE, ÀS 18 HORAS, A SER REALIZADA NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA.

Álvaro Porto Presidente
Adalto Santos 1º Secretário
Socorro Pimentel 2º Secretário

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ÁLVARO PORTO E ANTONIO MORAES

ÀS 18 HORAS DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025, NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA, LOCALIZADO NO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ÁLVARO PORTO, ANTONIO MORAES, JARBAS FILHO, HENRIQUE QUEIROZ FILHO, IZAIAS RÉGIS, FRANCE HACKER, FRANCISMAR PONTES, JOÃO PAULO, JOÃO PAULO COSTA, MÁRIO RICARDO, SOCORRO PIMENTEL E WALDEMAR BORGES, INICIA-SE A SOLENIDADE EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE ARMANDO MONTEIRO FILHO, DE INICIATIVA DO DEPUTADO IZAIAS RÉGIS. COMPÕE-SE A MESA DOS TRABALHOS. O PRESIDENTE ABRE A REUNIÃO. OUVI-SE O HINO NACIONAL. O PRESIDENTE CELEBRA O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO SENHOR ARMANDO MONTEIRO FILHO, ENALTECENDO SUA TRAJETÓRIA EXEMPLAR COMO EMPRESÁRIO E HOMEM PÚBLICO, CUJA ATUAÇÃO CONTRIBUIU SIGNIFICATIVAMENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. O DEPUTADO ANTONIO MORAES ASSUME A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO JOÃO PAULO, QUE RELATA EPISÓDIOS DE CONVIVÊNCIA PESSOAL, DESTACANDO A HUMILDADE, A LEALDADE E O ESPÍRITO CONCILIADOR DE ARMANDO MONTEIRO FILHO. O DEPUTADO RESSALTA, AINDA, A ATUAÇÃO DO EX-MINISTRO COMO EMPRESÁRIO E HOMEM PÚBLICO, COMPROMETIDO COM A DEMOCRACIA, O DESENVOLVIMENTO E A JUSTIÇA SOCIAL. O PARLAMENTAR DESTACA O LEGADO POLÍTICO E ÉTICO TRANSMITIDO À SUA FAMÍLIA, ESPECIALMENTE AO FILHO ARMANDO MONTEIRO NETO. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO IZAIAS RÉGIS, QUE RESSALTA SUA ADMIRAÇÃO PESSOAL E AMIZADE COM O HOMENAGEADO E EXPRESSA ORGULHO POR TER PROPOSTO A REALIZAÇÃO DESTA HOMENAGEM, ENALTECENDO A IMPORTÂNCIA DE RECONHECER FIGURAS QUE CONTRIBUÍRAM DE MANEIRA EXEMPLAR PARA O ESTADO. OCORRE EXIBIÇÃO DE VÍDEO DO PROGRAMA NOMES QUE FAZEM HISTÓRIA. É ENTREGUE UMA PLACA COMEMORATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO AOS SENHORES ARMANDO MONTEIRO NETO, EDUARDO MONTEIRO E LETÍCIA MONTEIRO, FILHOS DO HOMENAGEADO. EM ATO CONTÍNUO, É CONCEDIDA A PALAVRA AO SENHOR ARMANDO MONTEIRO NETO, QUE PROFERE MENSAGEM DE AGRADECIMENTO EM NOME DA FAMÍLIA DO HOMENAGEADO, DESTACANDO A CORAGEM, A COERÊNCIA E O OTIMISMO COM QUE SEU PAI ENFRENTOU DESAFIOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS, ALÉM DE SUA OUSADIA EMPRESARIAL E COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. REGISTRAM-SE MENSAGENS DE CONVIVADOS A ESTA REUNIÃO E PRESENCAS. OUVI-SE O HINO DO ESTADO. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES FINAIS, ENCERRA A PRESENTE REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA AMANHÃ, ÀS 14:30, A SER REALIZADA NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS.

Álvaro Porto Presidente
Adalto Santos 1º Secretário
Socorro Pimentel 2º Secretário

Expediente

CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

Atas

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ÁLVARO PORTO

A'S 14:30 HORAS DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025, REUNEM-SE NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS; AGLAILSON VÍCTOR; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CAYO ALBINO; CLAUDIANO MARTINS FILHO; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DIOGO MORAES;

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 7869, 7870, 7871, 7872, 7873, 7874, 7875, 7876, 7877, 7878, 7879, 7880, 7881, 7882 E 7883 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 1361/23, 1528/24, 1546/24, 1552/24, 1568/24, 1636/24, 1676/24, 1680/24, 1794/24, 1835/24, 1915/24, 1919/24, 2048/24, 2138/24, 2158/24, 2719/25, 2166/24 e 2507/25.
À Imprimir.

X X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 802, 857, 865, 876, 881, 882, 885, 887 E 908 – DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E GESTÃO DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA PREFEITURA DO RECIFE prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 12851, 13064, 13195, 12813, 12805, 12828, 12795 13052 e 12783/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 886/2025 – DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E GESTÃO DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA PREFEITURA DO RECIFE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 12924/25, de autoria do Deputado Pastor Júnior Tércio.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 99/2025 – DO GERENTE REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 12979/2025, autoria do Deputado Fabrizio Ferraz.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 3655/2025 – DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 12416/2025, de autoria do Deputado Nino de Enoque.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 683/2025 - DA COORDENADORA DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0398475-48/2014 firmado com o Governo do Estado de Pernambuco. Às 2ª e 4ª Comissões.

X X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435 E 436/2025 - DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, os Projetos de Leis Ordinárias nºs 2511/25, 2600/25, 2640/25, 2672/25, 2710/25, 2711/25, 2714/25, 2725/25, 2765/25, 2921/25 e 3413/25.
Inteirada

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 180/2025 - DO DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO solicitando licença em caráter Cultural, no período de 03 a 12 de novembro do corrente ano, para viagem a Europa.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

REQUERIMENTO 1127/2025 - DO DEPUTADO JARBAS FILHO solicitando dispensa da presença na reunião Plenária do dia 04 de novembro de 2025, para viagem a Brasília/DF.
Inteirada.

X X X X X X X X X X

REQUERIMENTO 1128/2025 - DA DEPUTADA ROSA AMORIM solicitando dispensa da presença na reunião Plenária do dia 04 de novembro de 2025, para viagem ao Rio de Janeiro.
Inteirada.

X X X X X X X X X X

REQUERIMENTO 1131/2025 - DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias dos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2025, para viagem a São Paulo.
Inteirada.

X X X X X X X X X X

Adalto Santos

Projetos

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003467/2025

Dispõe sobre a criação da Rota Turística do Leite no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Rota Turística do Leite, com o objetivo de promover o turismo rural, o desenvolvimento econômico sustentável, a valorização e a integração das cadeias produtivas do setor leiteiro nos seguintes municípios da bacia leiteira pernambucana:

- I - Itaíba;
- II - Buíque;
- III - Pedra;
- IV - Águas Belas;
- V - São Bento do Una;
- VI - Bom Conselho;
- VII - Venturosa;
- VIII - Iati;
- IX - Tupanatinga; e
- X - Pesqueira.

Art. 2º A Rota Turística do Leite integrará iniciativas públicas e privadas voltadas à divulgação dos produtos derivados do leite, incentivo ao turismo de experiência, fortalecimento das agroindústrias familiares e promoção da gastronomia regional.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Rota Turística do Leite, com o objetivo de reconhecer, valorizar e fomentar a vocação produtiva dos municípios que integram a bacia leiteira pernambucana, especialmente concentrada na mesorregião do Agreste Pernambucano, a qual reúne condições históricas, culturais e econômicas singulares para o desenvolvimento da atividade leiteira.

De acordo com o estudo técnico "Produção de leite na Mesorregião Agreste Pernambucano" (EMBRAPA, 2024), a região é composta por 71 municípios, com PIB estimado em R\$ 38,7 bilhões, configurando-se como a segunda maior economia do Estado e a maior bacia leiteira de Pernambuco, além de ocupar a nona posição no ranking nacional de produção de leite.

Importa mencionar que somente em 2023, o Estado de Pernambuco produziu cerca de 1,33 bilhão de litros de leite, dos quais 72,17% tiveram origem na mesorregião do Agreste, que reúne os principais polos produtivos do setor. Municípios como Itaíba, Buíque, Pedra, Águas Belas, São Bento do Una, Bom Conselho, Venturosa, Iati, Tupanatinga e Pesqueira, destacam-se como os maiores produtores, tendo ampliado significativamente sua produção ao longo da última década. Caso emblemático de Águas Belas, cuja produção saltou de 10,07 milhões de litros em 2013 para 58,4 milhões em 2023, representando um crescimento de mais de 470%.

No mesmo período, a mesorregião apresentou um aumento médio de 127% no volume total de leite produzido e crescimento de 48,9% na produtividade do rebanho ordenhado, alcançando níveis 19% superiores à média estadual e 7% acima da média nacional. Esses indicadores refletem não apenas a expansão quantitativa da produção, mas também o aprimoramento tecnológico e o avanço do manejo, mesmo diante de adversidades climáticas próprias do semiárido.

Inferese que o Agreste Meridional concentra boa parte dessa dinâmica produtiva, abrigando municípios cuja economia é fortemente sustentada pela produção leiteira e pela agroindústria familiar. Essa base produtiva gera milhares de empregos diretos e indiretos, fomenta o cooperativismo e movimenta o comércio local, consolidando-se como um dos principais pilares da economia regional.

A criação da Rota Turística do Leite de Pernambuco surge, portanto, como instrumento estratégico para integrar o turismo rural, a gastronomia, a agroindústria e o empreendedorismo regional, fomentando o turismo de experiência e a valorização cultural e produtiva do território. A proposta busca, em síntese, estimular o visitante a conhecer de perto a produção de leite e seus derivados.

Trata-se, assim, de uma política pública de fomento territorial que articula os eixos de desenvolvimento econômico, inclusão socioprodutiva, turismo e cultura. Desse modo, ao reconhecer e promover a Rota Turística do Leite, o Estado de Pernambuco reafirma seu compromisso com a interiorização do desenvolvimento, a valorização da produção rural e a preservação da identidade produtiva e cultural de uma das regiões mais emblemáticas de sua economia.

Diante de tais fundamentos, é indiscutível a relevância socioeconômica da proposta, cuja aprovação representará um marco na valorização do Agreste pernambucano como referência nacional em qualidade, produtividade e sustentabilidade na cadeia do leite. Para tanto, solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Reuniões, em 21 de Outubro de 2025.

DORIEL BARROS
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 7ª, 8ª, 12ª comissões.

(REPUBLICADO)

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003508/2025

Altera a Lei nº 18.629, de 4 de julho de 2024, que institui princípios, diretrizes e objetivos para prevenção e controle do câncer de mama no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado William Brígido, a fim de estabelecer normas e linhas de ação sobre exercício físico orientado como cuidado complementar durante o tratamento do câncer de mama.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 18.629, de 4 de julho de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 3º
.....

VI - a promoção do exercício físico orientado, como cuidado complementar durante o tratamento do câncer de mama, observada a avaliação clínica individual e os protocolos assistenciais. (AC)

Art. 3º-A. Os serviços de saúde integrantes da rede de atenção no Estado deverão observar, no mínimo, as seguintes medidas relativas ao exercício físico orientado durante o tratamento do câncer de mama: (AC)

I - assegurar avaliação clínica prévia e periódica para definição de elegibilidade, intensidade e progressão das atividades físicas, conforme protocolos assistenciais; (AC)

II - elaborar plano individual de exercícios físicos, com registro em prontuário, alinhado ao estágio terapêutico e às condições funcionais da pessoa em tratamento; (AC)

III - fornecer orientações de segurança sobre sinais de alerta, manejo de intercorrências e adequações em períodos perioperatórios, quimioterápicos, hormonais e radioterápicos; (AC)

IV - promover educação em saúde para pacientes, familiares e cuidadores sobre benefícios, limites e adesão ao plano de exercícios físicos; e (AC)

V - garantir que o exercício físico orientado seja complementar e não substitua o tratamento oncológico prescrito. (AC)

Art. 3º-B. Constituem linhas de ação para a execução do disposto no art. 3º-A: (AC)

I - realizar educação permanente das equipes da rede de atenção à saúde sobre recomendações de exercício físico durante o tratamento oncológico de câncer de mama; (AC)

II - disponibilizar instrumentos padronizados para triagem funcional e acompanhamento da adesão e dos desfechos relacionados às atividades físicas; (AC)

III - organizar fluxos de referência e contrarreferência entre atenção primária, reabilitação e oncologia, com orientações claras de retorno assistencial; (AC)

IV - ofertar, quando indicado e disponível, modalidades presenciais ou remotas de orientação profissional para suporte à prática de exercícios físicos; e (AC)

V - monitorar indicadores de processo e de resultados assistenciais vinculados à implementação das medidas previstas, com avaliação periódica para melhoria contínua.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nossa proposição aperfeiçoa a Lei nº 18.629, de 4 de julho de 2024, ao incluir comandos claros e linhas de ação para o exercício físico orientado como cuidado complementar durante o tratamento do câncer de mama. O objetivo é padronizar procedimentos essenciais - avaliação clínica prévia, plano individual registrado em prontuário, orientações de segurança e educação em saúde - reduzindo variações assistenciais e ampliando a adesão a condutas com evidências de benefício funcional e de qualidade de vida.

As medidas propostas organizam a rede: qualificam equipes por educação permanente, estruturam fluxos entre atenção primária, reabilitação e oncologia, e preveem instrumentos para triagem funcional e acompanhamento da adesão. Ao exigir que a prática seja complementar ao tratamento oncológico prescrito, o texto reforça segurança clínica, especialmente em períodos perioperatórios, quimioterápicos, hormonais e radioterápicos.

A definição de indicadores de processo e de resultado favorece monitoramento contínuo e transparência para pacientes e famílias, permitindo ajustes oportunos e melhor utilização dos recursos. Com comandos objetivos aos serviços, a alteração torna mais

efetivas as diretrizes já previstas na lei, fortalecendo a linha de cuidado e contribuindo para melhor desfecho funcional e bem-estar das pessoas em tratamento.

Em face do exposto, solicita-se a colaboração de todos os membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa, dada a sua relevância e interesse público.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

DELEGADA GLEIDE ANGELO
DEPUTADA

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 9ª, 14ª comissões.

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003509/2025

Dispõe sobre o Cadastro Estadual de Veículos Recuperados, objetos de roubos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, na forma em que menciona.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo poderá instituir, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Cadastro Estadual de Veículos Recuperados, destinado ao registro e sistematização de informações sobre veículos que tenham sido objeto de roubo ou furto e posteriormente recuperados.

Art. 2º A instituição, gestão, estrutura e funcionamento do Cadastro Estadual de Veículos Recuperados serão definidos em regulamento próprio, a ser editado pelo Poder Executivo, observada a legislação vigente e a proteção de dados pessoais.

Art. 3º O Cadastro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações sobre os veículos:

I - número do chassi;

II - placa do veículo;

III - marca e modelo;

IV - nome e dados de contato do proprietário;

V - data e local do roubo;

VI - data e local da recuperação;

VII - situação atual do veículo (recuperado, em processo de liberação, entre outros).

Art. 4º O Poder Executivo poderá promover ações educativas e de conscientização voltadas à prevenção de roubos e furtos de veículos, bem como à importância do registro de ocorrências e da consulta pública ao Cadastro Estadual de Veículos Recuperados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O furto e o roubo de veículos continuam a representar um dos delitos mais recorrentes nas estatísticas criminais brasileiras, impactando a segurança pública, a economia e o bem-estar da população. Embora o Estado atue constantemente na recuperação de veículos subtraídos, a falta de um sistema integrado e público de informações dificulta o acompanhamento dos casos, a transparência dos dados e o retorno eficiente dos bens aos seus proprietários.

A criação de um Cadastro Estadual de Veículos Recuperados tem como objetivo organizar, sistematizar e divulgar informações sobre veículos recuperados após roubo ou furto, permitindo que as autoridades de trânsito, órgãos de segurança pública e cidadãos possam consultar, de forma rápida e segura, o status desses veículos. A medida contribuirá para a celeridade na restituição aos legítimos donos, para o combate ao comércio ilegal de peças e para o reforço das ações de inteligência e fiscalização em todo o território pernambucano.

O cadastro também fortalece a cooperação entre os órgãos estaduais, municipais e federais de segurança, promovendo a integração de dados e a eficiência das políticas públicas voltadas ao combate ao crime patrimonial. Além disso, amplia a transparência administrativa, oferecendo à sociedade acesso a informações oficiais e atualizadas sobre os veículos recuperados.

Dessa forma, a criação do Cadastro Estadual de Veículos Recuperados representa uma medida juridicamente amparada, tecnicamente adequada e socialmente necessária, que contribuirá para o fortalecimento da segurança pública, o combate à criminalidade e a promoção da transparência administrativa no Estado de Pernambuco.

Portanto, solicito a meus nobres pares o apoio necessário para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

LUCIANO DUQUE
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 10ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003510/2025

Dispõe sobre o enfrentamento ao idadismo no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o combate ao idadismo, definido como qualquer discriminação baseada na idade que tenha o propósito ou o efeito de anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Art. 2º São os objetivos desta Lei:

I - promover a igualdade de oportunidades entre as diferentes faixas etárias, garantindo a participação e representatividade de todas as idades nos espaços públicos e privados;

II - combater a discriminação e preconceito relacionados à idade e criar condições para a inclusão social e o exercício pleno dos direitos das pessoas de todas as faixas etárias;

III - incentivar a interação e o diálogo entre as diferentes gerações, promovendo a troca de experiências e conhecimentos; e

IV - fomentar a criação de políticas públicas e privadas que contemplem a diversidade etária e garantam a equidade no acesso aos recursos e oportunidades.

Art. 3º Para a efetivação desta Lei, poderão ser adotadas as seguintes medidas, sem prejuízo de outras previstas em regulamento:

I - apoio à realização de campanhas educativas e de conscientização sobre a importância do respeito às diferentes faixas etárias e os efeitos negativos do idadismo;

II - estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino, visando à promoção da diversidade etária e à prevenção e enfrentamento do idadismo; e

III - incentivo à criação de mecanismos para a denúncia e apuração de casos de discriminação etária, bem como para a responsabilização dos infratores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto tem por finalidade de uma proposta no sentido de ampliar o arcabouço jurídico de nosso Estado com a finalidade de estender as ações para o avanço de políticas públicas para enfrentar a nova realidade da população e o preconceito em decorrência do idadismo.

Nas últimas quatro décadas o Brasil passou por grandes transformações, em especial com a relação ao envelhecimento da população. Conforme o Censo Demográfico de 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou 7,4% da população.

Em 1980, o Brasil tinha 4,0% da população com 65 anos ou mais de idade. Os 10,9% alcançados em 2022 por essa parcela da população representa o maior percentual encontrado nos Censos Demográficos. No outro extremo da pirâmide etária, o percentual de crianças de até 14 anos de idade, que era de 38,2% em 1980, passou a 19,8% em 2022.

Estes dados apontam que o país, assim como outros no mundo, caminha cada vez mais para o envelhecimento da população, e com isto a necessidade de preparar a sociedade para este processo.

Muitos são os desafios das políticas públicas para a nova realidade brasileira que está cada vez mais se apresentando, que abrange políticas públicas de geração de renda, previdência, assistência social, saúde, cultura, moradia e lazer, além de medidas de combates a violência e ao preconceito.

Para além das limitações das políticas públicas, um grande desafio hoje é enfrentar o idadismo, que consiste em usar a idade da pessoa para classificá-la e identificá-la de maneira discriminatória, depreciativa e estereotipada, uma prática usual e bastante comum que traz consequências nocivas à sociedade, uma vez que atinge a autoestima, a saúde física e mental.

O idadismo também é responsável em muitos casos pela dificuldade de acesso das pessoas a exclusão de espaços sociais e laborais, ou seja, é uma forma de preconceito ou discriminação com base na idade, afetando tanto pessoas mais velhas quanto mais jovens, sendo uma forma de exclusão que limita a participação plena dessas pessoas na sociedade.

No caso do idoso, embora o Estatuto do Idoso proteja os direitos de pessoas acima de 60 anos no Brasil, proibindo a discriminação por idade e garantindo a dignidade e inclusão dos idosos na sociedade, o preconceito afeto ao etarismo leva a sentimentos de exclusão, depressão e isolamento social, além de impedir o pleno aproveitamento das capacidades e experiências de indivíduos em diferentes faixas etárias.

Portanto, solicito a meus nobres pares o apoio necessário para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

LUCIANO DUQUE
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003511/2025

Veda o fracionamento de ingressos de meia-entrada ou com outros benefícios legais por categoria das pessoas beneficiárias e garante sua disponibilização em condições isonômicas no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica proibida, no Estado de Pernambuco, a prática de fracionamento na comercialização de ingressos de meia-entrada ou de outros benefícios legais com base na categoria das pessoas beneficiárias que possuam tal direito assegurado por legislação específica.

§ 1º A vedação prevista no *caput* aplica-se às organizadoras, produtoras de eventos culturais, esportivos e de lazer, bem como às empresas responsáveis pela comercialização de ingressos, seja por meio físico ou digital.

§ 2º Excetuem-se da proibição estabelecida no caput os ingressos destinados às pessoas com deficiência que necessitem de assentos localizados em áreas específicas, os quais são condicionados à disponibilidade.

Art. 2º Os ingressos de meia-entrada ou com outros benefícios legais para estabelecimentos ou eventos culturais, esportivos e de lazer deverão ser disponibilizados para venda ou retirada em condições equivalentes às dos ingressos comuns.

Art. 3º A cobrança de taxas incidentes sobre a aquisição de ingressos deverá ser proporcional ao custo efetivo dos serviços prestados, sendo obrigatória a discriminação detalhada do valor de cada uma delas no momento da compra pela pessoa consumidora, independentemente do meio utilizado para a aquisição.

Art. 4º As condições previstas nesta Lei não dispensam a obrigatoriedade de apresentação dos documentos comprobatórios do direito à meia-entrada ou a qualquer outra modalidade especial de ingresso prevista em lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição tem por objetivo garantir o acesso pleno e equitativo da população Pernambucana às políticas de gratuidade, meia-entrada e outras modalidades especiais para acesso a eventos culturais, esportivos, de entretenimento realizados no Estado de Pernambuco, vedando o fracionamento de ingressos destinados à meia-entrada ou com outros benefícios legais por categoria das pessoas beneficiárias, garantindo assim a sua disponibilização em condições isonômicas.

Como sabemos, a meia-entrada é um direito garantido pela Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, e regulamentado pelo Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015, assegurando a estudantes, pessoas com deficiência, jovens de baixa renda e idosos o acesso a atividades culturais e esportivas mediante o pagamento de 50% do valor do ingresso cobrado ao público em geral.

No entanto, tem sido recorrente a prática, por parte de alguns produtores e promotores de eventos, de fracionar os ingressos de meia-entrada em lotes ou categorias distintas, limitando indevidamente a disponibilidade do benefício.

São exemplos dessa conduta: destinar apenas parte dos ingressos de determinados setores ou dias ao público beneficiário; restringir a venda de meias-entradas a determinados pontos de venda ou horários e criar “meias-entradas promocionais” que, na prática, não correspondem ao direito legal.

Essas práticas, ainda que disfarçadas sob a justificativa de “gestão comercial”, violam o princípio da isonomia, o direito de acesso à cultura (art. 215 da Constituição Federal) e a própria finalidade social da política pública da meia-entrada, que é democratizar o acesso a bens culturais e esportivos.

Ademais, a Lei Federal nº 12.933/2013 e seu decreto regulamentador estabelecem que o benefício deve ser assegurado em até 40% do total de ingressos disponíveis ao público em geral, sem distinção de setores, horários ou modalidades. Qualquer fracionamento que impeça o consumidor de exercer plenamente seu direito, portanto, representa afronta ao espírito da norma federal e conduta abusiva, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Ao vedar expressamente o fracionamento dos ingressos de meia-entrada, este Projeto de Lei reforça o compromisso do Estado de Pernambuco com a proteção dos direitos culturais, a defesa do consumidor e a promoção da inclusão social, coibindo práticas que distorcem o alcance da legislação federal e frustram o exercício de um direito conquistado.

A proposição também apresenta grande relevância ao disciplinar a cobrança de taxas na aquisição de ingressos e determinar proporcionalidade ao custo real dos serviços prestados. pois são recorrentes as reclamações em relação às práticas abusivas envolvendo cobranças desproporcionais ou mal explicadas, que oneram injustamente à pessoa consumidora final.

Portanto, a aprovação desta proposição se revela necessária, oportuna e de alto interesse público, pois contribui para assegurar que o benefício da meia-entrada seja efetivo, justo e acessível a todos os cidadãos pernambucanos que dele fazem jus, promovendo a igualdade de oportunidades e fortalecendo as políticas de democratização cultural no Estado.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, dada a sua relevância social.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003512/2025

Institui a Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental, com o objetivo de prevenir, coibir e reparar práticas e efeitos discriminatórios da crise climática que afetem, de forma desproporcional, populações negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se racismo ambiental toda forma de injustiça socioambiental que resulte em impactos ambientais negativos, como poluição, contaminação, degradação territorial, falta de saneamento ou vulnerabilidade a desastres, que incidam de modo mais intenso sobre grupos raciais e étnicos historicamente marginalizados.

Art. 3º A Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo;
- II - dignidade da pessoa humana e igualdade racial;
- III - justiça ambiental e reparação histórica;
- IV - transparência e controle social das políticas ambientais;
- V - proteção territorial e cultural de comunidades tradicionais;
- VI - priorização das populações vulnerabilizadas em políticas de prevenção de riscos ambientais.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES E INSTRUMENTOS

Art. 4º São diretrizes da Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental:

- I - reconhecimento das desigualdades raciais e territoriais nas políticas de gestão ambiental e urbana;
- II - inclusão de recortes étnico-raciais nos estudos de impacto ambiental e relatórios de sustentabilidade;
- III - fortalecimento da participação social das comunidades atingidas em processos decisórios;
- IV - promoção da educação ambiental antirracista;
- V - priorização de investimentos públicos em saneamento, habitação e infraestrutura verde em territórios periféricos e comunidades tradicionais;
- VI - incentivo à pesquisa e produção de dados sobre desigualdade ambiental e racial.

Art. 5º São instrumentos orientadores da Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental:

- I - o Plano Estadual de Combate ao Racismo Ambiental, a ser instituído por ato do Poder Executivo;
- II - o Sistema Estadual de Monitoramento da Justiça Ambiental, que poderá ser estruturado pelo Poder Executivo, com a participação de órgãos públicos, universidades e organizações da sociedade civil;
- III - o Relatório Anual de Desigualdade Ambiental e Racial, cuja elaboração e publicação poderão ser regulamentadas pelo Poder Executivo, observada a disponibilidade administrativa e orçamentária.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS

Art. 6º O Poder Executivo poderá adotar medidas visando à implementação da Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental, especialmente:

- I - a integração do tema aos planos e políticas estaduais de meio ambiente, habitação, saneamento, transportes e desenvolvimento econômico;
- II - a inclusão de consultas públicas específicas junto às populações potencialmente afetadas nos processos de licenciamento ambiental;
- III - a promoção da capacitação de servidores e agentes públicos em justiça ambiental e igualdade racial;
- IV - o fomento a parcerias e cooperação técnica com universidades, movimentos sociais e comunidades tradicionais para a formulação de políticas públicas relacionadas à justiça ambiental e racial.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O conceito de racismo ambiental diz respeito à distribuição desigual dos impactos ambientais negativos, como poluição, falta de saneamento, contaminação de recursos naturais e degradação territorial, que recaem, de forma desproporcional, sobre comunidades negras, indígenas, quilombolas e populações em situação de vulnerabilidade social. Essa realidade reflete uma estrutura histórica de exclusão e desigualdade, que associa discriminação racial à negação de direitos socioambientais básicos.

A Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental tem como objetivo reconhecer, prevenir e reparar as injustiças ambientais, promovendo ações que assegurem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à moradia digna, ao saneamento básico e à participação social nas decisões que envolvem o uso dos recursos naturais e o ordenamento territorial.

A proposta busca fortalecer a atuação do Estado de Pernambuco na promoção da justiça ambiental e racial, por meio de políticas públicas que integrem as dimensões ambiental, social, étnico-racial e de direitos humanos. Entre as medidas esperadas estão o mapeamento das áreas afetadas por práticas de racismo ambiental, a capacitação de gestores públicos, o incentivo à participação das comunidades tradicionais nos processos decisórios e a inclusão do tema nas políticas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Ao reconhecer o racismo ambiental como uma forma de violação de direitos humanos, esta iniciativa contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, reafirmando que a proteção ambiental deve caminhar junto com a equidade racial e a dignidade humana.

Assim, a instituição da Política Estadual de Combate ao Racismo Ambiental representa uma medida juridicamente amparada, socialmente justa e ambientalmente necessária, reafirmando o compromisso do Estado de Pernambuco com a justiça social, a equidade racial e o direito de todas as pessoas a um ambiente saudável e equilibrado.

Portanto, solicito a meus nobres pares o apoio necessário para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

LUCIANO DUQUE
DEPUTADO

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 11ª comissões.

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003513/2025

Altera a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, agrupando em um único texto normativo as normas previstas em lei sobre a matéria; a fim de atualizar a relação dos produtos considerados componentes da cesta básica sujeitos a sistema especial de tributação, nos termos da Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 9º-A. Os benefícios fiscais de ICMS e o sistema especial de tributação dos produtos componentes da cesta básica serão aplicáveis à relação prevista no Anexo 6-A." (AC)

"ANEXO 6-A (AC)

RELAÇÃO DOS PRODUTOS CONSIDERADOS COMPONENTES DA CESTA BÁSICA SUJEITOS A SISTEMA ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO (AC)

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	Arroz das subposições 1006.20 e 1006.30 e do código 1006.40.00 da NCM/SH
2	Leite, em conformidade com os requisitos da legislação específica relativos ao consumo direto pela população, classificado nos códigos 0401.10.10, 0401.10.90, 0401.20.10, 0401.20.90, 0401.40.10 e 0401.50.10 da NCM/SH
3	Leite em pó, em conformidade com os requisitos da legislação específica, classificado nos códigos 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20 da NCM/SH
4	Fórmulas infantis, em conformidade com os requisitos da legislação específica, classificadas nos códigos 1901.10.10, 1901.10.90 e 2106.90.90 da NCM/SH
5	Manteiga do código 0405.10.00 da NCM/SH
6	Margarina do código 1517.10.00 da NCM/SH
7	Feijões dos códigos 0713.33.19, 0713.33.29, 0713.33.99 e 0713.35.90 da NCM/SH
8	Café da posição 09.01 e da subposição 2101.1, ambos da NCM/SH
9	Óleo de babaçu do código 1513.21.20 da NCM/SH, em conformidade com os requisitos da legislação específica relativos ao consumo como alimento
10	Farinha de mandioca classificada no código 1106.20.00 da NCM/SH e tapioca e seus sucedâneos do código 1903.00.00 da NCM/SH
11	Farinha, grumos e sêmolas, de milho, dos códigos 1102.20.00 e 1103.13.00 da NCM
12	Grãos de milho classificados no código 1104.19.00 e do código 1104.23.00 da NCM/SH
13	Farinha de trigo do código 1101.00.10 da NCM/SH
14	Açúcar classificado nos códigos 1701.14.00 e 1701.99.00 da NCM/SH
15	Massas alimentícias da subposição 1902.1 da NCM/SH
16	Pão comumente denominado pão francês, de formato cilíndrico e alongado, com miolo branco creme e macio, e casca dourada e crocante, elaborado a partir da mistura ou pré-mistura de farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, açúcar, aditivos alimentares e produtos de fortificação de farinhas, em conformidade com a legislação vigente, classificado no código 1905.90.90 da NCM/SH e a pré-mistura ou massa, para preparação do pão comumente denominado pão francês, dos códigos 1901.20.10 e 1901.20.90 da NCM/SH
17	Grãos de aveia dos códigos 1104.12.00 e 1104.22.00 da NCM/SH
18	Farinha de aveia classificada no código 1102.90.00 da NCM/SH
19	Carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto <i>foies gras</i>) dos seguintes códigos, subposições e posições da NCM/SH: a) 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2 e 0210.20.00; b) 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 0209.10 e 0210.1; c) 02.04 e 0210.99.20, carne caprina classificada no código 0210.99.90 e miudezas comestíveis de ovinos e caprinos classificadas nos códigos 0206.80.00 e 0206.90.00; d) 02.07, 0209.90.00 e 0210.99.1, exceto os produtos dos códigos 0207.43.00 e 0207.53.00
20	Peixes e carnes de peixes (exceto salmonídeos, atuns, bacalhaus, hadoque, saithe e ovas e outros subprodutos) dos seguintes códigos, subposições e posições da NCM/SH: a) 03.02; exceto os produtos das subposições e dos códigos 0302.1, 0302.3, 0302.51.00, 0302.52.00, 0302.53.00 e 0302.9 da NCM/SH; b) 03.03; exceto os produtos das subposições e dos códigos 0303.1, 0303.4, 0303.63.00, 0303.64.00, 0303.65.00 e 0303.9

	da NCM/SH; c) 03.04; exceto os salmonídeos, atuns, bacalhaus, hadoque e saithe classificados nas subposições 0304.4, 0304.5, 0304.7, 0304.8 e 0304.9 da NCM/SH
21	Queijos tipo mozzarella, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino classificados nos códigos 0406.10.10, 0406.10.90, 0406.20.00, 0406.90.10, 0406.90.20 e 0406.90.30 da NCM/SH
22	Sal em conformidade com os requisitos da legislação específica relativos ao teor de iodo enquadrado nos limites próprios para consumo humano classificado nos códigos 2501.00.20 e 2501.00.90 da NCM/SH
23	Mate da posição 09.03 da NCM/SH
24	Farinha com baixo teor de proteína para pessoas com aminoacidopatias, acidemias e defeitos do ciclo da uréia da NCM 1901.90.90
25	Massas com baixo teor de proteína para pessoas com aminoacidopatias, acidemias e defeitos do ciclo da uréia da NCM 1902.19.00
26	Fórmulas Dietoterápicas para Erros Inatos do Metabolismo da NCM 2106.9090
27	Sabão em tabletes de até 500g, exclusive sabonete da NCM 3401.19.00

"(AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atualizar, no âmbito do Estado de Pernambuco, a relação dos produtos considerados componentes da cesta básica sujeitos a sistema especial de tributação do ICMS, adequando-a às diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que uniformizou nacionalmente a definição desses itens essenciais ao consumo popular.

A Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, é a Lei que consolida em um único diploma as normas relativas ao ICMS em Pernambuco, prevendo, entre outros aspectos, regimes diferenciados de tributação para bens e serviços de relevante interesse social. Nesse contexto, a atualização ora proposta visa compatibilizar a legislação estadual com o novo marco normativo federal, que redefiniu a composição da cesta básica e instituiu parâmetros de harmonização entre os Estados, em conformidade com o disposto na Reforma Tributária do Consumo.

A medida assegura maior segurança jurídica aos contribuintes e à administração tributária estadual, eliminando divergências quanto à classificação de produtos e à aplicação de benefícios fiscais. Ao adotar a relação nacional de itens essenciais, Pernambuco preserva a neutralidade concorrencial entre agentes econômicos e contribui para a redução da carga tributária incidente sobre bens de primeira necessidade, promovendo efeitos positivos sobre o poder de compra das famílias, especialmente das camadas de menor renda.

Além disso, a uniformização dos critérios de tributação da cesta básica fortalece a cooperação federativa e simplifica a gestão fiscal, favorecendo a futura transição para o novo sistema de tributação sobre o consumo, previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 2023.

Diante do exposto, solicito o valeroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ANTONIO COELHO
DEPUTADO

Às 1ª, 2ª, 3ª comissões.

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003514/2025

Concede a Medalha do Mérito Legislativo Joaquim Nabuco ao Desembargador Francisco dos Anjos Bandeira de Melo, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Pernambuco e ao Poder Judiciário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo Joaquim Nabuco ao Desembargador Francisco dos Anjos Bandeira de Melo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Pernambuco, à Justiça e à sociedade pernambucana.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Natural do Recife, nascido em 1965, o Desembargador Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello construiu uma trajetória marcada pelo compromisso com a ética, o saber jurídico e o serviço público. Bacharel em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, em 1988, iniciou ainda jovem sua dedicação à administração pública, exercendo funções de assessoramento no Governo do Estado de Pernambuco e nesta Assembleia Legislativa, experiência que lhe proporcionou profundo conhecimento sobre o funcionamento das instituições e a importância do diálogo entre os Poderes.

Após a graduação, seguiu atuando na esfera pública, como Diretor de Apoio Técnico da Fundação de Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife e Secretário Executivo da Governadoria, cargos nos quais se destacou pela capacidade de gestão e pela sensibilidade política.

Sua vocação jurídica o conduziu, em seguida, ao Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, onde exerceu o cargo de Procurador, após aprovação em 3º lugar no respectivo concurso. Posteriormente, integrou a Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, aprovado em 4º lugar no certame público, instituição na qual permaneceu por 13 anos. Durante esse período, exerceu importantes funções, entre as quais se destacam: Procurador de Apoio Jurídico ao Governador, Procurador da Fazenda Estadual, Coordenador de Projetos Especiais, Chefe do Centro de Estudos Jurídicos e Chefe da Procuradoria do Contencioso Cível. Em paralelo, manteve atuação na advocacia privada, prestando consultoria na área cível, o que ampliou sua experiência prática e teórica do Direito.

Em 2 de agosto de 2006, o Dr. Francisco Bandeira de Mello foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pelo quinto constitucional da advocacia, assumindo cadeira na antiga 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público). Desde então, vem honrando a magistratura com sua conduta ilibada, profundo conhecimento técnico e postura humanista no exercício da judicatura.

Sua contribuição institucional no âmbito do TJPE é expressiva. Presidiu, por dois mandatos consecutivos (2008–2012), a Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno, além de coordenar a Comissão Organizadora do Concurso para Juiz Estadual, nos períodos de 2009 a 2012, demonstrando comprometimento com o aprimoramento da estrutura judiciária e a valorização da carreira da magistratura.

Atualmente, o Desembargador Francisco Bandeira de Mello integra, como membro titular, a 2ª Câmara de Direito Público e a Sessão de Direito Público do Tribunal. No biênio 2022/2023, exerceu a relevante função de Diretor-Geral da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE), destacando-se na formação continuada de magistrados e servidores, e na promoção de uma cultura jurídica moderna e humanizada.

Atualmente, exerce o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, integrando, nessa condição, o Conselho da Magistratura, onde vem desempenhando papel essencial na supervisão e aprimoramento da atividade jurisdicional em todo o Estado, sempre com zelo, equilíbrio e espírito público.

Foi escolhido, em 03 de novembro de 2025, por aclamação, para presidir o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no biênio 2025-2027, função que desempenhará com louvor.

Toda essa trajetória consagra o Desembargador Francisco dos Anjos Bandeira de Mello como exemplo de servidor público, de magistrado e de cidadão comprometido com os valores da Justiça e da democracia. Sua atuação firme e serena, aliada à sensibilidade humanística e ao profundo senso de responsabilidade institucional, honra o Judiciário e enaltece Pernambuco.

Por todas essas razões, a concessão da Medalha do Mérito Legislativo Joaquim Nabuco é uma homenagem mais do que merecida, simbolizando o reconhecimento desta Casa Legislativa a um pernambucano cuja vida profissional é um testemunho de dedicação, competência e integridade a serviço do Estado e de seu povo.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
DEPUTADO

À Mesa Diretora.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003515/2025

Dispõe sobre o Cadastro Estadual de Informações para Proteção da Infância e da Juventude de Pernambuco - Cadastro de Pedófilos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Cadastro Estadual de Informações para Proteção da Infância e da Juventude de Pernambuco - Cadastro de Pedófilos.

Parágrafo único. Serão incluídos no Cadastro de que trata o *caput* deste artigo as pessoas com condenação transitada em julgado pelos crimes previstos nos arts. 240 a 241-E, e no art. 244-A, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como nos arts. 217-A a 218- B do Código Penal.

Art. 2º O Cadastro Estadual de Informações para Proteção da Infância e da Juventude de Pernambuco será constituído, no mínimo, dos seguintes dados:

I - pessoais e foto do agente;

II - idade do agente;

III - circunstâncias e local em que o crime foi praticado; e

IV - endereço atualizado do agente.

Art. 3º O Cadastro Estadual será disponibilizado, por meio de sistema informatizado com acesso restrito e uso exclusivo, às Polícias Civil e Militar, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como demais autoridades, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo para sua fiel execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, em Pernambuco, o Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes contra Crianças e Adolescentes, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas de proteção, prevenção e repressão aos delitos praticados contra esse grupo vulnerável.

A proposta fundamenta-se na necessidade de aprimorar os mecanismos de segurança pública e de defesa dos direitos da infância e juventude, diante da recorrência de crimes de natureza sexual e de violência física contra menores. A apuração desses delitos, em regra, mostra-se dificultada pelo silêncio das vítimas, seja por medo de retaliações, seja pelo vínculo afetivo existente com o agressor, o que prejudica a eficácia das investigações e a adoção de políticas preventivas adequadas.

A ausência de um sistema unificado de informações sobre condenados por crimes dessa natureza representa uma lacuna na política criminal estadual. O cadastro ora proposto visa integrar dados provenientes dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça, permitindo o monitoramento de pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, em conformidade com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Experiências positivas já implementadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso demonstram a eficácia de sistemas semelhantes, que têm contribuído significativamente para a prevenção de reincidências e para a formulação de estratégias de proteção mais eficientes.

Importante destacar que a proposição observa o princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, de modo que as informações referentes a indicados terão acesso restrito às autoridades competentes, enquanto os dados relativos a pessoas com condenação transitada em julgado serão de acesso público.

Dessa forma, a criação do Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes contra Crianças e Adolescentes representa um avanço significativo na política de proteção à infância e adolescência em Pernambuco, fortalecendo a atuação integrada entre o Estado, as instituições e a sociedade na prevenção e repressão de crimes de natureza sexual e violenta.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta relevante iniciativa legislativa, que reafirma o compromisso do Estado de Pernambuco com a tutela dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO

Às 1ª, 2ª, 3ª, 11ª, 15ª comissões.

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003516/2025

Torna obrigatória a indicação do gênero masculino ou feminino nos banheiros das escolas das redes de ensino público e privado no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º É obrigatória a indicação do gênero masculino ou feminino nos banheiros das escolas das redes de ensino público e privado no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A indicação dar-se-á por meio de placas de identificação na parte externa e/ou nas portas dos banheiros.

Art. 2º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por finalidade tornar obrigatória a identificação dos banheiros por gênero (masculino e feminino) nas dependências das escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco.

A proposta tem como objetivo preservar a segurança e a integridade física e psicológica das crianças, adolescentes e jovens, em consonância com o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais desse público, garantindo-lhes dignidade, respeito e proteção contra qualquer forma de violência.

Cumpra destacar que a medida não possui caráter discriminatório, mas visa resguardar os direitos e a segurança dos estudantes, especialmente das alunas, que se encontram em situação de maior vulnerabilidade em ambientes coletivos. Trata-se, portanto, de ação preventiva voltada à criação de espaços escolares mais seguros e adequados ao convívio e desenvolvimento social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 70, determina que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, reforçando a necessidade de medidas administrativas e estruturais que assegurem o bem-estar e a proteção integral desse público.

Dessa forma, a implementação da identificação obrigatória dos banheiros por gênero representa uma medida de ordem pública e de proteção infantojuvenil, compatível com os princípios constitucionais e com as diretrizes legais de segurança e dignidade nas instituições de ensino.

Pelas razões expostas, solicita-se o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição, que reafirma o compromisso do Estado de Pernambuco com a proteção, o respeito e a integridade das crianças e adolescentes pernambucanos.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003517/2025

Garante o direito à instalação de Sistema de Alimentação de Veículos Elétricos (SAVE) em garagens, no âmbito do Estado de Pernambuco, elencando taxativamente as possibilidades de vedação, limitação ou regulamentação, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica garantido, no âmbito do Estado de Pernambuco, o direito à instalação de Sistema de Alimentação de Veículos Elétricos (SAVE) em garagens de edificações residenciais ou comerciais, observando-se exclusivamente:

I - vedações, limitações ou regulamentações impostas por:

- a) leis federais de natureza civil;
- b) convenção de condomínio, não se enquadrando neste conceito as deliberações tomadas em assembleias de condôminos;
- c) leis federais ou estaduais de natureza de segurança pública;

d) atos infralegais estaduais de natureza de segurança pública, para as edificações que tenham habite-se expedido posteriormente à data de publicação desta Lei; e

e) leis e atos normativos infralegais federais de natureza regulatória, de Conselhos Profissionais ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

II - limitações ou regulamentações impostas por:

- a) leis e atos normativos infralegais municipais, estaduais ou federais de natureza urbanística; e
- b) deliberações tomadas em assembleias de condôminos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por finalidade assegurar, no âmbito do Estado de Pernambuco, o direito à instalação de Sistemas de Alimentação de Veículos Elétricos (SAVE) – popularmente denominados pontos de recarga ou wallboxes – em garagens residenciais e comerciais, estabelecendo de forma objetiva e taxativa as hipóteses em que tal instalação pode ser vedada, condicionada ou regulamentada.

A iniciativa se insere na agenda de transição energética e de incentivo à mobilidade sustentável. A frota de veículos elétricos e híbridos cresce em ritmo acelerado no Brasil e no mundo, impulsionada pela busca por alternativas menos poluentes, pela redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa e pela queda dos custos de aquisição e manutenção desses veículos. Pernambuco, que vem assumindo protagonismo na pauta ambiental, não pode permitir que lacunas normativas se tornem barreiras ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento econômico do setor.

Atualmente, a ausência de legislação específica tem gerado insegurança jurídica, sobretudo em condomínios residenciais e comerciais. São frequentes as situações em que proprietários enfrentam resistência à instalação dos pontos de recarga, com base em interpretações equivocadas acerca de riscos elétricos, estruturais ou de decisões assembleares que extrapolam o poder regulamentar dos condôminos. Em paralelo, verificam-se tentativas de órgãos administrativos de editar normas restritivas sem respaldo legal, ampliando a insegurança para cidadãos e empresas.

Essa proposição, portanto, estabelece parâmetros claros e confere segurança jurídica ao disciplinar de forma expressa quando e como a instalação pode ser realizada, bem como o papel de cada ente na fiscalização e regulamentação. Além disso, cumpre destacar que, conforme dispõe o art. 262 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, proposições que tratem de matéria idêntica ou correlata devem tramitar conjuntamente, o que reforça a necessidade de que iniciativas relacionadas à mobilidade elétrica e infraestrutura de recarga sejam analisadas de maneira coordenada por esta Casa, evitando sobreposições e garantindo coerência normativa.

Assim, esta proposta orienta a análise técnica e jurídica da instalação dos SAVE, assegurando que qualquer regulamentação estadual futura sobre segurança em edificações seja necessariamente precedida de discussão e aprovação na forma de lei formal por este Parlamento.

Diante do exposto, conclamo os Nobres Parlamentares ao apoio e aprovação da presente iniciativa.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

ANTONIO COELHO
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 7ª, 10ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003518/2025

Institui a Política Estadual de Atendimento nas Delegacias para o Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atendimento nas Delegacias para o Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa, com o objetivo de promover o acolhimento humanizado, a proteção integral às vítimas e o fortalecimento das ações de investigação e responsabilização nos crimes de motivação racial ou religiosa.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - racismo: qualquer ato de discriminação ou preconceito motivado por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, conforme o art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal e demais normativos aplicáveis;

II - intolerância religiosa: qualquer ato de discriminação, segregação, hostilidade ou violência motivado pela crença ou culto religioso, ou por convicção espiritual, ou pelas manifestações de fé, inconsistente com o direito à liberdade religiosa ou de consciência;

III - vítima: a pessoa que sofre ato de racismo ou de intolerância religiosa ou que tem razão de ser considerada alvo de tal discriminação; e

IV - unidade policial especializada: delegacia ou setor destinado ao atendimento prioritário ou diferencial às vítimas de racismo e intolerância religiosa, nos termos desta Lei.

Art. 3º São diretrizes da Política Estadual de que trata esta Lei:

I - garantir acolhimento imediato, humanizado e preferencial às vítimas de racismo e intolerância religiosa, com ambiente seguro, reservado e sem revitimização;

II - assegurar que os procedimentos de registro e investigação desses crimes observem prioridade e confidencialidade;

III - promover a formação continuada dos(as) servidores(as) designados(as) para atendimento às vítimas sobre direitos humanos, relações raciais e liberdade religiosa;

IV - fomentar a articulação entre a Secretaria de Defesa Social, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o Ministério Público, a Defensoria Pública e entidades da sociedade civil;

V - garantir que a vítima tenha acesso à informação sobre seus direitos, sobre o andamento da denúncia e sobre os serviços de apoio jurídico, psicológico e social disponíveis; e

VI - estimular o registro de dados e estatísticas sobre ocorrências de racismo e intolerância religiosa, com vistas à formulação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento.

Art. 4º Registro e fluxo de atendimento:

I - a vítima de racismo ou intolerância religiosa terá prioridade no atendimento nas unidades policiais, salvo em casos excepcionais devidamente justificados;

II - no momento do registro, a vítima deverá receber um protocolo de atendimento, com número identificador, previsão de prazos e orientações quanto aos seus direitos, à assistência disponível e ao acompanhamento do procedimento;

III - o registro poderá ser feito presencialmente ou por meio de canal eletrônico específico, com prioridade para atendimento presencial conforme disposto no inciso I; e

IV - após o registro, será assegurado à vítima acompanhamento por agente designado, que terá função de informar a evolução da investigação, os direitos da vítima e os encaminhamentos possíveis (assistência social, psicológica, apoio jurídico).

Art. 5º Para a efetivação dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo poderá adotar, entre outras ações compatíveis com suas atribuições:

I - estimular a designação, nas unidades policiais, de servidores(as) com formação adequada para o atendimento humanizado às vítimas de racismo e intolerância religiosa;

II - desenvolver programas permanentes de capacitação e sensibilização dos(as) profissionais de segurança pública sobre direitos humanos, igualdade racial e liberdade religiosa;

III - editar normas internas que orientem os procedimentos de registro, encaminhamento e acompanhamento das ocorrências;

IV - promover a cooperação técnica e o intercâmbio de informações com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e conselhos voltados à promoção da igualdade racial e da liberdade religiosa; e

V - divulgar relatórios periódicos sobre as ações e resultados alcançados, com vistas à transparência e ao aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento à discriminação racial e religiosa.

Art. 6º Monitoramento, transparência e indicadores:

I - deverá ser mantida base de dados atualizada sobre registros, investigações, resultados, arquivamentos, denúncias aceitas e condenações relacionadas a casos de racismo e intolerância religiosa, assegurando anonimização dos dados, conforme a legislação vigente;

II - será publicado anualmente relatório público contendo: número de registros, perfil das vítimas, raça/cor, religião, sexo, idade, local, tempo médio de atendimento, resultados das investigações; e

III - os indicadores permitirão avaliação da eficácia da política e subsidiarão proposição de melhorias e novas diretrizes.

Art. 7º O Poder Executivo poderá, mediante regulamento, criar setores especializados de atendimento às vítimas de racismo e intolerância religiosa em unidades da Polícia Civil, nos termos do art. 7º da Lei nº 13.457, de 3 de junho de 2008.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atendimento nas Delegacias para o Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa, com o propósito de aprimorar o acolhimento, a proteção e a resposta do Estado frente às violações de direitos motivadas por discriminação racial ou religiosa.

Apesar dos avanços legislativos e institucionais no combate ao racismo e à intolerância religiosa no Brasil, tais práticas persistem de forma alarmante, manifestando-se em diferentes esferas da vida social e atingindo, de modo desproporcional, a população negra e os praticantes de religiões de matriz africana.

Os dados disponíveis revelam que o número de registros de ocorrências com motivação racial ou religiosa tem crescido nos últimos anos, o que demonstra tanto a ampliação da conscientização das vítimas quanto a urgência de políticas públicas específicas que assegurem um atendimento humanizado e eficaz nas instâncias policiais.

Nesse contexto, a proposta busca fortalecer a atuação da Polícia Civil como agente fundamental na garantia de direitos e na responsabilização dos autores de crimes de discriminação. A instituição de protocolos e diretrizes para o atendimento às vítimas é medida indispensável para coibir práticas de revitimização, assegurar o registro qualificado das denúncias e ampliar a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública.

A Política Estadual ora proposta estabelece princípios e diretrizes voltados à criação de um ambiente acolhedor, seguro e respeitoso nas unidades policiais; à formação continuada dos(as) servidores(as) em temas relacionados a direitos humanos, igualdade racial e liberdade religiosa; e à integração entre os órgãos públicos e a sociedade civil para o fortalecimento da rede de proteção e de responsabilização.

Além disso, a proposta determina a criação de mecanismos de monitoramento e transparência, mediante a publicação de relatórios e indicadores que permitam avaliar a efetividade das ações implementadas e subsidiar o aprimoramento contínuo da política.

A medida harmoniza-se com o disposto no art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, que estabelece que o racismo é crime inafiançável e imprescritível, e com os princípios consagrados na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Crime Racial), na Lei nº 9.459/1997 e em instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Dessa forma, a presente iniciativa não apenas reafirma o compromisso do Estado de Pernambuco com a promoção da igualdade racial e da liberdade religiosa, mas também representa um passo decisivo para o aperfeiçoamento do atendimento policial e o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à discriminação.

Ante o exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, confiando em sua aprovação por se tratar de medida de justiça, cidadania e respeito à dignidade humana.

O presente projeto é protocolado em coautoria pela Deputada Rosa Amorim e pelo Deputado João Paulo.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

ROSA AMORIM
DEPUTADA

JOÃO PAULO
DEPUTADO

Às 1ª, 2ª, 3ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003519/2025

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

DELEGADA GLEIDE ANGELO
DEPUTADA

Às 1ª, 3ª, 5ª, 10ª, 11ª comissões.

Estabelece normas para a formação e o desenvolvimento de competências em inteligência artificial e tecnologias digitais para jovens no âmbito do Estado de Pernambuco, com foco em inclusão social, empregabilidade e cidadania digital, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para orientar ações de formação, capacitação e desenvolvimento de competências em inteligência artificial e tecnologias digitais voltadas a jovens no Estado de Pernambuco, com foco em inclusão social, empregabilidade e cidadania digital.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I - ampliar o acesso de jovens a conhecimentos fundamentais de ciência de dados, aprendizado de máquina, programação e uso responsável de tecnologias digitais;

II - reduzir desigualdades territoriais e socioeconômicas no acesso à formação tecnológica, com prioridade a públicos em situação de vulnerabilidade;

III - fortalecer a empregabilidade e o empreendedorismo de base tecnológica, respeitadas as necessidades formativas locais; e

IV - promover cidadania digital, ética em inteligência artificial e segurança da informação em linguagem simples e acessível.

Art. 3º Constituem diretrizes desta Lei:

I - centralidade do estudante e da escola na organização das práticas formativas;

II - acessibilidade e inclusão, com materiais e recursos adequados às diversas necessidades;

III - alinhamento a competências demandadas pelo mundo do trabalho e pela economia digital, sem prejuízo da formação cidadã;

IV - uso pedagógico de laboratórios, ambientes virtuais e recursos educacionais abertos; e

V - transparência de informações agregadas sobre oferta formativa, participação e resultados.

Art. 4º Para a execução desta Lei, ficam estabelecidas as seguintes linhas de ação:

I - disponibilizar trilhas formativas modulares em inteligência artificial, programação e letramento digital para uso nas redes públicas de ensino e em espaços formativos complementares;

II - ofertar formação continuada a educadores e equipes técnicas sobre metodologias ativas e uso pedagógico de tecnologias de inteligência artificial;

III - apoiar projetos práticos, desafios e feiras tecnológicas que estimulem solução de problemas reais e desenvolvimento de portfólios pelos estudantes; e

IV - promover conteúdos de ética em inteligência artificial, cidadania digital e segurança da informação, com orientação sobre uso responsável de ferramentas digitais.

Art. 5º Para reduzir desigualdades territoriais, as ações previstas nesta Lei priorizarão, quando couber:

I - municípios com baixos indicadores socioeconômicos ou menor acesso a oferta tecnológica;

II - escolas com infraestrutura reduzida, com apoio gradativo a ambientes de aprendizagem e recursos digitais; e

III - jovens em situação de vulnerabilidade social, observados critérios objetivos definidos em regulamento.

Art. 6º Para apoiar a inserção produtiva dos jovens, poderão ser promovidas, nos termos do regulamento:

I - atividades de orientação profissional, elaboração de portfólio e preparação para processos seletivos;

II - articulação de oficinas de competências socioemocionais e de comunicação aplicada a contextos tecnológicos; e

III - iniciativas de aproximação a ecossistemas de inovação, respeitada a legislação aplicável e a autonomia das redes públicas de ensino.

Art. 7º Para fortalecer a prática docente, observar-se-á:

I - oferta de materiais de referência, sequências didáticas e guias de uso pedagógico de ferramentas digitais;

II - apoio ao planejamento didático com base em evidências de aprendizagem; e

III - registro simples de participação e de produtos formativos, em linguagem clara.

Art. 8º Para a integridade e a segurança do processo formativo, as ações previstas nesta Lei observarão:

I - proteção de dados pessoais dos estudantes e dos profissionais envolvidos, conforme legislação aplicável;

II - vedação a práticas discriminatórias e garantia de atendimento acessível; e

III - uso responsável de ferramentas de inteligência artificial, com informação clara sobre limites e riscos.

Art. 9º Para a cooperação federativa e institucional, o órgão competente do Poder Executivo estadual poderá firmar instrumentos de cooperação com Municípios e instituições públicas para compartilhar trilhas formativas, formar educadores, apoiar projetos práticos e ampliar o acesso a ambientes e recursos de aprendizagem.

Art. 10. Para a transparência e o controle social, deverá ser publicada, em página eletrônica de acesso público, informação agregada sobre ações formativas, participação e resultados, em linguagem simples, com canais para manifestações e pedidos de esclarecimento.

Art. 11. Para a adequação local, as redes públicas poderão adaptar materiais e estratégias às suas realidades, preservados os objetivos e as diretrizes estabelecidos nesta Lei.

Art. 12. As ações previstas nesta Lei observarão a legislação educacional vigente, as diretrizes de proteção a crianças e adolescentes e as normas pertinentes à segurança da informação.

Art. 13. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nossa proposição responde à expansão do uso de inteligência artificial e tecnologias digitais no cotidiano, com impacto direto sobre formação cidadã, oportunidades de trabalho e proteção de jovens em ambientes digitais. As redes públicas ainda enfrentam desigualdades de acesso e de preparo, o que limita o desenvolvimento de competências básicas em programação, ciência de dados e uso responsável de ferramentas digitais. O projeto organiza essa agenda em bases claras, com foco em inclusão social, empregabilidade e cidadania digital.

O texto converte necessidades reconhecidas em comandos operacionais: trilhas formativas modulares para uso pelas redes públicas e espaços complementares; formação continuada de educadores com metodologias ativas; projetos práticos, desafios e feiras para solução de problemas reais e construção de portfólios; e conteúdos de ética em inteligência artificial, segurança da informação e uso responsável de ferramentas. Prioriza-se, quando couber, territórios e escolas com menor oferta tecnológica e jovens em situação de vulnerabilidade, com critérios objetivos definidos em regulamento.

A proposta fortalece a inserção produtiva sem descuidar da proteção: prevê orientação profissional, competências de comunicação aplicadas a contextos tecnológicos, aproximação a ecossistemas de inovação e salvaguardas de integridade do processo formativo, como proteção de dados pessoais, vedação a práticas discriminatórias e linguagem acessível. Ao publicar informações agregadas sobre oferta, participação e resultados, em linguagem simples, o projeto favorece o controle social e a melhoria contínua.

Em face do exposto, solicita-se a colaboração de todos os membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa, dada a sua relevância e interesse público.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003520/2025

Institui a Política Estadual de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Deficiência - TVA, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Deficiência - TVA, com a finalidade de assegurar, especialmente na passagem da adolescência para a vida adulta, condições para o desenvolvimento da autonomia, da participação social e da inserção produtiva de pessoas com deficiência, por meio da atuação coordenada das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho.

Art. 2º Constituem eixos estruturantes da TVA:

I - educação para o corpo, a afetividade e a prevenção da violência, com produção de materiais acessíveis (Linguagem Simples, pictogramas, Libras e outros recursos), abordando consentimento, autocuidado, respeito às diferenças, autoconhecimento, prevenção de violência e canais de denúncia;

II - descoberta do Perfil Vocacional Individual, com instrumentos acessíveis, com a aplicação de questionários simplificados, entrevistas, observação em diferentes contextos e escuta qualificada à família e rede de apoio;

III - vivências práticas progressivas com a promoção de visitas técnicas, realização de estágios e experiências ocupacionais supervisionadas, preferencialmente com priorização do método de Emprego Apoiado;

IV - oficinas e atividades de vida adulta nas áreas de autodeterminação e direitos, cidadania na comunidade e no trabalho e finanças pessoais para as pessoas com deficiência;

V - oficinas com famílias visando parceria estratégica, redes de apoio, autocuidado e diálogo intersetorial, possibilitando sustentar a transição com protagonismo da pessoa com deficiência.

Art. 3º Serão designados no âmbito das redes estaduais de Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho, profissionais de referência como Agentes de Transição para a Vida Adulta (Agentes de TVA), sem criação de cargos, empregos ou funções, incumbidos de:

I - coordenar a avaliação vocacional e consolidar o Perfil Vocacional Individual;

II - articular e acompanhar vivências práticas;

III - zelar pela acessibilidade comunicacional e adequações razoáveis;

IV - monitorar resultados e produzir relatórios técnico-pedagógicos às famílias e aos órgãos gestores.

Art. 4º O Estado promoverá, em articulação com as Secretarias competentes e por meio de convênios e acordos de cooperação, a oferta de estágios e experiências ocupacionais inclusivas no serviço público estadual e a celebração de parcerias com empresas privadas, cooperativas e organizações da sociedade civil, observada a legislação aplicável, inclusive a trabalhista e educacional.

Art. 5º O Poder Executivo poderá instituir, por ato próprio, o Comitê Gestor Intersetorial da Política Estadual de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Deficiência (TVA), com a finalidade de promover a articulação entre órgãos e entidades estaduais e municipais, bem como acompanhar a execução e a avaliação das ações previstas nesta Lei.

§ 1º A composição, as atribuições e o funcionamento do Comitê Gestor Intersetorial serão definidos em regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

§ 2º O Comitê poderá contar com a participação de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e de entidades voltadas à promoção dos direitos da pessoa com deficiência

Art. 6º A adesão dos municípios à Transição para Vida Adulta - TVA é voluntária e poderá envolver apoio técnico e, quando previsto em regulamento, apoio financeiro. Os fluxos operacionais privilegiarão a execução territorial pelas redes municipais (CRAS/CREAS, escolas, serviços de saúde), cabendo ao Estado a coordenação, a padronização, a formação, a consolidação de indicadores e a articulação com o setor produtivo.

Art. 7º O monitoramento e a avaliação considerarão, entre outros, os seguintes indicadores:

I - número de Perfis Vocacionais Individuais produzidos;

II - número de participantes em vivências práticas e experiências ocupacionais;

III - encaminhamentos e inserções em Emprego Apoiado e outras modalidades de trabalho/estudo;

IV - participação em ações de prevenção à violência e canais de denúncia;

V - satisfação de participantes e famílias;

VI - taxa de continuidade educacional ou ocupacional após 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 8º A implementação desta Lei dar-se-á preferencialmente com uso de estruturas administrativas e equipes já existentes, podendo o Estado celebrar convênios e acordos de cooperação com universidades, Sistema S, organizações da sociedade civil, empresas e órgãos públicos, vedada a criação de despesa obrigatória de caráter continuado por este ato normativo.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta:

I - recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS);

II - realização de parcerias com empresas ou entidades públicas e privadas

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A transição para a vida adulta é um processo fundamental na trajetória de qualquer indivíduo, marcado pela busca por autonomia, inclusão social e inserção produtiva. No caso das pessoas com deficiência, esse período exige atenção especial do poder público, pois envolve desafios adicionais relacionados à educação, qualificação profissional, empregabilidade, moradia, saúde, convivência comunitária e garantia de direitos.

A Política Estadual de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Deficiência (TVA) tem como objetivo assegurar que esse processo ocorra de forma planejada, inclusiva e contínua, garantindo o acesso a oportunidades de formação, trabalho, participação social e independência. A proposta visa integrar ações intersetoriais entre as áreas da educação, saúde, trabalho, assistência social e direitos humanos, criando mecanismos de apoio às famílias e de acompanhamento individualizado aos jovens com deficiência em fase de transição.

Essa política reconhece que a inclusão não se limita à escolarização, mas deve se estender à vida adulta autônoma e plena, promovendo condições para que as pessoas com deficiência possam exercer sua cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado. Ao estruturar um modelo de transição com foco na pessoa e em suas potencialidades, o Estado de Pernambuco reafirma seu compromisso com a dignidade humana e a igualdade de oportunidades.

Assim, a criação da Política Estadual de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Deficiência (TVA) representa uma medida juridicamente amparada, socialmente justa e humanamente necessária, que reafirma o papel do Estado de Pernambuco na promoção da autonomia, inclusão e cidadania plena das pessoas com deficiência, consolidando um modelo de sociedade mais acessível, equitativo e solidário.

Portanto, solicito a meus nobres pares o apoio necessário para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

LUCIANO DUQUE
DEPUTADO

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 11ª comissões.

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003521/2025

Institui a Política Estadual de Comunicação de Riscos e Prevenção de Desastres no Ambiente Escolar e estabelece diretrizes para a comunicação de alertas junto às instituições de ensino.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Comunicação de Riscos e Prevenção de Desastres no Ambiente Escolar, com o objetivo de promover a colaboração entre as instituições de ensino e as ações de prevenção e mitigação de desastres.

Art. 2º São objetivos da Política:

I - fomentar a utilização das unidades escolares, em especial da rede pública estadual, como canais prioritários para a disseminação de informações confiáveis e alertas à comunidade escolar e seu entorno;

II - combater a desinformação em situações de emergência climática, centralizando a comunicação em fontes oficiais;

III - promover a articulação integrada entre os órgãos competentes do Estado;

IV - estimular uma cultura de prevenção e percepção de riscos, utilizando a capilaridade da rede de ensino para alcançar todas as famílias;

V - contribuir para a qualificação dos profissionais da educação para que atuem como multiplicadores de informações seguras sobre salvaguardas e protocolos de segurança em eventos climáticos extremos.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser desenvolvidas as seguintes ações:

I - disponibilização de materiais informativos, como alertas meteorológicos, mapas de áreas de risco e protocolos de segurança;

II - adaptação de conteúdos informativos para o público escolar;

III - realização de atividades de capacitação e formação voltadas à comunicação de riscos e à prevenção de desastres.

Art. 4º As ações previstas nesta Lei deverão observar as seguintes diretrizes:

I - o fomento à criação de canais de comunicação acessíveis nas unidades escolares para a divulgação de informações de prevenção e segurança;

II - a orientação para que as gestões escolares incluam o tema da prevenção de desastres em seus projetos político-pedagógicos;

III - o apoio à organização de atividades formativas voltadas à comunidade escolar;

IV - o estímulo à definição de pontos focais nas unidades escolares para facilitar o fluxo de informações de alerta e prevenção.

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios com os Municípios para estender a aplicação desta Lei às redes de ensino municipais.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias já existentes dos órgãos envolvidos, não implicando em aumento de despesa no exercício corrente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A frequência e a intensidade de eventos climáticos extremos em nosso Estado e em todo o Brasil têm exigido do Poder Público respostas cada vez mais ágeis e eficazes. A tragédia humanitária e social decorrente de chuvas intensas, enchentes, deslizamentos e longos períodos de estiagem demonstra que, além das ações de resposta, é fundamental investir massivamente em prevenção e comunicação.

Um dos maiores desafios em momentos de crise é a disseminação de informações seguras. Em meio ao caos, a desinformação e os boatos se espalham rapidamente, gerando pânico, minando a confiança nas autoridades e, no limite, custando vidas. É preciso, portanto, criar canais de comunicação que sejam, ao mesmo tempo, capilares e confiáveis.

Nenhuma instituição possui mais capilaridade e credibilidade dentro de uma comunidade do que as escolas. Elas estão presentes em todos os bairros, em todas as cidades, e são um ponto de referência para milhares de famílias. Transformar cada escola em um farol de informação segura e confiável é uma estratégia de baixo custo e altíssimo impacto.

A presente proposição visa consolidar diretrizes que permitam ao Poder Executivo organizar essa política de forma integrada, garantindo que informações sobre riscos, alertas e medidas de segurança cheguem de forma rápida e segura às famílias, fortalecendo a resiliência das comunidades e salvando vidas.

Diante do exposto, e cientes da urgência climática que se impõe, conclamamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante matéria, que visa proteger a população do nosso Estado e fortalecer a resiliência de nossas comunidades.

O presente projeto de lei é de coautoria da Deputada Rosa Amorim e da Deputada Dani Portela.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

ROSA AMORIM
DEPUTADA

DANI PORTELA
DEPUTADA

Às 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003522/2025

Institui o Programa Estadual de Prevenção e Redução de Acidentes de Trânsito com Motocicletas no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Estadual de Prevenção e Redução de Acidentes de Trânsito e com Motocicletas, com o objetivo de diminuir a ocorrência de sinistros envolvendo veículos em geral , e, especialmente, de duas rodas, preservar vidas e promover a segurança viária.

Art. 2º O Programa terá como diretrizes:

I - a readequação dos limites de velocidade diferenciados para motocicletas em vias urbanas e rodovias estaduais com alto índice de acidentes envolvendo esse tipo de veículo;

II - a instalação de dispositivos de segurança viária inteligentes, como sistemas de monitoramento de velocidade, radares educativos e faixas exclusivas;

III - o incentivo à adoção de tecnologias limitadoras de velocidade, como o ISA (Intelligent Speed Assistance), em veículos de frota pública, especialmente ambulâncias, viaturas e motopatrolhas;

IV - a realização de campanhas educativas bimestrais, veiculadas como publicidade oficial do Estado, com foco na educação sobre a velocidade ideal, direção defensiva e comportamento seguro para motociclistas;

V - o fomento à formação continuada de condutores de motocicletas, em parceria com centros de formação de condutores e entidades públicas e privadas, especialmente empresas de comercialização desses veículos;

VI - o monitoramento estatístico contínuo, com publicação semestral de dados sobre acidentes envolvendo motocicletas, com atenção especial às faixas etárias mais atingidas; e

VII - a obrigatoriedade de participação de motociclistas em oficinas presenciais ou virtuais periódicas de direção defensiva, como condição para manutenção ou renovação da CNH de categoria A (moto) no Estado de Pernambuco, com periodicidade definida por regulamento.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo os critérios de obrigatoriedade, periodicidade, carga horária e formas de certificação das oficinas de direção defensiva.

Art. 4º O Estado poderá celebrar convênios com municípios, instituições de pesquisa, universidades, Detran-PE, entidades do terceiro setor e organismos internacionais para a execução das ações previstas neste Programa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei destinando-se à criação do Programa Estadual de Prevenção e Redução de Acidentes de Trânsito com Motocicletas para o Estado de Pernambuco justifica-se em razão da expressiva participação desses veículos nos sinistros viários e de sua grave consequência social, econômica e de saúde pública.

Atendem para alguns dados recentes em Pernambuco:

1. No Hospital Regional do Agreste (HRA), com sede em Caruaru, as vítimas de acidentes de trânsito em 2023 totalizaram 3.852 pessoas, sendo 3.095 (≈ 75,7 %) delas usuários de motocicletas. Dessas vítimas, 81,6% eram homens, 54,5% tinham entre 20 e 39 anos, e 48,5% dos acidentes ocorreram em sábados e domingos, segundo o portal.saude.pe.gov.br/(Hospital da Restauração - vítimas-de-acidente-com-moto-representam-76-dos-atendimentos)

2. Até agosto de 2025, nas 18 Unidades Sentinela do Estado, foram registradas 30.065 notificações de vítimas de acidentes de transporte terrestre (ATT) no período de janeiro a agosto, sendo mais de 16.000 casos envolvendo motocicletas, conforme jc.uol.com.br/colunas/mobilidade/2025/10/23/(colisões-e-quedas-com-motocicletas-disparam-em-pernambuco-são-mais-de-16-mil-casos-em-oito-meses-de-2025.)

3. Em 2024, foi registrado um total de 35.099 casos apenas com motocicletas em Pernambuco; no mesmo ano, casos com automóveis foram 2.384, de acordo com impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2025/01/(mais-de-800-sinistros-em-menos-de-um-mes.)

São várias as consequências da magnitude do problema, dentre as quais destacam-se:

- O elevado percentual de usuários de motos entre vítimas (≈ 75% em Caruaru; > 50% nos óbitos gerais de PE) revela o grau de vulnerabilidade desse modal.

- A concentração de vítimas jovens (20-39 anos) indica impacto direto na força de trabalho, na produtividade, no sustento familiar, bem como no aumento de custos para o sistema de saúde pública.

- O crescimento contínuo de notificações, aliado à alta proporção de casos envolvendo motocicletas, reforça que ações pontuais não são mais suficientes; é necessária uma política sistêmica e integrada.

Diante desse cenário, justifica-se que o Programa contemple de forma articulada:

- Educação contínua: campanhas bimestrais de publicidade oficial direcionadas aos motociclistas, com foco no comportamento seguro, limites de velocidade, manutenção do veículo, uso de capacete e direção defensiva;

- Formação obrigatória: obrigar a participação em oficinas de direção defensiva para motociclistas como requisito para manutenção ou renovação da CNH categoria A, promovendo aptidão técnica, consciência de risco e cultura de segurança.

- Readequação de velocidade:considerar a reavaliação de limites de velocidade em vias com alta incidência de sinistros envolvendo motos, reduzindo a velocidade máxima admissível como fator de mitigação de gravidade dos acidentes.

- Promoção de tecnologia: incentivar o uso de sistemas de controle de velocidade (como o ISA em frotas públicas) bem como monitoramento de velocidade e fiscalização específica para motocicletas.

- Monitoramento e transparência: estabelecer indicadores claros e publicação semestral de dados sobre acidentes envolvendo motos, permitindo avaliação contínua de políticas e ajustes necessários.

Com base em experiências internacionais e adaptações locais, espera-se:

- Redução importante na taxa de acidentes envolvendo motocicletas (no estado, podendo recuar a participação de motos entre vítimas ou óbitos).

- Diminuição das consequências graves (óbito, sequelas, internações prolongadas) que oneram o SUS e geram impacto social.

- Fortalecimento da cultura de trânsito seguro entre motociclistas, sobretudo jovens, e promoção da valorização da vida e da integridade física.

Em resumo, o programa atende a uma necessidade urgente e reconhecida em Pernambuco: a prevalência de motocicletas nos sinistros, o impacto humano e econômico decorrente, e a oportunidade de agir de forma preventiva e estruturada. Assim, requer-se o apoio dos nobres parlamentares para que esta proposição seja aprovada, permitindo ao Estado dar um salto de qualidade em segurança viária e preservação de vidas.

Portanto, ante ao evidente interesse público da matéria e, principalmente, em razão da importância deste projeto, solicito gentilmente o apoio dos meus nobres pares para a aprovação da presente propositura.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

JOEL DA HARPA
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 11ª, 15ª comissões.

Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária
Anual Nº 3397/2025 - LOA 2026

EMENDA Nº 000059/2025

Altera o Projeto de Lei 3397/2025 – LOA 2026

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:
Acrescentar à ação "Ações e Serviços Públicos de Saúde Prestados pela Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE" (3647) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no

grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d" (91), o valor de R\$ 150.000,00.
Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras Despesas Correntes" (33).
Município beneficiado: Recife.

Justificativa

A presente Emenda tem como objetivo a compra de equipamentos em benefício do Hemocentro do Recife, da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 10.564.953/0001-36.

Sala das Reuniões, em 22 de Outubro de 2025.

Socorro Pimentel
Deputada

À 2ª comissão.

(REPUBLICADA)

Indicações

Indicação Nº 014264/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Vertentes.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Israel Ferreira, Prefeito; Paulo de Lú de demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.
Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.
O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.
A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.
Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014265/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Cupira.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora; Eduardo da Fonseca Lira, Prefeito; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Emerson Ferreira Calado e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.
Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.
O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.
A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.
Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014266/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Brejão.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Saulo Henrique Florentino de Barros, Prefeito; Cícero Dionísio da Silva e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.
Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.
O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma

edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.
A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.
Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014267/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Angelim.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Carlos Henrique Figueiredo Lopes Lima, Prefeito; Alexandro Ferreira de Rocha e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.
Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.
O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.
A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.
Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014268/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Capoeiras.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Joaquim Costa Teixeira, Prefeito; Antonio Ferreira de Melo e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.
Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.
O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.
A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.
Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014269/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Panelas.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Ruben de Lima, Prefeito; Everaldo Ricardo da Silva e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.
Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.
O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.
A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.
Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014270/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Carnaíba.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; WAMBERG ANTONIO AMARAL GOMES, Prefeito; Alex Mendes da Silva e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.

Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.

O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.

A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.

Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014271/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de Gravatá.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Joseilto Gomes da Silva, Prefeito.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.

Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.

O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.

A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.

Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014272/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, no sentido de promoverem ação estadual denominada Conexão de Negócios, no município de São Benedito do Sul.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora; Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Secretário de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco; Zé Baiano, Prefeito; Aluísio João Soares Da Silva e demais vereadores, Vereadores.

Justificativa

A iniciativa Conexão de Negócios, promovida pelo Governo de Pernambuco por meio da SEDEPE, é um importante instrumento de estímulo à economia local e de fortalecimento do empreendedorismo nas diversas regiões do Estado. O projeto tem como objetivo aproximar empreendedores, trabalhadores e instituições públicas, oferecendo capacitação, orientação técnica, formalização de pequenos negócios e oportunidades de integração com o setor produtivo.

Eventos recentes realizados em outros municípios se mostraram um importante vetor na geração de novos empreendimentos, na troca de experiências e na difusão de boas práticas de gestão e inovação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico local.

O município para o qual ora se solicita a realização do Conexão de Negócios, reúne características favoráveis à realização de uma edição do evento, possuindo forte vocação comercial, crescente número de micro e pequenos empreendedores e uma população engajada na busca por qualificação e geração de renda. Além disso, sua localização estratégica o torna um polo natural de articulação regional.

A promoção do evento no município fortalecerá a política estadual de interiorização das ações de desenvolvimento profissional e empreendedorismo, ampliando o acesso da população a capacitações, oportunidades de negócios e mecanismos de fomento à economia local.

Por essas razões, a presente Indicação busca estimular a realização do Conexão de Negócios no município, como parte de uma estratégia contínua de valorização do empreendedorismo, de incentivo à inovação e de promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas regiões de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014273/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra e à Excelentíssima Sra. Secretária de Cultura do Estado de Pernambuco, Cacau de Paula, no sentido de promoverem a instalação de Centros Educacionais Unificados(CEUs da Cultura) nos municípios do Agreste de Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora; Cacau de Paula, Secretária de Cultura.

Justificativa

A implantação dos Centros Educacionais Unificados — CEUs da Cultura — representa uma política pública essencial para a democratização do acesso à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer, ao reunir em um mesmo equipamento espaços para leitura, bibliotecas, teatro, estúdios, oficinas, quadras esportivas e convivência comunitária. Tais centros se caracterizam como polos de

formação cidadã, valorização das expressões artísticas locais e promoção da inclusão social.

Na semana passada, foi anunciado pelo governo estadual, em solenidade no Palácio do Campo das Princesas, a liberação de ordem de serviço para a construção de 15 equipamentos CEUs da Cultura, com recursos federais, em parceria com o Estado. Entretanto, observou-se que nenhum dos municípios contemplados pertence à região do Agreste de Pernambuco.

Diante disso, torna-se fundamental que o Estado promova a interiorização desta política pública, contemplando especificamente os municípios do Agreste — região marcada por intensa produção cultural, vasto patrimônio de manifestações populares (como forró, reisado, quadrilhas juninas, dentre outras), e, ao mesmo tempo, por desigualdades estruturais no acesso a equipamentos públicos e políticas de formação. A instalação dos CEUs da Cultura em polos do Agreste permitirá:

Fortalecer a equidade territorial, assegurando que jovens, crianças e adultos do interior tenham acesso ao mesmo nível de infraestrutura cultural que a capital ou a Região Metropolitana;

Valorizar o capital humano local, estimulando a formação de novos fazedores de cultura, criadores, agentes de economia criativa e empreendedores culturais em suas localidades;

Promover o desenvolvimento regional, com repercussões econômicas e sociais nos territórios ao redor desses polos, gerando emprego, qualificação e fortalecimento da identidade local;

Contribuir para que a cultura deixe de ser vista apenas como lazer ou entretenimento, mas como instrumento de inclusão, cidadania, educação e convivência.

Portanto, a presente Indicação propõe que o Governo do Estado e a Secretaria de Cultura deem prioridade à seleção de municípios do Agreste para receberem os CEUs da Cultura, nas próximas etapas, estabelecendo cronograma, critérios de seleção participativa com as comunidades locais e articulação com as prefeituras municipais, para que estes equipamentos se tornem realidade em tempo hábil e em condições de atender às demandas regionais.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014274/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra e à Excelentíssima Sra. Secretária de Cultura do Estado de Pernambuco, Cacau de Paula, no sentido de promoverem a instalação de Centros Educacionais Unificados(CEUs da Cultura) nos municípios da Zona da Mata Sul.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora; Cacau de Paula, Secretária de Cultura.

Justificativa

A implantação dos Centros Educacionais Unificados — CEUs da Cultura — representa uma política pública essencial para a democratização do acesso à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer, ao reunir em um mesmo equipamento espaços para leitura, bibliotecas, teatro, estúdios, oficinas, quadras esportivas e convivência comunitária. Tais centros se caracterizam como polos de formação cidadã, valorização das expressões artísticas locais e promoção da inclusão social.

Na semana passada, foi anunciado pelo governo estadual, em solenidade no Palácio do Campo das Princesas, a liberação de ordem de serviço para a construção de 15 equipamentos CEUs da Cultura, com recursos federais, em parceria com o Estado.

Entretanto, observou-se que nenhum dos municípios contemplados pertence à região da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Diante disso, torna-se fundamental que o Estado promova a interiorização desta política pública, contemplando especificamente os municípios da Zona da Mata Sul — região marcada por intensa produção cultural, vasto patrimônio de manifestações populares (como forró, reisado, quadrilhas juninas, dentre outras), e, ao mesmo tempo, por desigualdades estruturais no acesso a equipamentos públicos e políticas de formação. A instalação dos CEUs da Cultura em polos da Mata Sul permitirá:

Fortalecer a equidade territorial, assegurando que jovens, crianças e adultos do interior tenham acesso ao mesmo nível de infraestrutura cultural que a capital ou a Região Metropolitana;

Valorizar o capital humano local, estimulando a formação de novos fazedores de cultura, criadores, agentes de economia criativa e empreendedores culturais em suas localidades;

Promover o desenvolvimento regional, com repercussões econômicas e sociais nos territórios ao redor desses polos, gerando emprego, qualificação e fortalecimento da identidade local;

Contribuir para que a cultura deixe de ser vista apenas como lazer ou entretenimento, mas como instrumento de inclusão, cidadania, educação e convivência.

Portanto, a presente Indicação propõe que o Governo do Estado e a Secretaria de Cultura deem prioridade à seleção de municípios da Zona da Mata Sul para receberem os CEUs da Cultura, nas próximas etapas, estabelecendo cronograma, critérios de seleção participativa com as comunidades locais e articulação com as prefeituras municipais, para que estes equipamentos se tornem realidade em tempo hábil e em condições de atender às demandas regionais.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014275/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja feito um apelo ao Prefeito da cidade do Paulista, Exmo. Sr. Severino Ramos de Santana e ao, Secretário de Infraestrutura, Exmo. Sr. Jorge Carreiro no sentido de providenciar implantação de uma faixa de pedestres na Avenida Antônio Cabral, nas proximidades do retorno da PE-22 (sentido Maria Farinha), na Cidade de Paulista.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Severino Ramos de Santana, Prefeito da cidade do Paulista; Jorge Carreiro, Secretário de Infraestrutura do Paulista.

Justificativa

A solicitação tem como objetivo garantir maior segurança viária aos pedestres que circulam pela Avenida Antônio Cabral, especialmente nas imediações do retorno da PE-22, onde há grande fluxo de veículos e travessias constantes de pedestres.

Trata-se de um ponto de intenso movimento, tanto de moradores locais quanto de usuários que se deslocam para a região de Maria Farinha, havendo ainda comércio, paradas de transporte público e estabelecimentos escolares e residenciais nas redondezas.

A ausência de uma faixa de pedestres devidamente sinalizada expõe os transeuntes a riscos de atropelamento e dificulta a travessia segura, principalmente de idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida.

Ante o exposto, resta-nos solicitar de nossos ilustres pares a aprovação desta indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

PASTOR JUNIOR TERCIO
Deputado

Indicação Nº 014276/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo à Excelentíssima Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, ao Excelentíssimo Sr.Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco, André Teixeira Filho, e ao Ilustríssimo Sr. Presidente do Detran-PE, Vladimir Lacerda Melquiades, no sentido de promoverem a realização de cursos de **Pilotagem Defensiva** e **Superando o Temor de Dirigir** em municípios do interior do Estado, com o objetivo de ampliar o acesso à educação para o trânsito e fortalecer as políticas de segurança viária em Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora; André Texeira Filho, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Vladimir Lacerda Melquiades, Presidente do Detran.

Justificativa

O Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN-PE vem realizando, na capital, importantes ações de educação para o trânsito, a exemplo do curso gratuito de Pilotagem Defensiva, voltado para motociclistas habilitados na categoria “A”, e da 2ª edição do curso “Superando o Temor de Dirigir”, destinado a mulheres com Carteira Nacional de Habilitação (CNH), ambos voltados à promoção da segurança e da confiança no trânsito.

Conforme notícia publicada no portal oficial do DETRAN-PE (https://www.detran.pe.gov.br/noticias/2276-detran-pe-promove-capacitacoes-gratuitas-de-pilotagem-defensiva-e-2-edicao-de-superando-o-temor-de-dirigir), essas iniciativas gratuitas têm proporcionado educação viária, redução de acidentes e incentivo à condução responsável.

Entretanto, observa-se que tais cursos têm ocorrido, até o momento, apenas na Região Metropolitana do Recife, o que limita a participação de condutores e condutoras residentes em outras regiões do Estado. Diante disso, propõe-se a interiorização dessas capacitações, com a realização de turmas em municípios estratégicos das diferentes Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco, a exemplo de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada, Petrolina, Arcoverde e Salgueiro.

A interiorização dos cursos permitirá:

Ampliar o alcance social das políticas de educação no trânsito;

Promover maior equidade regional, oferecendo as mesmas oportunidades de formação aos cidadãos do interior;

Reduzir a sinistralidade, especialmente entre motociclistas e condutoras que enfrentam maiores desafios de mobilidade;

Estimular o protagonismo feminino no trânsito, por meio de ações de empoderamento e capacitação técnica.

Os resultados positivos obtidos nas edições realizadas em Recife demonstram a eficácia dos cursos e justificam sua expansão territorial. A adoção de um cronograma itinerante pelo DETRAN-PE, com apoio da Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura, trará benefícios concretos à população e contribuirá para a consolidação de uma cultura de paz e responsabilidade no trânsito em todas as regiões do Estado.

Diante do exposto, a presente Indicação busca contribuir para a consolidação de políticas públicas de educação, cidadania e segurança viária, pilares fundamentais para a redução de acidentes e a valorização da vida nas estradas e vias urbanas de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Deputado

Indicação Nº 014277/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado apelo ao Ilmo. Sr. Ricardo José Santos da Silva, Superintendente Estadual dos Correios em Pernambuco, no sentido de que **seja ampliado o horário de atendimento da agência de Poção, no Agreste de Pernambuco**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Ricardo José Santos da Silva, superintendente estadual dos Correios em Pernambuco; Frederico de Siqueira Filho, ministro de Estado das Comunicações; João Guilherme Vasconcelos de Sousa, prefeito do município de Poção; Napoleão Cordeiro Almeida Júnior (Junior de Batalha), vereador de Poção.

Justificativa

Em atendimento à demanda apresentada ao nosso gabinete pelo vereador de Poção, Napoleão Cordeiro Almeida Júnior (Júnior de Batalha), encaminhamos, por meio desta indicação, a justa reivindicação dos cidadãos poçoenses no sentido de ampliar o horário de funcionamento da agência local dos Correios, passando a oferecer atendimento de segunda a sexta-feira.

Após um período em que a referida agência permaneceu fechada, recebemos a informação de que as atividades foram retomadas em 3 de novembro. Contudo, de acordo com dados posteriores, a partir de 10 de novembro do corrente ano, o atendimento passará a ocorrer somente em três dias da semana: segunda, terça e quarta-feira.

É importante destacar que os Correios, especialmente em suas agências localizadas no interior, muitas vezes exercem um papel além de sua função institucional, considerando os serviços vinculados ao sistema bancário e à Receita Federal, que facilitam o acesso da população a diversos serviços essenciais.

Tal fato é ainda mais relevante para os moradores que não dispõem de meios de deslocamento até municípios vizinhos onde esses serviços estão disponíveis.

Diante do exposto, reafirmamos a relevância e urgência deste pleito, entendendo que o funcionamento integral da agência é fundamental para garantir a continuidade dos serviços públicos prestados à população local. Assim, apresentamos esta indicação como forma de atender a uma demanda legítima e necessária dos cidadãos de Poção.

Solicito aos meus Pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

WALDEMAR BORGES
Deputado

Indicação Nº 014278/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviada à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, e ao Sr. Renato Rocha Leite, no sentido de viabilizarem a reforma da Delegacia de Polícia, em Araripina.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Sr. Renato Márcio Rocha Leite, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Sebastião Dias de Souza Filho, Vereador de Araripina; Exmo. Sr. Ronnielson Rodrigues, Vereador de Araripina; Exmo. Sr. Luciano Belo, Vereador de Araripina; Exmo. Sr. Naicon Arruda, Vereador de Araripina.

Justificativa

A presente Indicação tem por objetivo solicitar a urgente reforma da Delegacia de Polícia de Araripina, equipamento público de extrema relevância para a segurança da população do Sertão do Araripe. A unidade, que há anos atua no enfrentamento à criminalidade e na garantia dos direitos dos cidadãos, carece de melhorias estruturais que assegurem melhores condições de trabalho aos profissionais da segurança pública e um atendimento mais digno e eficiente à população.

Tal medida alinha-se aos princípios e diretrizes do Programa “Juntos pela Segurança”, iniciativa do Governo do Estado que representa o maior investimento na segurança pública da história de Pernambuco, voltado à modernização das forças de segurança, valorização dos servidores e fortalecimento das estruturas policiais em todo o território pernambucano.

A reforma da Delegacia de Araripina contribuirá diretamente para o fortalecimento do sistema de segurança pública regional, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades investigativas e administrativas, além de proporcionar mais conforto e segurança à população atendida.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Indicação Nº 014279/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviada à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, e ao Sr. Renato Rocha Leite, no sentido de viabilizarem a reforma da Delegacia de Polícia, em Ouricuri.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Sr. Renato Márcio Rocha Leite, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Francisco Vítor Ramos Coelho, Prefeito do Município de Ouricuri; Câmara de Vereadores do Município de Ouricuri, À Direção.

Justificativa

A presente Indicação tem por finalidade solicitar a urgente reforma da Delegacia de Polícia de Ouricuri, importante equipamento público responsável por garantir a segurança e a cidadania da população do Sertão do Araripe. A unidade encontra-se em condições estruturais que demandam melhorias significativas, a fim de proporcionar um ambiente de trabalho mais adequado aos servidores e um atendimento mais eficiente e humanizado aos cidadãos.

A iniciativa se insere no contexto do Programa “Juntos pela Segurança”, o maior investimento na segurança pública da história de Pernambuco, que tem promovido a modernização das forças de segurança, a valorização dos profissionais e a requalificação das estruturas policiais em todas as regiões do Estado.

A reforma da Delegacia de Ouricuri representa um passo essencial para o fortalecimento da segurança pública regional, contribuindo para a melhoria das condições operacionais da Polícia Civil e para o aumento da sensação de segurança da população.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Indicação Nº 014280/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviada à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, e ao Sr. Renato Rocha Leite, no sentido de viabilizarem a reforma da Delegacia de Polícia, em Ipubi.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Sr. Renato Márcio Rocha Leite, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. João Marcos Siqueira Torres, Prefeito do Município de Ipubi; Câmara de Vereadores do Município de Ipubi, À Direção.

Justificativa

A presente Indicação tem por objetivo solicitar a reforma da Delegacia de Polícia de Ipubi, equipamento essencial para a manutenção da ordem pública e para o fortalecimento da segurança no Sertão do Araripe. A unidade policial necessita de

melhorias estruturais urgentes que garantam melhores condições de trabalho aos servidores e um atendimento mais digno, ágil e humanizado à população local.

Essa ação está plenamente alinhada com o Programa “Juntos pela Segurança”, iniciativa do Governo do Estado que representa o maior investimento na segurança pública da história de Pernambuco, voltado à modernização das instituições de segurança, à valorização dos profissionais e à reestruturação das unidades policiais em todo o território pernambucano.

A reforma da Delegacia de Ipubi trará impactos positivos diretos para o sistema de segurança regional, fortalecendo as atividades investigativas, ampliando a capacidade de atendimento à população e contribuindo para a efetiva promoção da paz social.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Indicação Nº 014281/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviada à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, e ao Sr. Renato Rocha Leite, no sentido de viabilizarem a reforma da Delegacia de Polícia, em Moreilândia.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Sr. Renato Márcio Rocha Leite, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Vicente Teixeira Sampaio Neto, Prefeito do Município de Moreilândia; Exma. Sra. Maria Heduarda Oliveira Ferreira, Vereadora do Município de Moreilândia.

Justificativa

A presente Indicação tem por finalidade solicitar a reforma da Delegacia de Polícia de Moreilândia, equipamento público fundamental para a segurança e a garantia dos direitos da população do Sertão do Araripe. A unidade policial necessita de intervenções estruturais urgentes, de modo a assegurar melhores condições de trabalho aos profissionais da segurança pública e um atendimento mais digno, seguro e eficiente aos cidadãos.

A proposta está em consonância com o Programa “Juntos pela Segurança”, política pública lançada pelo Governo do Estado que representa o maior investimento na segurança pública da história de Pernambuco, com foco na modernização das estruturas policiais, na valorização dos servidores e no fortalecimento da presença do Estado em todas as regiões.

A reforma da Delegacia de Moreilândia contribuirá significativamente para o aprimoramento das ações de investigação e de atendimento ao público, fortalecendo a rede de segurança pública do Sertão e promovendo mais tranquilidade e proteção à população local.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Indicação Nº 014282/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviada à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, e ao Sr. Renato Rocha Leite, no sentido de viabilizarem a reforma da Delegacia de Polícia, em Santa Filomena.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Sr. Renato Márcio Rocha Leite, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Pedro Gildevan Coelho Melo, Prefeito do Município de Santa Filomena; Câmara de Vereadores do Município de Santa Filomena, À Direção.

Justificativa

A presente Indicação tem por objetivo solicitar a reforma da Delegacia de Polícia de Santa Filomena, equipamento público essencial para a manutenção da segurança e da ordem no Sertão do Araripe. A unidade necessita de melhorias estruturais urgentes, de forma a garantir um ambiente de trabalho mais adequado aos profissionais da segurança pública e um atendimento mais humanizado e eficiente à população.

Essa ação está alinhada ao Programa “Juntos pela Segurança”, iniciativa do Governo do Estado que representa o maior investimento na segurança pública da história de Pernambuco, voltado à requalificação das unidades policiais, à modernização dos equipamentos e à valorização dos servidores das forças de segurança.

A reforma da Delegacia de Santa Filomena trará benefícios diretos à comunidade local, fortalecendo as atividades investigativas e o atendimento ao público, além de reforçar a presença e a eficiência do Estado na promoção da paz e da justiça no Sertão pernambucano.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Indicação Nº 014283/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviada à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, e ao Sr. Renato Rocha Leite, no sentido de viabilizarem a reforma da Delegacia de Polícia, em Santa Cruz.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Sr. Renato Márcio Rocha Leite, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Adegildo Guimarães Soares, Prefeito do Município de Santa Cruz; Exma. Sra. Maria Solidade Alves Teixeira, Vereadora do Município de Santa Cruz.

Justificativa

A presente Indicação tem por finalidade solicitar a reforma da Delegacia de Polícia de Santa Cruz, equipamento público fundamental para a manutenção da segurança e da ordem no Sertão do Araripe. A unidade necessita de melhorias estruturais urgentes, que assegurem melhores condições de trabalho aos profissionais da segurança pública e um atendimento mais digno, eficiente e seguro à população.

A medida está em plena consonância com o Programa “Juntos pela Segurança”, que representa o maior investimento na segurança pública da história de Pernambuco, promovendo a modernização das estruturas policiais, a valorização dos servidores e o fortalecimento das ações integradas de combate à criminalidade em todas as regiões do Estado.

A reforma da Delegacia de Santa Cruz proporcionará avanços significativos para o sistema de segurança pública regional, ampliando a capacidade operacional da Polícia Civil, fortalecendo o trabalho investigativo e assegurando à população um serviço público mais qualificado e acolhedor.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Requerimentos

Requerimento Nº 004385/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja aprovado Voto de Aplauso ao Parque Nacional do Catimbau, localizado no Sertão do Estado de Pernambuco, pela candidatura ao título de Geoparque Mundial da UNESCO, reconhecendo a relevância científica, ambiental, cultural e turística desta unidade de conservação.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exmo. Sr. Túlio Monteiro, Prefeito de Buíque; Exmo. Sr. José Ronaldo, Prefeito de Tupanatinga; Exmo. Sr. José Wellinton de Melo Siqueira, Prefeito de Ibirimir; Associação dos Condutores de Turismo do Parque Nacional do Catimbau - ACONTURC, Presidente Hirandir João de Lima e Silva; Associação dos Guias de Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau - AGTURC, Presidente Jandoelma Constantino; Ilmo. Sr. Waber Novamuel, Diretor Rindo Eco Camping.

Justificativa

O Parque Nacional do Catimbau, localizado entre os municípios de Buíque, Ibirimir e Tupanatinga, no Sertão do Moxotó, é a segunda maior unidade de conservação de Pernambuco, abrigando um vasto patrimônio geológico, arqueológico, paleontológico e cultural. Sua paisagem singular — composta por formações areníticas esculpidas pelo tempo, grutas, sítios rupestres e biodiversidade típica da Caatinga — representa um dos mais expressivos testemunhos da história natural do Nordeste brasileiro.

O Parque já é reconhecido como núcleo da Reserva da Biosfera da Caatinga, demonstrando sua importância estratégica para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região. Sua potencial candidatura a Geoparque Mundial da UNESCO reforça o compromisso do Estado com as diretrizes globais de preservação, educação ambiental, turismo sustentável e valorização das comunidades locais.

Atualmente, o Brasil conta com seis Geoparques Mundiais reconhecidos pela UNESCO — Araripe (CE), Seridó (RN), Caminhos dos Cânions do Sul (SC/RS), Caçapava (RS), Quarta Colônia (RS) e Uberaba (MG). A inclusão do Catimbau nessa rede internacional representaria não apenas o reconhecimento do patrimônio geológico de Pernambuco, mas também uma oportunidade de fortalecimento científico, econômico e cultural, especialmente para o Sertão do Estado.

Assim, este Requerimento busca manifestar o apoio institucional da Assembleia Legislativa de Pernambuco à candidatura do Parque Nacional do Catimbau e solicitar a articulação formal entre os órgãos competentes — SEMAS, MMA, ICMBio e UNESCO — para viabilizar o processo de reconhecimento como Geoparque Mundial.

Diante da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 30 de Outubro de 2025.

JUNIOR MATUTO
Deputado

(REPUBLICADO)

Requerimento Nº 004403/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja registrado **VOTO DE APLAUSO** à Associação Conexão Social, na pessoa da diretora Laura, pelos 20 anos de fundação.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Laura Luzia de Barros Lima, Diretora Institucional da Associação Conexão Social.

Justificativa

A Associação Conexão Social foi fundada em maio de 2005, pelos ideais de desenvolver a zona da mata pernambucana por Laura Luzia de Barros Lima, Ione Severina da Silva, Vitória Silva de Oliveira, Maria Bezerra. AACS é uma organização não governamental, que tem no seu princípio o processo de desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Tem na articulação da rede de direitos e proteção de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas e a rede de esporte para transformação social, tendo como missão "Impulsionar a inclusão social por meio da conexão com projetos inovadores de educação transformadora".

Comprometida com o processo de desenvolvimento, atende em torno de 1.063 pessoas nos diversos projetos e ações desenvolvidas com crianças, adolescentes, jovens, mulheres e pessoas idosas, além das atividades socioassistenciais que asseguram o fortalecimento de vínculo com os familiares dos participantes.

A entidade Conexão Social, pelo seu trabalho, ganhou destaque na Zona da Mata Norte e, ao longo do tempo, conseguiu financiamentos com instituições nacionais e internacionais e parcerias com entidades privadas e públicas no âmbito federal, estadual e municipais da região. Destacamos entre financiadores e parceiros da Conexão: Fundação Kellogg, Redes de Jovens Nordeste, Instituto HSBC Solidariedade, CESE – Coordenadoria Ecmêmica de Serviço, streetfootballworld Brasil, Fundação Itaú Social e Governo do Estado de Pernambuco, Bayer Brasil, Lojas 2001, Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga, Auto Belo, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, VWFS, Banco Daycoval, Telefônica Brasil, Man Energy Sol, Banco do Brasil, BrasilCap, Elecnor do Brasil, Endered, Ticket S.A, Laureus Sport For Good, Nike, B3, Caixa Capitalização.

Com uma infraestrutura e equipamentos próprios tendo à frente Laura Luzia de Barros Lima, Diretora Institucional; Vitória Silva de Oliveira, Diretora Financeira e Erlane Maria Bezerra, Diretora Secretária e uma equipe multidisciplinar formadas por Andreis Victor Santana dos Santos, Geovane da Silva Lima, Maria Eduarda Rodrigues Vasconcelos, Arthur Yure dos Santos Pereira, Leandro Inácio de Santana, Thiago Manuel da Silva, José Matheus da Moura, Maria Ystella Áurea de Lima, Albenise Maria de Santana, Fernanda da Silva Andrini, Ana Paula Inácia da Silva, Marília Eduarda dos Santos, Natália Esmeralda da Silva, Jênifer Daiane Tomé Farias, Kleyttton Diógenes da Silva, Daniel José da Silva Neto, Aparício Luís dos Santos, Wenderson Rodrigues da Silva Farias, João Lucas Vieira França, Vitória Silva de Oliveira, Adrison Felipe Freire e Silva, Tatiane Maria da Silva, Márcio Rodolfo de Lima, Kilma Suênia Maria Cabral, Elizete Henrique dos Santos, Luciene Maria do Nascimento, João Vítor Tomé Silva Gomes, Marcus Guilherme Albuquerque Gomes, Beatriz Sandra da Silva, Vitória Régia de Barros Monteiro, Heloísa Beatriz da Silva Hora, Paulo Henrique Geronimo da Silva, Marco Paulo da Silva Barbosa, Jaciedina da Silva Lima Camarotti, Mateus Felipe de Santana Ferreira, Jenifer Cristina Farias de Santana, laura Luzia de Barros Lima, Tarmii Maria de Lima, Laura Ariel Gomes de Lima, Rosicleide da Conceição Silva, Luanderson Arlindo de Oliveira, Jailson Sousa Felix, Anna Beatriz de Lima Melo Silva, Lucas Roberto da Silva, Raphael Emanuel de Andrade Caitano, José Mendes Neto, Alex Jonata de Santana da Silva, Irlane Ivanilza dos Santos Silva, Ana Beatriz da Silva Félix, Paulo José de Santana, Maria da Conceição da Silva, Helionelys da Cruz Barbosa, Ione Severina da Silva, Maria José dos Santos, Rosimere Rosilda da Silva e Hernandez Fernandes Borba, trabalham em ações e projetos que disseminam valores da solidariedade e cooperação, e desenvolvendo ações no campo da formação profissional, esporte, inclusão social, digital, como também, políticas de alta complexidade como liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade e acolhimento institucional para atender as demandas existente no município.

Destacamos entre os projetos virtuosos da ACS: Inclusão Digital e Social das pessoas idosas, VamoSimbora, Passaporte Digital, Oportunizar Comunidade Urbana e Rural, Skate Livre, Inovação e Tecnologia com Elas, entre tantos ao longo de duas décadas. Sendo assim, mais que justo o voto de APLAUSO à direção e a todos que fazem parte da Associação Conexão Social pelos 20 anos de fundação e pelo papel que desempenha na sociedade de Lagoa de Itaenga e região.

Pelo exposto, solicito aos nobres pares que aproveim o **VOTO DE APLAUSO**.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

DELEGADA GLEIDE ANGELO
Deputada

Requerimento Nº 004404/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja realizada uma REUNIÃO SOLENE no dia 09 de dezembro de 2025, em homenagem ao dia do Oficial R2.

Justificativa

O presente requerimento tem por objetivo a realização de **Reunião Solene no dia 09 de dezembro de 2025, em homenagem ao Dia do Oficial R2**.

É digno denota que o “**DIA DO OFICIAL DA RESERVA R/2**”, instituído por meio da Portaria Nº 429/2006, comemorado no dia 04 de novembro, dá-se em homenagem à data de nascimento do Patrono dos Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, o Tenente Coronel Luís de Araújo Correia Lima. Com seu exemplar estudo da doutrina militar e da experiência internacional, ficou notabilizado como idealizados da formação de oficiais temporários. Graças à sua audaciosa visão, hoje dispomos de um corpo qualificado de Reservistas R2, permitindo que a nação brasileira conte com cidadãos altamente capacitados e disponíveis para a defesa da pátria e manutenção da ordem e da paz. Em tempos de valorização de nossa estimada soberania, configura-se medida de elevada justiça a presente homenagem de aos Oficiais R2.

Diante do exposto, conclamamos os nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

RENATO ANTUNES
Deputado

Requerimento Nº 004405/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSOS à Exma. Sra. Prefeita do município de Trindade, Helbe Rodrigues, pela brilhante realização da X Expogesso, ocorrida naquela cidade entre os dias 23 e 26 de outubro, evento que se consolida como referência no setor gessoireo nacional e vitrine do potencial econômico, cultural e social da região do Araripe.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Helbe da Silva Rodrigues Nascimento, Prefeita do município de Trindade.

Justificativa

Este pleito objetiva encaminhar um VOTO DE APLAUSOS à Exma. Sra. Prefeita do município de Trindade, Helbe Rodrigues, pela brilhante realização da X Expogesso, ocorrida naquela cidade entre os dias 23 e 26 de outubro, evento que se consolida como referência no setor gessoireo nacional e vitrine do potencial econômico, cultural e social da região do Araripe,

A X Expogesso reuniu empresários, trabalhadores, estudantes, autoridades e visitantes, promovendo o intercâmbio de ideias, o fortalecimento de parcerias e a difusão de novas tecnologias voltadas para o setor gessoireo, que é vital para o desenvolvimento econômico de Pernambuco. O evento destacou a importância da cadeia produtiva do gesso, responsável por milhares de empregos e por impulsionar a economia local e regional.

Além do aspecto econômico, a Expogesso valorizou as tradições culturais do município, com apresentações artísticas, manifestações

populares e integração entre comunidades, reafirmando a identidade de Trindade como polo de inovação e cultura.

Parabenizo a Prefeitura Municipal de Trindade, em especial a Prefeita Helbinha, os organizadores, apoiadores e todos os envolvidos pela dedicação, competência e empenho na realização da X Expogesso. Ressalto o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a promoção da educação e capacitação profissional, evidenciados durante o evento.

Que este voto de aplausos seja registrado nos anais desta Casa Legislativa como reconhecimento público à iniciativa e como estímulo para que Trindade continue a se destacar e a contribuir para o progresso de Pernambuco.

Reitero minha admiração e respeito ao município de Trindade-PE pela realização da X Expogesso, desejando que o evento siga crescendo e fortalecendo ainda mais o setor gessoireo, a cultura e a economia local.

Por tudo exposto, peço que os nobres Pares aproveim esta Indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

ROBERTA ARRAES
Deputada

Requerimento Nº 004406/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas das formalidades regimentais, seja formulado um Voto de Congratulações ao Desembargador Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello pela sua eleição à presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizada no dia 03 de novembro de 2025.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exmo. Sr. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Justificativa

Manifêsto votos de congratulações ao Desembargador Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello pela sua eleição, por aclamação, à presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A trajetória do novo presidente do TJPE é marcada por sólida formação jurídica, dedicação à causa pública e compromisso com o aperfeiçoamento das instituições do Estado. Nascido no Recife, bacharel em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, o Desembargador Bandeira de Mello reúne uma rica experiência na administração pública e no serviço jurídico, tendo atuado com destaque como Procurador do Tribunal de Contas, Procurador do Estado e, desde 2006, como membro desta honrosa Corte.

No Tribunal de Justiça, desempenhou importantes funções, como a presidência da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno, a direção da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE) e, mais recentemente, a Corregedoria-Geral da Justiça, sempre demonstrando equilíbrio, competência e elevado espírito público.

Sua eleição para a presidência do TJPE é o reconhecimento natural de uma trajetória pautada pela ética, pelo saber jurídico e pelo diálogo institucional. Tenho plena convicção de que sua gestão contribuirá para o fortalecimento da Justiça pernambucana, em benefício da cidadania e do Estado Democrático de Direito.

Coloco nosso mandato à disposição do Tribunal de Justiça de Pernambuco para o que for necessário ao avanço das pautas de modernização, transparência e fortalecimento do acesso à Justiça, desejando êxito pleno ao Desembargador Francisco Bandeira de Mello e a toda a nova Mesa Diretora — composta pelos Desembargadores Alberto Virgínio, Fausto Campos e Alexandre Assunção — no exercício de suas nobres funções.

Reafirmo, com respeito e admiração, o reconhecimento pelo trabalho e pela contribuição do novo presidente à magistratura e ao Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Requerimento Nº 004407/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas das formalidades regimentais, seja formulado um Voto de Congratulações ao Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto, pela sua brilhante e dedicada gestão à frente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exmo. Sr. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Justificativa

Quero expressar, em meu nome e em nome deste mandato parlamentar, votos de congratulações ao Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto, pela sua brilhante e dedicada gestão à frente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A trajetória do Desembargador Ricardo Paes Barreto é motivo de orgulho para o nosso Estado. Nascido no Recife, bacharel, mestre e doutor em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, construiu uma carreira sólida, marcada por competência, compromisso público e amor à Justiça. Desde o início de sua atuação como juiz substituto, em 1989, até alcançar a presidência do TJPE, consolidou-se como uma das figuras mais respeitadas do Judiciário pernambucano e nacional.

Durante sua presidência, o Tribunal de Justiça de Pernambuco reafirmou seu protagonismo institucional, ampliando o diálogo entre os poderes, investindo em tecnologia, modernização administrativa, interiorização da Justiça e valorização de magistrados e servidores. Sua gestão foi marcada por equilíbrio, serenidade e espírito público, reafirmando o TJPE como um pilar de credibilidade e eficiência.

Vale destacar que o Desembargador Ricardo Paes Barreto chegou a assumir o Governo do Estado de Pernambuco, honrando o cargo com excelência, responsabilidade e elevado senso institucional. Sua breve, mas significativa passagem pelo Executivo Estadual demonstrou sua capacidade de liderança, seu respeito às instituições e seu profundo compromisso com o interesse público.

Além de gestor exemplar, o Desembargador é também reconhecido pelo vasto legado acadêmico e intelectual, sendo autor de importantes obras jurídicas e referência na formação de novas gerações de juristas, como professor e pesquisador. Sua atuação extrapola o campo jurídico, contribuindo decisivamente para o fortalecimento da cultura jurídica e da cidadania em Pernambuco.

Por tudo isso, rendo homenagens ao Desembargador Ricardo Paes Barreto, cujo percurso inspira respeito, admiração e reconhecimento. Sua trajetória, marcada pela ética, pela erudição e pela entrega ao serviço público, engrandece o Poder Judiciário e honra o povo pernambucano.

Desejo-lhe pleno êxito em seus próximos desafios e reafirmo que este mandato permanece à disposição do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em defesa do fortalecimento da Justiça, do Estado de Direito e da cidadania.

Registro, com profundo respeito e gratidão, o reconhecimento ao Presidente Ricardo Paes Barreto, pela excelência de sua gestão e pela contribuição exemplar ao Judiciário e ao Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Requerimento Nº 004408/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas das formalidades regimentais, seja formulado um Voto de Congratulações ao novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dr. Carlos Gil Rodrigues Filho, nomeado pela governadora Raquel Lyra no dia 03 de novembro de 2025.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exmo. Sr. Carlos Gil Rodrigues Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Justificativa

Com muita alegria apresento Voto de Congratulações ao novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dr. Carlos Gil Rodrigues Filho, pela honrosa nomeação para compor a mais alta Corte do nosso Estado, ocupando a vaga reservada ao Quinto Constitucional da Advocacia.

A escolha anunciada pela governadora Raquel Lyra, representa o justo reconhecimento a uma trajetória marcada pela competência, pela ética e pelo compromisso inabalável com a Justiça e com o Estado Democrático de Direito.

Com 42 anos, o Dr. Carlos Gil Rodrigues Filho construiu uma sólida carreira na advocacia, com notável atuação nas áreas de Direito Eleitoral, Penal e Processual Penal, além de relevante contribuição institucional como Conselheiro Estadual da OAB-PE e desembargador titular do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

Destaco, ainda, a relevância do mecanismo do Quinto Constitucional, instrumento de fortalecimento da democracia e de aperfeiçoamento do Poder Judiciário, que permite a participação da advocacia e do Ministério Público na composição dos Tribunais, garantindo maior pluralidade de visões, equilíbrio institucional e aproximação entre o sistema de Justiça e a sociedade. A ascensão do Dr. Carlos Gil, por meio deste instituto, reafirma a importância da advocacia como pilar essencial da Justiça e demonstra a confiança da classe e do Governo do Estado em sua notória capacidade técnica e ilibado caráter.

Sua nomeação engrandece o Tribunal de Justiça de Pernambuco, trazendo consigo a força da advocacia pernambucana, o equilíbrio técnico e o olhar humanista que marcam sua atuação profissional. Tenho plena convicção de que o Dr. Carlos Gil exercerá suas funções com a mesma dedicação, prudência e senso de justiça que sempre pautaram sua trajetória.

Assim, registro meu reconhecimento e congratulações ao novo desembargador Carlos Gil Rodrigues Filho, desejando-lhe êxito, sabedoria e discernimento no exercício de suas elevadas responsabilidades junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Requerimento Nº 004409/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades Regimentais, que seja enviado um Voto de Aplausos ao Exmo. Senhor Doutor, Carlos Gil Rodrigues, recém empossado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Carlos Gil Rodrigues, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Justificativa
O presente Requerimento de Voto de Aplausos destina-se a congratular o Exmo. Senhor Carlos Gil Rodrigues por sua recente e merecida posse como Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Esta homenagem é um reconhecimento não apenas da ascensão a um cargo de tamanha relevância, mas também da trajetória profissional e pessoal do homenageado, marcada por dedicação, excelência e serviço à sociedade. Carlos Gil Rodrigues, natural do Recife, construiu uma sólida carreira no Direito. Advogado militante por mais de 18 anos, iniciou sua jornada ainda jovem, como estagiário aos 18 anos, demonstrando um compromisso precoce e duradouro com a área jurídica. Sua atuação profissional foi além dos tribunais, estendendo-se à representação de seus pares, como Conselheiro Estadual da OAB, Seccional Pernambuco, na gestão 2019-2021. Um dos pontos de maior destaque em sua biografia é o serviço prestado como Desembargador titular do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) por dois biênios consecutivos (2020 a 2024). Durante esse período, culminando no cargo de Ouvidor-Geral, Carlos Gil Rodrigues demonstrou um profundo senso de responsabilidade social e um firme compromisso com a cidadania. É digno de nota o seu trabalho na promoção de audiências públicas em todo o estado, uma iniciativa que aproximou a Justiça Eleitoral da sociedade civil e estimulou debates cruciais sobre temas sensíveis e de grande impacto, como a violência política de gênero e a ampliação da participação feminina na política. A advocacia pernambucana, por sua vez, chancelou seu nome com expressivo reconhecimento ao lhe conferir 5.983 votos na eleição direta da OAB-PE para a lista sêxtupla. Este resultado é um testemunho inequívoco da confiança, do respeito e do reconhecimento profissional de seus pares, especialmente considerando a competitividade do pleito. Assim, ao ascender ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Carlos Gil Rodrigues leva consigo uma bagagem de experiência, um histórico de excelência e um compromisso inabalável com a justiça e a causa pública. Pelas razões expostas, o envio de um Voto de Aplausos a Carlos Gil Rodrigues é a manifestação mais justa e merecida desta Casa Legislativa para saudar sua posse e reconhecer sua brilhante trajetória em prol do sistema judiciário e da sociedade pernambucana.
Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.
ROMERO ALBUQUERQUE Deputado

Requerimento Nº 004410/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades Regimentais, que seja enviado um Voto de Aplausos à inclita Mesa Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Exmo. Senhor Desembargador Francisco Bandeira de Mello (Presidente), Exmo. Senhor Desembargador Alberto Virginio (Primeiro Vice-Presidente), Exmo. Senhor Desembargador Fausto Campos (Segundo Vice-Presidente), Exmo. Senhor Desembargador Alexandre Assunção (Corregedor-Geral de Justiça) - eleita para conduzir os trabalhos do Judiciário Estadual no próximo biênio. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Francisco Bandeira de Mello, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Justificativa
O presente Requerimento de Voto de Aplausos tem por objetivo consignar o reconhecimento e as congratulações desta Casa Legislativa à Nova Mesa Diretora do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), empossada para conduzir os trabalhos da mais alta corte judiciária estadual no próximo biênio. Esta homenagem dirige-se ao Exmo. Senhor Desembargador Francisco Bandeira de Mello, novo Presidente, ao Exmo. Senhor Desembargador Alberto Virginio, Primeiro Vice-Presidente, ao Exmo. Senhor Desembargador Fausto Campos, Segundo Vice-Presidente, e ao Exmo. Senhor Desembargador Alexandre Assunção, Corregedor-Geral de Justiça. A eleição e posse da nova Mesa Diretora representa o ápice da carreira para estes ilustres magistrados, sendo o resultado da confiança e do respaldo de seus pares. Ocupar estes postos de comando exige não apenas profundo conhecimento jurídico, mas também comprovada capacidade administrativa, liderança e um inabalável compromisso com a ética pública. A nova gestão tem a missão fundamental de administrar o Poder Judiciário Estadual, zelando pela eficiência na prestação jurisdicional, pela modernização dos serviços e pela garantia de acesso à justiça para todos os cidadãos pernambucanos. É uma responsabilidade que impacta diretamente a vida social, econômica e política do estado. Dessa forma, o envio deste Voto de Aplausos é a forma mais justa de o Poder Legislativo de Pernambuco saudar e desejar sucesso aos novos dirigentes do Poder Judiciário, reconhecendo a importância das funções que assumem para a manutenção do equilíbrio institucional e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.
ROMERO ALBUQUERQUE Deputado

Requerimento Nº 004411/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso à aluna **Ana Júlia, do 4º Ano-A da Escola Municipal Professor Antônio de Souza Vilaça**, pela conquista do **1º lugar no Brasil na Olimpíada Brasileira de Raciocínio Lógico (OBRL)**, nível Zeta, bem como ao seu professor **Edson Rodrigo**, à gestora **Aparecida Barbosa da Silva**, e a toda a equipe da referida unidade escolar, no município de **Limoeiro-PE**. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Ana Júlia, Aluna da Escola Municipal Professor José Antônio de Souza Vilaça; Fernando Melo, Secretário de Educação e Esportes; Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima, Prefeito de Limoeiro; Edson Rodrigo, Professor da Escola Municipal Professor José Antônio de Souza Vilaça.

Justificativa
A conquista da aluna Ana Júlia , do 4º Ano-A da Escola Municipal Professor Antônio de Souza Vilaça , que obteve o 1º lugar no Brasil na Olimpíada Brasileira de Raciocínio Lógico (OBRL) , nível Zeta, é motivo de orgulho para toda a comunidade escolar e para o município de Limoeiro. O resultado alcançado pela estudante demonstra o potencial e a dedicação dos alunos da rede pública municipal, além de evidenciar o compromisso e a excelência do corpo docente e da equipe gestora da escola, sob a liderança da gestora Aparecida Barbosa da Silva e do professor Edson Rodrigo , responsável direto pela orientação e estímulo à aluna durante o processo de preparação. A Olimpíada Brasileira de Raciocínio Lógico (OBRL) é uma competição de abrangência nacional que busca incentivar o desenvolvimento do pensamento lógico, da concentração e da resolução de problemas, habilidades essenciais para o crescimento intelectual dos estudantes. Alcançar o primeiro lugar em uma competição dessa natureza é um marco que reforça a qualidade do ensino oferecido e o empenho conjunto entre educadores, gestores e alunos. A conquista de Ana Júlia é fruto do trabalho coletivo e da dedicação da Escola Municipal Professor Antônio de Souza Vilaça , que tem se destacado por promover uma educação inclusiva, inovadora e comprometida com a formação integral dos seus alunos. Trata-se de um exemplo inspirador que deve ser reconhecido e valorizado por todos aqueles que acreditam na educação como instrumento de transformação social. Por todo o exposto, requeiro à Mesa que, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa o presente Voto de Aplauso , com o devido envio de cópia à aluna Ana Júlia , ao professor Edson Rodrigo , à gestora Aparecida Barbosa da Silva , e a toda a equipe da Escola Municipal Professor Antônio de Souza Vilaça , em reconhecimento pelo brilhante resultado e pela contribuição à educação do município de Limoeiro.
Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.
JOÃO PAULO COSTA Deputado

Requerimento Nº 004412/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso ao Dr. Carlos Rodrigues Gil Filho, pela sua nomeação ao cargo de **Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, na vaga destinada ao **Quinto Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco (OAB-PE)**, em reconhecimento à sua destacada trajetória profissional, ética e jurídica. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Carlos Gil Rodrigues Filho, Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Justificativa
O presente Requerimento tem por objetivo prestar homenagem ao Dr. Carlos Rodrigues Gil Filho , recentemente nomeado pela Governadora Raquel Lyra para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) , por meio do Quinto

Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, em reconhecimento ao seu notável desempenho na advocacia, sua atuação exemplar na Justiça Eleitoral e sua contribuição ao fortalecimento das instituições jurídicas de nosso Estado. Dr. Carlos Gil é **pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal** pela **Escola de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE)** e possui também **pós-graduado Lato Sensu em Direito Eleitoral**, em sua trajetória profissional, atuou como **advogado militante** e foi **Conselheiro Estadual da OAB-PE** no biênio **2019/2021**, onde desempenhou papel relevante na defesa das prerrogativas da advocacia e na valorização institucional da Ordem. Em 2020, foi indicado e passou a exercer a função de **Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE)**, onde permaneceu até 2024, desempenhando suas funções com reconhecida competência, equilíbrio e dedicação. Em **junho de 2023**, foi eleito por aclamação pela Corte do TRE-PE para exercer o cargo de **Ouvidor-Geral** do Tribunal, função em que promoveu mais de **15 audiências públicas** em diversas regiões do Estado — incluindo Petrolina, Surubim, Caruaru e Palmares —, abordando temas de grande relevância, como **cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia**. Essas ações foram fundamentais para ampliar o diálogo entre o Tribunal, movimentos sociais, partidos políticos e a sociedade civil, fortalecendo a transparência e o acesso à informação, conforme o artigo 9º, inciso II, da Lei de Acesso à Informação. Sua atuação à frente da Ouvidoria e do TRE-PE foi marcada por sensibilidade, diálogo e compromisso com a igualdade de gênero na política, contribuindo para o enfrentamento à violência política e o incentivo à participação feminina no processo eleitoral. Sua postura firme e ética o consolidou como uma liderança respeitada no meio jurídico, sempre pautado pelo devido processo legal, pela paridade de armas entre as partes e pela defesa dos princípios democráticos. O prestígio e o reconhecimento da advocacia pernambucana a sua trajetória se refletem também na expressiva votação que obteve no processo de escolha da lista sêxtupla da OAB-PE, com **5.983 votos** dos advogados, bem como nos **44 votos** recebidos dos Desembargadores do TJPE na formação da lista triplíce. Com sua nomeação ao cargo de Desembargador do **Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco**, o Dr. **Carlos Rodrigues Gil Filho** representa não apenas o êxito individual de um jurista de carreira íntegra e exemplar, mas também o reconhecimento a uma trajetória marcada por competência técnica, compromisso institucional e dedicação ao serviço público. Dessa forma, esta Casa Legislativa **rende suas homenagens e aplausos ao novo Desembargador do TJPE, Dr. Carlos Rodrigues Gil Filho**, pela merecida ascensão ao mais alto grau da magistratura estadual, desejando-lhe pleno êxito na continuidade de sua missão em prol da Justiça e do Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.
JOÃO PAULO COSTA Deputado
Requerimento Nº 004413/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado Voto de Aplauso ao Excelentíssimo Senhor, Carlos Gil Rodrigues Filho, pela nomeação ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Presidente do TJPE; Des. Fausto de Castro Campos, 1º Vice-presidente do TJPE; Des. Eduardo Sertório Canto, 2º Vice-presidente do TJPE; Des. Francisco Bandeira de Mello, Corregedor-Geral do TJPE; Dr. Carlos Gil Rodrigues Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Justificativa
A escolha do advogado Carlos Gil Rodrigues Filho para compor o Tribunal de Justiça de Pernambuco representa um marco relevante para o sistema de Justiça do nosso Estado. Com mais de 18 anos de atuação na advocacia , sempre pautado pela ética, responsabilidade e qualificação técnica, Carlos Gil construiu uma trajetória marcada por resultados concretos. É pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal e em Direito Eleitoral ; atuou como Conselheiro da OAB Pernambuco (2019–2021) ; foi Desembargador Eleitoral Titular no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2020–2024) , onde também exerceu a função de ouvidor, liderando debates sobre participação feminina e enfrentamento à violência política de gênero. Na formação da lista triplíce para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, foi o mais votado pelos próprios membros da Corte , demonstrando respeito institucional e reconhecimento de seus pares. Posteriormente, foi nomeado para a vaga destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional. Sua chegada ao TJPE simboliza renovação e fortalecimento do colegiado . Traz a energia de quem representa uma nova geração de magistrados, aliando preparo técnico, visão contemporânea sobre o papel do Judiciário e sensibilidade para os desafios sociais. Sua jovialidade, longe de ser apenas característica pessoal, é expressão de postura moderna, abertura ao diálogo, capacidade de escuta e disposição para construção de soluções equilibradas. Por fim, este Parlamentar registra que o reconhecimento ora prestado não é apenas uma saudação formal, mas o reconhecimento institucional de uma trajetória marcada por mérito, preparo técnico e compromisso público. Que este voto seja recebido pelo novo Desembargador como sinal de respeito ao trabalho já realizado e como demonstração da confiança de que sua atuação no Tribunal de Justiça de Pernambuco será igualmente sólida, responsável e alinhada à Constituição e aos interesses da sociedade. O histórico profissional de Carlos Gil Rodrigues Filho, construído com seriedade na advocacia, na OAB e no Tribunal Regional Eleitoral, já produziu contribuições relevantes ao sistema de Justiça. Agora, como desembargador do TJPE, sua visão moderna, capacidade de diálogo e senso de responsabilidade fortalecerão ainda mais a Corte, qualificando decisões, ampliando perspectivas e incorporando uma postura de constante aprimoramento institucional. Que o Tribunal de Justiça de Pernambuco se beneficie da experiência acumulada e da energia de quem chega com espírito público, consciência do tamanho da responsabilidade e disposição para servir. Esta homenagem expressa nossa convicção de que o TJPE ganha um magistrado que honra o passado e que, a partir de agora, ajudará a construir um futuro ainda mais elevado para a Justiça pernambucana. Diante de todo o exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação do Requerimento.
Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.
CORONEL ALBERTO FEITOSA Deputado

Requerimento Nº 004414/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplauso à Rádio Liberdade de Caruaru, na pessoa do seu presidente, pela comemoração dos seus 60 anos de fundação, a serem comemorados no dia 05 de novembro do corrente ano. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Ilmo. Sr. Mário José de Lacerda, Presidente da Rádio Liberdade de Caruaru; Ilmo. Sr. Antonio Geraldo Rodrigues da Silva Filho, Diretor da Rádio Liberdade de Caruaru; Ilma. Sra. Maria Luísa de Medeiros Lacerda, Diretora da Rádio Liberdade de Caruaru; Ilma. Sra. Miriam de Miranda Lacerda Rodrigues da Silva, Ex-Deputada Estadual; Ilmo. Sr. Antonio Geraldo Rodrigues da Silva, Ex-Deputado Estadual; Ilma. Sra. Márcia Lacerda Caminha Alves, Empresária; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República; Ilmo. Sr. Helenivaldo Pereira, Gestor de Jornalismo da Rádio Liberdade de Caruaru; Ilmo. Sr. Nivaldo Alves Galindo Filho, Presidente da Associação de Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco - Asserpe.

Justificativa
O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade parabenizar a Rádio Liberdade de Caruaru, que há 60 anos ajuda a construir a história do rádio em Pernambuco. Há seis décadas, a radiofonia interiorana ganhava um impulso com a instalação da Rádio Liberdade AM, na Capital do Agreste. A emissora foi criada pelo empreendedor Luiz José de Lacerda. Na época, o empresário percebeu que poderia utilizá-la para divulgar o Central Sport Club, seu clube de coração. A Rádio Liberdade AM 910 foi fundada em 05 de novembro 1965; já a 94,7 FM, quinze anos depois, em 30 de outubro 1980. Em 2015, a Rádio Liberdade de Caruaru deu um grande passo. As emissoras AM e FM se fundem em uma só rádio, incorporando em sua programação uma gama do melhor do jornalismo e do entretenimento, sendo a primeira rádio do interior a unificar a programação. Ressalte-se que, na Liberdade FM, passaram vários profissionais que despontaram no cenário jornalístico nacional. A Rádio Liberdade possui um time de excelentes profissionais atuando em diversas áreas. Atualmente, a emissora pertence à família Lacerda, sendo comandada por seus filhos e netos, seguindo com o compromisso de levar música, informação com credibilidade e prestação de serviço para os ouvintes e internautas. Há 19 anos consecutivos, a Liberdade FM é líder de audiência, chegando a mais de 3 milhões de ouvintes, com área de cobertura em mais de 120 municípios, sendo, atualmente, a rádio mais ouvida de Caruaru e terceira de maior audiência do estado de Pernambuco. Portanto, é justo e oportuno que este Poder preste justa homenagem a todos que fazem parte deste destacado meio de comunicação, que muito engrandece e orgulha o Estado de Pernambuco, especialmente a Cidade de Caruaru. Ante o exposto, solicito dos meus Nobres Pares a aprovação desta Proposição.
Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2025.
JARBAS FILHO Deputado

Requerimento Nº 004415/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulações** pelo Centenário de nascimento de **Armando Monteiro Filho**, nascido em 11 de setembro de 1925. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ilmo. Dr. Armando Monteiro Neto, Político; Ilma. Sra. Maria Lecticia Monteiro Cavalcanti, Escritora; Ilmo. Dr. Horácio Monteiro, Empresário; Ilmo. Sr. Eduardo Monteiro, Empresário; Ilmo. Sr Cláudio Monteiro, Empresário.

Justificativa

O requerimento em tela visa homenagear o Centenário de nascimento de Armando Monteiro Filho, nascido em 11 de setembro de 1925. Armando Monteiro Filho, figura de grande relevância na história política, econômica e social do Estado de Pernambuco e do Brasil. Nascido em 11 de setembro de 1925, destacou-se por sua atuação como Ministro da Agricultura do Brasil, Deputado Federal e empresário comprometido com o desenvolvimento nacional, deixando um legado marcado pela defesa do fortalecimento da economia brasileira e pela contribuição à modernização do setor produtivo. A Casa Joaquim Nabuco reconhece a importância de sua trajetória pública e privada, marcada pelo compromisso com o progresso de Pernambuco, pela valorização do diálogo democrático e pelo estímulo à construção de políticas voltadas ao crescimento sustentável e à justiça social. Como Parlamentar e admirador dessa figura tão relevante e que tanto contribuiu para o crescimento do nosso Estado, é que venho pleitear junto aos ilustres Pares dessa Casa Legislativa, esse Requerimento que só ratifica a importância do Sr. Armando Monteiro para a história da nossa sociedade. Por todo o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

IZAIAS RÉGIS
Deputado

Requerimento Nº 004416/2025

Requeremos à Presidência desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, cumpridas as formalidades regimentais e com fundamento na prerrogativa outorgada pelo art. 246, inciso I, da Resolução nº 1.891/2023 – Regimento Interno, os valorosos préstimos no sentido de encaminhar **pedido de informações** à Excelentíssima Senhora Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco.

O referido pedido, com amparo no art. 244, §1º, do Regimento Interno, tem por finalidade obter informações sobre a execução e os custos de coletas de materiais para exames laboratoriais realizadas no âmbito da rede pública estadual de saúde, com especial atenção aos atendimentos prestados a pessoas idosas, acamadas ou portadoras de deficiência, com as seguintes informações:

1. Quais os laboratórios de análises clínicas vinculados, contratados ou conveniados pela Rede de Saúde Pública do Estado de Pernambuco, que realizam coletas domiciliares de materiais para realização de exames laboratoriais.
2. Em que situações essa coleta é realizada e quais são as normas, protocolos ou portarias estaduais que disciplinam o procedimento.
3. Para os casos em que existe coleta domiciliar, qual é, por ano, no período de 2022 a 2024, o valor médio por paciente gasto com a coleta domiciliar e o valor total gasto em cada exercício.
4. No mesmo período (2022 a 2024), qual é o valor médio por paciente e o valor total gasto com coletas realizadas em estabelecimentos de saúde da rede pública estadual.
5. Quantas coletas domiciliares e quantas coletas em estabelecimentos públicos foram realizadas, por ano, no período de 2022 a 2024, em pessoas idosas (idade igual ou superior a 60 anos, conforme a Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa), acamadas ou portadoras de deficiência. Solicita-se que as informações sejam discriminadas por categoria e por ano.
6. Se a base de dados não permita identificar diretamente o estado “acamado”, quais condições diagnósticas (classificadas segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID-10) são consideradas como de alta probabilidade de acamamento. Para a resposta, deve-se considerar acamado o paciente restrito ao leito por um período prolongado devido a doença, incapacidade física grave, lesões neurológicas ou outras condições de saúde que o impossibilitam de se levantar ou se movimentar de forma autônoma.
7. Considerando os pacientes identificados no item anterior, quantas coletas de materiais para exames foram realizadas nesses pacientes, discriminadas por ano, no período de 2022 a 2024.
8. Para o item 6, o custo médio por paciente e o custo total correspondentes a cada item, por ano.
- 9.. Caso existam estudos, pareceres técnicos ou estimativas internas sobre custos ou viabilidade da realização de coletas domiciliares de exames laboratoriais, solicita-se o envio de cópia dos respectivos documentos.

Solicita-se, ainda, que as informações sejam encaminhadas em formato eletrônico (.xls, .csv ou equivalente).

Justificativa

A solicitação fundamenta-se no dever constitucional desta Assembleia Legislativa de exercer sua função fiscalizatória e propositiva em relação às políticas públicas executadas pelo Poder Executivo. A Deputada Delegada Gleide Ângelo, no exercício dessas atribuições, busca obter informações que permitam uma análise detalhada das ações de saúde voltadas a pacientes em situação de saúde fragilizada, especialmente pessoas idosas, acamadas e portadoras de deficiência. O levantamento de dados sobre os custos e a execução das coletas de materiais para exames laboratoriais é fundamental para subsidiar o acompanhamento e a proposição de medidas que assegurem o acesso equitativo, eficiente e humanizado aos serviços de saúde oferecidos pelo Estado de Pernambuco. Pelo que foi exposto, apela-se a Vossa Excelência o deferimento do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2025.

DELEGADA GLEIDE ANGELO
Deputada

DEFERIDO

Pareceres

Parecer Nº 007884/2025

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27/2025
AUTORIA: DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, A FIM DE PROIBIR A PENALIDADE DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL (ART. 24, XII DA CF/88). ATENDIMENTO AO QUORUM DE DEFLAGRAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO (ART. 17, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL). A VEDAÇÃO DA CASSAÇÃO ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (ART. 1º, III, CF/88) E DA SEGURANÇA JURÍDICA (ART. 5º, XXXVI, CF/88). MATÉRIA QUE NÃO VERSA SOBRE O REGIME JURÍDICO DISCIPLINAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS, TAMPOUCO SOBRE REGRAS DE APOSENTADORIA. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa, que altera a Constituição do Estado de Pernambuco a fim de proibir a penalidade de cassação de aposentadoria aos servidores públicos civis e aos militares do Estado de Pernambuco.

Em síntese, a proposição acrescenta o §17 ao art. 171 da Constituição Estadual com o intuito de vedar a penalização administrativa de agentes públicos mediante imposição de cassação de aposentadoria. Além disso, a proposta prevê que a proibição não se aplica aos atos de cassação de aposentadoria que tenham disso privados antes de sua entrada em vigor.

A Proposta de Emenda à Constituição em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime especial previsto no art. 290 e ss. do Regimento Interno.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 16, inciso I, da Constituição Estadual e no art. 210, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Inicialmente, verifica-se que, ao ser subscrita por 17 parlamentares, a PEC nº 27/2025 observou o *quorum* mínimo necessário para a deflagração do processo legislativo, previsto no art. 17, inciso I, da Constituição Estadual e no art. 220, inciso I, do Regimento Interno. Ademais, cabe apontar que não se encontram em vigor quaisquer das limitações circunstanciais que impedem o exercício do poder de reforma constitucional (art. 17, § 4º, da Constituição Estadual e art. 220, § 3º, do Regimento Interno).

A PEC nº 27/2025 altera a Constituição do Estado de Pernambuco para proibir a cassação de aposentadoria de servidores públicos civis e militares, reconhecendo a aposentadoria como direito previdenciário adquirido.

No que tange à competência federativa (constitucionalidade formal orgânica), o exercício da atribuição legiferante pelos Estados-membros tem amparo no art. 24, XII da CF/88, para tratar de previdência social, da Constituição Federal, in verbis:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - **previdência social, proteção e defesa da saúde**; (grifo nosso)

Pois bem. A proposição em análise não versa sobre o regime jurídico disciplinar dos servidores públicos nem sobre regras de aposentadoria. Ao contrário, a PEC nº 27/2025 insere-se no âmbito da previdência social, matéria de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, nos termos do artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, que expressamente autoriza os entes federativos a legislar sobre o tema.

Nessa linha, a inserção do §17 no artigo 171 da Constituição Estadual, para vedar a penalidade de cassação de aposentadoria aos servidores públicos civis e militares, não altera regras estatutárias ou disciplinares, mas protege o direito previdenciário já constituído em razão do caráter contributivo e atuarial do regime próprio. Assim, a norma proposta não interfere na relação funcional entre o servidor e a Administração Pública, mas regula uma relação previdenciária distinta e autônoma, estabelecida entre o beneficiário e o regime previdenciário estadual. A aposentadoria, portanto, não é um favor do Estado, mas o resultado direto das contribuições previdenciárias pagas pelo servidor ao longo de sua vida funcional.

De igual modo, cumpre enfatizar que a aposentadoria possui natureza de direito social de caráter contributivo e alimentar, cuja proteção se impõe à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) e da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI, CF/88).

Sob essa perspectiva, a cassação do benefício, após décadas de contribuição, representa violação à propriedade previdenciária do servidor, configurando dupla punição e esvaziando o objetivo essencial da previdência social — proteger o cidadão contra os riscos sociais da idade, da invalidez ou da inatividade.

Cumpra ainda salientar que a aposentadoria decorre de uma relação previdenciária, e não funcional. Enquanto o cargo público se vincula ao desempenho de atribuições e deveres administrativos, a aposentadoria configura direito adquirido resultante da contribuição ao regime previdenciário e do cumprimento de requisitos legais objetivos. Cassar tal benefício significa confundir regimes jurídicos de naturezas distintas, submetendo o direito previdenciário — de índole contributiva e alimentar — a um juízo disciplinar administrativo, o que viola o princípio da proporcionalidade. Com efeito, o servidor já inativo não exerce poder estatal, razão pela qual não pode ser punido com a mesma severidade aplicada àqueles que ainda se encontram em atividade.

Por outro lado, embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido, em âmbito federal, a constitucionalidade da penalidade de cassação de aposentadoria prevista nos arts. 127, IV, e 134 da Lei nº 8.112/1990 (vide ADPF 418 e MS 20.968/DF), é juridicamente legítimo que os Estados, no exercício de sua autonomia constitucional, adotem soluções normativas mais protetivas.

Com efeito, a cassação de aposentadoria, ainda que reconhecida como constitucional pelo STF no julgamento da ADPF 418, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, revela-se na prática uma sanção desproporcional e incompatível com o caráter contributivo e securitário da previdência pública. O entendimento firmado pela Suprema Corte decorre da preservação do poder disciplinar da Administração, mas não impede o legislador estadual, no exercício de sua autonomia federativa, de estabelecer garantias mais amplas aos servidores estaduais, reforçando valores como segurança jurídica, justiça e humanidade. A própria Constituição Federal, ao consagrar a autonomia dos entes federativos, autoriza que os Estados editem normas de proteção social que complementem ou aprimorem a disciplina nacional, desde que respeitados os princípios constitucionais gerais.

Importante destacar, ademais, que a medida proposta pela PEC nº 27/2025 não promove impunidade. Ao contrário, ela preserva a coerência entre os sistemas jurídico-administrativo e previdenciário. O servidor aposentado que tenha cometido ilícitos durante a atividade permanece sujeito às sanções civis, penais e administrativas cabíveis enquanto em serviço, podendo inclusive responder por indenizações e reparações ao erário, além de perder benefícios obtidos mediante fraude. O que se veda é a aniquilação total do direito à aposentadoria, cuja natureza alimentar impõe proteção reforçada. A Constituição Federal assegura, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, e, no artigo 5º, inciso XXXVI, o respeito ao direito adquirido e à segurança jurídica — princípios diretamente ofendidos pela cassação de aposentadoria.

Dessa forma, a PEC nº 27/2025 reafirma o caráter previdenciário da aposentadoria e impede que o Estado transforme um direito securitário em instrumento de punição administrativa, o que seria frontalmente contrário aos princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da segurança jurídica, todos expressamente consagrados na Constituição Federal.

Por conseguinte, o dispositivo constitucional que veda a cassação de aposentadoria de servidores públicos civis e militares do Estado harmoniza-se plenamente com os princípios constitucionais da segurança jurídica, da dignidade da pessoa humana e da proteção previdenciária, que regem a estrutura do regime próprio de previdência dos servidores públicos, razão pela qual sua constitucionalidade é incontestável tanto sob o aspecto formal quanto material.

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Edson Vieira
Presidente

Favoráveis

Coronel Alberto Feitosa
João PauloRelator(a)
Mário Ricardo

Waldemar Borges
Cayo Albino

Parecer Nº 007885/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 423/2023
AUTORIA: DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

RESTRIÇÃO DE HORÁRIOS PARA LIGAÇÕES DE TELEMARKETING. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO E ESTADOS-MEMBROS PARA LEGISLAR SOBRE “PRODUÇÃO E CONSUMO” (ART. 24, V, E VIII, CF/88). DIREITO DO CONSUMIDOR. PREEXISTÊNCIA DO ART. 81-A DA LEI ESTADUAL Nº 16.559/2019 (CEDC/PE). NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE SUBSTITUTIVO. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 423/2023, de autoria do Deputado William Brigido, que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado

Rodrigo Novaes, “a fim de assegurar o direito à privacidade dos usuários de serviços de telefonia do Estado de Pernambuco”, mediante determinação de horários para ligações de telemarketing.

Em sua justificativa, o Exmo. Deputado alega que:

“[...] A bem da verdade, estamos suscetíveis às mais diversas práticas abusivas do comércio, mas, sem dúvidas, o importuno das ligações noite a dentro ultrapassa o bom senso. Dessa forma, regulamentar práticas sensíveis de garantismo ao consumidor, sedimenta-se nas competências legislativas dos parlamentares desta Casa.

[...]

Ademais, manter regras mínimas de convivência é dever parlamentar que, suscitada inconstitucionalidade em casos concreto análogo no Poder Judiciários, obteve declaração de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal - STF, considerando-se, pois, completamente compatível com o sistema jurídico pátrio. [...]”

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, não estando no rol de matérias afetas à iniciativa reservada ao Governador do Estado. Infere-se, portanto, quanto à iniciativa, a constitucionalidade formal subjetiva da medida.

Pela ótica das competências constitucionais, a matéria insere-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre “produção e consumo” e responsabilidade por dano ao consumidor, conforme art. 24, V e VIII, da Constituição Federal, in verbis:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

V - produção e consumo;

[...]

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Sobre a competência legislativa dos Estados-membros, assim leciona Pedro Lenza, *in verbis*:

“7.5.3.2. Competência legislativa

Como a terminologia indica, trata-se de competências, constitucionalmente definidas, para elaborar leis.

Elas foram assim definidas para os Estados-membros:

- Expressa: art. 25, caput > qual seja, como vimos, a capacidade de auto-organização dos Estados-membros, que se regerão pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da CF/88;

- Residual (remanescente ou reservada): art. 25, § 1.º > toda competência que não for vedada está reservada aos Estados-membros, ou seja, o resíduo que sobrar, o que não for de competência expressa dos outros entes e não houver vedação, caberá aos Estados materializar;

- Delegada pela União: art. 22, parágrafo único > como vimos, a União poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa prevista no art. 22 e incisos. Tal autorização dar-se-á por meio de lei complementar;

- Concorrente: art. 24 > a concorrência para legislar dar-se-á entre a União, os Estados e o Distrito Federal, cabendo à União legislar sobre normas gerais e aos Estados, sobre normas específicas;” (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. 16. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Acontece que já o CDC/PE (Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco) já conta com dispositivo específico que veda as ligações de telemarketing durante horários inconvenientes, nos seguintes termos:

Art. 81-A. As ligações de telemarketing e o envio de mensagens para oferta de produtos e serviços aos usuários cujos números de telefone não constem no Cadastro de que trata o art. 81, assim como as ligações para cobrança de dívidas, somente poderão ser realizadas: (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 16.833, de 25 de março de 2020)

I - de segunda à sexta-feira, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas; e, (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 16.833, de 25 de março de 2020)

II - aos sábados, das 9 (nove) às 15 (quinze) horas. (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 16.833, de 25 de março de 2020)

§ 1º São vedadas as ligações de telemarketing de que trata o caput aos domingos e feriados estaduais ou nacionais. (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 16.833, de 25 de março de 2020)

§ 2º Em qualquer caso, a oferta de produtos e serviços somente poderá ser efetuada mediante a utilização, pela empresa, de número telefônico que possa ser identificado pelo consumidor, sendo vedada a utilização de número privativo, devendo, ainda, identificar a empresa logo no início da ligação. (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 16.833, de 25 de março de 2020)

§ 3º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código. (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 16.833, de 25 de março de 2020)

O Projeto de Lei em análise, contudo, pretende proibir as ligações de telemarketing a partir das 18hs, ao passo que a redação atual do CDC permite tais ligações até as 20hs.

Sendo assim, faz-se necessária a apresentação de Substitutivo nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 423/2023

Altera, integralmente, a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 423/2025.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 423/2025 passa a ter a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir ligações de telemarketing e envio de mensagens para oferta de produtos e serviços a partir das 18 (dezoito) horas.

Art. 1º O art. 81-A da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 81-A.....

I - de segunda à sexta-feira, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas; e (NR)

.....’

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa
Presidente

Favoráveis

Edson Vieira
João Paulo
Mário Ricardo

Waldemar Borges**Relator(a)**
Cayo Albino

Parecer Nº 007886/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 447/2023
AUTORIA: DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

PROPOSIÇÃO QUE ALTERAA LEI Nº 15.827, DE 2 DE JUNHO DE 2016, QUE OBRIGA A DIVULGAÇÃO SEMANAL DE FOTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDAS NOS NOTICIÁRIOS DE JORNAIS, SEDIADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO LUCAS RAMOS, A FIM DE OBRIGAR A DIVULGAÇÃO SEMANAL DE FOTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDAS NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SEDIADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA EXPLORAR OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO E LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA, NOS TERMOS DO ARTS. 21, XI, XII, E 22, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA (ART. 170, PARÁGRAFO ÚNICO, CF/88) E AO ART. 220 DA CARTA MAGNA. PELA REJEIÇÃO.

1. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 447/2023, de autoria do Deputado William Brigido, que objetiva alterar a Lei nº 15.827, de 2 de junho de 2016 (que obriga a divulgação semanal de fotos de crianças e adolescentes desaparecidas nos noticiários de jornais, sediados no Estado de Pernambuco), a fim de ampliar a obrigatoriedade de divulgação semanal de fotos de crianças e adolescentes desaparecidas para os veículos de comunicação sediados no Estado de Pernambuco.

O Projeto de Lei em análise tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário, conforme inciso III, do art. 253, do Regimento Interno.
É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas à sua apreciação.

A presente Proposição vem fundamentada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias.

Primeiramente, impende salientar que a alteração proposta pelo projeto de lei em comento busca determinar, para outros veículos de comunicação, além dos jornais, a obrigação de divulgação semanal de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos. Nesse contexto, embora trate apenas da página eletrônica de tais veículos, nota-se que há envolvimento dos serviços de telecomunicação e radiodifusão (televisão e radiofusão de sons e imagens), matéria essa que se insere na competência da União.

Com efeito, o art. 21, XI e XII, “a”, da Constituição Federal, confere exclusivamente à União a competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, serviços de telecomunicações e de radiodifusão sonora de sons e imagens. Por outro lado, o art. 22, IV, também da Constituição da República, outorga à União competência privativa para legislar sobre telecomunicações e radiodifusão; *in verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

O constitucionalista José Afonso da Silva, após menção da definição preconizada no art. 4º da Lei 4.117/62 (antigo Código Brasileiro de Telecomunicações), estabelece que “*telecomunicações é gênero que compreende todas as formas de comunicação à distância, por processos de telegrafia, telefonia, radiodifusão sonora de sons e imagens*”. E continua ressaltando que, a previsão apartada de exploração dos serviços de telecomunicação e radiodifusão de sons e imagens decorre de que “*a redação primitiva desses dispositivos trazia uma diferença de regime jurídico entre os serviços indicados no inciso XI e no inciso XII, “a”, pois “aqueles seriam explorados no regime de monopólio da União*”. Porém, a diferença de tratamento teria sido aniquilada com a aprovação da EC 8/95, “*de sorte que todos os serviços públicos de telecomunicações podem ser explorados diretamente pela União ou por autorização, concessão ou permissão*” (SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à Constituição. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 265).

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADI nº 5292, que analisava a constitucionalidade de lei do Estado de Santa Catarina, que tratava do mesmo tema, entendeu por considerar inconstitucional referida norma por invadir competência privativa da União e por afronta ao princípio da livre iniciativa:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 16.576/2015 DE SANTA CATARINA. OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DIÁRIA DE FOTOS DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS EM NOTICIÁRIOS DE TV E JORNAIS DE SANTA CATARINA. INVASÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE RADIODIFUSÃO E EXPLORAR O SERVIÇO. INGERÊNCIA DO PODER PÚBLICO EM ENTIDADES PRIVADAS DE JORNALISMO. CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA. AFRONTA AO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE.

(ADI 5292, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 28/03/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-096 DIVULG 18-05-2022 PUBLIC 19-05-2022)

Desse modo, não haveria como impor tal obrigação para os demais veículos de comunicação, mesmo que a divulgação fosse feita apenas em sua página eletrônica, haja vista a invasão de competência privativa da União.

Ademais, conforme entendimento do próprio STF, haveria afronta à legislação federal que trata do tema, qual seja a Lei Federal nº 13.812, de 16 de março de 2019 (que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas), uma vez que tal norma dispõe, em seu art. 12, que o poder público “*envidará esforços para celebrar convênios com emissoras de rádio e televisão para a transmissão de alertas urgentes sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes*”.

Assim, a legislação estadual que determinasse a divulgação em questão iria de encontro com a norma federal, haja vista a previsão da necessidade de convênio entre o poder público e os meios de comunicação para esse fim, não se cogitando a imposição de divulgação de conteúdo.

Por fim, frise-se que o STF considera que haveria, também, afronta ao princípio da livre iniciativa (art. 170, parágrafo único, CF/88), pois geraria interferência indevida na liberdade de agentes econômicos privados, o que escapa à atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica.

Feitas essas considerações, opina o relator pela emissão de parecer, por esta Comissão de Legislação, Constituição e Justiça, no sentido da **rejeição** do Projeto de Lei Ordinária nº 447/2023, de autoria do Deputado William Brigido, por vício de inconstitucionalidade.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **rejeição** do Projeto de Lei Ordinária nº 447/2023, de autoria do Deputado William Brigido, por vício de inconstitucionalidade.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo AlbinoRelator(a)

Parecer Nº 007887/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 486/2023
AUTORIA: DEPUTADO GILMAR JÚNIOR

PROPOSIÇÃO QUE INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA COM VITILIGO E OU COM PSORÍASE EM PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE (ART. 24, XII, DA CF/88). NECESSIDADE DE CONVERSÃO EM POLÍTICA PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 486/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior, que institui o Programa Estadual de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Vitiligo e ou com Psoríase em Pernambuco e dá outras providências.

A Proposição prevê que a pessoa diagnosticada e em tratamento do vitiligo e ou psoríase, terá acesso aos recursos farmacológicos regulados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, através da aquisição direta ou conveniada dos medicamentos adequados.

Em seu art. 3º determina que caberá à Secretaria Estadual de Saúde desenvolver estratégias para garantir a distribuição gratuita dos medicamentos necessários aos pacientes, além da realização de exames de diagnósticos e demais procedimentos indicados no tratamento à enfermidade.

Em seguida passa a elencar objetivos do Programa, como a prestação de apoio psicológico e social as pessoas com vitiligo e ou psoríase e a realização de estudos e tratamentos eficazes, dentre outros.

O Projeto de Lei tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253,

inciso III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, limita-se à manifestação sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto tem como objetivo instituir o Programa Estadual de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Vitiligo e ou com Psoríase em Pernambuco e dá outras providências.

Sob o prisma da competência formal orgânica, a proposição em apreço encontra fundamento na competência administrativa comum e legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, previstas, respectivamente, nos arts. 23 e 24 e 196, da Constituição Federal, segundo o que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - **cuidar da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde**; [...]

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Destacamos ainda que a proposição em análise estabelece medidas de tratamento de acordo com os procedimentos do Sistema Único de Saúde.

O STF entende que nessas circunstâncias, não há violação à separação de poderes, justamente porque se trata de mera adequação no âmbito local de políticas nacionais:

(...) 3. **A norma em testilha não dispõe sobre nenhuma das matérias sujeitas à iniciativa legislativa reservada do chefe do Poder Executivo taxativamente previstas no art. 61, § 1º, da Constituição Federal, limitando-se a dispor, no âmbito do interesse local, acerca do cumprimento de política pública já estabelecida pelo Ministério da Saúde.** A matéria prevista na lei visa à prevenção de doença, notoriamente em direção ao público infantil, englobando de forma direta o tratamento do direito constitucional à saúde. 4. O caso resta contemplado pelo Tema nº 917 da Repercussão Geral, segundo o qual “[n]ão usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos” (ARE nº 878.911-RG, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 11/10/16). 5. Agravo regimental não provido. (RE 1243354 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 30/05/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-126 DIVULG 28-06-2022 PUBLIC 29-06-2022)

Contudo, entendemos cabível a realização de modificações na Proposição, com o fim de aperfeiçoá-la, tendo em vista que trata de verdadeira Política Pública, fazendo-se mister, portanto, elencar suas diretrizes, objetivos e linhas de ação, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 486/2023

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 486/2023.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 486/2023 passa a ter a seguinte redação:

“Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Vitiligo e /ou Psoríase em Pernambuco e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Vitiligo e/ou Psoríase, com vistas a assegurar atendimento universal, igualitário e integral às pessoas com tais condições.

Art. 2º A Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Vitiligo e/ou Psoríase tem como diretrizes:

I - garantia de atenção integral às pessoas com tais condições;

II - promoção da conscientização e esclarecimento de questões ligadas a tais doenças;

III - combate ao preconceito às pessoas com psoríase e/ou vitiligo;

IV -garantia de atendimento digno, acolhedor, respeitoso e resolutivo; e

V - promoção de estudos para desenvolvimento de medicamentos e tratamentos eficazes.

Art. 3º São objetivos da Política de que trata esta Lei:

I - oferecer diagnóstico precoce e tratamento adequado, inclusive mediante disponibilização de medicamentos comprovadamente eficazes;

II - prestar apoio psicológico e social às pessoas com vitiligo e ou psoríase, para estimular a adesão ao tratamento e a recuperação da autoestima;

III - capacitar profissionais de saúde e promover sua educação continuada;

IV - incentivar a pesquisa e desenvolvimento de novos tratamentos e abordagens terapêuticas; e

V - promover parcerias com entidades públicas e privadas, incluindo universidades, para o desenvolvimento de ações relacionadas ao vitiligo e à psoríase.

Art. 4º São linhas de ação da presente Política:

I - garantia de assistência integral nas unidades de atendimento ambulatorial especializadas, dotadas dos recursos físicos, tecnológicos e profissionais necessários para um atendimento de boa qualidade;

II - realização de convênios e parcerias com entidades de todas as esferas, incluindo universidades, objetivando o desenvolvimento de ações de capacitação profissional dos servidores públicos no esclarecimento de questões ligadas a vitiligo e a psoríase; e

III - garantia da disponibilização dos medicamentos necessários aos pacientes, além da realização de exames de diagnósticos e demais procedimentos indicados no tratamento às enfermidades.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira João Paulo Mário RicardoRelator(a)		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007888/2025

SUBSTITUTIVO Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 487/2023
AUTORIA: COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SUBSTITUI INTEGRALMENTE A REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 487/2023. DE AUTORIA DO DEPUTADO GILMAR JÚNIOR. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE, DE ILEGALIDADE E DE ANTIJURIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 02 E E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 E DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 487/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, que proíbe a diferenciação de cardápios de alimentos oferecidos aos profissionais de saúde em estabelecimentos de saúde em Pernambuco e dá outras providências.

A proposição foi aprovada, quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do Substitutivo nº 01/2025, conforme Parecer nº 7027/2025, desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

No entanto, no âmbito da Comissão de Administração Pública, por meio do Parecer nº 7404/2025, foram realizados ajustes quando da apreciação meritória da proposição, motivo pelo qual foi apresentado o Substitutivo nº 02/2024, ora analisado.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo Regime Ordinário, conforme o art. 253, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 235 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, não estando no rol de matérias afetas à iniciativa reservada ao Governador do Estado. Infere-se, portanto, quanto à iniciativa, a constitucionalidade formal subjetiva da proposição acessória.

A Comissão de Administração Pública, no âmbito do Parecer nº 7404/2025, apresentou Substitutivo, para fins de aperfeiçoamentos na proposição *sub examine*.

O Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 487/2023 promoveu alterações em relação ao Substitutivo nº 01, com o objetivo de aprimorar a redação e conferir maior segurança jurídica e técnica à proposição. Substituiu-se a expressão “uniformização da alimentação” por “igualdade na oferta de alimentação”, reforçando o caráter isonômico da medida sem impor padronização absoluta. Ampliou-se a vedação de diferenciação, incluindo não apenas os cardápios, mas também a qualidade da alimentação, além de especificar que a proibição abrange distinções com base em graduação, cargo, função ou vínculo funcional. No §1º, a norma passou a abranger todos os espaços destinados à alimentação, e não apenas refeitórios e cantinas, condicionando o uso compartilhado ao respeito às normas sanitárias e organizacionais da unidade de saúde.

Dessa forma, é de bom alvitre respeitar a especialidade da referida Comissão nas alterações promovidas atinentes à matéria.

Assim, opina-se pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 487/2023, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da Proposição Principal.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina:

a. pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 487/2023, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo nº 02/2025, sejam declarados prejudicados o Substitutivo nº 01/2025 e a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Henrique Queiroz Filho		Waldemar Borges Cayo Albino Mário Ricardo

Relator(a)

Parecer Nº 007889/2025

TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 547/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO WILLIAM BRÍGIDO, COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3275/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JUNIOR MATUTO

TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROPOSIÇÕES QUE INSTITUEM A POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTE NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, ARTÍSTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO (ART. 24, VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) E NA COMPETÊNCIA MATERIAL DA UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA PROMOVER E INCENTIVAR O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (ART. 180 DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DAS PROPOSIÇÕES PRINCIPAIS, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Submetem-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer:

- a) o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 547/2023, de autoria do Deputado William Brígido, que estabelece as diretrizes para a política estadual de promoção ao turismo comunitário no âmbito do Estado de Pernambuco; e
- b) o Projeto de Lei Ordinária nº 3275/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto, que institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Pernambuco e dá outras providências (Art. 1º).

Assim, tendo em vista a similitude de objetos das proposições e a necessidade de se resguardar a unidade da legislação estadual, opta-se pela tramitação conjunta dos projetos, com fundamento na alínea “b”, do inciso II, do art. 262, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa – RI.

Os Projetos de Lei em referência tramitam nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

As proposições vêm arrimadas no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Observa-se que as proposições visam fomentar iniciativas de turismo comunitário em áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais. Com ações voltadas para a capacitação técnica e gerencial dessas comunidades, os projetos de lei fortalecem a gestão local e a auto sustentabilidade. Além disso, incentiva a preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial, o que contribui diretamente para a educação e o sentimento de identidade e pertencimento das populações envolvidas.

Sob o prisma da competência formal orgânica, percebe-se que os projetos se encontram insertos na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelecido na Constituição da República, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

VII -proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, **turístico** e paisagístico;

Ademais, a Constituição Federal prevê, também, que cabe à União, Estados, DF e Municípios promover e incentivar o turismo, nos seguintes termos:

Art. 180. **A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.**

Contudo, entendemos cabível a apresentação de substitutivo, a fim de:

- a. Unir as proposições, virtude da similitude de objetos das proposições;
- b. aperfeiçoar a redação em análise;
- c. adequar às prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171/2011, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 547/2023 E 3275/2025

Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 547/2023 3275/2025.

Artigo único. Os Projetos de Lei Ordinária nºs 547/2023 e 3275/2025 passam a ter a seguinte redação:

“Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e de Promoção do Turismo Comunitário.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e de Promoção do Turismo Comunitário, conjunto de princípios, diretrizes, programas e instrumentos destinados a promover atividades turísticas geridas ou protagonizadas por comunidades locais, povos e comunidades tradicionais, respeitada sua autonomia, saberes e modos de vida.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário a atividade turística planejada, organizada e gerida pelas comunidades locais, de forma participativa, sustentável e solidária, garantindo o protagonismo comunitário, a conservação ambiental, a valorização sociocultural e a justa distribuição dos benefícios.

Art. 3º São princípios da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e Comunitário:

- I – protagonismo comunitário e gestão democrática;
- II – transparência e repartição justa de benefícios;
- III – respeito à diversidade cultural, étnica e territorial;

- IV – conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais;
- V – promoção da economia solidária, criativa e do comércio justo;
- VI – acessibilidade e turismo responsável;
- VII – equidade de gênero, raça e geração;
- VIII – sustentabilidade social, ecológica, cultural e econômica;
- IX – valorização da identidade e da autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs; e
- X – segurança do visitante e do anfitrião.

Art. 4º São objetivos da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e Comunitário:

- I – fomentar iniciativas de turismo comunitário em áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais;
- II – promover a capacitação técnica, gerencial e empreendedora das comunidades para gestão do turismo;
- III – incentivar a preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial;
- IV – garantir a justa distribuição dos benefícios econômicos gerados;
- V – estimular a criação de roteiros integrados e corredores de turismo comunitário;
- VI – apoiar o desenvolvimento de empreendimentos ambientalmente sustentáveis;
- VII – promover a divulgação, marketing e certificação das iniciativas; e
- VIII – fortalecer a autonomia e a permanência das novas gerações nos territórios tradicionais.

Art. 5º A Política Estadual de Turismo Comunitário contemplará os seguintes instrumentos de ação:

I – criação de áreas de interesse turístico e rotas turísticas que abarquem comunidades tradicionais;

II – celebração de convênios e parcerias com municípios, organizações da sociedade civil, universidades e entidades da iniciativa privada para capacitar e preparar as comunidades para a exploração do turismo sustentável e inclusivo;

III – concessão de incentivos fiscais e financeiros a empreendimentos comunitários sustentáveis e voltados para o turismo comunitário; e

IV – realização de estudos e pesquisas voltadas à sustentabilidade, valorização dos territórios e promoção do turismo em áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em todos os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades

representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade das Proposições Principais, caso aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, sejam declaradas prejudicadas as Proposições Principais, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo	Relator(a)	Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007890/2025

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 768/2023
AUTORIA: DEPUTADA DANI PORTELA

PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A RESOLUÇÃO Nº646/2003. CÓDIGO DE ÉTICA PARLAMENTAR. EXPLICITAR QUE A ATIVIDADE PARLAMENTAR TAMBÉM SERÁ NORTEADA PELOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E DA PUBLICIDADE. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NOS TERMOS DO ART. 14, II E III, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

É submetido a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, Projeto de Resolução nº 768/2023, de autoria da Deputada Dani Portela que visa promover alterações na Resolução nº 646, de 4 de dezembro de 2003, que institui o Código de Ética da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, cria a Comissão de Ética Parlamentar e dá outras providências, a fim de explicitar que a atividade parlamentar também será norteada pelos princípios da impessoalidade e da publicidade.

Nos termos da justificativa, a proposição visa explicitar que a Atividade Parlamentar também deve ser norteada pelos princípios da impessoalidade e da publicidade, tendo em vista as seguintes razões:

Por certo que os mencionados princípios já devem ser observados pelos parlamentares no desempenho institucional de suas funções, uma vez que rege toda a administração pública, abarcando também a atuação institucional dos Deputados Estaduais.

Segundo a clássica lição de Hely Lopes Meirelles, “o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art. 37, caput) , nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 21.ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 82)

Em outras palavras, sob o prisma da atividade parlamentar, o princípio da impessoalidade indica a defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios injustificados.

Ressalte-se que a impessoalidade ora explicitada no Código de Ética Parlamentar, em nada interfere nas posições políticas e ideológicas dos Deputados, apenas deixa evidente que a Atividade Parlamentar deve buscar o bem coletivo.

Em relação à publicidade, também achamos importante inclui-la como norteador da Atividade Parlamentar, pois a relevância

das atividades exercidas institucionalmente pelos Deputados Estaduais, por si só, justifica o direito da sociedade conhecer a atuação parlamentar dos seus representantes.

Ademais, oportuno destacar que a publicidade mencionada apenas atinge a Atividade Parlamentar, em nada interferindo nas atividades pessoais, da vida privada, dos ocupantes dos cargos eletivos nesta Alepe.

O Projeto de Resolução em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (Art. 253, III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A matéria em apreciação encontra-se inserida na competência privativa da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 14, II e III da Constituição Estadual, *in verbis*:

Art. 14. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa:

.....

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

O Regimento Interno desta ALEPE apresenta idêntica previsão em seu art. 9º, II e III.

No tocante à iniciativa o projeto de resolução em análise não apresenta vícios, pois os Deputados podem propor a modificação ou reforma do Regimento Interno, bem como do Código de Ética Parlamentar, nos termos do seu art. 352, *in verbis*:

Art. 352. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por meio de Projeto de Resolução de iniciativa de Deputado, da Mesa Diretora, de Comissão Permanente ou de Comissão Especial, para este fim criada, em virtude de deliberação da Assembleia.

Merece, ainda, registro que a proposição é compraz ao fortalecimento do decoro parlamentar e da atuação responsável dos Parlamentares desta Casa. Não se pode imaginar que a atuação institucional dos Deputados e Deputadas pode passar ao largo da observância dos Princípios da Impessoalidade e da Publicidade.

Além disso, conforme destacou a autora da proposição, toda a administração pública deve observar os mencionados princípios por imposição do art. 37 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

Desse modo, a atuação institucional dos deputados estaduais, certamente, deve observar os princípios da impessoalidade e da publicidade estabelecidos no Texto Máximo.

Pelo exposto, pode-se concluir que o Projeto de Resolução em análise não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade que maculem a proposição ora analisada.

Desta feita, opina-se pela aprovação do Projeto de Resolução nº 768/2023, de autoria da Deputada Dani Portela.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº 768/2023, de autoria da Deputada Dani Portela.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente	
Favoráveis	
Edson Vieira Relator(a) João Paulo Mário Ricardo	Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007891/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 816/2023
AUTORIA: DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

PROPOSIÇÃO QUE INSTITUI O PROTOCOLO DE ATENDIMENTO E ABORDAGEM DE AGENTES PÚBLICOS JUNTO À POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERIDA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA E SOLIDÁRIA. PREEXISTÊNCIA DA LEI Nº 18.634, DE 4 DE JULHO DE 2024. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 816/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que institui o Protocolo de Atendimento e Abordagem de Agentes Públicos junto à População LGBTQIA+ no âmbito do Estado de Pernambuco.

O projeto de lei propõe a implementação do Protocolo de Atendimento e Abordagem de Agentes Públicos junto à População LGBTQIA+ no estado de Pernambuco, com o objetivo de promover a igualdade, o respeito e a não discriminação nos serviços públicos.

São apresentadas diversas diretrizes, tais como: desenvolvimento de programas de capacitação para agentes públicos, utilização de linguagem inclusiva e não discriminatória, garantia de atendimento individualizado e respeitoso, respeito ao nome social e identidade de gênero autodeclarada, estabelecimento de canal para denúncias de discriminação, entre outras medidas.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O Protocolo de Atendimento e Abordagem de Agentes Públicos junto à População LGBTQIA+ visa promover a igualdade, o respeito e a não discriminação nos serviços públicos do Estado de Pernambuco. Sendo assim, a importância da aprovação desse projeto de lei é evidente, uma vez que ele estabelece diretrizes claras para assegurar que a população LGBTQIA+ seja atendida com respeito e sem discriminação pelos agentes públicos.

As diretrizes estabelecidas pelo projeto incluem capacitação de agentes públicos sobre diversidade sexual e de gênero, utilização de

linguagem inclusiva e não discriminatória, garantia de atendimento individualizado e respeitoso, considerando a identidade de gênero e a orientação sexual manifestada pela pessoa, e a aplicação efetiva do protocolo com monitoramento periódico para verificar sua eficácia.

Além disso, o projeto de lei também propõe a elaboração de um plano de comunicação para ampla divulgação do protocolo entre os servidores públicos e a população em geral, o que é fundamental para garantir a implementação adequada do protocolo.

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserida na competência residual dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Segundo lição de Gilmar Mendes:

"Atribuiu-se aos Estados o poder de auto-organização e os poderes reservados e não vedados pela Constituição Federal (art. 25). (...)

A maior parte da competência legislativa privativa dos Estados-membros, entretanto, não é explicitamente enunciada na Carta. A competência residual do Estado abrange matérias orçamentárias, criação, extinção e fixação de cargos públicos estaduais, autorizações para alienação de imóveis, criação de secretarias de Estado, organização administrativa, judiciária e do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado." (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. 7ª edição. 2012, p. 1141)

Assim, não estando a matéria sob análise compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

Art. 25. § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Da mesma forma, o projeto se insere no objetivo constitucional fundamental de assegurar a dignidade da pessoa humana e de construir uma sociedade livre, justa e igualitária:

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)"

Por fim, apesar de ter por objeto os agentes públicos do Estado, não há que se falar em afronta ao art. 19, §1º, IV da Constituição, tendo em vista que o Projeto em análise se limita a estabelecer diretrizes que assegurem o respeito à população LGBTQIAPN+.

Faz-se necessária, contudo, a apresentação de Substitutivo, visando alterar a Lei nº 18.634, de 4 de julho de 2024, que Institui a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, no âmbito do Estado de Pernambuco, bem como adequar a Proposição aos ditames da Lei Complementar nº 171/2011:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 816/2023

Altera, integralmente, a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 816/2023.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 816/2023 passa a ter a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 18.634, de 4 de julho de 2024, que institui a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, para incluir novos objetivos e linhas de ação.

Art. 1º A Lei nº 18.634, de 4 de julho de 2024 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º

.....

V - promover o fortalecimento institucional das políticas de enfrentamento às discriminações e violências sofridas pelas pessoas LGBTQIA+; (NR)

VI - expandir o alcance das políticas de proteção, promoção e defesa das pessoas LGBTQIA+, no âmbito do território estadual; (NR)

VII - incentivar a utilização de linguagem inclusiva, respeitosa e não discriminatória em todos os materiais de comunicação do Poder Público, evitando o uso de expressões ofensivas ou preconceituosas; (AC)

VIII - disponibilizar materiais informativos sobre os direitos e serviços disponíveis para a população LGBTQIA+, de forma acessível e amplamente divulgada; e (AC)

IX - garantir atendimento individualizado e respeitoso em todos os serviços públicos, considerando a identidade de gênero e a orientação sexual manifestada pela pessoa, sem qualquer tipo de discriminação. (AC)

.....

Art. 4º.....

.....

§ 2º.....

V - desenvolvimento de programas de capacitação periódicos para agentes públicos e pessoas da sociedade civil que trabalhem com atendimento e acolhimento de pessoas LGBTQIA+, que versem sobre diversidade sexual e de gênero, combate à discriminação e estereótipos, garantindo que o conhecimento seja constantemente atualizado; (NR)

.....

VIII - realização de encontros que permitam a troca de experiências entre representantes da gestão pública e/ou organizações que atuam no atendimento e no acolhimento de pessoas LGBTQIA+; (NR)

IX - apoio e fomento a iniciativas de organizações da sociedade civil que atendem e acolhem pessoas LGBTQIA+ de forma alinhada com os objetivos e diretrizes desta Política Estadual; e (NR)

X - inclusão de conteúdos relacionados aos direitos da população LGBTQIA+ nos programas de formação inicial e continuada dos servidores públicos.' (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela aprovação do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa
Presidente

	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo	Relator(a)	Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007892/2025

PROJETO DE LEI Nº 832/2023
AUTORIA: DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA

PROPOSIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA REMOÇÃO DE PACIENTES PARA HOSPITAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, VISANDO A PROXIMIDADE DE SUAS RESIDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERATIVOS (ART. 23, II, CF/88) E LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO E ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE (ART. 24, XII, CF/88). DIREITO SOCIAL À SAÚDE (ARTS. 6º E 196 DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 832/2023, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa, que dispõe sobre a preferência na remoção de pacientes para hospitais do Estado de Pernambuco, visando a proximidade de suas residências, e dá outras providências.

Segundo afirma o autor da proposição, em sua Justificativa:

“O presente projeto de lei tem como objetivo primordial garantir a proximidade de atendimento médico aos pacientes que necessitam ser removidos para hospitais em diferentes regiões do Estado de Pernambuco. A preferência na remoção para hospitais mais próximos das residências visa proporcionar maior conforto e apoio familiar aos pacientes, bem como contribuir para a humanização do atendimento médico. Além disso, a proximidade geográfica pode facilitar o acompanhamento médico contínuo, diminuir os custos com deslocamento e minimizar o estresse decorrente da necessidade de tratamento fora do local de residência. [...]”

A proposição em análise tramita nesta Assembleia Legislativa sob o Regime Ordinário, previsto no art. 253, III, do Regimento Interno.

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cumprida a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas à sua apreciação.

A presente proposição, à primeira vista, é uma ação legislativa importante para aprimorar a prestação do serviço de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco.

Quanto à constitucionalidade formal orgânica, a proposição em apreço encontra fundamento na competência administrativa comum e legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para dispor do cuidado, proteção e defesa da saúde, previstas, respectivamente, nos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, segundo o que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - **cuidar da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde**; [...]

Do ponto de vista material, tem-se que a saúde é direito social elencado no *caput* do art. 6º, da CF/88:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Merece registro, ainda, o que preconiza o art. 196 da CF/88:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

É incontroverso que a competência da União para legislar sobre normas gerais de “proteção e defesa da saúde” não afasta a competência dos estados membros.

Cabe à lei estadual legislar sobre assunto da competência concorrente, desde que, no exercício de tal atividade, o estado membro venha a acrescentar, de maneira constitucional, legal e jurídica, disposições complementares a par das normas gerais já existentes. É a denominada competência suplementar-complementar dos estados membros.

Feitas essas considerações iniciais, a proposição em exame representa relevante aperfeiçoamento dos serviços de saúde prestados no âmbito do Estado de Pernambuco, ao objetivar maior eficiência, humanização e equidade na assistência pública, mediante o estabelecimento da preferência na remoção de pacientes para unidades hospitalares localizadas nas proximidades de suas residências. A proposta visa assegurar aos usuários o direito de serem transferidos para locais de atendimento médico que propiciem cuidado humanizado, continuidade do acompanhamento familiar, racionalização de recursos logísticos e observância dos critérios de disponibilidade de leitos e de especialidade médica.

Trata-se, pois, de norma de natureza programática e diretiva, compatível com a competência legislativa concorrente e administrativa comum dos Estados (arts. 23, II; 24, XII; e 196 da CF), que não interfere em protocolos médicos específicos nem gera despesas diretas ou obrigações financeiras adicionais, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas regulamentares e operacionais necessárias à efetivação da prioridade estabelecida, conforme disposto no art. 4º da proposição, que lhe atribui a regulamentação dos critérios e procedimentos indispensáveis à execução da medida.

Verifica-se, por fim, que a proposta observa os princípios gerais da Administração Pública, não cria obrigações incompatíveis com a legislação vigente e respeita a competência normativa da Secretaria de Saúde do Estado, em conformidade com a repartição de competências estabelecida pela Constituição Federal.

Todavia, visando aprimorar a redação do Projeto de Lei em análise, bem como adequá-lo às disposições da Lei Complementar nº 171/2011, propõe-se o seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 832/2023

Altera, integralmente, a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 832/2023.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 832/2023 passa a ter a seguinte redação:

“Dispõe sobre a preferência na remoção de pessoas para hospitais próximos de suas residências, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a preferência na remoção de pessoas para hospitais situados próximos às suas residências, quando necessária a transferência para tratamento médico ou internação.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se pessoa a ser transferida para outra unidade hospitalar aquela que, por indicação médica, necessita de remoção para continuidade do tratamento, quando inexistirem condições de atendimento na unidade de origem.

Art. 2º A preferência de que trata esta Lei observará, entre outros aspectos, a disponibilidade de leitos e a especialidade médica indicada para o tratamento da pessoa transferida.

Art. 3º É facultado à pessoa transferida ou ao seu responsável legal manifestar a preferência por hospital situado mais próximo de sua residência, desde que atendidas as condições técnicas e assistenciais adequadas ao tratamento.

Art. 4º As unidades de saúde e os hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco deverão colaborar para a efetivação do disposto nesta Lei, observadas as normas e diretrizes expedidas pelo Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em todos os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Edson Vieira Presidente	
	Favoráveis	
Coronel Alberto Feitosa João Paulo Relator(a) Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007893/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1053/2023
AUTORIA: DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 15.487, DE 27 DE ABRIL DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, A FIM DE DETERMINAR A ELABORAÇÃO DE ESTATÍSTICA E DIVULGAÇÃO SOBRE OS PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. CRIAÇÃO DE CADASTRO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA SOBRE O PODER EXECUTIVO. PRECEDENTES DO STF. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU DE ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo, que altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar a elaboração de estatística e divulgação sobre os portadores do Transtorno do Espectro Autista.

O projeto de lei propõe a inclusão do artigo 10-C na lei estadual nº 15.487, visando a criação de um banco de dados que divulgará os índices de incidência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Pernambuco. O objetivo é fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas relacionadas ao transtorno. A Secretaria de Saúde deverá publicar os números anualmente, organizados por município, no Diário Oficial do Estado.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A presente proposição visa acrescentar um novo artigo à Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, com o objetivo de instituir a criação de um banco de dados para dar publicidade aos índices de incidência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na população do Estado de Pernambuco.

A criação desse banco de dados é de extrema importância para a formulação de políticas públicas no Estado. Com um maior conhecimento sobre a incidência do TEA e sua distribuição geográfica, será possível direcionar os esforços do Poder Executivo de forma mais eficiente, buscando atender às necessidades específicas dessa parcela da população.

A disponibilização dessas informações, por município, no Diário Oficial do Estado e para consulta pública, possibilita à sociedade e aos gestores públicos o acesso a dados atualizados e confiáveis sobre o transtorno. Essa transparência facilita a elaboração de estratégias e a alocação adequada de recursos, fortalecendo o compromisso com a inclusão e o bem-estar das pessoas com TEA em Pernambuco.

Cumprida a menção de que há no ordenamento jurídico a Lei nº 18.436, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco. Contudo, a proposição ora em análise trata da alteração da Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015 e especificamente da criação de um banco de dados para pessoas com TEA.

A criação, mediante iniciativa parlamentar, de cadastros não implica na modificação da estrutura ou atribuições de órgãos do Poder Executivo, conforme o entendimento do STF:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI MUNICIPAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA. TEMA 917 DA REPERCUSSÃO GERAL. 1. A Lei 5.978/2015, do Município do Rio de Janeiro, ao estabelecer a instituição de Cadastro Municipal de Imóveis que se destinam a aluguel para fins religiosos, não prevê a criação de qualquer estrutura dentro da Administração Municipal, tampouco interfere no regime jurídico de servidores públicos municipais. A norma em nada altera a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração municipal já existentes, de modo que não há que se falar em desrespeito à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 2. Agravo Interno a que se nega provimento.(RE 1298077 AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 08/03/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-049 DIVULG 12-03-2021 PUBLIC 15-03-2021)

Contudo, sugere-se a aprovação do Substitutivo, com os seguintes objetivos:

a) aperfeiçoar a redação da proposição, de modo a garantir maior clareza, precisão normativa e coerência técnica; e

b) adequá-la à Lei Complementar nº 171, de 23 de junho de 2011, promovendo a necessária compatibilização com a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, especialmente quanto ao dispositivo que se propõe acrescer a esta última.

Assim, tem-se o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1053/2023

	Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo.
Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo, passa a ter a seguinte redação:	
	Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar a elaboração de banco de dados e divulgação sobre as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
Art. 1º A Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, passa a vigorar acrescida do art. 10-E, com a seguinte redação:	
	“Art. 10-E. Fica criado, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Banco de Dados de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA destinado a dar publicidade aos índices de incidência deste transtorno na população. (AC)
	§ 1º Os estabelecimentos públicos e privados de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, deverão encaminhar mensalmente suas informações sobre a incidência do Transtorno do Espectro Autista - TEA ao órgão competente do Poder Executivo, para que elas sejam integradas ao Banco de Dados. (AC)
	§ 2º Os dados inseridos no sistema, observada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), serão utilizados para aperfeiçoar a rede estadual. (AC)
	§ 3º A criação do Banco de Dados a que se refere o caput tem a finalidade de instrumentalizar a formulação de políticas públicas sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA no Estado de Pernambuco. (AC)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.	

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

- a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo	Relator(a)	Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007894/2025

SUBSTITUTIVO Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1638/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO GILMAR JÚNIOR AUTORIA: COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SUBSTITUTIVO Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1638/2024, QUE ESTABELECE, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, OBJETIVOS E DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DIAGNÓSTICO PRECOCE E AO TRATAMENTO DA ESQUIZOFRENIA. COMPETÊNCIA MATERIAL COMUM (ART. 23, II, CF/88) E LEGISLATIVA CONCORRENTE (ART. 24, XII, CF/88). ADEQUAÇÃO FORMAL À COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO, COM PRESERVAÇÃO DO CONTEÚDO SUBSTANTIVO DA PROPOSTA ORIGINAL. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 02 E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.
--	---

Trata-se do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, que estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivos e diretrizes para a formulação e execução de políticas públicas voltadas ao diagnóstico precoce e ao tratamento da esquizofrenia.

O Substitutivo nº 02/2025 alterou a técnica legislativa do texto anterior ao substituir a instituição de uma política pública pela definição de objetivos e diretrizes para sua formulação e execução, conferindo maior flexibilidade ao Poder Executivo. Houve ajustes redacionais para suavizar o caráter impositivo da norma. As alterações mantêm o conteúdo material, mas com reestruturação dos dispositivos e aprimoramento formal do texto.

A proposição em análise tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas à sua apreciação.

Da análise do texto do Substitutivo, verifica-se que as alterações promovidas não incidem em vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. As mudanças sugeridas restringem-se a questões redacionais e de estrutura do ato normativo.

O Substitutivo nº 02/2025 promoveu alterações substanciais em relação ao Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2024, notadamente quanto à técnica legislativa e ao alcance normativo da proposição. A nova redação deixou de instituir formalmente uma política pública, passando a estabelecer apenas objetivos e diretrizes para a formulação e execução de políticas voltadas ao diagnóstico precoce e tratamento da esquizofrenia, o que confere maior margem de atuação ao Poder Executivo e mitiga eventual vício de iniciativa.

Além disso, foram promovidas mudanças de redação que reforçam o caráter orientador da norma, como a substituição de termos impositivos por expressões de cunho propositivo, a exemplo de “promoção” por “estímulo” e “garantia” por “respeito”. Por fim, houve reestruturação dos dispositivos legais, sem prejuízo do conteúdo material das medidas propostas.

Assim, pelos mesmos fundamentos da aprovação da proposição original, não se observa óbice à aprovação do Substitutivo nº 02/2025.

Assim, opina-se pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da Proposição Principal.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina:

- a. pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo nº 02/2025, sejam declarados prejudicados o Substitutivo nº 01/2025 e a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Henrique Queiroz Filho		Waldemar Borges Cayo Albino Mário Ricardo

Parecer Nº 007895/2025

SUBSTITUTIVO Nº 02/2025, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1948/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO GILMAR JÚNIOR	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE DETERMINA a disponibilização no sítio eletrônico da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento - COMPESA, de plataforma contendo as informações que indica e dá outras providências. SUBSTITUTIVO Nº 02/2025 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALTERAÇÕES REDACIONAIS. MANUTENÇÃO DOS PARÂMETROS DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JUIRIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 02, DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 E DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.
1. RELATÓRIO	
É submetido a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, que obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento - COMPESA, de plataforma contendo as informações que indica e dá outras providências.	
A proposição acessória em análise visa promover alterações redacionais ao Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2024, aduzindo no Parecer nº 7798/2025 que as alterações são necessárias para deixar a Proposta mais clara e exequível.	
O Projeto em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, III, Regimento Interno).	
É o relatório.	
2. PARECER DO RELATOR	
Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das matérias submetidas à sua apreciação.	
A proposição em análise encontra guarida no art. 235, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, uma vez que as Comissões Permanentes têm competência para apresentar proposições acessórias.	
Da análise do texto do Substitutivo, verifica-se que as alterações promovidas não incidem em vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. As mudanças sugeridas restringem-se a questões redacionais.	
Assim, pelos mesmos fundamentos da aprovação da proposição original, não se observa óbice à aprovação do Substitutivo nº 02/2025.	
Assim, opina-se pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da Proposição Principal.	
É o Parecer do Relator.	
3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO	
Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina:	
a. pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior; e	
b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo nº 02/2025, sejam declarados prejudicados o Substitutivo nº 01/2025 e a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.	
Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025	
	Coronel Alberto Feitosa Presidente
	Favoráveis
Edson Vieira João Paulo Henrique Queiroz Filho	Relator(a)
	Waldemar Borges Cayo Albino Mário Ricardo
Parecer Nº 007896/2025	
SUBSTITUTIVO Nº 02/2025, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2235/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO GILMAR JUNIOR.	PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE DETERMINA QUE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM RESPONSÁVEIS PELA TRANSFERÊNCIA E ACOMPANHAMENTO ENTRE HOSPITAIS, TENHAM DIREITO ÀS REFEIÇÕES IDÊNTICAS AOS DEMAIS ACOMPANHANTES NO ESTADO DE PERNAMBUCO. SUBSTITUTIVO Nº 02/2025 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALTERAÇÕES REDACIONAIS. MANUTENÇÃO DOS PARÂMETROS DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JUIRIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO Nº 02, DA COMISSÃO DE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 E DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Substitutivo nº 02/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2235/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, que dispõe sobre o fornecimento de refeição ao profissional de enfermagem responsável por acompanhar a transferência de paciente entre hospitais da rede pública estadual de saúde e dá outras providências.

A proposição foi aprovada, quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do Substitutivo nº 01/2025, conforme Parecer nº 7182/2025, desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

No entanto, no âmbito da Comissão de Administração Pública, foram realizados ajustes quando da apreciação meritória da proposição, motivo pelo qual foi apresentado o Substitutivo nº 02/2024, ora analisado.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo Regime Ordinário, conforme o art. 253, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 235 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, não estando no rol de matérias afetas à iniciativa reservada à Governadora do Estado. Infere-se, portanto, quanto à iniciativa, a constitucionalidade formal subjetiva da proposição acessória.

A Comissão de Administração Pública, no âmbito do Parecer nº 7569/2025, apresentou Substitutivo, para fins de aperfeiçoamentos na proposição *sub examine*.

Da análise do texto do Substitutivo, verifica-se que as alterações promovidas não incidem em vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. As mudanças sugeridas restringem-se a questões redacionais, com o objetivo de aprimorar a técnica legislativa e garantir plena aplicabilidade da proposição.

Dessa forma, é de bom alvitre respeitar a especialidade da referida Comissão nas alterações promovidas atinentes à matéria.

Assim, pelos mesmos fundamentos da aprovação da proposição original, não se observa óbice à aprovação do Substitutivo nº 02/2025.

Assim, opina-se pela **aprovação** do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2235/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Junior e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da Proposição Principal.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina:

a. pela **aprovação** do Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2235/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Junior; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo nº 02/2025, sejam declarados prejudicados o Substitutivo nº 01/2025 e a Proposição Principal, nos termos do art. 214, II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente	
Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Henrique Queiroz Filho	Waldemar BorgesRelator(a) Cayo Albino Mário Ricardo

Parecer Nº 007897/2025

TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2316/2024, DE AUTORIA DA DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO, COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2746/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO RENATO ANTUNES

TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROPOSIÇÕES QUE INSTITUEM, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, A POLÍTICA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA). MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE (ART. 24, XIV, CF/88). INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. proteção e direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista. NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 15.487, DE 27 DE ABRIL DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DAS PROPOSIÇÕES PRINCIPAIS, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 2316/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Conscientização sobre a Importância do Esporte para o Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças e Adolescentes com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

O projeto de lei em análise objetiva difundir os benefícios do esporte para crianças e adolescentes com autismo, por meio de campanhas de conscientização, materiais educativos acessíveis, parcerias com instituições e grupos de apoio a familiares, abordando a melhora das habilidades motoras, a interação social, a redução da ansiedade e comportamentos estereotipados, saúde mental e bem-estar, inclusão escolar e fortalecimento da autoconfiança.

O artigo 4º elenca as linhas de ação da Política Estadual de Conscientização sobre a Importância do Esporte para o Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças e Adolescentes com Transtorno de Espectro Autista (TEA) como a capacitação para os pais, responsáveis e profissionais, realização de campanhas e palestras em escolas e comunidades e por fim, a organização de eventos esportivos específicos para pessoas com TEA.

Já o Projeto de Lei Ordinária nº 2746/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes, que cria a Política Estadual de Esportes para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências (Art. 1º).

O Art. 2º define o conceito de esporte adaptado, modificando-o para atender as especificidades das pessoas com TEA. Algumas diretrizes da política são estabelecidas no Art. 3º, incluindo a promoção da inclusão social, a garantia de acessibilidade, a capacitação de profissionais, apoio psicológico e social, e a criação de programas esportivos específicos.

Os demais dispositivos preveem a integração das pessoas com TEA em programas esportivos existentes (Art. 4º), o incentivo para parcerias com entidades para o desenvolvimento de programas de esporte inclusivo (Art. 5º), além da implementação de monitoramento periodicamente (Art. 6º) e a inclusão de aulas de educação física para o público com TEA nas unidades de ensino Estaduais (Art. 7º).

Diante da similitude de objetos, submetem-se as proposições à tramitação conjunta, em observância ao disposto nos arts. 262 e seguintes do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Os Projetos de Lei em referência tramitam nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cumpra à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas à sua apreciação.

Cumpra ressaltar que a proteção e defesa da saúde, bem como a regra de integração das pessoas com deficiência encontram-se na competência material comum e legislativa concorrente constitucionalmente atribuídas aos Estados-membros, conforme estabelecido na Constituição da República, *in verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

As proposições legislativas referem-se à importante tarefa de promover a inclusão, acessibilidade e desenvolvimento integral de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de práticas esportivas.

Observa-se que estas iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, valorizando e respeitando as diferenças individuais. Através do esporte adaptado, pessoas com TEA contam com mais uma ferramenta de integração social e desenvolvimento de suas potencialidades, contribuindo, inclusive, para sua saúde física, mental e social.

Nesse contexto, as proposições em comento se coadunam com as normas gerais referentes às pessoas com deficiência, tais como a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei Estadual nº 14.789/2012 (Política Estadual da Pessoa com Deficiência).

Da mesma forma, salienta-se a existência da lei estadual nº 15.487, de 27 de abril de 2015, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com transtorno de espectro autista no Estado de Pernambuco, contendo a previsão de que as escolas, clubes esportivos, federações, entidades esportivas e demais organizações ligadas aos esportes promovam a inclusão da pessoa com TEA em suas atividades esportivas, matéria intrinsecamente ligada ao mérito da proposição em análise.

Logo, sugere-se a apresentação de substitutivo, a fim de:

- a. manter a organicidade da legislação estadual;
- b. atender às regras de técnica legislativa, de acordo com as prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de junho de 2011;
- c. realizar ajustes no sentido de alterar a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015 retromencionada.
- d. agregar as proposições, devido à similitude de objetos.

Assim, apresenta-se o seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 2316/2024 E 2746/2025

Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 2316/2024 e 2746/2025, de autoria, respectivamente, da Delegada Gleide Angelo e do Deputado Renato Antunes.

Artigo único. Os Projetos de Lei Ordinária nºs 2316/2024 e 2746/2025 passam a ter a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco, a fim de acrescentar medidas de inclusão para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA) por meio do esporte.

Art. 1º A Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

‘Art. 10-C.

.....

II - treinamento de profissionais que atuam na área esportiva para compreender as especificidades das pessoas com TEA e adotar estratégias adequadas de ensino e inclusão, bem como capacitação de pais e responsáveis, visando a inclusão de crianças e adolescentes autistas em atividades desportivas; (NR)

III - promoção de eventos esportivos inclusivos, criar, incentivar e apoiar programas e competições esportivas que contemplem a participação de pessoas com TEA, com categorias adequadas às suas habilidades e necessidades; (NR)

IV - disponibilização de recursos e materiais adaptados, quando necessário, para garantir a acessibilidade das pessoas com TEA nas atividades esportivas; (NR)

V - adoção das medidas necessárias para garantir a efetividade das campanhas de conscientização sobre a importância do esporte para o desenvolvimento cognitivo e social de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA); e (AC)

VI - promoção de palestras em escolas e comunidades sobre a relevância do esporte para o desenvolvimento social e emocional de crianças com TEA. (AC)

§ 1º A inclusão da pessoa com TEA nos eventos esportivos de que trata o *caput* deverá levar em consideração o nível de gravidade e desenvolvimento de cada indivíduo. (NR)

§ 2º Para a implementação das medidas de inclusão previstas nesta Lei, a sociedade civil organizada e as entidades esportivas mencionadas no *caput* poderão promover campanhas de conscientização, elaborar materiais educativos acessíveis e inclusivos voltados à prática esportiva, estabelecer parcerias com escolas e instituições especializadas em autismo, bem como incentivar a criação de grupos de apoio e redes de troca de experiências entre pais e responsáveis.’ (AC)

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela aprovação do Substitutivo apresentado, com consequente prejudicialidade das Proposições Principais, caso aquele seja aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, sejam declaradas prejudicadas as Proposições Principais, nos termos do art. 214, II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa
Presidente

	Favoráveis	
Edson Vieira		Waldemar BorgesRelator(a)
João Paulo		Cayo Albino
Mário Ricardo		

Parecer Nº 007898/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2329/2024
AUTORIA: DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO

PROPOSIÇÃO QUE PROÍBE A PRÁTICA DE ATOS IMPRÓPRIOS, NUDEZ, EXIBIÇÃO DE PARTES ÍNTIMAS E/OU PERFORMANCES QUE CON-TENHAM GESTOS ERÓTICOS OU DE CONO-TAÇÃO SEXUAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS OU PRIVADAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CONDUTA JÁ TIPIFICADA COMO DELITO PENAL E QUE ENSEJA RESPONSABILIZAÇÃO CÍVEL. AFRONTA À COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E CIVIL (ART. 22, I). VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO *NE BIS IN IDEM*. PRECEDENTES DO STF. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LIBERDADE E SEUS CÔNEXOS (ART. 5º, IV E IX, CF/88). CENSURA PRÉVIA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DAS VEDAÇÕES LEGAIS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (ART. 220, §2º, CF/88). VÍCIOS DE INCONS-TITUCIONALIDADE E ANTIJURIDICIDADE. PELA REJEIÇÃO.

1. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 2329/2024, de autoria do Deputado Pastor Júnior Tércio, que busca proibir a prática de atos impróprios, nudez, exibição de partes íntimas e/ou performances que contenham gestos eróticos ou de conotação sexual em instituições de ensino públicas ou privadas no Estado de Pernambuco.

O projeto de lei em análise, em seu artigo 1º, proíbe, nas instituições de ensino públicas e privadas de Pernambuco, a prática de nudez, a exibição de partes íntimas ou performances com conteúdo erótico ou sexual em aulas, palestras, eventos ou manifestações, devendo as escolas afixar avisos sobre a proibição e as penalidades aplicáveis.

O artigo 4º dispõe que o descumprimento sujeitará a instituição a advertência, multa entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e até a suspensão de atividades em caso de reincidência. O parágrafo único estabelece, ainda, que o autor do ato impróprio ficará sujeito à responsabilização criminal.

O Projeto de Lei tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas à sua apreciação.

A princípio, a proposição em cotejo encontra guarida na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção à infância e à juventude, conforme preconiza o art. 24, inciso XV, da Constituição Federal – CF/88:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XV - proteção à infância e à juventude; [...]

Inicialmente, importante fazer uma análise das condutas descritas no projeto de lei, uma vez que os atos de nudez, exibição de partes íntimas e/ou performances que contenham gestos eróticos ou de conotação sexual, a depender da intenção do agente e do contexto, enquadra-se como ato obsceno e/ou de importunação sexual, conforme o art. 233 e 215-A do Código penal Brasileiro, com pena de detenção de 3 meses a 1 ano e de reclusão, de 1 a 5 anos, respectivamente, se o ato não constituir crime mais grave.

O ato de divulgação/exibição de partes íntimas também é tipificado como crime, conforme art. 218-C do Código penal, sendo a divulgação de cena de sexo/nudez sem autorização, punido com pena de reclusão de 1 a 5 anos.

Nesse contexto, o que se observa é que a presente Proposição pretende impor sanções administrativas a atos que já são passíveis de sanção penal e cível. Demonstrar-se-á abaixo, contudo, que tal pretensão afronta o Princípio do *Ne Bis In Idem* e a competência privativa da União para legislar sobre direito penal e civil (art. 22, I da CF/88).

No que diz respeito à afronta ao Princípio do Ne Bis in Idem, é mister falar sobre a relação entre o Direito Penal e o Direito Administrativo Sancionador. A melhor doutrina vêm se posicionando no sentido de que tal relação deve ser regida pelo Princípio da Independência mitlgada.

Nesse sentido são esclarecedores os argumentos trazidos pelo Min. Gilmar Mendes e por Bruno Tadeu Buonicore em artigo publicado na IBCCCRIM, transcrito abaixo:

"Diante da existência daquilo que se convencionou chamar de princípio da independência das instâncias, propõe-se aqui clarificar e desenvolver o que denominamos princípio da independência mitigada, especificamente na relação entre Direito Penal e Direito Administrativo Sancionador – Lopes Jr. e Saboya reconhecem nesta empreitada uma delimitação de ordem paradigmática e “um bom começo” na elucidação das complexas problemáticas dogmáticas e hermenêuticas que surgem da relação entre essas distintas e próximas esferas normativas.

Nessa linha, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) estabelece, a partir do paradigmático caso Oztürk, em 1984, um “conceito amplo de direito penal”, que **reconhece o Direito Administrativo Sancionador como um “autêntico subsistema” da ordem jurídico-penal. A partir disso, determinados princípios jurídico-penais se estenderiam para o âmbito do Direito Administrativo Sancionador, que pertenceria ao sistema penal em sentido lato.**

Confira-se *in verbis* os apontamentos de Oliveira: **“A unidade do jus puniendi do Estado obriga a transposição de garantias constitucionais e penais para o direito administrativo sancionador. As mínimas garantias devem ser: legalidade, proporcionalidade, presunção de inocência e ne bis in idem”**.

A assunção desse pressuposto pelo intérprete, principalmente no tocante ao princípio do *ne bis in idem*, resulta na compreensão que tais princípios devem ser aplicados não somente dentro dos subsistemas, mas também e principalmente na relação entre ambos os subsistemas – trata-se aqui justamente de uma baliza hermenêutica para a qualidade da relação.

A Constituição Federal anuncia, no art. 37, § 4º, uma noção de independência entre as esferas sancionadoras aqui abordadas. Tal independência, contudo, é complexa e deve ser interpretada como uma independência mitigada, sem ignorar a máxima do ne bis in idem.

(...)

A adoção do princípio da independência mitigada entre as esferas penal e administrativa sancionadora – esta parece ser a posição mais acertada diante dos parâmetros constitucionais reitores do sistema penal, principalmente da proporcionalidade, da subsidiariedade e da necessidade – na interpretação da lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92), sobretudo do art. 12, nos leva ao entendimento de que a mesma narrativa fático-probatório que dá ensejo a uma decisão de mérito definitiva na esfera penal, que fixa uma tese de inexistência do fato ou de negativa de autoria, não pode provocar novo processo no âmbito do Direito Administrativo Sancionador – círculos concêntricos de ilicitude não podem levar a uma dupla persecução e, consequentemente, a uma dupla punição, devendo ser o bis in idem vedado no que diz respeito à persecução penal e ao Direito Administrativo Sancionador pelos mesmos fatos."

(A VEDAÇÃO DO BIS IN IDEM NA RELAÇÃO ENTRE DIREITO PENAL E DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA MITIGADA. Buonicore, Bruno e Mendes, Gilmar. Boletim IBCCCRIM, ano 29, nº 340, março de 2021).

Além do mais, recentemente, no julgamento da ADI 7715/MC ajuizada contra a Lei nº 12.430/2024 do Estado de Mato Grosso, o STF reiterou seu entendimento no sentido de que a citada pretensão sancionatória de natureza administrativa finda por invadir a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal (art. 22, I da CF/88):

"Direito penal, licitações e contratos. Referendo na medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 12.430/2024 do Estado de Mato Grosso. Competência privativa da União. Art. 22, I e XXVII, da Constituição da República. Concessão da medida cautelar. Referendo. I. Caso em exame 1. Inconstitucionalidade, à luz do art. 21, I e XXVII, da Constituição da República, da Lei do Estado de Mato Grosso nº 12.430/2024, que "disciplina a aplicação de sanções a ocupantes de propriedades privadas rurais e urbanas comprovadamente enquadrados conforme o disposto na Lei Federal nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e nos arts. 150 e 161, § 1º, II, do Código Penal no âmbito" daquela unidade da federação. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em saber se há, na espécie, usurpação da competência privativa da União para legislar sobre a matéria (art. 22, I e XXVII, da Constituição Federal). III. Razões de decidir 3. **O teor da Lei nº 12.430/2024 do Estado de Mato Grosso deixa transparecer o objetivo do legislador estadual de ampliar o rol sancionatório contido no regramento punitivo editado pela União, o que denota indevido ingresso na seara reservada ao direito penal.** IV. Dispositivo 5. Concessão da medida cautelar para suspender a eficácia da Lei do Estado de Mato Grosso nº 12.430/2024. (Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 22, I. Jurisprudência relevante citada: ADI 2935, ADI 7200 e ADI 3639). (ADI 7715 MC-Ref, Relator(a): FLÁVIO DINO, Tribunal Pleno, julgado em 14-10-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 18-10-2024 PUBLIC 21-10-2024).

Neste diapasão, face ao seu teor bastante esclarecedor, transcrevo trecho do voto do Relator:

"O diploma estadual atacado traz em seu art. 1º, de forma explícita, que se destina a disciplinar a aplicação de sanções relativas ao cometimento dos tipos penais vertidos nos arts. 150 e 161, § 1º, II, do Código Penal, os quais têm por rubricas laterais a "violação de domicílio" e o "esbulho possessório".

Entendo que, ao assim inaugurar a Lei nº 12.430/2024 do Estado de Mato Grosso, a redação adotada deixa transparecer o objetivo do legislador estadual de ampliar o rol sancionatório contido no regramento punitivo editado pela União, o que denota indevido ingresso na seara reservada ao direito penal.

Reforçam a compreensão de que, na hipótese, a lei do Estado de Mato Grosso sinaliza conter o vício da inconstitucionalidade, por usurpação da competência privativa de que trata o art. 22, I, da Lei Maior, os seguintes precedentes desta Casa:

"EMENTA PENAL. PROCESSUAL PENAL. PENITENCIÁRIO. FINANCEIRO. CONSTITUCIONAL. LEI COMPLEMENTAR N. 68 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DAS PENAS DE MULTA. MATÉRIA DE DIREITO PENAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO (CF, ART. 22, I). MODULAÇÃO DE EFEITOS. EFICÁCIA EX NUNC. 1. A destinação dos recursos financeiros originados do pagamento das penas de multa se insere no âmbito do direito penal. Por isso, é da União a competência privativa para legislar sobre a matéria (CF, art. 22, I). 2. O Estado do Espírito Santo, no art. 2º, I, da Lei Complementar n. 68/1995, ao dispor sobre os recursos oriundos das penas de multa, endereçando-os ao fundo penitenciário estadual, invadiu a competência privativa da União, a configurar vício de inconstitucionalidade formal. 3. Por motivos de segurança jurídica, emprestam-se efeitos prospectivos à decisão, a serem observados a partir da publicação da ata de julgamento. 4. Ação conhecida e pedido julgado procedente." (ADI 2935, Relator(a): NUNES MARQUES, Tribunal Pleno, julgado em 21-11-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-12-2023 PUBLIC 18-12- 2023)

"Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE VEDA A DESTRUÇÃO E INUTILIZAÇÃO DE BENS PARTICULARES APREENDIDOS EM OPERAÇÕES AMBIENTAIS. 1. Ação direta contra a Lei nº 1.701/2022, do Estado de Roraima, que proíbe os órgãos ambientais de fiscalização e a Polícia Militar de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações ambientais. 2. Ao proibir a destruição de instrumentos utilizados na prática de infrações ambientais, a lei questionada incorre em inconstitucionalidade formal. Usurpação de competência da União para legislar sobre direito penal e processual penal, bem como para editar normas gerais de proteção ao meio ambiente (arts. 22, I, e 24, VI e § 1º, da CF/1988). 3. De igual modo, a norma questionada vulnera o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF/1988). Isso porque a proibição de destruir instrumentos utilizados em infrações ambientais acaba permitindo a prática de novos ilícitos, inviabilizando a plenitude do exercício poder de polícia ambiental. 4. A manutenção dos efeitos da norma estadual pode acarretar prejuízo para a devida repressão à prática de ilícitos ambientais, com potenciais danos irreparáveis ao meio ambiente e às populações indígenas no Estado de Roraima. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.701, de 5.7.2022, do Estado de Roraima, com a seguinte tese de julgamento: "É inconstitucional lei estadual que proíbe os órgãos policiais e ambientais de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos em operações, por violação da competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal, para editar normas gerais de proteção ao meio ambiente (arts. 22, I, e 24, VI e § 1º, da CF/1988) e por afronta ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF/1988)". (ADI 7200, Relator(a): ROBERTO BARROSO,Tribunal Pleno, julgado em 22-02-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 16-03-2023 PUBLIC 17-03-2023).

"Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE VEDA A DESTRUÇÃO E INUTILIZAÇÃO DE BENS PARTICULARES APREENDIDOS EM OPERAÇÕES AMBIENTAIS. 1. Ação direta contra a Lei nº 1.701/2022, do Estado de Roraima, que proíbe os órgãos ambientais de fiscalização e a Polícia Militar de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações ambientais. 2. Ao proibir a destruição de instrumentos utilizados na prática de infrações ambientais, a lei questionada incorre em inconstitucionalidade formal. Usurpação de competência da União para legislar sobre direito penal e processual penal, bem como para editar normas gerais de proteção ao meio ambiente (arts. 22, I, e 24, VI e § 1º, da CF/1988). 3. De igual modo, a norma questionada vulnera o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF/1988). Isso porque a proibição de destruir instrumentos utilizados em infrações ambientais acaba permitindo a prática de novos ilícitos, inviabilizando a plenitude do exercício poder de polícia ambiental. 4. A manutenção dos efeitos da norma estadual pode acarretar prejuízo para a devida repressão à prática de ilícitos ambientais, com potenciais danos irreparáveis ao meio ambiente e às populações indígenas no Estado de Roraima. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.701, de 5.7.2022, do Estado de Roraima, com a seguinte tese de julgamento: "É inconstitucional lei estadual que proíbe os órgãos policiais e ambientais de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos em operações, por violação da competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal, para editar normas gerais de proteção ao meio ambiente (arts. 22, I, e 24, VI e § 1º, da CF/1988) e por afronta ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF/1988)". (ADI 7200, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-02-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 16-03-2023 PUBLIC 17-03-2023).

(...)

Por seu turno, compreendo que a incidência de uma espécie de "Direito Penal Estadual" abala as regras estruturantes da nossa Federação e cria grave insegurança jurídica, inclusive em virtude do risco de multiplicação de normas similares de "Direito Penal". (...)"

Ainda que se argumentasse que a sanção administrativa tem natureza reparadora, não haveria como prosperar a presente Proposição tendo em vista que cabe à União, privativamente, legislar sobre direito civil.

Vale salientar, ainda, que há precedentes desta Comissão de Justiça no sentido de aprovar leis que instituíram sanções administrativas decorrentes de fatos tipificados como crime ou contravenção penal. Todavia, diante dos reiterados posicionamentos recentes do STF sobre a matéria, bem como da doutrina mais abalizada, não resta outro entendimento a esta Comissão a não ser opinar pela inconstitucionalidade de Projetos de Lei que tratam de tal matéria.

Sob outro aspecto, tem-se que a temática envolve também outros valores, representando relevante impacto, sobretudo no direito à liberdade, previsto no art. 5º da CF/88, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Com efeito, a proibição, *a priori*, de atos de nudez, exibição de partes íntimas ou performances que contenham gestos eróticos ou de conotação sexual, se for realizado em ambiente com conotação cultural, sem a intenção de ofender o pudor público, não constituirá crime, recomendando-se apenas conter a classificação indicativa (CF/88, art. 21, XVI e art. 220, §3º) e por ser uma expressão da liberdade artística deverá ser protegida, conforme o que preceitua a Constituição Federal de 1988, em seu art. 220, *in verbis*:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Logo, de acordo com a Lei Maior, a liberdade de expressão, como os demais direitos fundamentais, é passível de restrições, desde que tais limitações sejam compatíveis com sua dimensão constitucional e resultem da colisão com outros direitos igualmente essenciais, como a proteção da dignidade da pessoa humana, da moralidade administrativa ou da ordem pública.

Importa destacar que a liberdade de expressão se apresenta como pedra angular do regime democrático, assegurando não apenas a manifestação individual, como também o pluralismo de ideias indispensável à vida em sociedade. Dessa forma, eventuais restrições devem ser interpretadas de maneira restritiva e fundamentadas em razões constitucionalmente legítimas, sob pena de esvaziar o conteúdo essencial do direito.

O Supremo Tribunal Federal, em sua jurisprudência, tem reiterado que a liberdade de expressão goza de **presunção de primazia**, sendo a regra, ao passo que suas restrições configuram exceção a ser justificada à luz do princípio da proporcionalidade, ou seja, devem ser adequadas, necessárias e proporcionais em sentido estrito.

Como exemplo temos o julgamento da ADI 4451 (2018) que tratou do direito de manifestação em universidades durante o período eleitoral, em que a Corte reforçou que a liberdade de expressão acadêmica merece especial proteção. Vejamos:

"LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PLURALISMO DE IDEIAS. VALORES ESTRUTURANTES DO SISTEMA DEMOCRÁTICO. INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS NORMATIVOS QUE ESTABELECEM PREVIA INGERÊNCIA ESTATAL NO DIREITO DE CRITICAR DURANTE O PROCESSO ELEITORAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AS MANIFESTAÇÕES DE OPINIÕES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A LIBERDADE DE CRIAÇÃO HUMORISTICA. 1. A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático. 2. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva. 3. São inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático. Impossibilidade de restrição, subordinação ou forçosa adequação programática da liberdade de expressão a mandamentos normativos cerceadores durante o período eleitoral. 4. Tanto a liberdade de expressão quanto a participação política em uma Democracia representativa somente se fortalecem em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das mais variadas opiniões sobre os governantes. 5. O direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional. 6. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incisos II e III (na parte impugnada) do artigo 45 da Lei 9.504/1997, bem como, por arrastamento, dos parágrafos 4º e 5º do referido artigo. (STF - ADI: 4451 DF, Relator.: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 21/06/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 06/03/2019). Grifo nosso.

Diante de tais argumentos, forçoso é concluir que o Projeto de Lei em análise padece de vícios de inconstitucionalidade e antijuridicidade.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **rejeição** do Projeto de Lei Ordinária nº 2329/2024, de iniciativa do Deputado Pastor Júnior Tércio, por vício de inconstitucionalidade.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira João Paulo Relator(a) Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007899/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2373/2024
AUTORIA: DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA

	PROPOSIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE MAPEAMENTO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE DESPORTO (ART. 24, IX, DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.
1. RELATÓRIO	
Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 2373/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que dispõe sobre a divulgação de mapeamento de espaços públicos esportivos no Estado de Pernambuco e dá outras providências.	

O projeto de lei estipula no art. 1º a responsabilidade Estadual em disponibilizar um mapeamento atualizado dos espaços públicos para prática esportiva e de acordo com o art. 2º, esse mapeamento deve conter informações como localização detalhada, modalidades esportivas disponíveis, horários de funcionamento e as condições de uso dos espaços.

Além disso, o art. 3º prevê os locais e meios onde esse mapeamento deverá ser disponibilizado, incluindo sites oficiais do governo, escolas públicas estaduais e campanhas publicitárias em diferentes meios de comunicação e por fim, o art. 4º determina uma atualização dessas informações a cada dois meses como o objetivo de garantir a exatidão e atualidade do mapeamento.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A presente Proposição visa a promoção e a democratização do acesso à prática esportiva no Estado de Pernambuco, oportunizando a visibilidade e usabilidade dos espaços públicos voltados à prática esportiva, englobando princípios de inclusão social, saúde pública e cidadania.

Percebe-se, portanto, que o projeto se encontra inserto na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

IX - educação, cultura, ensino, **desporto**, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; [...]

O Projeto apresenta como benefício direto o incentivo à prática de atividades físicas e esportivas, divulgando a localização dos espaços públicos esportivos, disponibilidade e modalidades esportivas que podem ser praticadas em cada espaço, facilitando o acesso para o cidadão se engajar em atividades saudáveis.

Destaque-se que a prática regular de atividades físicas tem efeitos positivos comprovados para a saúde e o bem-estar da população e é de fundamental importância no combate ao sedentarismo, obesidade e outras doenças crônicas.

No entanto, a fim de melhorar a redação da proposição, bem como atender às regras de técnica legislativa, de acordo com as prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de junho de 2011 e eliminar alguns dispositivos inconstitucionais, apresenta-se o seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2373/2024

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2373/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 2373/2024 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O Poder Executivo Estadual disponibilizará, nos canais de comunicação oficiais da Secretaria ou do órgão estadual pertinente, um mapeamento atualizado dos espaços públicos destinados à prática esportiva no Estado de Pernambuco.	*Dispõe sobre a divulgação de mapeamento de espaços públicos esportivos no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
Art. 2º O mapeamento deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:	
I - localização detalhada dos espaços esportivos, com endereço completo e pontos de referência;	
II - modalidades esportivas que podem ser praticadas em cada espaço;	
III - horários de funcionamento e a disponibilidade para uso público; e	
IV - condições de uso, incluindo a necessidade de agendamento ou inscrição prévia, se aplicável.	
Art. 3º O mapeamento de que trata esta lei deverá ser atualizado periodicamente para garantir a exatidão e a atualidade das informações disponíveis.	
Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação.	
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."	

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

- a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214, II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira Relator(a) João Paulo Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007900/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2376/2024
AUTORIA: DEPUTADO ERIBERTO FILHO

	PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 12.109, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA, A FIM DE INCLUIR MEDIDAS PARA VIABILIZAR O ATENDIMENTO DAS PESSOAS IDOSAS QUE ESTEJAM EM SITUAÇÃO DE PERIGO, RISCO EMERGENCIAL OU SOCIAL. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE (ART. 24, XII, DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU DE ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.
1. RELATÓRIO	
Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 2376/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho, que intenta acrescer à Lei nº 12.109 de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, medida para viabilizar o atendimento das pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social por meio do serviço de teleassistência.	

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 2376/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho, que intenta acrescer à Lei nº 12.109 de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, medida para viabilizar o atendimento das pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social por meio do serviço de teleassistência.

A proposição em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cumpra à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas à sua apreciação.

O projeto apresentado tem arrimo no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa da Governadora do Estado (art. 19, § 1º, da Constituição Estadual).

A presente proposição tem como objetivo aperfeiçoar a legislação existente, reforçando o incentivo à criação de novos canais institucionais (teleassistência) para identificação e atendimento a pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social.

Desta feita, sob o prisma da competência formal orgânica, a proposição em apreço encontra fundamento na competência administrativa comum e legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, previstas, respectivamente, nos arts. 23, II, e 24, XII, da Constituição Federal, segundo o que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - **cuidar da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde**; [...]

Do ponto de vista material, a iniciativa em tela se coaduna com o art. 230, da Carta Magna, uma vez que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

No entanto, entendemos cabível a apresentação de substitutivo a fim adequar a Proposição às prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171/2011, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2376/2024

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei

Ordinária nº 2376/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 2376/2024 passa a ter a seguinte redação:

Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, a fim de incluir medidas para viabilizar o atendimento das pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social.

"Art. 1º A Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 11.

.....

VIII -

.....

h) conscientizar a população sobre a importância de identificar e tratar a depressão na pessoa idosa, mediante a divulgação dos sintomas mais comuns e do incentivo à busca por atendimento profissional especializado; (NR)

i) criar e disponibilizar fluxos institucionais para acolhimento e encaminhamento da pessoa idosa com depressão ao tratamento adequado; (NR)

j) conscientizar as mulheres sobre a importância do acompanhamento ginecológico depois do período reprodutivo da mulher; e (NR)

k) estimular a criação do serviço de teleassistência, de fácil acesso, para atender as pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social. (AC)

.....'

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

- a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214, II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira		Waldemar Borges
João Paulo		Cayo AlbinoRelator(a)
Mário Ricardo		

Parecer Nº 007901/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2435/2024
AUTORIA: DEPUTADO DORIEL BARROS

PROPOSIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE PERNAMBUCO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. ART. 24, IX. COMPETÊNCIA COMUM. ART. 23, V, VIII E X. CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DA POLÍTICA AGRÍCOLA. ART. 187, III, IV, VI E VIII. CONSTRUIR UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA E SOLIDÁRIA E PROMOÇÃO DO BEM DE TODOS COMO OBJETIVOS DA REPÚBLICA REDERATIVA DO BRASIL (ART. 3º, I e IV, CF/88) PRECEDENTES DESTA CCLJ. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

É submetido a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 2435/2024, de autoria do Deputado Doriel Barros, que institui a Política Estadual de Inclusão Socioprodutiva nos Assentamentos Rurais de Pernambuco e dá outras providências.

O autor da proposição, na justificativa, destaca a relevância social e econômica da da iniciativa parlamentar, nos seguintes termos:

A presente proposição tem como finalidade instituir a Política Estadual de Inclusão Socioprodutiva nos Assentamentos Rurais de Pernambuco. O principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a geração de trabalho e renda, além de melhorar as condições de vida nas comunidades rurais do estado. Esta iniciativa busca enfrentar as desigualdades socioeconômicas históricas que afetam essas regiões. Assim, pretende contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

É importante destacar que dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de órgãos estaduais revelam elevados índices de vulnerabilidade social nessas áreas, com expressivas taxas de pobreza e exclusão produtiva. Há, também, dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura de qualidade e mercados para a comercialização de seus produtos.

Nesse contexto, esta proposição busca integrar esforços para a promoção do bem-estar social e econômico das famílias assentadas, com foco na inclusão socioprodutiva. Visando, portanto, a criação de um ciclo de desenvolvimento que envolva todos os aspectos necessários para a transformação dessas comunidades. Assim, a implementação desta Política estará alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no que se refere à erradicação da pobreza (ODS 1), à promoção do trabalho decente (ODS 8) e à redução das desigualdades (ODS 10).

Os objetivos delineados neste Projeto de Lei não se limitam apenas à inclusão econômica, mas também englobam aspectos de cidadania, segurança alimentar, igualdade de gênero, e sustentabilidade ambiental. Dessa forma, propõe-se que as ações sejam direcionadas a fortalecer as capacidades locais, promover a capacitação de famílias assentadas, estimular a agricultura familiar e agroecológica, e garantir acesso a mercados que permitam a comercialização justa dos produtos locais.

Além disso, a Política institui linhas de ação concretas, como assistência técnica contínua, incentivo ao cooperativismo e à agroindústria, construção de infraestrutura produtiva e social, e promoção de parcerias entre os diversos setores. Também prevê a colaboração entre os poderes públicos, a sociedade civil, e as comunidades locais, buscando aumentar a eficácia das ações e maximizar os resultados.

[...]

O Projeto em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das matérias submetidas à sua apreciação.

A proposição em análise encontra guarida no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, uma vez que o deputado estadual detém competência para apresentar projetos de lei ordinária.

De partida, registre-se que esta Comissão já firmou entendimento pela viabilidade constitucional de projetos de lei de iniciativa parlamentar que instituem políticas públicas ou estabeleçam diretrizes para estas, desde que não interfiram nas atribuições dos órgãos vinculados ao Poder Executivo.

Dito isto, é de bom tom, em breve definição, destacar que as políticas públicas são tidas como "programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados." (BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 241).

Nesse contexto, é possível inferir que o PLO 2435/2024 trata essencialmente de política pública, a qual deve guardar observância com as demais regras de repartição constitucional de competências e hipóteses de iniciativa reservada ou privativa.

No âmbito das competências administrativas e legislativas dos entes federativos, observa-se que a proposição em análise encontra supedâneo nos seguintes dispositivos da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

[...]

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

[...]

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

[...]

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

No que tange à constitucionalidade material, frise-se que há total consonância com os preceitos constitucionais, conforme art. 187, III, IV, VI, VIII da Carta Magna:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

[...]

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - assistência técnica e extensão rural;

[...]

VI - o cooperativismo;

[...]

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

Ademais, frise-se que há total consonância da proposição em análise com os preceitos constitucionais, conforme arts. 3º, I e IV da Carta Magna:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

[...]

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Observa-se, ainda, que a proposição é compatível com a Constituição Estadual, especialmente com o disposto no inciso VIII-A do parágrafo único do art. 5º, o qual estabelece que é competência comum do Estado e dos Municípios fomentar a agricultura familiar, a produção orgânica e a transição agroecológica dos sistemas de produção.

Reitere-se que a proposição não versa sobre a criação, reestruturação ou extinção de órgãos ou entidades do Poder Executivo, de modo que pudesse caracterizar afronta à iniciativa legislativa do Governador do Estado.

O Projeto de Lei em análise tão somente relaciona diretrizes, objetivos, princípios e finalidades a serem adotadas por parte do Poder Público em relação às políticas públicas voltadas à inclusão socioprodutiva nos assentamentos rurais.

A implantação, a coordenação e o acompanhamento da política pública, quando for implementada, ainda ficarão a cargo do órgão competente do Poder Executivo, como não poderia deixar de ser, a quem incumbirá, também, promover concretamente as ações previstas nas proposições, mediante conveniência e oportunidades administrativas.

Desse modo, não estando a matéria no rol das afetas à iniciativa privativa do Governador do Estado, franqueia-se ao parlamentar a legitimidade subjetiva para deflagrar o correspondente processo legislativo. Infere-se, portanto, que não há vício de iniciativa na proposição ora analisada.

Todavia, visando fazer alguns ajustes redacionais, faz-se necessária a apresentação do seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2435/2024

Altera, integralmente, a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2435/2024.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 2435/2024 passa a ter a seguinte redação:

"Institui a Política Estadual de Inclusão Socioprodutiva nos Assentamentos Rurais de Pernambuco e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Inclusão Socioprodutiva nos Assentamentos Rurais de Pernambuco, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, a geração de trabalho e renda, a melhoria das condições de vida e a infraestrutura, bem como assegurar a eficácia e sustentabilidade socioeconômica dessas áreas.

Parágrafo único. Durante a execução desta Política, serão priorizados os assentamentos que apresentarem maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica, conforme critérios estabelecidos por indicadores sociais oficiais.

Art. 2º São diretrizes e objetivos desta Política:

I - promover a inclusão socioprodutiva das populações assentadas, visando, principalmente, à redução das desigualdades sociais por meio da geração de trabalho e renda;

II - fortalecer a infraestrutura produtiva, com investimentos estratégicos que beneficiem a produção local;

III - valorizar a agricultura familiar, a economia solidária e a produção agroecológica e sustentável;

IV - promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis;
V - estimular a autogestão e a participação comunitária, promovendo o protagonismo social das comunidades assentadas;
VI - conservar, recuperar e usar de forma sustentável os recursos naturais presentes nos assentamentos;
VII - incentivar a inovação tecnológica voltada para a sustentabilidade e produtividade;
VIII – promover a articulação interinstitucional com organizações da sociedade civil e entidades públicas e privadas para potencializar os resultados das ações;
IX - promover a igualdade de gênero e a inclusão de grupos vulneráveis nos processos produtivos;
X - promover a capacitação técnica e a qualificação profissional das famílias assentadas;
XI - estimular a comercialização dos produtos dos assentamentos por meio de mercados institucionais, regionais e locais;
XII - incentivar investimentos em unidades produtivas, visando à eficiência produtiva;
XIII - contribuir para a melhoria da infraestrutura nos assentamentos públicos estaduais, com foco em estradas, sistemas de abastecimento de água, energia e equipamentos comunitários; e
XIV - incentivar a implementação de fontes de energia renovável nos assentamentos, com ênfase na matriz solar, promovendo a sustentabilidade energética, a redução de custos e o uso consciente dos recursos naturais.
Art. 3º Para alcançar os objetivos desta Política, serão desenvolvidas as seguintes linhas de ação:
I - assistência técnica e extensão rural permanente às famílias assentadas, com ênfase em práticas agroecológicas, manejo sustentável e diversificação produtiva;
II - capacitação e formação por meio de cursos, oficinas e treinamentos focados em habilidades técnicas, gerenciais e de autogestão;
III - apoio financeiro para projetos que visem à diversificação da produção e à agregação de valor aos produtos dos assentamentos;
IV - promoção de parcerias e redes de cooperação entre assentamentos, organizações da sociedade civil e instituições públicas e privadas, visando à troca de experiências e ao fortalecimento mútuo;
V - fomento à infraestrutura, com a construção, reforma e adequação de estruturas como estradas vicinais, sistemas de irrigação e espaços comunitários;
VI - incentivo à agroindústria e ao cooperativismo, com estímulo à instalação de unidades de beneficiamento e processamento de alimentos, agregando valor à produção local;
VII - promoção de ações afirmativas que assegurem a participação efetiva de mulheres, jovens e povos tradicionais, e campanhas educativas sobre direitos e empoderamento social;
VIII - implementação de estratégias para facilitar o acesso dos produtos dos assentamentos aos mercados institucionais, feiras livres e mercados regionais;
IX - fomento a projetos de energia renovável nos assentamentos, priorizando a matriz solar, com parcerias público-privadas e linhas de crédito facilitado para instalação de equipamentos, visando à sustentabilidade energética e à redução de custos; e
X - acompanhamento contínuo das ações desta Política, com participação direta das comunidades assentadas.
Art. 4º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei em todos os aspectos necessários à sua fiel execução.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

- a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira João Paulo Relator(a) Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino

PARECER Nº 007902/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3242/2025
AUTORIA: DEPUTADA SIMONE SANTANA

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 18.799, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, A POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE REPRODUTIVA DA MULHER SOROPositiva E PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL, A FIM DE INCLUIR A DIVULGAÇÃO DOS DADOS EPIDEMIOLÓGICOS QUE ESPECIFICA, NOS BOLETINS E INFORMES SOBRE HIV ELABORADOS PELA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE (ART. 24, XII, DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.
--

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3242/2025, de autoria da Deputada Simone Santana, que altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir a divulgação dos dados epidemiológicos que especifica, nos boletins e informes sobre HIV elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde.

O projeto de lei propõe alterações na Lei nº 18.799/2024, especificamente no Art. 2º, delineando os objetivos da Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV em Pernambuco.

Paralelamente, o único parágrafo deste artigo esclarece que os boletins e informes deverão incluir, entre outras informações, dados sobre o monitoramento da prevenção da transmissão vertical, a quantidade de casos de gestantes e crianças com HIV, raça, cor e faixa etária dos infectados, tratamentos realizados, mortalidade, e o contato das unidades de saúde de referência do estado.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A presente proposição, que visa alterar a Lei nº 18.799/2024, tem uma importância inegável para a sociedade pernambucana. O foco em fomentar pesquisas, estudos, boletins e informes epidemiológicos sobre a saúde reprodutiva de mulheres soropositivas e prevenção da transmissão vertical do HIV, é vital para o contínuo progresso na luta contra a AIDS e fornece uma estrutura mais robusta para a atenção à saúde dessas mulheres.

Ademais, o projeto propõe que os dados coletados deverão ser inclusivos, abordando além do número de casos, a raça, cor, faixa etária dos acometidos, os tratamentos oferecidos e a mortalidade. Esta visão abrangente certamente contribuirá para uma atuação mais precisa e, por consequência, mais efetiva do poder público. É notório que os dados epidemiológicos são ferramentas indispensáveis para entender a dimensão e o perfil dos grupos atingidos, permitindo, assim, uma alocação de recursos mais otimizada e um planejamento de políticas públicas mais assertivo.

Sob o prisma da competência formal orgânica, a proposição em apreço encontra fundamento na competência administrativa comum e legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, previstas, respectivamente, nos arts. 23 e 24 e 196, da Constituição Federal, segundo o que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - **cuidar da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde**; [...]

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Destacamos ainda que a proposição em análise estabelece medidas de tratamento de acordo com os procedimentos do Sistema Único de Saúde.

O STF entende que nessas circunstâncias, não há violação à separação de poderes, justamente porque se trata de mera adequação no âmbito local de políticas nacionais:

EMENTA Direito Constitucional e Administrativo. Recurso Extraordinário. Lei Municipal nº 9.001, de 2023. Agendamento e Cancelamento de Consultas Médicas, Exames e Procedimentos Médicos. Tema nº 917 do Ementário da Repercussão Geral. Atribuição de Encargos para Concretização do Direito Social à Saúde. Limitação de Iniciativa Parlamentar. Taxatividade. Constitucionalidade da Lei Municipal nº 9.001, de 2023, do Município de Marília/SP. (...) 5. Convém ressaltar que a interpretação relativa ao Tema RG nº 917 deve ser bem analisada. Com efeito, no julgamento do ARE nº 878.911/RJ (j. 29/09/2016, p. 11/10/2016), o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: “Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)". Nesse passo, esta Corte, em casos semelhantes, envolvendo leis municipais, tem compreendido pela constitucionalidade da norma. **6. Ademais, o Tribunal de origem, transversalmente, conferiu indevida interpretação ampliativa ao art. 61, § 1º, da Constituição da República. Assim, o fato de a lei municipal ter atribuído encargos ao Poder Público municipal, para a concretização do direito social à saúde, não torna a lei, por si só, inconstitucional, pois “não ofende a separação de poderes, a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição”**. IV. DISPOSITIVO 7. Recurso extraordinário provido. (RE 1497683, Relator(a): ANDRÉ MENDONÇA, Tribunal Pleno, julgado em 19-08-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 03-09-2024 PUBLIC 04-09-2024)

(...) Agravo regimental em recurso extraordinário. Constitucional e administrativo. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Distrital nº 6.256/19. **Iniciativa parlamentar. Instituição da política de diagnóstico e tratamento de depressão pós-parto nas redes pública e privada de saúde do Distrito Federal. Competência normativa suplementar reservada ao Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, inciso XII, da Constituição). Constitucionalidade. Ausência de argumentos aptos a modificar o entendimento adotado. Reiteração. Agravo regimental não provido. 1. O Tribunal a Quo, ao decidir pela improcedência do pedido de inconstitucionalidade, “não se afastou da jurisprudência deste Supremo Tribunal, que já assentou em variadas oportunidades os limites da competência suplementar concorrente dos municípios para legislar sobre defesa da saúde” (art. 24, inciso XII, da Constituição Federal)**. Precedentes. 2. Os argumentos apresentados pelo agravante são insuficientes para modificar a decisão ora agravada, razão pela qual ela deve ser mantida. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (RE 1449588 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 21-11-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-12-2023 PUBLIC 18-12-2023)

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. LEI N. 10.795/2022 DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: **REGRAMENTO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR QUE DEVE ACOMPANHAR A GESTANTE NOS PERÍODOS PRÉ-NATAL, PARTO E PÓS-PARTO. VÍCIO DE INICIATIVA: NÃO OCORRÊNCIA. NORMA DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE NÃO TRATOU DA ESTRUTURA E ATRIBUIÇÃO DE ÓRGÃO NEM DE REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS**. TEMA 917 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO IMPROVIDO. I - Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 878.911 RG/RJ (Tema 917 da Repercussão Geral), da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal). II - Agravo regimental ao qual se nega provimento. (ARE 1462680 AgR, Relator(a): CRISTIANO ZANIN, Primeira Turma, julgado em 14-02-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 28-02-2024 PUBLIC 29-02-2024)

Todavia, visando aprimorar a redação da Proposição em análise, proponho o seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3242/2025

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3242/2025.
Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 3242/2025 passa a ter a seguinte redação:
“Altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir a divulgação dos dados epidemiológicos que especifica, nos boletins e informes sobre HIV elaborados pelo Governo do Estado.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 18.799, de 30 de dezembro 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:
“Art. 2º São objetivos da Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV no Estado de Pernambuco: (NR)
.....
IV - fomentar a realização de pesquisas e estudos, bem como a elaboração de boletins e informes epidemiológicos e demais publicações sobre saúde reprodutiva de mulheres soropositivas e prevenção da transmissão vertical do HIV; (NR)
.....
Parágrafo único. Os boletins e informes epidemiológicos de que trata o inciso IV do caput, quando elaborados pelo Governo do Estado através da Secretaria ou Órgão pertinente, deverão incluir, dentre outros, dados sobre o monitoramento da prevenção da transmissão vertical, quantitativo de casos de gestantes e crianças com HIV, raça, cor

e faixa etária dos acometidos, tratamentos realizados, mortalidade, contato das unidades estaduais de saúde de referência e demais informações de relevância à população." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

- a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Mário RicardoRelator(a)		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007903/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3299/2025
AUTORIA: DEPUTADO GILMAR JÚNIOR

PROPOSIÇÃO QUE INSTITUI O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO COMO ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO – AEIT. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, ARTÍSTIVO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO (ART. 24, VII e VIII, CF/88). PRECEDENTES DESTA CCLJ. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE, ILEGALIDADE E ANTIJURIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3299/2025, que o institui o Município de Limoeiro como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

A proposição institui o Município de Limoeiro, situado no Estado de Pernambuco, como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), com o objetivo de fomentar o turismo regional integrado e promover o desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental da região, com fundamento no seu valor histórico, cultural, natural e turístico do município.

O Projeto em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das matérias submetidas a sua apreciação.

É oportuno, antes de analisar os aspectos formais da proposição, registrar que esta Comissão recentemente consolidou entendimento favorável quanto à viabilidade constitucional de leis de iniciativa parlamentar que instituem Áreas de Especial Interesse Turístico. A esse respeito, destacam-se os Pareceres nº 6350/2025, relativo ao PLO 2814/2025, e nº 6351/2025, relativo ao PLO 2815/2025.

Assim, considerando que não houve alteração de fatos ou de aspectos jurídicos que justificasse a revisão do entendimento deste Colegiado, não se identificam impedimentos à aprovação do PLO nº 3299/2025, mantendo-se, portanto, a fundamentação constante nos pareceres anteriormente mencionados.

Desse modo, sob o aspecto formal, a matéria vertida no projeto em análise insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, com fulcro nos art. 24, VII e VIII, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]
VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Nesse contexto, de condomínio legislativo, vale registrar que compete à União estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados suplementarem-nas - para preencher lacunas e atender interesses regionais - sem afrontá-las, conforme dos §§ 1º e 2º do art. 24, CF/88, *in verbis*:

- § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Nessa linha, também é a lição de Gilmar Mendes Paulo Gonet:

A divisão de tarefas está contemplada nos parágrafos do art. 24, de onde se extrai que cabe à União editar normas gerais – i.é, normas não exaustivas, leis-quadro, princípios amplos que traçam um plano, sem descer a pormenores. Os Estados-membros e o Distrito Federal podem exercer, com relação às normas gerais, competência suplementar (art. 24, §2º), o que significa preencher claros, suprir lacunas. Não há falar em preenchimento de lacuna, quando o que os Estados ou o Distrito Federal fazem é transgredir a lei federal já existente. (Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. 2016. p.867.)

Desse modo, tendo em vista o âmago da proposição em análise – criação de área especial de interesse turístico – registre-se que a União editou a Lei nº 11.771, de 2008, Lei Geral do Turismo, a qual estabelece que compete ao Poder Executivo estadual criar as Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEITs), conforme se observa:

Art. 13-A. É instituído o Mapa do Turismo Brasileiro como instrumento para facilitar o alcance dos objetivos da Política e do Sistema Nacional de Turismo.
[...]
§ 10. O Poder Executivo estadual ou distrital, nos limites de seu território e no âmbito do Mapa do Turismo Brasileiro, promoverá a criação, por meio de regulamento próprio, de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEITs), que são territórios que serão considerados prioritários para a facilitação da atração de investimentos e a realização de parcerias com o setor privado.

Observa-se que a Lei Geral editada pela União faculta ao Poder Executivo a criação de AEIT’s via ato infralegal, o que não exclui a possibilidade de se instituir tais áreas por meio de lei de iniciativa parlamentar.

Se assim não fosse, uma norma infraconstitucional (Lei 11.771/2008) estaria instituindo nova modalidade de iniciativa privativa não prevista constitucionalmente.

Portanto, a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3299/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3299/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo		Waldemar BorgesRelator(a) Cayo Albino

Parecer Nº 007904/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3309/2025
AUTORIA: DEPUTADO GILMAR JÚNIOR

PROPOSIÇÃO QUE INSTITUI O MUNICÍPIO DE PESQUEIRA COMO ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO – AEIT. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, ARTÍSTIVO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO (ART. 24, VII e VIII, CF/88). PRECEDENTES DESTA CCLJ. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE, ILEGALIDADE E ANTIJURIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3309/2025, que o institui o Município de Pesqueira como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

A proposição institui o Município de Pesqueira, situado no Estado de Pernambuco, como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), com o objetivo de fomentar o turismo regional integrado e promover o desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental da região.

O Projeto em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das matérias submetidas a sua apreciação.

É oportuno, antes de analisar os aspectos formais da proposição, registrar que esta Comissão recentemente consolidou entendimento favorável quanto à viabilidade constitucional de leis de iniciativa parlamentar que instituem Áreas de Especial Interesse Turístico. A esse respeito, destacam-se os Pareceres nº 6350/2025, relativo ao PLO 2814/2025, e nº 6351/2025, relativo ao PLO 2815/2025.

Assim, considerando que não houve alteração de fatos ou de aspectos jurídicos que justificasse a revisão do entendimento deste Colegiado, não se identificam impedimentos à aprovação do PLO nº 3309/2025, mantendo-se, portanto, a fundamentação constante nos pareceres anteriormente mencionados.

Desse modo, sob o aspecto formal, a matéria vertida no projeto em análise insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, com fulcro nos art. 24, VII e VIII, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]
VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Nesse contexto, de condomínio legislativo, vale registrar que compete à União estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados suplementarem-nas - para preencher lacunas e atender interesses regionais - sem afrontá-las, conforme dos §§ 1º e 2º do art. 24, CF/88, *in verbis*:

- § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Nessa linha, também é a lição de Gilmar Mendes Paulo Gonet:

A divisão de tarefas está contemplada nos parágrafos do art. 24, de onde se extrai que cabe à União editar normas gerais – i.é, normas não exaustivas, leis-quadro, princípios amplos que traçam um plano, sem descer a pormenores. Os Estados-membros e o Distrito Federal podem exercer, com relação às normas gerais, competência suplementar (art. 24, §2º), o que significa preencher claros, suprir lacunas. Não há falar em preenchimento de lacuna, quando o que os Estados ou o Distrito Federal fazem é transgredir a lei federal já existente. (Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de direito Constitucional. São Paulo: Saraiva. 2016. p.867.)

Desse modo, tendo em vista o âmago da proposição em análise – criação de área especial de interesse turístico – registre-se que a União editou a Lei nº 11.771, de 2008, Lei Geral do Turismo, a qual estabelece que compete ao Poder Executivo estadual criar as Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEITs), conforme se observa:

Art. 13-A. É instituído o Mapa do Turismo Brasileiro como instrumento para facilitar o alcance dos objetivos da Política e do Sistema Nacional de Turismo.
[...]
§ 10. O Poder Executivo estadual ou distrital, nos limites de seu território e no âmbito do Mapa do Turismo Brasileiro, promoverá a criação, por meio de regulamento próprio, de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEITs), que são territórios que serão considerados prioritários para a facilitação da atração de investimentos e a realização de parcerias com o setor privado.

Observa-se que a Lei Geral editada pela União faculta ao Poder Executivo a criação de AEIT’s via ato infralegal, o que não exclui a possibilidade de se instituir tais áreas por meio de lei de iniciativa parlamentar.

Se assim não fosse, uma norma infraconstitucional (Lei 11.771/2008) estaria instituindo nova modalidade de iniciativa privativa não prevista constitucionalmente.

Portanto, a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3309/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3309/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira Relator(a) João Paulo Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007905/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3326/2025
AUTORIA: DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

PROPOSIÇÃO QUE CRIA O PROGRAMA DE INCLUSÃO DE TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) PARA IDOSOS EM HORÁRIO DIURNO NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DOS MUNICÍPIOS. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS ESTADOS-MEMBROS PARA LEGISLAR SOBRE EDUCAÇÃO E ENSINO (ART. 24, IX, CF/88). NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE SUBSTITUTIVO. ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3326/2025, de autoria do Deputado William Brígido, que cria o programa de inclusão de turmas de educação de jovens e adultos (EJA) para idosos em horário diurno nas escolas das redes públicas do Estado de Pernambuco e dos Municípios (Art. 1º).

Nesse sentido, o referido programa deverá ser disponibilizado nas escolas das redes públicas do Estado de Pernambuco e dos Municípios. No parágrafo único desse mesmo artigo, o texto estabelece que o cumprimento da norma será realizado pelo Poder Executivo Estadual através de convênios ou outras parcerias com as redes municipais, garantindo assim, a oferta de aulas de alfabetização e de ensino fundamental I.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Como mencionado, a presente proposição estabelece a instituição do Programa de Inclusão de Turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para idosos em horário diurno nas escolas das redes públicas do Estado de Pernambuco e dos Municípios. A inclusão dessa população na educação formal é um marco significativo e necessário, pois se trata de um grupo que, historicamente, teve o acesso à educação restrito devido a inúmeras circunstâncias socioeconômicas e culturais. Assim, o projeto é de importância relevante, pois visa proporcionar aos idosos oportunidades de aquisição e ampliação de conhecimentos, favorecendo a sua inclusão social e a promoção de sua dignidade.

Considerando o atual cenário educacional, é pertinente observar que a viabilização de horários diurnos para as turmas da EJA direcionadas para idosos possibilita maior adesão deste público à proposta. Tendo em vista que muitos idosos possuem limitações físicas que dificultam a locomoção durante a noite, tal medida é fundamental no intuito de oferecer uma estrutura adequada e acessível.

Percebe-se, portanto, que o projeto se encontra inserto na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 23, V e 24, IX, CF/88), *in verbis*:

- Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- [...]
- Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)
- IX - **educação**, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Do ponto de vista material, a iniciativa em tela se coaduna com o art. 230, da Carta Magna, uma vez que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Contudo, entendemos cabível a apresentação de substitutivo, a fim de aperfeiçoar o Projeto de Lei em análise, assim como, adequá-lo às prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171/2011, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3326/2025

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3326/2025.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 3326/2025 passa a ter a seguinte redação:

"Estabelece diretrizes para a oferta diurna de turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, destinadas a pessoas idosas no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para fomentar a oferta diurna de turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA destinadas a pessoas idosas, no âmbito do sistema estadual de ensino.

Art. 2º São diretrizes desta Lei:

- I - identificar e priorizar a implementação de turmas diurnas de EJA em unidades com demanda comprovada por pessoas idosas;
- II - adotar medidas de acessibilidade, segurança e acolhimento compatíveis com as necessidades do público idoso;
- III - promover busca ativa, chamada pública e divulgação específicas para captação e permanência de pessoas idosas na EJA;
- IV - incentivar a adequação do material didático e das metodologias às características do público idoso; e
- V - estimular a articulação com políticas de assistência social, cultura, esporte e saúde para apoio à permanência e ao êxito escolar.

Art. 3º O Estado poderá, em regime de colaboração, firmar instrumentos de cooperação com os Municípios para apoio técnico, pedagógico e compartilhamento de materiais e boas práticas voltadas à oferta diurna de turmas de EJA para pessoas idosas, respeitada a autonomia municipal.

Art. 4º A implementação das diretrizes previstas nesta Lei observará a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a legislação estadual correlata.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

- a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e
- b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino Relator(a)

Parecer Nº 007906/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3348/2025
AUTORIA: DEPUTADO DIOGO MORAES

PROPOSIÇÃO QUE ALTERAA LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INCLUIR O EXPO CAPRINOS E OVINOS (EXPO JATAÚBA), DO MUNICÍPIO DE JATAÚBA. MATÉRIA INSERTE NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, §1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3348/2025, de autoria do Deputado Diogo Moraes, visando alterar a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a fim de incluir o Expo Caprinos e Ovinos (Expo Jataúba), do município de Jataúba.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo Regime Ordinário (art. 253, inciso III, Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

Proposição fundamentada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual, e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias.

Matéria que se insere na competência legislativa dos Estados-membros, conforme art. 25, § 1º, da Constituição da República:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela em que a Constituição Federal ficou silente, não atribuiu a ninguém. Assim, quando não atribuída a outros entes e não contraria a própria Carta Magna a competência de determinado assunto, esta competência deve ser exercida pelo Estado.

Neste sentido, nos ensina o constitucionalista José Afonso da Silva:

"Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda matéria não_expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I)." (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

Assim, uma vez que o conteúdo exposto na Proposição não se encontra no rol exclusivo de competência da União e dos Municípios, forçoso considerá-la inserta na competência remanescente dos Estados, nos termos art. 25, §1º, da Constituição Federal.

Tecidas as considerações pertinentes, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3348/2025, de autoria do Deputado Diogo Moraes.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3348/2025, de autoria do Deputado Diogo Moraes.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025		
Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo Relator(a)		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007907/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3363/2025
AUTORIA: DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INSTITUIR A SEMANA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, §1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3363/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, visando alterar a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a fim de instituir a Semana Estadual de Prevenção ao Abandono Escolar.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo Regime Ordinário (art. 253, inciso III, Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

Proposição fundamentada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual, e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias.

Matéria que se insere na competência legislativa dos Estados-membros, conforme art. 25, § 1º, da Constituição da República:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela em que a Constituição Federal ficou silente, não atribuiu a ninguém. Assim, quando não atribuída a outros entes e não contraria a própria Carta Magna a competência de determinado assunto, esta competência deve ser exercida pelo Estado.

Neste sentido, nos ensina o constitucionalista José Afonso da Silva:

“Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I).” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

Assim, uma vez que o conteúdo exposto na Proposição não se encontra no rol exclusivo de competência da União e dos Municípios, forçoso considerá-la inserta na competência remanescente dos Estados, nos termos art. 25, §1º, da Constituição Federal.

Tecidas as considerações pertinentes, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3363/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3363/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa
Presidente

Favoráveis

Edson Vieira
João PauloRelator(a)
Mário Ricardo

Waldemar Borges
Cayo Albino

Parecer Nº 007908/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3381/2025
AUTORIA: DEPUTADO RENATO ANTUNES

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INCLUIR O DIA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE DIGITAL. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, §1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3381/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes, visando alterar a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a fim de incluir o Dia Estadual da Acessibilidade Digital.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo Regime Ordinário (art. 253, inciso III, Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

Proposição fundamentada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual, e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias.

Matéria que se insere na competência legislativa dos Estados-membros, conforme art. 25, § 1º, da Constituição da República:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela em que a Constituição Federal ficou silente, não atribuiu a ninguém. Assim, quando não atribuída a outros entes e não contraria a própria Carta Magna a competência de determinado assunto, esta competência deve ser exercida pelo Estado.

Neste sentido, nos ensina o constitucionalista José Afonso da Silva:

“Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) **reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I).**” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

Assim, uma vez que o conteúdo exposto na Proposição não se encontra no rol exclusivo de competência da União e dos Municípios, forçoso considerá-la inserta na competência remanescente dos Estados, nos termos art. 25, §1º, da Constituição Federal.

Tecidas as considerações pertinentes, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3381/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3381/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa
Presidente

Favoráveis

Edson Vieira
João Paulo
Mário Ricardo

Waldemar BorgesRelator(a)
Cayo Albino

Parecer Nº 007909/2025

Projeto de Lei Ordinária nº 3390/2025
Autora: Governadora do Estado

Autoriza o Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - IASSEPE a ceder, com encargo, AO MUNICÍPIO DE BEZERROS, o direito de uso do imóvel que indica. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NOS TERMOS DO ART. 15, IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDE, ILEGALIDADE OU ANTIJURIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3390/2025, de autoria da Governadora do Estado, que visa autorizar o Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - IASSEPE, a ceder, com encargo, ao Município de Bezerros, pelo prazo de 10 (dez) anos, o direito de uso do bem imóvel, integrante de seu patrimônio, situado na Avenida Agamenon Magalhães, s/n, Município de Bezerros, neste Estado.

O encargo, previsto no art. 2º da Proposição consiste na instalação e funcionamento de equipamentos de saúde vinculados à Prefeitura Municipal de Bezerros, devendo ser iniciado em até 12 (doze) meses, após assinatura do termo ou contrato de cessão, obrigando-se ainda, o cessionário, a mantê-lo em bom estado de conservação e de uso, sob pena de rescisão.

O Projeto de Lei em referência tramita sob regime de urgência previsto no art. 253, I do Regimento Interno desta Casa.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição do Estado e no art. 223, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Conforme mencionado, a Proposição normativa visa autorizar o Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - IASSEPE, autarquia estadual, inscrita no CNPJ 11.944.899/0001-17, a ceder, com encargo, ao Município de Bezerros, pelo prazo de 10 (dez) anos, o direito de uso do bem imóvel, integrante de seu patrimônio, situado na Avenida Agamenon Magalhães, s/n, Município de Bezerros, neste Estado, tendo por encargo a instalação e funcionamento de equipamentos de saúde vinculados à Prefeitura Municipal de Bezerros.

Prevê, ainda, que o cumprimento do encargo previsto deverá ser iniciado em até 12 meses após assinatura do termo de cessão de uso, sob pena de rescisão contratual.

Nos termos do art. 15, IV, da Carta Estadual, cabe a esta Assembleia Legislativa autorizar o Estado a alienar, ceder, arrendar bens imóveis do Estado e receber doações com encargos. Vejamos:

“Art. 15. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, legislar sobre as matérias da competência do Estado, e especialmente:

.....

IV - a autorização para a alienação, cessão e arrendamento de bens imóveis do Estado e recebimento de doações com encargos”.

Analisando o Projeto em análise e considerando a importante destinação que terá o imóvel, forçoso é concluir que não existem quaisquer óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da Proposição ora em análise.

Dessa forma, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 3390/2025, de autoria da Governadora do Estado.

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vistas as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 3390/2025, de autoria da Governadora do Estado.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa
Presidente

	Favoráveis	
Edson VieiraRelator(a) João Paulo Mário Ricardo		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007910/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3435/2025
AUTORIA: GOVERNADORA DO ESTADO

	PROPOSIÇÃO QUE Altera a Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco. matéria inserta na AUTONOMIAADMNISTRATIVA DOS ESTADOS-MEMBROS (artS. 18, <i>CAPUT</i> , E 25, § 1º, da Constituição Federal). CONSTITUCIONALIDADE DAS COTAS RACIAIS COMO AÇÕES AFIRMATIVAS. PRECEDENTE DO STF. VIGÊNCIA DA LEI Nº 19.050, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025 COM CONTEÚDO SEMELHANTE AO DA PROPOSIÇÃO EM ANÁLISE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.
--	--

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 3435/2025, de autoria da Governadora do Estado, que altera a Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco.

A proposta tem por finalidade alterar o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco, a fim de assegurar a reserva das vagas em concursos públicos e seleções simplificadas do Poder Executivo de Pernambuco para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, promovendo a igualdade racial e a inclusão social.

A proposição em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime de urgência.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, limita-se à manifestação sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 223, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Sob o aspecto formal, a matéria - regulamentação de concursos públicos estaduais - encontra-se inserta no âmbito da autonomia administrativa do Estado-membro. Logo, não se cogita a inconstitucionalidade formal orgânica (vício de competência legislativa). A temática está compreendida na atribuição prevista nos arts. 18, *caput*, e 25, § 1º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

[...]

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

De partida, é oportuno registrar que a reserva de vagas nos concursos públicos estaduais para as pessoas que se autodeclararem pretas e pardas não é um favor legal ou um favorecimento injustificado. Na verdade, trata-se de uma medida de reparação histórica e, principalmente, de concretização de vários comandos constitucionais, dentre os quais pode-se citar: cidadania e dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III), construção de uma sociedade livre, justa e solidária, redução das desigualdades sociais e promoção do bem de todos, sem preconceitos (art. 3º, I, III e IV) e igualdade (art. 5º, caput).

Assim, destaca-se que a Constituição de 1988 “*impõe ao Poder Público a promoção de medidas (normativas e fáticas) com vistas à redução das desigualdades, ou seja, o que dito de outro modo, implica um dever de adotar políticas de ações afirmativas, no sentido de uma imposição constitucional cujo descumprimento poderá levar a um estado de omissão inconstitucional*”, (Sarlet, Ingo Wolfgang; Marioni, Luiz Guilherme e Mitidiero, Daniel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 606).

Ademais, as medidas para efetivação dos direitos fundamentais, como é o caso o ora analisado (igualdade material), não podem proteger o direito fundamental de forma deficiente, sob pena de inconstitucionalidade por violação ao princípio da proporcionalidade. Nessa linha, os ensinamentos de Gilmar Mendes:

Na dogmática alemã, segundo assentei no voto que proferi na ADI 3.112 (Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 2.5.2007), que tratou da constitucionalidade de dispositivos do Estatuto do Desarmamento, é conhecida a diferenciação entre o princípio da proporcionalidade como proibição de excesso (Übermasssverbot) **e como proibição de proteção deficiente** (Untermassverbot). No primeiro caso, o princípio da proporcionalidade funciona como parâmetro de aferição da constitucionalidade das intervenções nos direitos fundamentais como proibições de intervenção. No segundo, a consideração dos direitos fundamentais como imperativos de tutela (CANARIS, Claus-Wilhelm. Direitos Fundamentais e Direito Privado. Almedina, 2003) imprime ao princípio da proporcionalidade uma estrutura diferenciada. **O ato não será adequado quando não proteger o direito fundamental de maneira ótima**; não será necessário na hipótese de existirem medidas alternativas que favoreçam ainda mais a realização do direito fundamental; e violará o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito se o grau de satisfação do fim legislativo for inferior ao grau em que não se realiza o direito fundamental de proteção. (Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpweb/paginador.jsp?docTP=TP&docID=767525344>.) (grifos acrescidos).

O STF, ao julgar a ADC 41/DF, declarou a constitucionalidade da reserva, por exigência da Lei Federal nº 12.990/2014, de 20% das vagas em concurso públicos para candidatos autodeclarados negros ou pardos, entendendo, em resumo, que a mencionada reserva de vagas (inclusive o critério de autodeclaração) atende os ditames da igualdade formal e material, bem como a necessidade da inclusão nas diversas esferas da vida social, política, econômica e cultural da população preta e parda.

Pois bem. O PLO nº 3435/2025 em análise foi publicado em 14 de outubro de 2025 e, embora tenha sido protocolado com solicitação de tramitação em regime de urgência, não atenderia à rapidez que o tema requer, o que poderia prejudicar os candidatos que aguardavam a abertura dos concursos públicos e seleções simplificadas no Estado.

Assim, a alternativa mais adequada e célere consistiu em promover a alterações na Emenda Modificativa nº 1/2023, de autoria do Deputado Renato Antunes, ao Substitutivo nº 01/2023, de iniciativa desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 464/2023, nº 593/2023 e nº 680/2023, por meio de subemenda modificativa, abarcando o conteúdo do PLO nº 3435/2025. Tal medida mostrou-se a mais eficaz por tratar de matéria de conteúdo semelhante e por sua tramitação já se encontrar em fase avançada, culminando, ao final, na sanção da Lei nº 19.050, de 28 de outubro de 2025.

Diante dessas considerações, propõe-se a aprovação de substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária em análise, com o objetivo tão somente de incluir dispositivos que asseguram a reserva de vagas na Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco.

O aperfeiçoamento legislativo ora sugerido estabelece que será obrigatória a reserva de percentual das vagas destinadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, tanto nos concursos públicos quanto nos processos seletivos simplificados voltados à contratação por tempo determinado, destinados ao atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Assim, tem-se:

SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 3435/2025

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3435/2025.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 3435/2025 passa a ter a seguinte redação:

Altera a Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023 que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado

“Art. 1º A Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“TÍTULO II

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO III

DO ACESSO À TERRA

Seção X

Da Reserva de Vagas em Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados (AC)

Art. 41-A. É obrigatória a reserva de percentual das vagas oferecidas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, nos seguintes certames: (NR)

I - concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública estadual direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, de que trata a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011; e (AC)

II - nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011. (AC)

Parágrafo único. O percentual de vagas a serem oferecidas nos certames a que se refere este artigo serão disciplinadas nas leis específicas que tratam de concurso público e processos seletivos simplificados, respectivamente, Lei nº 14.538, de 2011 e Lei nº 14.547, de 2011. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.” (AC)

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade da Proposição Principal, caso aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substituto deste Colegiado, seja declarada prejudicada a Proposição Principal, nos termos do art. 214,II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira João Paulo Mário RicardoRelator(a)		Waldemar Borges Cayo Albino

Parecer Nº 007911/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3449/2025
AUTORIA: DEPUTADO LUCIANO DUQUE

	PROPOSIÇÃO QUE DENOMINA DE RODOVIA DEPUTADO JOSÉ PATRIOTA A RODOVIA PE-350. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS - MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, §1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONFORMIDADE COM O ART. 239, DA CARTA ESTADUAL, E COM A LEI Nº 15.124/2013. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.
--	---

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3449/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque, que visa denominar Rodovia Deputado José Patriota, a Rodovia PE-350 no Município de Triunfo.

O Projeto de Lei tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime de urgência.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

A Proposição encontra-se fundamentada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual, e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias.

Matéria que se insere na competência legislativa dos Estados-membros, conforme art. 25, § 1º, da Constituição da República; *in verbis*:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela em que a Constituição Federal ficou silente, não atribuiu a ninguém. Assim, quando não atribuída a outros entes e não contraria a própria Carta Magna a competência de determinado assunto, esta competência deve ser exercida pelo Estado.

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva:

“Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) **reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a**

competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I).” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

Assim, uma vez que o conteúdo exposto na Proposição não se encontra no rol exclusivo da competência da União e dos Municípios, forçoso considerá-la inserta na competência remanescente dos Estados, nos termos art. 25, §1º, da Constituição Federal.

O Projeto de Lei, ora analisado, atende ao determinado no art. 239, da Constituição do Estado de Pernambuco, *in verbis*:

Art. 239. **Não se darão nomes de pessoas vivas a qualquer localidade, logradouro ou estabelecimento público**, nem se lhes erigirão quaisquer monumentos, e, ressalvadas as hipóteses que atentem contra os bons costumes, tampouco se dará nova designação aos que forem conhecidos do povo por sua antiga denominação.

Parágrafo único. Lei ordinária fixará os critérios de denominação de bens públicos, no âmbito do Estado.

Por sua vez, a Lei Estadual nº 15.124, de 11 de outubro de 2013, regulamentou o art. 239 da Carta Estadual, que fixou os requisitos para denominação de bens públicos no âmbito do estado de Pernambuco. Entre os requisitos, exige-se que o bem seja de uso comum do povo ou de uso especial.

As exigências do referido Diploma Legal foram integralmente preenchidas; ausentes, portanto, óbice que venha impedir a aprovação da presente Proposição. Importa ressaltar ainda que, conforme Ofício nº 1233/2025, emitido pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER, o referido trecho rodoviário não possui denominação

Destarte, ausentes vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade, o parecer do relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3449/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3449/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

	Coronel Alberto Feitosa Presidente	
	Favoráveis	
Edson Vieira		Waldemar Borges
João Paulo		Relator(a)
Mário Ricardo		Cayo Albino

Parecer Nº 007912/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3475/2025
AUTORIA: DEPUTADO JOÃO PAULO

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INSTITUIR O DIA ESTADUAL DA CULTURA POPULAR. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, §1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 3475/2025, de autoria do Deputado João Paulo, visando alterar a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a fim de instituir Dia Estadual da Cultura Popular.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

Proposição fundamentada no artigo 19, *caput*, da Constituição Estadual, e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias.

Matéria que se insere na competência legislativa dos Estados-membros, conforme art. 25, § 1º, da Constituição da República:

Art. 25. *Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela em que a Constituição Federal ficou silente, não atribuiu a ninguém. Assim, quando não atribuída a outros entes e não contraria a própria Carta Magna a competência de determinado assunto, esta competência deve ser exercida pelo ESTADO.

Neste sentido, nos ensina o constitucionalista José Afonso da Silva:

“Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) *enumerada*, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) **reservada ou remanescente e residual**, a que compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se *sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I).” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).*

Assim, uma vez que o conteúdo exposto na Proposição não se encontra no rol exclusivo da competência da União e dos Municípios, forçoso considerá-la inserta na competência remanescente dos Estados, nos termos art. 25, §1º, da Constituição Federal.

Tecidas as considerações pertinentes, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3475/2025, de autoria do Deputado João Paulo.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 3475/2025, de autoria do Deputado João Paulo.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente
--

	Favoráveis	
Edson Vieira		Waldemar Borges
João Paulo	Relator(a)	Romero Albuquerque
Henrique Queiroz Filho		Mário Ricardo

Parecer Nº 007913/2025

TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADO Nº 3490/2022, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTONIO COELHO, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADO Nº 3502/2022, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTONIO COELHO, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 701/2023, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2518/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA ROSA AMORIM, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2519/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA ROSA AMORIM, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2947/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO RENATO ANTUNES

PROPOSIÇÕES QUE ESTABELECEM, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MECANISMOS DE ALERTAS DE DESASTRES PARA DIVULGAÇÃO À POPULAÇÃO. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE (ART. 24, XII, DA CF/88). ALTERAÇÃO QUE OBJETIVA CONSOLIDAR, EM UM ÚNICO DIPLOMA NORMATIVO, AS INICIATIVAS LEGISLATIVAS RELATIVAS À PREVENÇÃO, MAPEAMENTO E COMUNICAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES EM PERNAMBUCO, DE FORMA A INSTITUIR UMA POLÍTICA ESTADUAL ESTRUTURADA, INTEGRADA E PERMANENTE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO E CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DAS PROPOSIÇÕES PRINCIPAIS, NOS TERMOS DO ART. 214, II E DO ART. 284, IV DO REGIMENTO INTERNO.

1. RELATÓRIO

São submetidos a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, os seguintes projetos:

a. PLOD nº 3490/2022, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que cria o Sistema de Enfrentamento e Acolhimento Cidadão em casos de desastres naturais;

b. PLOD nº 3502/2022, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que dispõe sobre o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco;

c. PLO nº 701/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional e dá outras providências.

d. PLO nº 2518/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de alertas de SMS classe 0 para eventos climatológicos com risco de desastre, pelas operadoras de telefonia móvel que operam no Estado de Pernambuco.

e. PLO nº 2519/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim, que estabelece o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional.

f. PLO nº 2947/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes, que estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, a obrigatoriedade de definição de critérios de risco de desmoronamento em áreas de morros e encostas.

Assim, tendo em vista a similitude de objetos das proposições e a necessidade de se resguardar a unidade da legislação estadual, opta-se pela tramitação conjunta dos projetos, com fundamento na alínea “b”, do inciso II, do art. 262, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa – RI.

Os Projetos de Lei em referência tramitam nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, do Regimento Interno).

É o Relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

As proposições visam a criação de mecanismos para assegurar a ampla divulgação de alertas aos cidadãos, quando da existência e da possibilidade de ocorrência de desastres naturais. Tal medida é de fundamental importância para a prevenção e redução de danos causados por desastres naturais, que vêm se intensificando nos últimos anos em todo o mundo, inclusive em Pernambuco.

Foram propostas as seguintes iniciativas:

a. PLOD nº 3490/2022, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que cria o Sistema de Enfrentamento e Acolhimento Cidadão em casos de desastres naturais;

b. PLOD nº 3502/2022, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que dispõe sobre o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco;

c. PLO nº 701/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional e dá outras providências.

d. PLO nº 2518/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de alertas de SMS classe 0 para eventos climatológicos com risco de desastre, pelas operadoras de telefonia móvel que operam no Estado de Pernambuco.

e. PLO nº 2519/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim, que estabelece o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional.

f. PLO nº 2947/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes, que estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, a obrigatoriedade de definição de critérios de risco de desmoronamento em áreas de morros e encostas.

Enfim, as proposições são ações legislativas importantes para prevenir e reduzir danos causados por desastres naturais em Pernambuco, garantindo que a população seja alertada a tempo e receba informações precisas e acessíveis sobre os riscos a que estão expostos.

Sob o prisma da competência formal orgânica, a proposição em apreço encontra fundamento na competência administrativa comum e legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, previstas, respectivamente, nos arts. 23 e 24 e 196, da Constituição Federal, segundo o que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - **cuidar da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde**; [...]

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Contudo, os Projetos, na forma em que foram apresentados, apresentam vícios de natureza constitucional, notadamente aqueles que tratam da emissão de alertas por veículos de radiodifusão, uma vez que dispõem sobre matéria de competência privativa da União, nos

termos do art. 22, incisos IV e XII, da Constituição Federal, que atribui exclusivamente à União a competência para legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Ademais, outra iniciativa proposta, qual seja, a criação de um Sistema de Enfrentamento e Acolhimento Cidadão em casos de desastres naturais, por meio de iniciativa parlamentar, configura ingerência em matéria reservada à iniciativa da Chefe do Poder Executivo, uma vez que interfere diretamente na organização e funcionamento da administração pública estadual e nas atribuições de órgãos vinculados ao Executivo, o que implica afronta ao princípio da reserva da administração.

Com efeito, a competência para dispor sobre a estrutura, atribuições e funcionamento da administração pública é privativa da Governadora do Estado, conforme o disposto no art. 84, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 37, inciso II, da Constituição do Estado de Pernambuco, que asseguram ao Chefe do Poder Executivo o exercício da direção superior da administração estadual.

Por outro lado, as iniciativas de caráter programático e de natureza não vinculante, como a disponibilização, em sítio eletrônico do órgão competente, do mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral das áreas de risco, bem como as diretrizes e ações de caráter preventivo e informativo previstas nas proposições e que não implicam violação constitucional, foram mantidas e incorporadas ao texto da nova proposição, de modo a preservar os avanços técnicos e as contribuições úteis apresentadas.

Sendo assim, faz-se necessária a apresentação de substitutivo com o fim de:

- a) conciliar o tratamento normativo dos projetos de lei (art. 264, parágrafo único, do Regimento Interno);
b) converter as Proposições para que passem a instituir política pública;
c) excluir dispositivos inconstitucionais; e
d) realizar ajustes relacionados à técnica legislativa, nos termos da LC 171/2011, da seguinte forma:

**SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA
DESARQUIVADOS NºS 3490/2022 E 3502/2022 E PROJETOS DE LEI
ORDINÁRIA NºS 701/2023, 2518/2025, 2519/2025, 2947/2025**

Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária Desarmquivados nºs 3490/2022 e 3502/2022 e Projetos de Lei Ordinária nºs 701/2023, 2518/2025, 2519/2025, 2947/2025.

Artigo único. Os Projetos de Lei Ordinária Desarmquivados nºs 3490/2022 e 3502/2022 e Projetos de Lei Ordinária nºs 701/2023, 2518/2025, 2519/2025, 2947/2025 passam a ter a seguinte redação:

Institui a Política Estadual de Mapeamento, Prevenção e Comunicação de Riscos e Desastres Naturais no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Mapeamento, Prevenção e Comunicação de Riscos e Desastres Naturais, com a finalidade de integrar ações de planejamento, monitoramento de desastres naturais, promovendo a segurança e o bem-estar da população, especialmente das comunidades em situação de vulnerabilidade.

Parágrafo único. Para fins dessa Lei, considera-se Desastre Natural - resultado de evento adverso decorrente de ação natural ou antrópica sobre cenário vulnerável que cause danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais; e,

Art. 2º São princípios da Política Estadual de Mapeamento, Prevenção e Comunicação de Riscos e Desastres Naturais:

- I – a proteção da vida, da integridade física e da dignidade humana;
- II – a prevenção e mitigação de desastres como dever indeclinável do Estado;
- III – a transparência e a publicidade das informações de risco;
- IV – a integração entre planejamento urbano, meio ambiente, habitação e defesa civil;
- V – o uso ético e eficiente de tecnologias de monitoramento e comunicação;
- VI – a prioridade absoluta à população em situação de risco social e ambiental; e
- VII – a acessibilidade das informações e alertas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 3º São objetivos da Política Estadual de Mapeamento, Prevenção e Comunicação de Riscos e Desastres Naturais:

- I – identificar e mapear áreas de risco geológico, hidrológico, ambiental e tecnológico no território pernambucano;
- II – promover ações preventivas e corretivas para a redução dos impactos de desastres naturais;
- III – garantir resposta rápida, eficiente e humanizada em situações de emergência;
- IV – assegurar o acesso público às informações sobre riscos e planos de contingência;
- V – fortalecer a integração entre Estado, Municípios e sociedade civil na gestão de riscos; e
- VI – promover a educação ambiental e a cultura da prevenção.

Art. 4º Constituem diretrizes da Política Estadual de Mapeamento, Prevenção e Comunicação de Riscos e Desastres Naturais:

- I – planejamento integrado e regionalizado das ações de prevenção e resposta;
- II – articulação entre os órgãos estaduais e municipais de defesa civil;
- III – priorização de áreas críticas e comunidades em vulnerabilidade socioambiental;
- IV – promoção de parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações sociais;
- V – incentivo à inovação tecnológica e ao uso de dados georreferenciados para gestão de risco; e
- VI – inclusão da temática de prevenção de desastres nos programas educacionais e comunitários.

Art. 5º Constituem linhas de ação da Política Estadual:

- I – o mapeamento e zoneamento de risco, a fim de identificar moradias e edificações situadas em áreas de ameaça geológica, hidrológica, ambiental ou de preservação permanente;
- II – a adoção de critérios técnicos e prioridades de intervenção para priorização de obras de contenção e estabilização de encostas, drenagem de águas pluviais e intervenções emergenciais; e
- III – a criação de rede integrada para acolhimento e assistência às famílias atingidas por desastres naturais;

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará no sítio eletrônico do órgão competente, o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral das áreas de risco de que trata o inciso I.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo Estadual regulamentar a presente lei em todos os aspectos necessários a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabe às demais Comissões Permanentes deste Poder Legislativo manifestarem-se quanto ao mérito da matéria, convocando, se necessário, os órgãos e entidades representativos dos destinatários diretamente afetados pela medida.

Feitas essas considerações, o parecer do Relator é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado acima e consequente prejudicialidade das Proposições Principais, caso aprovado em Plenário.

É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos:

a. pela **aprovação** do Substitutivo proposto; e

b. uma vez aprovado em Plenário o Substitutivo deste Colegiado, seja declarada prejudicada as Proposições Principais, nos termos do art. 214, II e do art. 284, IV do Regimento Interno desta Casa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		Waldemar BorgesRelator(a) Cayo Albino
Edson Vieira João Paulo Mário Ricardo		

Parecer Nº 007914/2025

AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 512/2023

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Gilmar Júnior
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023, a fim de obrigar a realização do "Teste de Teller" em crianças a partir de 90 (noventa) dias de vida em maternidades e hospitais da rede pública de saúde do Estado de Pernambuco. **Pela aprovação, com emenda aditiva proposta.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, alterando integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

O projeto original visava obrigar a realização do Teste de Teller em bebês a partir dos 90 dias de nascido, pela Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco, como protocolo de diagnóstico para detecção e prevenção da ambliopia. A proposição inicial estabelecia que, em caso de detecção de problemas visuais, a criança deveria ser encaminhada para tratamento especializado.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) apresentou o Substitutivo nº 01/2025, que mantém a obrigatoriedade do Teste de Teller, mas ajusta a redação para se referir a "crianças" em vez de "bebês". Além disso, modifica o encaminhamento que deve ser dado nos casos de detecção de baixa acuidade visual, de forma a garantir que as famílias sejam informadas sobre os resultados e orientadas sobre os procedimentos a serem adotados.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo regimental 238, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, consoante os artigos 97 e 101 regimentais.

O parecer emitido pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça destacou que o projeto não se propõe a ampliar a organização ou o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando que o denominado "teste de Teller" consiste apenas em um método oftalmológico destinado à avaliação da acuidade visual em bebês e crianças pequenas, já incluído entre os procedimentos passíveis de realização ou encaminhamento por médicos da rede pública.

Vale explicar que referido teste baseia-se na utilização de cartões contendo listras pretas e brancas de diferentes larguras, com um orifício central que permite ao examinador observar o foco visual do paciente, especialmente nos casos em que não há possibilidade de colaboração em testes convencionais, como ocorre com bebês e crianças pequenas.

Ademais, o texto do substitutivo em análise manteve a previsão de que o Poder Executivo deverá regulamentar a lei nos aspectos necessários à sua efetiva aplicação. Dessa forma, o Governo disporá de discricionariedade para definir os critérios, o alcance e a forma de implementação da medida, inclusive quanto à utilização da infraestrutura e dos recursos humanos já existentes no sistema estadual de saúde.

No que tange ao mérito desta Comissão, deve-se avaliar se a proposição em curso incorre em aumento de despesa para o Estado de Pemambuco, conforme descrições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Em atendimento à solicitação desta Comissão quanto a observância desses dispositivos (AT nº 10850/2025), o autor da proposição original requereu a apresentação de uma emenda aditiva, nos termos do inciso II do artigo 236 do Regimento Interno, a fim de assegurar, de forma inequívoca, que a norma proposta não acarrete aumento da despesa pública. Esta relatoria resolve acolher a solicitação do autor, na forma da seguinte emenda:

**EMENDA ADITIVA Nº 1/2025 AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 512/2023**

Adiciona o art. 3º ao Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

Art. 1º O Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023 passa a tramitar acrescido do art. 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º A implementação desta Lei observará a legislação orçamentária vigente e não implicará obrigatoriedade de execução, sendo condicionada à conveniência administrativa e à disponibilidade de recursos do Estado."

Art. 2º Ficam renumerados os demais artigos do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 01/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em substituição ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, considerando os termos da emenda aditiva proposta.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela **aprovação** do Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023, como também da emenda aditiva proposta pelo relator em seu parecer.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Antonio Coelho Presidente		
Favoráveis		Cayo AlbinoRelator(a) Mário Ricardo Dani Portela
Coronel Alberto Feitosa Henrique Queiroz Filho Rodrigo Farias		

Parecer Nº 007915/2025

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1699/2024 E À SUA EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/2025

Origem das Proposições: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Gilmar Junior
Autoria da Emenda Modificativa: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, que obriga a realização do Teste da Bochechinha em recém-nascidos, na forma que especifica, em todas as unidades de parto em Pernambuco, e à Emenda Modificativa nº 1/2025. **Pela aprovação, com emenda aditiva proposta.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Junior, juntamente com a Emenda Modificativa nº 1/2025, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

A proposta legislativa em questão visa tornar obrigatória a realização do Teste da Bochechinha, um exame de triagem genética neonatal, em todos os recém-nascidos atendidos em maternidades e hospitais da rede pública e privada de saúde de Pernambuco. O objetivo é garantir a detecção precoce de doenças genéticas, permitindo o diagnóstico e o início do tratamento de diversas enfermidades ainda nos primeiros meses de vida.

Na justificativa anexada, o autor do projeto destaca a importância da triagem neonatal, em especial do Teste da Bochechinha, como instrumento fundamental para a detecção precoce de doenças na primeira infância, garantindo melhor qualidade de vida e redução de riscos às crianças.

Na análise do projeto, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça manifestou-se favorável à sua tramitação. Contudo, apresentou e aprovou a Emenda Modificativa nº 1/2025, conforme registrado no Parecer nº 6640/2025, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo em 6 de agosto de 2025.

A referida emenda altera o artigo 4º da proposição, dispondo que caberá ao Poder Executivo regulamentar seus dispositivos em todos os aspectos necessários à plena efetivação da medida, retirando o prazo de 120 dias presente na redação original.

2. Parecer do Relator

As proposituras vêm arrimadas no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O inciso III do artigo 236 do Regimento Interno permite a apresentação de emendas modificativas, para alterar qualquer parte do texto de uma proposição, sem a intenção de substituí-la no seu todo.

De acordo com os artigos 97 e 100 desse Regimento, compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre propostas legislativas que envolvam matéria tributária ou financeira.

Na apreciação do mérito, constatou-se que a proposta em exame não altera as dotações fixadas na Lei nº 18.780, de 17 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2025), referentes aos programas e ações da Unidade Orçamentária 00114 – Secretaria de Saúde – Administração Direta.

Nesse sentido, entende-se que as novas obrigações podem ser atendidas mediante o aproveitamento da estrutura orçamentária já existente, valendo-se dos recursos disponíveis — humanos, materiais, financeiros e logísticos —, sem necessidade de aportes adicionais.

Ressalte-se, ainda, que a Emenda Modificativa nº 1/2025, ao reformular o artigo 4º, estabelece que a regulamentação e a efetiva aplicação da medida caberão ao Poder Executivo, o qual decidirá sobre sua execução conforme critérios de oportunidade e conveniência.

A despeito disso, deve-se avaliar se a proposição em curso incorre em aumento de despesa para o Estado de Pernambuco, conforme descrições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Em atendimento à solicitação desta Comissão quanto a observância desses dispositivos (AT nº 10649/2025), o autor da proposição original requereu a apresentação de uma emenda aditiva, nos termos do inciso II do artigo 236 do Regimento Interno, a fim de assegurar, de forma inequívoca, que a norma proposta não acarrete aumento da despesa pública. Esta relatoria resolve acolher a solicitação do autor, na forma da seguinte emenda:

EMENDA ADITIVA Nº 2/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1699/2024

Adiciona o art. 4º ao Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior.

Art. 1º O Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024 passa a tramitar acrescido do art. 4º, com a seguinte redação:

“Art. 4º A implementação desta Lei observará a legislação orçamentária vigente e não implicará obrigatoriedade de execução, sendo condicionada à conveniência administrativa e à disponibilidade de recursos do Estado.”

Art. 2º Ficam reenumerados os demais artigos do Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2023.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, como também da sua Emenda Modificativa nº 1/2025, considerando os termos da emenda aditiva proposta.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior, de sua Emenda Modificativa nº 1/2025, aprovada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, como também da emenda aditiva proposta pelo relator em seu parecer.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Antonio Coelho
Presidente

Favoráveis

Coronel Alberto Feitosa
Henrique Queiroz Filho
Rodrigo Farias

Cayo Albino
Mário Ricardo
Dani PortelaRelator(a)

Parecer Nº 007916/2025

AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1843/2024

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Edson Vieira
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2024, que, por sua vez, pretende estabelecer diretrizes de diagnóstico precoce para Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) e dar outras providências. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, alterando o Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira.

O projeto original buscava instituir o Protocolo de Diagnóstico Precoce para Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem (TDL), visando identificar precocemente indivíduos com dificuldades de linguagem e promover medidas preventivas e terapêuticas adequadas.

O autor da iniciativa, Deputado Edson Vieira, pontua, na justificativa do projeto, a importância da obtenção de um diagnóstico precoce para garantir que crianças e adultos com essa condição tenham acesso rápido e eficaz a intervenções que promovam seu desenvolvimento pleno e sua inclusão na sociedade.

O Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, realiza modificações pontuais na proposição com a finalidade de aperfeiçoá-la e adequá-la aos preceitos da Lei nº 171/2011.

O texto proposto estabelece diretrizes de diagnóstico precoce para esses transtornos, visando identificar precocemente indivíduos com dificuldades de linguagem e promover medidas preventivas e terapêuticas adequadas (art. 1º).

O artigo 2º apresenta a definição do TDL: condição que afeta a compreensão ou expressão da linguagem de forma persistente, podendo ocorrer tanto na compreensão quanto na produção da fala, acarretando prejuízos no desenvolvimento acadêmico e social do indivíduo, conforme previsto na Lei Federal nº 13.146, de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

As diretrizes da Política Estadual de Diagnóstico Precoce para o TDL são definidas no artigo 3º.

O artigo 4º assegura às pessoas diagnosticadas com o referido transtorno o direito à avaliação e à intervenção especializada por profissionais capacitados, bem como ao acesso a tecnologias assistivas que promovam sua comunicação e interação social.

Por fim, o artigo 5º determina que caberá ao Poder Executivo regulamentar a futura norma para sua efetiva aplicação.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo regimental 238, as comissões parlamentares permanentes podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo ao projeto.

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, consoante os artigos 97 e 101 regimentais.

O substitutivo em exame estabelece diretrizes para o diagnóstico precoce do Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem, cuja implementação competirá ao Poder Executivo, observados os limites de suas atribuições e da disponibilidade orçamentária.

Uma vez que as medidas propostas possuem natureza diretiva, sua adoção não implicará a criação imediata de programas, órgãos ou estruturas que demandem a alocação adicional de recursos financeiros por parte do Estado.

Trata-se, portanto, de política de caráter orientativo dirigida ao Governo do Estado, cuja implementação e execução ocorrerão de acordo com a conveniência e a oportunidade administrativas, conforme os critérios estabelecidos pelo órgão estadual competente.

Ressalte-se, ademais, que o texto do substitutivo manteve a previsão de que o Poder Executivo deverá regulamentar a matéria nos aspectos necessários à sua efetiva aplicação, o que assegura ao Governo discricionariedade para definir a forma de execução das medidas, inclusive quanto ao aproveitamento da infraestrutura e dos recursos humanos já existentes no sistema estadual de saúde.

Dessa forma, entende-se que as novas práticas a serem adotadas não ensejam a ampliação da estrutura administrativa do Poder Executivo, podendo ser incorporadas e ajustadas à sistemática atualmente vigente nas secretarias competentes.

No tocante ao mérito desta Comissão, verifica-se que a iniciativa não acarreta aumento de despesa pública, em consonância com o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O que se propõe é, tão somente, o estabelecimento de diretrizes e objetivos gerais a serem perseguidos pelo Poder Público no âmbito de sua estrutura administrativa existente.

Diante disso, não enxergo óbices para a aprovação da proposta, na forma como se apresenta, uma vez que ela não contraria a legislação financeira. Além disso, também não há repercussão na seara tributária.

Fundamentado no exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em substituição ao Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2024.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Antonio Coelho
Presidente

Favoráveis

Coronel Alberto FeitosaRelator(a)
Henrique Queiroz Filho
Rodrigo Farias

Cayo Albino
Mário Ricardo
Dani Portela

Parecer Nº 007917/2025

AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2340/2024

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Adalto Santos
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024, de autoria do Deputado Adalto Santos, que passa a buscar a alteração da Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, a fim de estabelecer prazo máximo de início do primeiro tratamento e assegurar tratamento das manifestações dolorosas ocasionadas pelo câncer, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), alterando integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024, de autoria do Deputado Adalto Santos.

O Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024 propunha alterações na Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, com o objetivo de estabelecer:

- Prazo máximo de 60 (sessenta) dias para o início dos tratamentos que envolvam cirurgia, radioterapia e quimioterapia, considerando a data de confirmação do diagnóstico;
- Prazo máximo de 15 (quinze) dias para o início dos tratamentos que envolvam medicamentos que possam ser ministrados pelo próprio paciente, considerando a data de confirmação do diagnóstico;
- Tratamento das manifestações dolorosas ocasionadas pela neoplasia maligna com atenção privilegiada, gratuita e imediata, no que concerne ao acesso e ministração de analgésicos opiáceos ou correlatos.

Ao apreciar a proposição, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) apresentou substitutivo, justificado pela necessidade de uniformizar o prazo estipulado com aquele já previsto na Lei Federal nº 12.732/2012, que disciplina o direito de o paciente com neoplasia maligna submeter-se ao primeiro tratamento no SUS no prazo de até 60 (sessenta) dias. A uniformização visa evitar distorções na assistência à saúde e adequar a proposição às prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171/2011.

Assim, o substitutivo nº 01/2025 altera integralmente o texto original, propondo:

- Estabelecer a garantia de início do primeiro tratamento no SUS, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico, ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único, nos termos da Lei federal nº 12.732, de 22 de novembro de 2012;
- Definir que o tratamento das manifestações dolorosas ocasionadas pelo câncer se dará mediante ministração de analgésicos opiáceos ou correlatos, dentre outras estratégias, em conformidade com os protocolos e diretrizes estabelecidos no âmbito do SUS.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo regimental 238, as comissões parlamentares permanentes podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo ao projeto.

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, consoante os artigos 97 e 101 regimentais.

O substitutivo em exame visa alterar o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco para garantir o início do primeiro tratamento no SUS no prazo máximo de 60 dias e assegurar o tratamento da dor oncológica, em conformidade com a legislação federal e protocolos do SUS.

A proposição, ao replicar esse prazo máximo, faz remissão expressa à Lei federal nº 12.732/2012, estabelecendo, portanto, um regramento que já deve ser seguido pelos entes federativos.

Além disso, a garantia do tratamento das manifestações dolorosas ocorre "em conformidade com os protocolos e diretrizes estabelecidos no âmbito do SUS", caracterizando-se como uma definição de diretriz e objetivo de uma política pública de saúde já existente.

Desse modo, a presente proposição não cria despesa, uma vez que apenas reitera, no âmbito estadual, normativos e diretrizes federais já aplicáveis ao sistema de saúde, não implicando em um aumento de custos ou em um novo gasto obrigatório de caráter continuado para o Estado de Pernambuco. A efetivação das ações permanece vinculada aos recursos e à estrutura do SUS, sendo a norma meramente confirmatória do direito.

Assim, não há que se falar em aumento de despesas decorrentes da aprovação do substitutivo. Consequentemente, não se aplica o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), uma vez que a medida não acarreta em criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que gere aumento de despesa para o Estado.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em substituição ao Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024, de autoria do Deputado Adalto Santos.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Antonio Coelho Presidente		
Favoráveis		
Coronel Alberto Feitosa Henrique Queiroz Filho Rodrigo Farias Relator(a)		Cayo Albino Mário Ricardo Dani Portela

Parecer Nº 007918/2025

AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nº 2707/2025 E Nº 2728/2025

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do PLO nº 2707/2025: Deputado Antonio Coelho
Autoria do PLO nº 2728/2025: Deputado Romero Albuquerque
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nº 2707/2025 e nº 2728/2025, de autoria, respectivamente, dos Deputados Antônio Coelho e Romero Albuquerque, com a intenção de instituir a Política Estadual de Climatização e Arborização das Instituições Públicas de Ensino do Estado de Pernambuco. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, alterando a redação dos Projetos de Lei Ordinária (PLO) nº 2707/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho, e nº 2728/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

O PLO nº 2707/2025 originalmente pretendia instituir a Política de Climatização e Arborização para as Unidades Públicas Estaduais de Ensino de Pernambuco, enquanto o PLO nº 2728/2025 visava à implantação de sistemas de climatização em todas as escolas públicas do Estado de Pernambuco.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao verificar a similaridade temática na apreciação dos projetos, propôs a apresentação do substitutivo em apreço, visando conciliar as duas proposições, conforme determina o parágrafo único do art. 264 do Regimento Interno desta Casa.

O novo texto proposto institui a Política Estadual de Climatização e Arborização das Instituições Públicas de Ensino do Estado de Pernambuco com o objetivo de promover a proteção e melhoria das condições ambientais e de conforto térmico nas unidades escolares, assegurando o bem-estar e a saúde da comunidade escolar (art. 1º).

As diretrizes e linhas de ação da referida política são definidas, respectivamente, nos artigos 2º e 3º do substitutivo.

Em seguida, o artigo 4º estabelece que a implementação das medidas ocorrerá de forma gradual e regionalizada, priorizando inicialmente as unidades escolares localizadas em regiões mais vulneráveis às alterações climáticas extremas.

O artigo 5º prevê que a Política Estadual de Climatização e Arborização das Instituições Públicas de Ensino deve ser executada em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.090, de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

Finalmente, o artigo 6º estipula que caberá ao Poder Executivo regulamentar a futura norma em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo regimental 238, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, consoante os artigos 97 e 101 regimentais.

O Substitutivo nº 1/2025 aproveita a ideia dos projetos originais para implementar um conjunto de medidas que visam promover a proteção e a melhoria das condições ambientais e de conforto térmico nas instituições públicas de ensino, tornando o ambiente escolar mais agradável, acolhedor e propício à aprendizagem.

Nesse ponto, impende destacar que cerca de 500 unidades de ensino estaduais já estão climatizadas, sendo metade desse total equipada durante os últimos dois anos[1].

No que tange ao mérito desta Comissão, portanto, resta claro que a proposição em curso não incorre em aumento de despesa para o Estado de Pernambuco tendo em vista que a medida já se encontra em execução pelo Poder Executivo estadual.

Diante disso, não enxergo óbices para a aprovação da proposta, na forma como se apresenta, uma vez que ela não contraria a legislação financeira. Além disso, também não há repercussão na seara tributária.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 2707/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho, e nº 2728/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

[1] Fonte: https://portal.educacao.pe.gov.br/em-pouco-mais-de-dois-anos-governo-de-pernambuco-dobra-numero-de-escolas-da-rede-estadual-totalmente-climatizadas/#::~:~:text=Em%20pouco%20mais%20de%20dois,Rede%20Estadual%20totalmente%20climatizadas%20%E2%80%93%20SEE&text=A%20Secretaria%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do,acolhedor%20e%20prop%C3%ADcio%20%C3%A0%20aprendizagem.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 aos Projetos de Lei Ordinária nº 2707/2025 e nº 2728/2025.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Antonio Coelho Henrique Queiroz Filho Rodrigo Farias Relator(a)		Cayo Albino Mário Ricardo Dani Portela

Parecer Nº 007919/2025

AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2811/2025

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Antonio Coelho
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2811/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho, com o objetivo de instituir a Política Estadual de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extravasamento Vascular Sistêmico. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, alterando o Projeto de Lei Ordinária nº 2811/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho.

O projeto original visava instituir o Protocolo de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extravasamento Vascular Sistêmico (SEVS) na Rede Estadual de Saúde de Pernambuco com o objetivo de promover a proteção, prevenção e tratamento da referida síndrome em consonância com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e com as diretrizes da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

Na justificativa do projeto, o autor original alerta que a síndrome pode ser fatal se não tratada adequadamente, caracterizando-se por um aumento da permeabilidade vascular e acúmulo excessivo de líquidos nos tecidos.

O Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, realiza modificações pontuais na proposição uma vez que a referida comissão entendeu tratar-se de "uma verdadeira Política Pública de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extravasamento Vascular Sistêmico".

Nesse sentido, o novo texto proposto institui a Política Estadual de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extravasamento Vascular Sistêmico no âmbito do Estado de Pernambuco (art. 1º).

Os objetivos dessa Política Estadual são listados no artigo 2º e incluem, dentre outros: (i) capacitar profissionais da saúde para o diagnóstico precoce, o manejo adequado e a prevenção de complicações; (ii) garantir a integração das ações às diretrizes do SUS; (iii) padronizar protocolos assistenciais baseados em evidências; e (iv) estabelecer mecanismos de vigilância e monitoramento contínuo dos casos.

Em seguida, os artigos 3º e 4º estabelecem, respectivamente, as diretrizes para a execução da Política Estadual e suas linhas de ação.

O artigo 5º faculta ao Poder Executivo a realização de convênios e outros instrumentos de cooperação com entidades públicas para implementar as ações previstas.

Por fim, a regulamentação da futura norma caberá ao Poder Executivo em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação (art. 7º), observados os protocolos e diretrizes do Sistema Único de Saúde (art. 6º).

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo regimental 238, as comissões parlamentares permanentes podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo ao projeto.

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, consoante os artigos 97 e 101 regimentais.

O substitutivo em exame propõe a implementação da Política Estadual de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extravasamento Vascular Sistêmico, cabendo ao Poder Executivo a sua efetivação, observando os protocolos e diretrizes do SUS.

Uma vez que as medidas sugeridas têm caráter de diretriz, não importarão necessariamente na criação de programas ou estruturas que demandem alocação adicional de recursos financeiros pelo Estado.

Ou seja, trata-se de uma política orientativa para o Governo do Estado, de forma que a implementação e a execução das novas medidas serão efetuadas de acordo com a conveniência e a oportunidade administrativas, conforme critérios do órgão estadual competente.

Ademais, o texto do substitutivo manteve a previsão que o Poder Executivo deverá regulamentar a matéria nos aspectos necessários para a sua efetiva aplicação, de forma que o Governo terá discricionariedade para definir a forma de sua implementação, inclusive quanto à utilização da infraestrutura e dos recursos humanos já existentes no sistema de saúde estadual.

Desse modo, entende-se que as novas práticas a serem adotadas não demandam a expansão da estrutura administrativa do Poder Executivo, porquanto podem ser incorporadas e ajustadas à sistemática atualmente vigente nas secretarias competentes.

No que tange ao mérito desta Comissão, portanto, resta claro que a iniciativa em curso não incorre em aumento de despesas públicas, conforme descrições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O que se tem é apenas o estabelecimento de diretrizes e objetivos gerais a serem buscados pelo Poder Público dentro da sua estrutura administrativa vigente.

Diante disso, não enxergo óbices para a aprovação da proposta, na forma como se apresenta, uma vez que ela não contraria a legislação financeira. Também não há repercussão na seara tributária.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em substituição ao Projeto de Lei Ordinária nº 2811/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2811/2025.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Coronel Alberto Feitosa Presidente		
Favoráveis		
Antonio Coelho Henrique Queiroz Filho Rodrigo Farias		Cayo Albino Mário Ricardo Relator(a) Dani Portela

Parecer Nº 007920/2025

AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3150/2025

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Junior Matuto
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3150/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto, que, por sua vez, pretende alterar a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de reforçar a relevância dos ecossistemas costeiros e marinhos na mitigação das mudanças climáticas. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, alterando o Projeto de Lei Ordinária nº 3150/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto.

O projeto inicial tinha como objetivo instituir a Política Estadual de Carbono Azul, voltada à conservação, restauração e utilização sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos que funcionam como sumidouros naturais de carbono, auxiliando na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Na justificativa do projeto, o autor original defende que, além do papel climático, esses ecossistemas são fundamentais para a proteção da biodiversidade, a segurança alimentar, a manutenção de atividades econômicas costeiras e a proteção contra eventos climáticos extremos, como tempestades e erosões.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria, constatou a existência da Lei Estadual nº 14.090/2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com conteúdo correlato e mais abrangente.

Nesse sentido, resolveu apresentar o Substitutivo nº 1/2025, buscando reforçar o papel que os ecossistemas costeiros e marinhos desempenham na mitigação das mudanças climáticas.

Seguindo essa lógica, o novo texto proposto acrescentou novos incisos aos artigos 1º e 3º da Lei nº 14.090, de 2010.

No artigo 1º, propõe-se a inclusão do conceito de carbono azul, definido como o carbono capturado e armazenado por ecossistemas costeiros e marinhos, tais como manguezais, marismas (pântanos salgados) e pradarias marinhas (vegetações aquáticas submersas).

No artigo 3º, foram adicionados quatro novos objetivos à Política de Enfrentamento às Mudanças do Clima: preservar e restaurar ecossistemas costeiros e marinhos nativos; incentivar estudos científicos e técnicos sobre o sequestro de carbono nos ecossistemas costeiros e marinhos nativos; estimular projetos de créditos de carbono azul; promover a educação ambiental e a conscientização pública sobre a importância dos ecossistemas marinhos e costeiros para o combate às mudanças climáticas.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo regimental 238, as comissões parlamentares permanentes podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo ao projeto.

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria tributária ou financeira, consoante os artigos 97 e 101 regimentais.

O substitutivo em questão tem como objetivo estimular a conservação e a recuperação dos ecossistemas costeiros e marinhos nativos, além de fomentar a educação ambiental e ampliar a conscientização da população acerca da relevância desses ecossistemas para a mitigação das mudanças climáticas.

Uma vez que as medidas sugeridas tratam de definições dos termos (carbono azul) ou têm caráter de diretriz, não importarão necessariamente na criação de programas ou estruturas que demandem alocação adicional de recursos financeiros pelo Estado.

Ou seja, trata-se de uma política orientativa para o Governo do Estado, de forma que a implementação e a execução das novas medidas serão efetuadas de acordo com a conveniência e a oportunidade administrativas, conforme critérios do órgão estadual competente.

Desse modo, entende-se que as novas práticas a serem adotadas não demandam a expansão da estrutura administrativa do Poder Executivo, porquanto podem ser incorporadas e ajustadas à sistemática atualmente vigente nas secretarias competentes.

No que tange ao mérito desta Comissão, portanto, resta claro que a iniciativa em curso não incorre em aumento de despesas públicas, conforme descrições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O que se tem é apenas o estabelecimento de objetivos gerais a serem buscados pelo Poder Público dentro da sua estrutura administrativa vigente.

Diante disso, não enxergo óbices para a aprovação da proposta, na forma como se apresenta, uma vez que ela não contraria a legislação financeira. Também não há repercussão na seara tributária.

Portanto, fundamentado no exposto, e considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em substituição ao Projeto de Lei Ordinária nº 3150/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação delibera pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 3150/2025.

Sala de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 04 de Novembro de 2025

Antonio Coelho Presidente	
Favoráveis	
Coronel Alberto Feitosa Henrique Queiroz Filho Relator(a) Rodrigo Farias	Cayo Albino Mário Ricardo Dani Portela

Parecer Nº 007921/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 203/2023

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria: Deputada Delegada Gleide Ângelo

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023, que pretende alterar a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações,

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

O projeto pretende alterar a Lei nº 13.958, de 2009, que, por sua vez, altera a Lei nº 12.431, de 2003, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC.

Trata-se do acréscimo de um inciso ao artigo 2º da Lei nº 13.958/2009, prevendo nova hipótese de destinação dos recursos do Fundo para Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC, qual seja, o “desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco”.

A autora argumenta, na justificativa do projeto, que apesar da importância do polo de confecções têxtil do Agreste pernambucano para a economia do estado, esse polo industrial carece de profissionalização e demanda especial atenção para a vulnerabilidade das mulheres que trabalham na cadeia produtiva como costureiras.

A parlamentar enfatiza ainda que de acordo com um mapeamento realizado pelo Fundo de Serviço de Apoio e Assessoria a Projetos – SAAP em parceria com o Instituto C&A, 70% das costureiras autônomas ganham até um salário mínimo por mês; 38% destas recebem apenas um quarto desse montante. Sendo a maioria delas trabalhadoras informais, que possuem suas oficinas de costura em casa, misturando as atividades domésticas e profissionais, jornadas exaustivas de trabalho (10 a 15 horas por dia), e alienadas do processo produtivo

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e no artigo 223, inciso I, do Regimento Interno desta Casa legislativa.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no cumprimento de suas finalidades, emitir parecer sobre a presente proposição, com fulcro nos artigos 97 e 111 do Regimento Interno desta Casa.

O projeto em exame tem a louvável intenção de apoiar as mulheres que trabalham como costureiras na cadeia produtiva do polo de confecções do Agreste mediante a possibilidade de direcionar recursos do FUNTEC para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, qualificação profissional e formação técnica.

Nesse sentido, percebe-se que a iniciativa apresenta forte aderência aos princípios e objetivos estabelecidos na Constituição do Estado de Pernambuco, especialmente no que tange à promoção do desenvolvimento econômico aliado à justiça social.

De acordo com o artigo 139 da Constituição estadual, é dever do Estado e dos Municípios promover o desenvolvimento econômico, conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios da justiça social, a fim de assegurar a elevação do nível de vida e o bem-estar da população. O referido projeto de lei dialoga diretamente com esse preceito ao buscar reduzir desigualdades históricas enfrentadas pelas mulheres que atuam como costureiras, oferecendo-lhes instrumentos para o fortalecimento da autonomia econômica, inclusão produtiva e acesso a melhores condições de trabalho e renda.

Além disso, a proposta contribui para o combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, conforme disposto no parágrafo único, inciso I, alínea “b” do mesmo artigo. Ao investir em qualificação e formação técnica, o projeto permite que essas mulheres estejam mais preparadas para o mercado de trabalho, inserindo-se de forma mais justa e competitiva no setor produtivo. A valorização do trabalho feminino nesse contexto é, portanto, uma ferramenta eficaz de integração social.

Outro aspecto importante é o apoio à pequena e à microempresa, conforme previsto na alínea “e” do artigo 139, que determina a concessão de estímulos fiscais e creditícios e a simplificação das obrigações com o poder público. Muitas dessas costureiras atuam como microempreendedoras individuais (MEIs) ou estão vinculadas a pequenos ateliês e oficinas. Com o apoio previsto pelo projeto, essas trabalhadoras poderão acessar oportunidades de formalização e crescimento de seus negócios, o que fortalece a economia local e regional.

A proposta também reforça o apoio ao cooperativismo e ao associativismo, destacado na alínea “f” do mesmo artigo, ao incentivar formas coletivas de organização e produção, que garantem maior poder de negociação, acesso a insumos, partilha de conhecimentos e inserção em cadeias de valor mais sustentáveis e justas.

No que se refere ao incentivo à difusão do conhecimento científico e tecnológico, previsto no inciso III do artigo 139, o projeto contribui significativamente ao promover a formação técnica e a qualificação profissional. Essa capacitação representa um passo fundamental para o aumento da produtividade e para o uso mais eficiente dos recursos disponíveis, fortalecendo o setor têxtil local com mão de obra mais especializada e adaptada às exigências do mercado.

Ainda, ao considerar o trabalho como fator preponderante na produção de riquezas (art. 139, parágrafo único, inciso V), a iniciativa reconhece o papel estratégico das costureiras para a economia do Agreste e valoriza suas contribuições na geração de renda e dinamização do setor de confecções. Essa valorização, associada ao fortalecimento da cadeia produtiva regional, contribui também para o cumprimento do artigo 141, que autoriza o Estado a conceder estímulos especiais a empresas pernambucanas, reforçando o papel do Estado como agente do desenvolvimento regional.

Dessa forma, o projeto de lei não apenas promove a inclusão produtiva e a valorização do trabalho feminino, mas também materializa diversos dispositivos constitucionais que orientam o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco, em consonância com os princípios da justiça social, da equidade e da dignidade do trabalho.

Portanto, do ponto de vista econômico, a proposta representa uma medida de baixo custo com alto potencial de retorno social e econômico. Trata-se, portanto, de uma política pública com relação custo-benefício claramente positiva.

Diante disso, pode-se afirmar que a proposta está em perfeita harmonia com os princípios e objetivos da Ordem Econômica e Social do Estado de Pernambuco. Assim, percebe-se que está plenamente alinhada aos anseios de mérito da presente comissão.

Portanto, considerando os efeitos positivos elencados acima, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025

Mário Ricardo Presidente	
Favoráveis	
Cayo Albino Abimael Santos Relator(a)	Henrique Queiroz Filho

Parecer Nº 007922/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 393/2023

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autoria do Projeto de Lei Ordinária: Deputada Simone Santana

cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco. **Pela aprovação.**

Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 393/2023, de autoria da Deputada Simone Santana, que, por sua vez, pretende alterar a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a exigência de dados pessoais do consumidor, para fins de preenchimento de cadastro, como condição à venda de produtos, ressalvados os casos especificados em Lei. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 393/2023, de autoria da Deputada Simone Santana.

O projeto original pretendia alterar o Código Estadual de Defesa do Consumidor a fim de estabelecer normas para a solicitação de informações do consumidor e guarda dos dados por parte das farmácias e drogarias.

Quando de sua apreciação, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) apresentou o Substitutivo nº 1/2025, analisado a partir de agora, “a fim de ampliar a efetividade ao projeto, para que se aplique não apenas às farmácias e drogarias, bem como para simplificar a norma e evitar afronta à esfera de liberdade econômica dos fornecedores”.

No referido substitutivo optou-se por acrescentar os artigos 53-A e 53-B ao Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco.

O artigo 53-A proíbe que se condicione a venda de produtos ao fornecimento de dados pessoais do consumidor para fins de preenchimento de cadastro. São listadas algumas exceções a essa vedação, tais como os casos em que o fornecimento de dados for uma exigência do próprio Poder Público.

O artigo 53-B, por sua vez, veda o uso de biometria em atenção ao princípio do mínimo necessário determinado pela Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), não devendo haver coleta injustificada, ou com a justificativa de comprovar o consentimento do consumidor, considerando que há outros meios menos invasivos para realizar a prova do consentimento.

Em caso de descumprimento ao disposto no artigo 53-A, o infrator ficará sujeito à penalidade de multa prevista no art. 180 do Código de Defesa do Consumidor, nas faixas pecuniárias A, B, C ou D, sem prejuízo de outras sanções previstas. Já o descumprimento ao artigo 53-B sujeita o infrator à penalidade de multa nas faixas pecuniárias A ou B.

Finalmente, a norma entrará em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.

2. Parecer do relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no cumprimento de suas finalidades, emitir parecer sobre a presente proposição, com fulcro nos artigos 97 e 111 do Regimento Interno desta Casa.

O substitutivo em exame aproveita as ideias do projeto original para vedar a coleta abusiva de dados pessoais dos consumidores, ressaltados, por óbvio, os casos especificados em lei. Representa, nesse sentido, um reforço em prol da tutela do consumidor e do respeito à privacidade de dados.

A proposta em discussão alinha-se diretamente aos princípios e diretrizes previstos no Capítulo II (Da Defesa do Consumidor) do Título VI (Da Ordem Econômica) da Constituição do Estado de Pernambuco.

Nos termos do artigo 143, cabe ao Estado promover a defesa do consumidor por meio de políticas e ações que assegurem o respeito à dignidade, à liberdade de escolha e à proteção contra práticas abusivas no mercado de consumo. A vedação da coleta obrigatória de dados pessoais sem necessidade ou consentimento explícito do consumidor concretiza tais garantias, preservando o direito à privacidade.

A proposta também se relaciona ao inciso I do artigo 143, que prevê a formulação de política governamental de promoção dos interesses e direitos dos consumidores, e ao inciso V, que estabelece o dever estatal de promover pesquisa, informação, prevenção e conscientização com vistas a evitar danos ao consumidor. Ao impedir a exigência injustificada de dados, o projeto contribui para prevenir riscos à segurança e à privacidade, reduzindo a possibilidade de uso indevido, comercialização ou vazamento de informações pessoais.

Além disso, a medida coaduna-se com o inciso VI do mesmo artigo, que trata do aconselhamento e orientação do consumidor junto aos órgãos de defesa, fortalecendo a proteção institucional e educativa contra práticas comerciais que imponham restrições indevidas ao direito de compra.

Assim, o substitutivo em questão materializa, no plano normativo estadual, os fundamentos constitucionais da defesa do consumidor, assegurando maior transparência, liberdade e segurança nas relações de consumo, em conformidade com o espírito protetivo consagrado pela Constituição do Estado de Pernambuco.

Diante disso, pode-se afirmar que a proposta está em perfeita harmonia com os princípios e objetivos da Ordem Econômica e Social do Estado de Pernambuco.

Assim, percebe-se que está plenamente alinhada aos anseios de mérito da presente comissão.

Portanto, considerando os efeitos positivos elencados acima, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 393/2023.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 393/2023, de autoria da Deputada Simone Santana.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo Presidente	
	Favoráveis	
Cayo Albino Abimael Santos		Henrique Queiroz Filho Relator(a)

Parecer Nº 007923/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 548/2023

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autoria do Projeto de Lei Ordinária: Deputado Antônio Coelho

arecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 548/2023, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que passa a buscar garantir o direito de o contribuinte ter acesso a meios e formas de pagamento digital, a exemplo do sistema PIX ou assemelhados, para o pagamento de débitos de natureza tributária, impostos, taxas e contribuições no Estado de Pernambuco. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 548/2023, de autoria do Deputado Antônio Coelho.

O projeto original tinha por objetivo instituir o direito do contribuinte de realizar o pagamento de débitos de natureza tributária por meios digitais, como o sistema PIX e ferramentas assemelhadas, assegurando maior praticidade e eficiência na quitação de tributos estaduais — a exemplo de impostos, taxas e contribuições.

O texto inicial também estabelecia que os meios de pagamento digital deveriam permitir a identificação do contribuinte e do débito sob sua responsabilidade, bem como previa que, em caso de pagamento via PIX, o Poder Executivo deveria disponibilizar QR Code, link específico ou chave digital que possibilitassem o pagamento em qualquer dia e horário, inclusive feriados, mediante acesso ao site da Secretaria da Fazenda.

O projeto ainda determinava que a norma fosse aplicada a créditos tributários anteriores à sua vigência, e previa a possibilidade de regulamentação por decreto e a obrigação do Poder Executivo em garantir ampla publicidade à lei.

Na justificativa, o autor argumenta que a proposição visa facilitar o pagamento e o recolhimento de tributos estaduais, aproveitando os avanços tecnológicos e a popularização dos meios de pagamento instantâneo, reduzindo a inadimplência e contribuindo para a modernização da administração tributária e o aumento da arrecadação estadual.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), ao apreciar a matéria, apresentou o Substitutivo nº 01/2025 com a finalidade de adequar a proposição às disposições da Lei Complementar nº 171/2011 (Dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis estaduais) e eliminar óbices de constitucionalidade, em especial no que tange à atribuição direta de competências a órgãos específicos do Poder Executivo.

O substitutivo, portanto, promoveu ajustes redacionais e estruturais, sem alterar a essência do objetivo do projeto, que continua sendo garantir o direito do contribuinte a meios de pagamento digital. A nova redação prevê que, no caso de pagamentos via PIX, seja disponibilizada uma solução tecnológica associada ao Documento de Arrecadação do Fisco Estadual (DAE) ou ao Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), com o propósito de identificar a quitação do débito.

Além disso, o texto estabelece que tal solução tecnológica deve estar acessível no sítio eletrônico do órgão competente, em todos os dias e horários da semana, inclusive feriados, e determina que a regulamentação da lei caberá ao Poder Executivo, assegurando maior conformidade com os princípios da legalidade e da separação de poderes.

2. Parecer do relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no cumprimento de suas finalidades, emitir parecer sobre a presente proposição, com fulcro nos artigos 97 e 111 do Regimento Interno desta Casa.

O substitutivo em discussão propõe assegurar aos contribuintes pernambucanos o direito de quitar débitos tributários por meio de ferramentas digitais de pagamento, como o PIX e outros sistemas assemelhados, mediante soluções tecnológicas que garantam a identificação do pagamento e a correta vinculação do débito correspondente.

A proposição contribui para o desenvolvimento econômico do Estado, uma vez que moderniza os instrumentos de arrecadação tributária, reduz custos operacionais tanto para o contribuinte quanto para a administração pública e amplia a eficiência na gestão fiscal, promovendo um ambiente de negócios mais dinâmico e alinhado às inovações tecnológicas do sistema financeiro nacional.

O projeto atende aos princípios previstos no artigo 170 da Constituição Federal, especialmente os da livre iniciativa e da livre concorrência ao facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e fomentar um ambiente econômico mais acessível e desburocratizado.

Do mesmo modo, a proposição está em conformidade com o artigo 139 da Constituição do Estado de Pernambuco, que estabelece que o Estado deve promover o desenvolvimento econômico conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios da justiça social. Destaca-se, para o caso, o inciso I, alínea “e”, que prevê o incentivo à simplificação das obrigações das micro e pequenas empresas.

Portanto, considerando os efeitos positivos elencados acima, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 548/2023.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 548/2023, de autoria do Deputado Antônio Coelho.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo Presidente	
	Favoráveis	
Cayo Albino Abimael Santos		Henrique Queiroz Filho Relator(a)

Parecer Nº 007924/2025

PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1854/2024

Origem do projeto de lei: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria: Deputado William Brígido
Origem do substitutivo: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1854/2024, com a intenção de autorizar espaços clínicos a solicitar certidão negativa de antecedentes criminais de profissionais que atendam crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025 apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1854/2024, de autoria do Deputado William Brígido.

O projeto original procurou tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais para profissionais que atuem em espaços clínicos que atendam crianças e adolescentes, com o objetivo de instituir medidas de proteção a essa população vulnerável contra violências.

Quando de sua apreciação, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça concluiu pela apresentação do Substitutivo nº 01/2025, buscando sanar vícios de inconstitucionalidade. Aquela comissão entendeu que *“a imposição constante do texto original, embora bem-intencionada, colide com a moldura constitucional vigente”*.

Nesse sentido, o texto atualizado pelo substitutivo autoriza, em vez de obrigar, os espaços clínicos a solicitar a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais dos profissionais que atuem no atendimento direto a crianças e adolescentes. Essa alteração visa adequar a norma à competência estadual, evitando a usurpação de competência privativa da União.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo emitir parecer sobre as proposições quanto à ordem econômica e à política industrial e comercial, consoante os artigos 97 e 111 regimentais.

A medida proposta está em sintonia com a Constituição federal, cujo artigo 227 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão. No plano estadual, a Constituição pernambucana também reforça a proteção à infância e à juventude, alinhando-se aos preceitos constitucionais federais.

Em relação à ordem econômica, a medida também está plenamente alinhada com a Constituição Estadual, conforme a orientação constante no artigo 139, que trata do desenvolvimento econômico:

Art. 139. O Estado e os Municípios, nos limites da sua competência e com observância dos preceitos estabelecidos na Constituição da República, promoverão o desenvolvimento econômico, conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios superiores da justiça social, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida e bem-estar da população.

Adicionalmente, sob a perspectiva da presente Comissão, a proposta promove novos padrões de segurança, o que pode, a longo prazo, melhorar a imagem institucional dos estabelecimentos de saúde no estado. Assim, ela pode ser vista como um incentivo à autorregulação, permitindo que clínicas e hospitais ajustem suas práticas à realidade, sem comprometer sua competitividade.

Diante dos argumentos expendidos, não enxergo óbices para a aprovação da proposta, uma vez que ela se coaduna com os preceitos da legislação e possui efeito positivo na ordem econômica.

Portanto, considerando a consonância com a legislação pertinente e o impacto positivo na proteção de crianças e adolescentes, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1854/2024, de autoria do Deputado William Brígido.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1854/2024.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo Presidente	
	Favoráveis	
Cayo AlbinoRelator(a) Abimael Santos		Henrique Queiroz Filho

Parecer Nº 007925/2025

PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2244/2024

Origem do projeto de lei: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria: Deputado Henrique Queiroz Filho
Origem do substitutivo: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Parecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2.244/2024, com a intenção de obrigar a disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado, nos torneios e campeonatos esportivos radicais motorizados realizados no âmbito do Estado de Pernambuco. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025 apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2244/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho.

O projeto original buscou obrigar a disponibilização de Unidade de Terapia Intensiva Móvel com Médico Intensivista nos torneios e campeonatos esportivos radicais motorizados realizados no Estado de Pernambuco. A justificativa apresentada pelo autor destaca a importância de garantir atendimento médico imediato aos atletas em situações de acidentes graves, considerando a natureza de alto risco dessas competições.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria, concluiu pela apresentação do Substitutivo nº 01/2025, agora em análise. A principal modificação proposta foi a alteração da obrigatoriedade para a disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado, em vez de Unidade de Terapia Intensiva Móvel, que é a categoria mais adequada para esse tipo de evento.

O substitutivo também traz a definição de esporte radical motorizado como sendo a prática esportiva, de caráter competitivo, recreativo ou de demonstração, realizada com veículos motorizados, tais como automóveis, caminhões, motocicletas, quadriciclos e similares, que, em razão da velocidade, altura, manobras ou demais fatores inerentes à atividade, caracterizam-se pelo alto desempenho e pelo elevado risco à integridade física dos participantes.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, caput, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo emitir parecer sobre as proposições quanto à ordem econômica e à política industrial e comercial, consoante os artigos 97 e 111 regimentais.

A análise do projeto, que versa sobre a obrigatoriedade de disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado em eventos de esportes radicais motorizados no Estado de Pernambuco, revela sua relevância no fortalecimento das políticas de segurança e saúde pública.

Além disso, ao exigir a presença de ambulâncias equipadas e profissionais capacitados, a medida alinha-se com as diretrizes de qualidade e normatização de serviços, garantindo a proteção dos participantes e espectadores. Verifica-se, desse modo, que a propositura está alinhada aos ditames da ordem econômica previstos na Constituição do Estado que, ao tratar da defesa do consumidor, prevê:

Art. 143. Cabe ao Estado promover, nos termos do art. 170, V da Constituição da República, a defesa do consumidor, mediante:

I - política governamental de acesso ao consumo e de promoção dos interesses e direitos dos consumidores;

II - legislação suplementar específica sobre produção e consumo;

III - fiscalização de preços, de pesos e medidas, de qualidade e de serviços, observada a competência normativa da União;

Portanto, considerando a consonância com a legislação pertinente e os efeitos positivos esperados, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2244/2024.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025, oriundo da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2244/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo Presidente	
	Favoráveis	
Cayo AlbinoRelator(a) Abimael Santos		Henrique Queiroz Filho

Parecer Nº 007926/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2588/2025

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autoria do Projeto de Lei Ordinária: Deputado Wanderson Florêncio

Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2588/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, que, por sua vez, pretende alterar a Lei

nº 13.254, de 21 de Junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco e autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, a fim de assegurar aos usuários do Sistema o direito de pagar a passagem de transporte por meio digital, a exemplo do sistema PIX ou assemelhado e a Lei nº 14.474, de 16 de Novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, a fim de prever a implementação da forma de pagamento das passagens por meio do pagamento instantâneo (PIX).

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2588/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio.

O projeto original visa alterar a Lei nº 15.878, de 2016, a fim de assegurar o direito dos usuários do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife e do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco de pagarem a passagem por meio do Pix.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria, propôs o Substitutivo nº 1/2025, analisado a partir de agora, buscando aperfeiçoar e adequar o projeto às prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171/2011, além de "evitar interferência no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão do serviço público de transporte da Região Metropolitana do Recife (STPP/RMR) e harmonizar a proposição às legislações específicas de cada sistema de transporte existente em Pernambuco".

Seguindo essa lógica, o substitutivo modificou a Lei nº 13.254, de 2007, para assegurar aos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco – STCIP/PE o direito de realizar o pagamento das tarifas de transporte por meios digitais, compreendendo, dentre outros, o pagamento instantâneo via Pix e demais modalidades eletrônicas reconhecidas.

Realizou alterações, ainda, na Lei nº 14.474, de 2011, para prever que os operadores do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR deverão envidar esforços para universalizar o recebimento das tarifas por meio de pagamento instantâneo, como o Pix, ou por outras modalidades digitais, observada a capacidade econômica- financeira da concessionária e os custos decorrentes da efetiva implementação.

2. Parecer do relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no cumprimento de suas finalidades, emitir parecer sobre a presente proposição, com fulcro nos artigos 97 e 111 do Regimento Interno desta Casa.

O substitutivo em exame tem a louvável intenção de permitir o pagamento das tarifas de transporte público via Pix.

Percebe-se que a iniciativa está diretamente alinhada aos princípios constitucionais de proteção ao consumidor presentes no Capítulo II (Da Defesa do Consumidor) do Título VI (Da Ordem Econômica) da Constituição estadual.

Nesse sentido, ela pode ser fundamentada com base no artigo 143 da Constituição estadual, que trata da defesa do consumidor. Essa medida contribui diretamente para a promoção do acesso ao consumo e dos direitos dos consumidores, conforme previsto no inciso I do referido artigo, ao ampliar as possibilidades de pagamento e facilitar o uso do transporte público por meio de uma ferramenta digital moderna, segura e amplamente utilizada pela população.

Dessa forma, a proposta configura-se como medida legítima, necessária e coerente com os mandamentos constitucionais estaduais, representando um incentivo na direção da modernização dos serviços públicos e promovendo mais eficiência, comodidade e transparência no acesso ao transporte coletivo.

Diante disso, pode-se afirmar que a proposta está em perfeita harmonia com os princípios e objetivos da Ordem Econômica e Social do Estado de Pernambuco, bem como se encontra plenamente alinhado à temática desta Comissão em relação ao desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

Portanto, considerando os efeitos positivos elencados acima, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2588/2025.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2588/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo Presidente	
	Favoráveis	
Cayo Albino Abimael Santos		Henrique Queiroz FilhoRelator(a)

Parecer Nº 007927/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2612/2025

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autoria do Projeto de Lei Ordinária: Deputado Romero Albuquerque

Parecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2612/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, que visa instituir a Política Estadual de Combate ao Superendividamento no Estado de Pernambuco e dá outras providências. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2612/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

O projeto original tinha como objetivo instituir a Política Estadual de Combate ao Superendividamento no Estado de Pernambuco, com foco na promoção da educação financeira, prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores, garantindo a proteção do mínimo existencial e a inclusão social. A proposta visa ampliar a coordenação de ações integradas entre órgãos estaduais, instituições financeiras, universidades e organizações da sociedade civil.

As diretrizes da política incluem a garantia do mínimo existencial, a inclusão social, a transparência das informações financeiras e a proteção contra práticas abusivas. As linhas de ação abrangem a educação financeira, a prevenção e tratamento do superendividamento, o fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor e o incentivo à criação de serviços especializados de orientação financeira.

O Substitutivo nº 01/2025 apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça mantém a essência do projeto original, mas promove ajustes redacionais para melhor adequação ao ordenamento jurídico estadual, além de retirar vício de inconstitucionalidade presenta na proposta original, que estabelecia obrigações para as instituições financeiras.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, caput, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo emitir parecer sobre as proposições quanto à ordem econômica e à política industrial e comercial, consoante os artigos 97 e 111 regimentais.

A proposta legislativa alinha-se diretamente com as competências da comissão, especialmente no que tange à ordem econômica ao buscar mitigar os impactos negativos do superendividamento sobre a economia local. Ao promover a educação financeira e regulamentar práticas de crédito, o projeto propõe um ambiente econômico mais estável e sustentável, beneficiando tanto os consumidores quanto o mercado.

A proposta em análise busca enfrentar o problema do superendividamento, que afeta a dignidade e a estabilidade financeira de muitos consumidores pernambucanos. Ela busca reforçar a importância da educação financeira e propõe medidas concretas para a prevenção e tratamento do superendividamento, com especial atenção aos públicos vulneráveis. A educação financeira pode desempenhar um papel crucial na promoção da inclusão social e na estabilidade financeira dos consumidores pernambucanos. Ao capacitar indivíduos com conhecimentos e habilidades para gerenciar suas finanças de forma eficaz, é possível reduzir desigualdades e fomentar a autonomia econômica, promovendo um desenvolvimento econômico mais equitativo.

Ademais, a implementação de uma política de combate ao superendividamento pode reduzir o número de consumidores superendividados, aumenta-se a capacidade de consumo das famílias, estimulando o comércio local e impulsionando a economia regional. Além disso, consumidores com finanças equilibradas têm maior propensão a investir em educação e qualificação profissional, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

Observa-se, portanto, que a política proposta está em consonância com os princípios da ordem econômica e social, conforme estabelecido na Constituição Estadual, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado de Pernambuco.

Portanto, considerando a consonância com a legislação pertinente e os efeitos positivos esperados, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2612/2025.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025, oriundo da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2612/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo	
	Presidente	
	Favoráveis	
Cayo Albino		Henrique Queiroz Filho
Abimael Santos	Relator(a)	

Parecer Nº 007928/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 1/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2709/2025
Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autoria do Projeto de Lei Ordinária: Deputado Antônio Coelho

	Parecer ao Substitutivo nº 1/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2709/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que, por sua vez, pretende alterar a Lei nº 18.214, de 3 de julho 2023, que institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Gleide Ângelo, a fim de definir diretrizes para o incentivo à participação e inserção das mulheres no mercado digital.
--	--

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2709/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho.

O projeto original elenca ações e diretrizes para o incentivo à participação e inserção das mulheres no mercado digital. O parágrafo único do artigo 1º esclarece que mercado digital se refere ao conjunto de atividades econômicas realizadas por meio da internet e outras plataformas digitais, incluindo marketing digital, criação de conteúdo, design e prestação de serviços online.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria, propôs o Substitutivo nº 01/2025, analisado a partir de agora, buscando aperfeiçoar e adequar o projeto às prescrições da Lei Complementar Estadual nº 171, de 2011, notadamente ao princípio da unicidade, uma vez que a Lei nº 18.214/2023 possui temática análoga (Institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora).

Com o novo texto, portanto, são instituídos novos objetivos à Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora, mediante o acréscimo de incisos ao artigo 2º da Lei nº 18.214, de 2023.

O autor da iniciativa enfatiza, na justificativa encaminhada, a importância da medida para promover a igualdade de oportunidades, a inovação tecnológica e o empoderamento econômico das mulheres no setor digital:

Historicamente, a tecnologia e as ciências foram associadas principalmente ao público masculino, sendo imprescindível a ampliação da presença feminina nestes espaços. Ao incentivar as mulheres no mercado digital, estamos não apenas corrigindo uma desigualdade histórica, mas também abrindo caminho para uma sociedade mais inovadora, inclusiva e empreendedora em Pernambuco.

2. Parecer do relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, *caput*, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no cumprimento de suas finalidades, emitir parecer sobre a presente proposição, com fulcro nos artigos 97 e 111 do Regimento Interno desta Casa.

O substitutivo em exame tem a louvável intenção de incentivar a autonomia financeira de mulheres pernambucanas mediante o estabelecimento de ações e diretrizes para inserção no mercado de trabalho digital.

Nesse sentido, percebe-se que a iniciativa reflete a preocupação com a difusão do conhecimento científico e tecnológico e encontra sintonia com a Constituição estadual, destacando-se o artigo que inaugura o Capítulo I, do Título VI da Carta Magna estadual, que trata da promoção do desenvolvimento econômico:

Art. 139. O Estado e os Municípios, nos limites da sua competência e com observância dos preceitos estabelecidos na Constituição da República, promoverão o desenvolvimento econômico, conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios superiores da justiça social, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida e bem-estar da população.

Parágrafo único. Para atender a estas finalidades, o Estado e os Municípios:

I - planejarão o desenvolvimento econômico, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, através, prioritariamente;

[...]

b) do combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores menos favorecidos;

[...]

III - incentivarão o uso adequado dos recursos naturais e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, através, principalmente:

a) do estímulo à integração das atividades da produção, serviços, pesquisa e ensino;

b) do acesso às conquistas da ciência e tecnologia, por quantos exerçam atividades ligadas à produção, circulação e consumo de bens;

(grifou-se)

A inclusão efetiva das mulheres no setor digital, um dos segmentos mais dinâmicos e estratégicos da economia contemporânea, insere-se diretamente nesse escopo, ao buscar reduzir desigualdades estruturais e ampliar o acesso a oportunidades produtivas qualificadas.

A proposta também está alinhada ao Relatório sobre o Futuro dos Empregos, elaborado em maio de 2023 pelo Fórum Econômico Mundial[1]. Segundo o documento, as funções de crescimento mais rápido estão sendo impulsionadas pela tecnologia e pela digitalização nos próximos cinco anos.

Ademais, segundo relatório setorial referente ao ano de 2023, elaborado pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), o macrossetor de TIC já representa 6,5% do PIB brasileiro. O relatório também informa que é esperado um investimento de R\$ 729 bilhões no setor até 2027.

Também é importante mencionar um texto elaborado pela presidente da Associação Brasileira de Internet, Carol Conway, e pela diretora do Instituto de Tecnologia e Sociedade, Celina Bottino. Segundo elas, o Brasil é um dos maiores consumidores de internet do mundo e deve se tornar produtor de conhecimento, tecnologia e inovação. Para que isso se torne realidade, conforme enfatizaram as gestoras, é necessário garantir as condições que aproveitem o potencial do país.

Assim, o substitutivo em discussão demonstra consonância com a realidade presente e futura do mercado de trabalho, com o empreendedorismo e, portanto, com o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

Dessa forma, a proposta configura-se como medida legítima, necessária e coerente com os mandamentos constitucionais estaduais, representando um avanço na promoção da justiça social e da inclusão digital.

Diante disso, pode-se afirmar que a proposta está em perfeita harmonia com os princípios e objetivos da Ordem Econômica e Social do Estado de Pernambuco, bem como se encontra plenamente alinhado à temática desta Comissão em relação ao desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

Portanto, considerando os efeitos positivos elencados acima, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 1/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2709/2025.

[1] https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2023_News_Release_Pt_BR.pdf

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela **aprovação** do Substitutivo nº 1/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2709/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo	
	Presidente	
	Favoráveis	
Cayo Albino	Relator(a)	Henrique Queiroz Filho
Abimael Santos		

Parecer Nº 007929/2025

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3142/2025
Origem do projeto de lei: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria do Projeto de Lei: Deputado Junior Matuto
Autoria do substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

	Parecer ao Substitutivo nº 01/2025, que altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3142/2025, que passa a alterar a Lei Complementar nº 400/2018, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Pernambuco, a fim de instituir normas específicas de fomento às startups de impacto social no Estado de Pernambuco. Pela aprovação.
--	---

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2025, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3142/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto.

O projeto original buscava instituir, como uma nova lei, a Política Estadual de Fomento às Startups de Impacto Social, com o objetivo de incentivar o surgimento, desenvolvimento e consolidação de empreendimentos inovadores que gerem impacto social positivo, promovendo a inclusão social, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o autor, o Deputado Junior Matuto, a proposição busca reconhecer o papel estratégico das startups de impacto social para a promoção de soluções inovadoras voltadas a problemas sociais e ambientais, especialmente em territórios vulneráveis. Ele destaca, ainda, a importância de oferecer instrumentos concretos para estimular essas iniciativas, por meio de editais, capacitações, crédito, infraestrutura e compras públicas inovadoras.

Quando da análise da propositura, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça identificou que a matéria proposta se encontra no escopo da Lei Complementar nº 400/2018, que versa sobre o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Pernambuco.

Nesse contexto, apresentou o Substitutivo nº 01/2025, agora em análise, para incorporar algumas das medidas propostas no projeto original à referida lei em vigor.

Incorpora, por exemplo, a definição de startup de impacto social como sendo a empresa inovadora com potencial de escalabilidade que tenha como finalidade principal a geração de impacto social ou ambiental positivo mensurável, reinvestindo parte significativa de seus resultados nessa missão e adote práticas de governança responsáveis, com transparência, sustentabilidade e respeito aos direitos humanos.

Também traz, à legislação em vigor, medidas de incentivo às startups de impacto social como a criação de programas de capacitação e formação de empreendedores sociais, o lançamento de editais públicos para apoio financeiro e técnico a startups de impacto social e promoção de compras públicas de inovação social, destinando percentual dos contratos públicos a soluções desenvolvidas por startups de impacto.

Estabelece, ademais, que deverão ser priorizadas voltadas à solução de problemas sociais e ambientais, à inclusão produtiva em territórios de vulnerabilidade e à promoção da diversidade, com especial atenção a empreendimentos liderados por mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e populações em situação de vulnerabilidade.

Prevê, por fim, que a gestão dessas ações de fomento será exercida, sempre que possível, de forma intersetorial, com participação da sociedade civil, sob a coordenação dos órgãos competentes do Poder Executivo responsáveis pelas áreas de ciência, tecnologia, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, ou suas equivalentes.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no artigo 19, caput, da Constituição estadual e nos artigos 223, inciso I, e 235 do Regimento Interno desta Casa legislativa.

De acordo com o artigo 238 desse mesmo Regimento, as comissões parlamentares permanentes a que a proposição legislativa for distribuída podem apresentar substitutivo com o objetivo de oferecer texto alternativo à proposição no seu todo.

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo emitir parecer sobre as proposições quanto à ordem econômica e à política industrial e comercial, consoante os artigos 97 e 111 regimentais.

O Substitutivo nº 01/2025 procura inserir normas específicas de fomento às startups de impacto social na Lei Complementar nº 400/2018, estabelecendo medidas de incentivo como a criação de programas de capacitação, lançamento de editais públicos, fomento a incubadoras e aceleradoras, apoio à criação de hubs e promoção de compras públicas de inovação social.

O autor do projeto aponta que a iniciativa está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, reforçando o compromisso do Estado com um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

Ao incentivar o surgimento e a consolidação de startups com impacto social positivo, o projeto promove a inovação e cria um ambiente propício para o desenvolvimento de novos modelos de negócios. Esse estímulo à inovação é essencial para a revitalização da economia local, contribuindo para a geração de empregos e renda, especialmente em territórios de vulnerabilidade, o que está alinhado com as diretrizes de política industrial e incentivos às empresas no estado.

Além disso, a proposta legislativa destaca-se por sua abordagem inclusiva e sustentável, priorizando startups lideradas por grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e moradores de periferias urbanas ou zonas rurais. Essa priorização não apenas promove a diversidade e a inclusão social, mas também potencializa o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais.

A articulação entre governo, universidades, setor privado e terceiro setor, prevista no projeto, reforça a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para o avanço econômico e social, o que está em consonância com as competências da comissão relativas à política e sistema estadual de metrologia, normatização e qualidade industrial.

Por fim, a implementação desta política, que prevê programas de capacitação, editais de apoio financeiro e técnico, e a promoção de compras públicas de inovação social, representa uma estratégia robusta para fortalecer o ecossistema de startups de impacto social em Pernambuco. A facilitação do acesso a crédito e a criação de hubs e redes de colaboração são medidas que podem alavancar o potencial competitivo do estado, estimulando não apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento sustentável e equitativo.

Diante dos argumentos expendidos, não enxergo óbices para a aprovação da proposta, uma vez que ela se coaduna com os preceitos da legislação e possui efeito econômico positivo para o desenvolvimento do Estado.

Portanto, considerando a existência de impacto econômico positivo e a consonância com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3142/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo delibera pela aprovação do Substitutivo nº 01/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 3142/2025.

Sala de Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 04 de Novembro de 2025		
	Mário Ricardo	
	Presidente	
	Favoráveis	
Cayo Albino		Henrique Queiroz Filho
Abimael Santos		Relator(a)

Resultados

RESULTADOS DA ORDEM DO DIA

CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025 ÀS 14:30.

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3173/2025
Autor: Deputado Álvaro Porto
Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Deputada Estadual Simone Santana.
Com Emenda Modificativa nº 01/2025 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.
Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta
DIÁRIO OFICIAL DE - 19/08/2025
RETIRADO(A) DE PAUTA

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3200/2025
Autor: Deputado Sileno Guedes
Concede a Medalha Antirracista Marta Almeida, classe ouro, à Sra. Altamiza Melo Silva.
Pareceres favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.
Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta
DIÁRIO OFICIAL DE - 27/08/2025
RETIRADO(A) DE PAUTA

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3252/2025
Autora: Deputada Socorro Pimentel
Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Kenys Bonatti Maziero.
Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.
Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta
DIÁRIO OFICIAL DE - 03/09/2025
RETIRADO(A) DE PAUTA

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3286/2025
Autor: Deputado Álvaro Porto
Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Fux.
Com Emenda Modificativa nº 01/2025 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões.
Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta
DIÁRIO OFICIAL DE - 10/09/2025
RETIRADO(A) DE PAUTA

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3454/2025
Autor: Deputado Doriel Barros
Concede a Medalha Antirracista Marta Almeida, classe ouro, à Sra. Givânia Maria da Silva.
Pareceres Favoráveis das 1ª e 5ª Comissões.
Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta
DIÁRIO OFICIAL DE - 21/10/2025
RETIRADO(A) DE PAUTA

Discussão Única da Indicação nº 14224/2025
Autora: Dep. Débora Almeida
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor-Presidente do DER-PE no sentido de incluírem no Programa PE na Estrada, a recuperação completa da PE-213, ligando Sanharó ao Distrito de Xucuru, em Belo Jardim.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14225/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Glória do Goitá e ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos no sentido de providenciarem o calçamento da Rua C, no Loteamento Bela Vista, em Glória do Goitá.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14226/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade de Glória do Goitá e ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos no sentido de providenciarem a iluminação pública da Rua Quatro, no Bairro de Gioconda, em Glória do Goitá.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14227/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade de Camaragibe e ao Secretário de Infraestrutura visando a criação e regularização de Código de Endereçamento Postal (CEP) para a Rua São Roberto, no bairro de Areiro, em Camaragibe.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14228/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade de Camaragibe e ao Secretário de Infraestrutura objetivando o calçamento da Rua São Roberto, no Bairro de Areiro, em Camaragibe.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14229/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua Jovelina Albuquerque dos Prazeres, no Bairro de Areiro, em Camaragibe.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14230/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário de Infraestrutura visando a realização de serviços de limpeza urbana, com retirada de lixo e capinação de mato da Rua Jornalista Edson Regis, no Bairro do Ibura, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14231/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e à Secretária de Saúde no sentido de que sejam adotadas providências urgentes quanto à falta de médicos e de medicamentos no Posto de Saúde Paz e Amor, no Bairro do Ibura, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14232/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do visando o policiamento ostensivo na Rua Jornalista Edson Regis, no Bairro do Ibura, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14233/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco visando o policiamento ostensivo na Rua Isaac Markman, no Bairro de San Martin, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14234/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário de Infraestrutura visando a limpeza, desobstrução e melhorias estruturais no canal localizado na Rua Guarulhos, no bairro de Jardim São Paulo, no Recife
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14235/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua Guarulhos, no Bairro de Jardim São Paulo, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14236/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento e ao Diretor-Presidente da COMPESA visando melhorias no serviço de saneamento básico da Rua São Paulo, no Bairro da Imbiribeira, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14237/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua São Paulo, no Bairro da Imbiribeira, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14238/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário de Infraestrutura objetivando o recapeamento da Rua Aparecida, no Bairro de Afogados, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14239/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua Aparecida, no Bairro de Afogados, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14240/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado e ao Diretor-Presidente da COMPESA visando melhorias no serviço de saneamento básico da Rua Córrego Novo, no Bairro dos Torrões, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14241/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de viabilizarem a manutenção de iluminação pública na Rua 1ª Travessa Nossa Senhora da Penha, no Bairro dos Torrões, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14242/2025
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua Córrego Novo, no Bairro dos Torrões, no Recife.
DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14243/2025
Autor: Dep. Jefferson Timóteo
Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de intensificarem a presença constante de policiamento no Bairro de Alto da Balança, em Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14244/2025

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo no Bairro Ceileiro das Alegrias Futuras, em Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14245/2025

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo no Bairro Céu Azul, em Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14246/2025

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo no Bairro de Tabatinga, em Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14247/2025

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de intensificarem a presença constante de policiamento no Bairro de Alto José Leal, em Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14248/2025

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de intensificarem a presença constante de Policiamento no Bairro de Água Branca, em Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14249/2025

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de intensificarem a presença constante de Policiamento no Bairro de Alto Santa Terezinha, em Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única da Indicação nº 14250/2025

Autor: Dep. João Paulo Costa

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor-Presidente do DER/PE no sentido de viabilizarem a execução de operação tapa-buraco e serviços de recuperação da Rodovia Estadual PE-203, no trecho que liga o município de Lagoa do Ouro à PE-424, com extensão aproximada de 14 quilômetros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única do Requerimento nº 4371/2025

Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Aplausos à Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, pelo reconhecimento e enaltecimento de sua missão internacional, realizada com o objetivo de atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico do Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única do Requerimento nº 4372/2025

Autor: Dep. Jarbas Filho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa, o artigo de autoria do Economista e Ex-Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, Jorge Jatobá, intitulado: "Varejo, juros e endividamento das famílias", publicado, no Jornal do Commercio, no dia 28 de outubro de 2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única do Requerimento nº 4373/2025

Autora: Dep. Débora Almeida

Voto de Pesar pelo falecimento de Dezinho Teixeira, ex-vereador do município de Salgueiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única do Requerimento nº 4374/2025

Autor: Dep. Waldemar Borges

Voto de Congratulações com o Professor Dr. Paulo Roberto Freire Cunha por ter sido agraciado com a concessão do título de Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única do Requerimento nº 4375/2025

Autor: Dep. Jarbas Filho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa, o artigo intitulado: "Cinco dias e uma vida inteira de gratidão", de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Ricardo Paes Barreto, publicado no Jornal do Commercio, no dia 30 de outubro de2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

Discussão Única do Requerimento nº 4376/2025

Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Aplausos à 3ª Cavalgada da Mulher, pelo sucesso do evento, em nome de Viviane Patrícia, em reconhecimento à excelente organização, ao incentivo à participação feminina e à contribuição para o fortalecimento da cultura e da economia local.

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/10/2025
APROVADO(A)

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2025

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3459/2025, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Autoriza a adesão do Estado de Pernambuco ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados - PROPAG, instituído pela Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e a celebrar contratos e termos aditivos de contratos de refinanciamento de dívidas com a União no âmbito do Propag).
REGIME DE URGÊNCIA
Distribuído ao Deputado João Paulo

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3455/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Rota da Cana de Açúcar em Política Pública de Fomento do Turismo Sustentável no Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

3. Projeto de Lei Ordinária nº 3456/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Altera a Lei nº 17.393, de 16 de setembro de 2021, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual do Voluntariado e Exercício de Cidadania, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Coelho, a fim de dispor sobre normas de voluntariado na rede hospitalar).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

4. Projeto de Lei Ordinária nº 3457/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor Hospitalar).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

5. Projeto de Lei Ordinária nº 3458/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Estabelece normas para capacitação dos profissionais de saúde e para o atendimento às pessoas com Hipercolesterolemia Familiar no Estado de Pernambuco, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

6. Projeto de Lei Ordinária nº 3460/2025, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a redução unilateral de limites de crédito de cartão de crédito e cheque especial, por iniciativa das instituições financeiras, em prazo inferior a 30 (trinta) dias e a majoração de crédito sem anuência expressa do consumidor, no âmbito do Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

7. Projeto de Lei Ordinária nº 3461/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) no Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

8. Projeto de Lei Ordinária nº 3462/2025, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Regulamenta a circulação, segurança, educação e incentivo ao uso de bicicletas elétricas no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

9. Projeto de Lei Ordinária nº 3463/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e dá outras providências, com a finalidade de ajustar os parâmetros de dispensa de licenciamento ambiental às adequadas dimensões das atividades de baixo potencial poluidor desenvolvidas por agricultores familiares e pescadores artesanais.
Distribuído ao Deputado João Paulo

10. Projeto de Lei Ordinária nº 3465/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Denomina "Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio Abelardo da Hora" a Escola de Referência em Ensino Fundamental e Médio de Aplicação, localizada no município do Recife).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

11. Projeto de Lei Ordinária nº 3466/2025, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Denomina Gildo Espósito de Lima a Estação de Tratamento de água de Vitória de Santo Antão).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

12. Projeto de Lei Ordinária nº 3467/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Dispõe sobre a criação da Rota do Leite no Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

13. Projeto de Lei Ordinária nº 3469/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 18.935, de 8 de outubro de 2025, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Assistência Integral à Pessoa com Epilepsia, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo, a fim de especificar a capacitação dos profissionais de educação e garantia ao trabalho).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

14. Projeto de Lei Ordinária nº 3470/2025, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar que os estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas no Estado de Pernambuco, disponibilizem informação clara e ostensiva ao consumidor sobre riscos de intoxicação por metanol em produtos irregulares e os canais oficiais de denúncia).
Distribuído ao Deputado João Paulo

15. Projeto de Lei Ordinária nº 3472/2025, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: nstitui a Política Estadual de Gestão e Reciclagem de Resíduos Têxteis no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

16. Projeto de Lei Ordinária nº 3473/2025, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Denomina José Guilherme de Oliveira Nunes a creche situada no município de Vitória).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

17. Projeto de Lei Ordinária nº 3474/2025, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Denomina Maria das Graças Silva Araújo a creche situada no município de Camutanga).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

18. Projeto de Lei Ordinária nº 3475/2025, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual da Cultura Popular).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

19. Projeto de Lei Ordinária nº 3476/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº10.849, de28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim instituir isenção de IPVA para professores).
Distribuído ao Deputado João Paulo

20. Projeto de Lei Ordinária nº 3477/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº10.849, de28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim instituir isenção de IPVA para pessoas com cancer).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

21. Projeto de Lei Ordinária nº 3478/2025, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 18.933, de 8 de outubro de 2025, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gilmar Júnior, a fim de assegurar a disponibilização de equipamentos médicos-assistenciais, infraestrutura e mobiliário adequados ao uso e a assistência à saúde da pessoa com obesidade, para denominá-la de "Lei Fernanda Tiné").
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

22. Projeto de Lei Ordinária nº 3479/2025, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor no Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

23. Projeto de Lei Ordinária nº 3480/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui o Sistema Integrado de Informações sobre Violência, Exploração e Assédio Sexual contra Crianças e Adolescentes - Observa Infância Pernambuco, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

24. Projeto de Lei Ordinária nº 3481/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 18.970, de 20 de outubro de 2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, para estabelecer medidas obrigatórias e linhas de ação voltadas à atenção integral às imunodeficiências primárias no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado João Paulo

25. Projeto de Lei Ordinária nº 3482/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui o Estatuto da Mulher Pernambucana e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

26. Projeto de Lei Ordinária nº 3483/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Garante a aplicação de provas de conhecimentos como critério de ingresso nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) do Estado de Pernambuco e veda a utilização de sorteios, loterias ou quaisquer métodos aleatórios para seleção de estudantes).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

27. Projeto de Lei Ordinária nº 3484/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 17.441, de 8 de outubro de 2021, que institui a Política Estadual de Transporte Ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, em consonância com a Lei Federal nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, e altera a Lei nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, que dispõe sobre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, para estabelecer diretrizes de qualidade, manutenção e transparência no Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

28. Projeto de Lei Ordinária nº 3485/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Estabelece normas para a adoção de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica nas escolas da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado João Paulo

29. Projeto de Lei Ordinária nº 3486/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para criar o Sistema Estadual de Logística Reversa de Embalagens de Plástico).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

30. Projeto de Lei Ordinária nº 3487/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 13.043, de 15 de junho de 2006, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos estabelecimentos de ensino

públicos e privados no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto Coutinho, a fim de estabelecer normas de acessibilidade sensorial nos estabelecimentos de ensino do Estado de Pernambuco, destinadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e hipersensibilidades perceptivas, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

31. Projeto de Lei Ordinária nº 3488/2025, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 12.717, de 1º de dezembro de 2004, que institui o Auxílio Alimentação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de disciplinar a concessão do auxílio nas hipóteses que indica; e altera a Lei nº 15.160, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de disciplinar a licença-maternidade e a licença-paternidade na hipótese de internamento do recém-nascido e/ou de sua mãe).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

32. Projeto de Lei Ordinária nº 3489/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Determina as medidas preventivas de acidentes e a higienização dos sistemas de painéis fotovoltaicos no Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

33. Projeto de Lei Ordinária nº 3490/2025, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Institui o Programa Escola Acolhedora e Inclusiva, voltado à criação de salas sensoriais e à capacitação de profissionais da rede pública estadual de ensino para o atendimento de estudantes neurodivergentes, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

34. Projeto de Lei Ordinária nº 3491/2025, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de médico neuropediatra nas redes públicas regionais de saúde do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).
Distribuído ao Deputado João Paulo

35. Projeto de Lei Ordinária nº 3492/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes (Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com mercadorias de consumo popular que compõem a cesta básica de alimentos).
Distribuído ao Deputado Waldemar Borges

36. Projeto de Lei Ordinária nº 3493/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Determina a instalação de cartazes informativos acerca do direito de imagem dos profissionais de enfermagem e demais profissionais de saúde durante o atendimento em unidades de saúde públicas e privadas no Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

II) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PR):

1. Projeto de Resolução nº 3464/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Treinador de Futebol, Hélio Cezar Pinto dos Anjos).
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

2. Projeto de Resolução 3468/2025, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Dandarah Christie Cavalcanti Lima de Mello).
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo

3. Projeto de Resolução 3471/2025, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Submete a indicação da Escola de Aprendizizes Marinheiros de Pernambuco, para obtenção do Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco).
Distribuído ao Deputado João Paulo

DISCUSSÃO

I) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de proibir a penalidade de cassação de aposentadoria aos servidores públicos civis e aos militares do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório
Redistribuído ao Deputado João Paulo
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3390/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - IASSEPE a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica).
Relatoria: Deputado Sileno Guedes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.
REGIME DE URGÊNCIA

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3435/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.
REGIME DE URGÊNCIA

3. Projeto de Lei Ordinária nº 3449/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Denomina Rodovia Deputado José Patriota, a Rodovia PE-350).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.
REGIME DE URGÊNCIA

4. Projeto de Lei Ordinária nº 423/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar o direito à privacidade dos usuários de serviços de telefonia do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 447/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 15.827, de 2 de junho de 2016, que obriga a divulgação semanal de fotos de crianças e adolescentes desaparecidas nos noticiários de jornais, sediados no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Lucas Ramos, a fim de obrigar a divulgação semanal de fotos de crianças e adolescentes desaparecidas nos veículos de comunicação sediados no Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Luciano Duque
Redistribuído ao Deputado Cayo Albino
Resultado da votação: rejeitado à unanimidade dos Deputados

6. Projeto de Lei Ordinária nº 486/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui o Programa Estadual de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Vitiligo e ou com Psoríase em Pernambuco e dá outras providências.)
Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório
Redistribuído ao Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

7. Projeto de Lei Ordinária nº 547/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Estabelece as diretrizes para a política estadual de promoção do turismo comunitário no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3275/2024

7.1 Projeto de Lei Ordinária nº 3275/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

8. Projeto de Lei Ordinária nº 816/2023, de autoria Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui o Protocolo de Atendimento e Abordagem de Agentes Públicos junto à População LGBTQIA+ no âmbito do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputada Débora Almeida
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

9. Projeto de Lei Ordinária nº 832/2023, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Dispõe sobre a preferência na remoção de pacientes para hospitais do Estado de Pernambuco, visando a proximidade de suas residências, e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Joaquim Lira

Na ausência foi redistribuído ao Deputado João Paulo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

10. Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar a elaboração de estatística e divulgação sobre os portadores do Transtorno do Espectro Autista.)
Relatoria: Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

11. Projeto de Lei Ordinária nº 1605/2024, de autoria dos Deputados João Paulo, Rosa Amorim e Doriel Barros (Ementa: Estabelece critérios para a instalação de empreendimentos edílicos em áreas de Caatinga, no âmbito do Estado de Pernambuco.)
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Resultado da votação: retirado de pauta

12. Projeto de Lei Ordinária nº 2316/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Conscientização sobre a Importância do Esporte para o Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças e Adolescentes com Transtorno de Espectro Autista (TEA)).
Relatoria: Deputado Luciano Duque
Redistribuído ao Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2746/2025

12.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2746/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Cria a Política Estadual de Esportes para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Luciano Duque
Redistribuído ao Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

13. Projeto de Lei Ordinária nº 2329/2024, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio (Ementa: Proíbe a prática de atos impróprios, nudez, exibição de partes íntimas e/ou performances que contenham gestos eróticos ou de conotação sexual em instituições de ensino públicas ou privadas no Estado de Pernambuco, e dá outras providências).
Relatoria: Deputado João Paulo
Resultado da votação: rejeitado à unanimidade dos Deputados.

14. Projeto de Lei Ordinária nº 2373/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a divulgação de mapeamento de espaços públicos esportivos no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

15. Projeto de Lei Ordinária nº 2376/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, a fim de incluir medidas para viabilizar o atendimento das pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social).
Relatoria: Deputada Débora Almeida
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Cayo Albino
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

16. Projeto de Lei Ordinária nº 2435/2024, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Inclusão Socioprodutiva nos Assentamentos Rurais de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado João Paulo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

17. Projeto de Lei Ordinária nº 2603/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para dispor sobre período mínimo para check-out).
Relatoria: Deputado João Paulo
Resultado da votação: retirado de pauta.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 3175/2025

17.1 Projeto de Lei Ordinária nº 3175/2025, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para dispor sobre o período mínimo de duração das diárias em meios de hospedagem e dá outras providências).
Relatoria: Deputado João Paulo
Resultado da votação: retirado de pauta.

18. Projeto de Lei Ordinária nº 2675/2025, de autoria dos Deputados Waldemar Borges, Sileno Guedes, Rodrigo Farias, Diogo Moraes, Junior Matuto e Cayo Albino (Ementa: Disciplina o rateio interfederativo dos recursos provenientes de Contratos de Concessão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário das Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e do RMR Pajeú, e dá outras providências).
Relatoria: Deputado João Paulo
Resultado da votação: retirado de pauta.

19. Projeto de Lei Ordinária nº 2953/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes (Ementa: Institui o serviço de Transporte Público Complementar Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Antônio Moraes
Resultado da votação: concedido vistas ao Deputado João Paulo.

19.1. Emenda Modificativa nº 1/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2953/2025 (Ementa: Altera o art. 3º do Projeto de Lei nº 2953/2025, de 23 de maio de 2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes).
Relatoria: Deputado Antônio Moraes
Resultado da votação: concedido vistas ao Deputado João Paulo.

20. Projeto de Lei Ordinária nº 2986/2025, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de corrigir inconsistências de datas).
Relatoria: Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: retirado de pauta.

21. Projeto de Lei Ordinária nº 3242/2025, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir a divulgação dos dados epidemiológicos que especifica, nos boletins e informes sobre HIV elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

22. Projeto de Lei Ordinária nº 3299/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui o Município de Limoeiro como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

23. Projeto de Lei Ordinária nº 3309/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui o Município de Pesqueira como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Antônio Moraes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

24. Projeto de Lei Ordinária nº 3326/2025, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Cria o programa de inclusão de turmas de educação de jovens e adultos (EJA) para idosos em horário diurno nas escolas das redes públicas do Estado de Pernambuco e dos Municípios).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Cayo Albino
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal.

25. Projeto de Lei Ordinária nº 3348/2025, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Expo Caprinos e Ovinos (Expo Jataúba), do município de Jataúba-PE).

Relatoria: Deputado Joaquim Lira
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

26. Projeto de Lei Ordinária nº 3363/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Prevenção ao Abandono Escolar).
Relatoria: Deputado Joaquim Lira
Na ausência foi redistribuído ao Deputado João Paulo
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

27. Projeto de Lei Ordinária nº 3381/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Acessibilidade Digital).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

28. Projeto de Lei Ordinária nº 3488/2025, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 12.717, de 1º de dezembro de 2004, que institui o Auxílio Alimentação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de disciplinar a concessão do auxílio nas hipóteses que indica; e altera a Lei nº 15.160, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de disciplinar a licença-maternidade e a licença-paternidade na hipótese de internamento do recém-nascido e/ou de sua mãe).
Relatoria: Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: retirado de pauta.

III) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADO (PLOD):

1. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3490/2022, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Cria o Sistema de Enfrentamento e Acolhimento Cidadão em casos de desastres naturais, estabelecendo prioridade no atendimento às famílias e as comunidades atingidas por enchentes, desabamentos e ocorrências assemelhadas).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.
TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADO Nº 3502/2022 E COM OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA DE NºS 701/2023, 2518/2025, 2519/2025 E 2947/2025.

1.1 Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3502/2022, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Dispõe sobre o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco no Estado de Pernambuco e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

1.2 Projeto de Lei Ordinária nº 701/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional e dá outras providências).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

1.3 Projeto de Lei Ordinária nº 2518/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de alertas de SMS classe 0 para eventos climatológicos com risco de desastre, pelas operadoras de telefonia móvel que operam no Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

1.4 Projeto de Lei Ordinária nº 2519/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Estabelece o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

1.5 Projeto de Lei Ordinária nº 2947/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, a obrigatoriedade de definição de critérios de risco de desmoronamento em áreas de morros e encostas).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo proposto, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade das proposições principais.

IV) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PR):

1. Projeto de Resolução nº 768/2023, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Resolução nº 646, de 4 de dezembro de 2003, que institui o Código de Ética Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, cria a Comissão de Ética Parlamentar e dá outras providências, a fim de explicitar que a atividade parlamentar também será norteada pelos princípios da impessoalidade e da publicidade).
Relatoria: Deputado Renato Antunes
Na ausência foi redistribuído ao Deputado Edson Vieira
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

V) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:

1. Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 487/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Proíbe a diferenciação de cardápios de alimentos oferecidos aos profissionais de saúde em estabelecimentos de saúde em Pernambuco e dá outras providências. Manutenção dos parâmetros de constitucionalidade, legalidade e juridicidade).
Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório
Redistribuído ao Deputado Cayo Albino
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025 e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da proposição principal, por unanimidade dos Deputados.

2. Substitutivo nº 2/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1638/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Cria o Protocolo de Avaliação para Diagnóstico Precoce da Esquizofrenia em Pernambuco. Substituição da instituição de política pública pela definição de objetivos e diretrizes, conferindo maior flexibilidade ao Poder Executivo. Manutenção dos parâmetros de constitucionalidade, legalidade e juridicidade).
Relatoria: Deputado Diogo Moraes
Redistribuído ao Deputado Mário Ricardo
Resultado da votação: pela aprovação do substitutivo nº 02/2025, e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da proposição principal, por unanimidade dos Deputados.

3. Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Obriga a disponibilização no sítio eletrônico da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento - COMPESA, de plataforma contendo as informações que indica. Alterações redacionais. Manutenção dos parâmetros de constitucionalidade, legalidade e juridicidade).
Relatoria: Deputado Sileno Guedes
Redistribuído ao Deputado João Paulo
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da proposição principal, por unanimidade dos Deputados.

4. Substitutivo nº 2/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2235/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Dispõe sobre o fornecimento de refeição ao profissional de enfermagem responsável por acompanhar a transferência de paciente entre hospitais da rede pública estadual de saúde. Alterações redacionais. Manutenção dos parâmetros de constitucionalidade, legalidade e juridicidade).
Relatoria: Deputado Junior Matuto
Redistribuído ao Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: pela aprovação do Substitutivo nº 02/2025, e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2025 e da proposição principal, por unanimidade dos Deputados.

EXTRAPAUTA

DISCUSSÃO:

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3475/2025, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual da Cultura Popular).
Relatoria: Deputado Waldemar Borges
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

Recife, 04 de novembro de 2025.

Deputado Coronel Alberto Feitosa
Presidente

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2025

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO)

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3459/2025, de autoria da Governadora do Estado em exercício (Ementa: Autoriza a adesão do Estado de Pernambuco ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados - PROPAG, instituído pela Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e a celebrar contratos e termos aditivos de contratos de refinanciamento de dívidas com a União no âmbito do Propag.)
Regime de urgência
Distribuído, por sorteio, ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3462/2025, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Regulamenta a circulação, segurança, educação e incentivo ao uso de bicicletas elétricas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)
Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias.

3. Projeto de Lei Ordinária nº 3476/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de instituir isenção de IPVA para professores.)
Distribuído à Deputada Dani Portela.

4. Projeto de Lei Ordinária nº 3477/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de instituir isenção de IPVA para pessoas com câncer.)
Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 3484/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 17.441, de 8 de outubro de 2021, que institui a Política Estadual de Transporte Ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, em consonância com a Lei Federal nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, e altera a Lei nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, que dispõe sobre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, para estabelecer diretrizes de qualidade, manutenção e transparência no Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, e dá outras providências.)
Distribuído ao Deputado Cayo Albino.

6. Projeto de Lei Ordinária nº 3485/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Estabelece normas para a adoção de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica nas escolas da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)
Distribuído ao Deputado Mário Ricardo.

7. Projeto de Lei Ordinária nº 3488/2025, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 12.717, de 1º de dezembro de 2004, que institui o Auxílio Alimentação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de disciplinar a concessão do auxílio nas hipóteses que indica; e altera a Lei nº 15.160, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de disciplinar a licença-maternidade e a licença-paternidade na hipótese de internamento do recém-nascido e/ou de sua mãe.)
Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho.

8. Projeto de Lei Ordinária nº 3492/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes (Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com mercadorias de consumo popular que compõem a cesta básica de alimentos.)
Distribuído ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.

DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (PLO)

1. Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Obriga a realização do Teste da Bochechinha em recém-nascidos, na forma que especifica, em todas as unidades de parto em Pernambuco.)

1.1. Emenda Modificativa nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera o art. 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de iniciativa do Deputado Gilmar Júnior.)
Relatoria: Deputado Diogo Moraes.
Redistribuído à Deputada Dani Portela.
Aprovado por unanimidade, com a Emenda Aditiva proposta por este Colegiado.

II) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS

1. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Obriga a realização do “Teste de Teller” em crianças a partir de 90 (noventa) dias de vida em maternidades e hospitais da rede pública de saúde do Estado de Pernambuco.)
Relatoria: Deputado Diogo Moraes.
Redistribuído ao Deputado Cayo Albino.
Aprovado por unanimidade, com a Emenda Aditiva proposta por este Colegiado.

2. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira (Ementa: Estabelece Diretrizes de Diagnóstico Precoce para Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) e dá outras providências.)
Relatoria: Deputado Izaías Régis.
Redistribuído ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.
Aprovado por unanimidade.

3. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria dos Deputados Socorro Pimentel e Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer prazo máximo de início do primeiro tratamento e assegurar tratamento das manifestações dolorosas ocasionadas pelo câncer, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).)
Relatoria: Deputado Luciano Duque.
Redistribuído ao Deputado Rodrigo Farias.
Aprovado por unanimidade.

4. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 2707/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho, e nº 2728/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui a Política Estadual de Climatização e Arborização das Instituições Públicas de Ensino do Estado de Pernambuco.)
Relatoria: Deputado Antonio Coelho.
Redistribuído ao Deputado Rodrigo Farias.
Aprovado por unanimidade.

5. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2811/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Institui a Política Estadual de Cuidado, Prevenção e Enfrentamento à Síndrome do Extrapasseamento Vascular Sistêmico.)
Relatoria: Deputado Junior Matuto.
Redistribuído ao Deputado Mário Ricardo.
Aprovado por unanimidade.

6. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3150/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de reforçar a relevância dos ecossistemas costeiros e marinhos na mitigação das mudanças climáticas.)
Relatoria: Deputado Pastor Cleiton Collins.
Redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho.
Aprovado por unanimidade.

Recife, 04 de novembro de 2025.

Deputado Antonio Coelho
Presidente

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Informamos a não realização da Reunião Ordinária por falta de quórum.

Reunião, 4 de novembro de 2025.

Deputado Renato Antunes
Presidente

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATIPICIDADES DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Informo a não realização da Reunião Ordinária por falta de quórum regimental.

Plenarinho III, 04 de novembro de 2025.

Deputado Gilmar Júnior
Presidente

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Informo a não realização da Reunião Ordinária por falta de quórum regimental.

Recife, 04 de novembro de 2025.

Deputado Luciano Duque
Presidente

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2025

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. **Projeto de Lei Ordinária nº 3417/2025, de autoria do Deputado Antonio Moraes** (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes a fim de estabelecer medidas de segurança no abastecimento de Gás Natural Veicular (GNV) e assegurar mecanismos de verificação da qualidade dos combustíveis);
Distribuído ao Deputado Abimael Santos

2. **Projeto de Lei Ordinária nº 3418/2025, de autoria do Deputado Álvaro Porto** (Ementa: Altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim incluir, dentre as informações obrigatórias, a inserção de código QR Code que direcione à página oficial do Governo do Estado contendo dados completos sobre a obra);
Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho

3. **Projeto de Lei Ordinária nº 3420/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque** (Ementa: Institui as normas de comercialização de rações a granel destinadas à alimentação animal, regulamentando critérios de pesagem, validade, exposição e manuseio dos estabelecimentos comerciais do Estado de Pernambuco);
Distribuído ao Deputado Abimael Santos

4. **Projeto de Lei Ordinária nº 3440/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim** (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Descarte Seguro de Embalagens de Vidro de Bebidas Alcoólicas Destiladas no Estado de Pernambuco e dá outras providências);
Distribuído ao Deputado Abimael Santos

5. **Projeto de Lei Ordinária nº 3450/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque** (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas e instituições públicas e privadas informarem previamente aos seus usuários sobre a utilização de agentes de Inteligência Artificial (IA) em atendimentos e demais atividades prestadas no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências);
Distribuído ao Deputado Abimael Santos

6. **Projeto de Lei Ordinária nº 3455/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior** (Ementa: Institui a Rota da Cana de Açúcar em Política Pública de Fomento do Turismo Sustentável no Estado de Pernambuco);
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

7. **Projeto de Lei Ordinária nº 3460/2025, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo** (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a redução unilateral de limites de crédito de cartão de crédito e cheque especial, por iniciativa das instituições financeiras, em prazo inferior a 30 (trinta) dias e a majoração de crédito sem anuência expressa do consumidor, no âmbito do Estado de Pernambuco);
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

8. **Projeto de Lei Ordinária nº 3462/2025, de autoria do Deputado William Brígido** (Ementa: Regulamenta a circulação, segurança, educação e incentivo ao uso de bicicletas elétricas no Estado de Pernambuco e dá outras providências);
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

9. **Projeto de Lei Ordinária nº 3463/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros** (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e dá outras providências, com a finalidade de ajustar os parâmetros de dispensa de licenciamento ambiental às adequadas dimensões das atividades de baixo potencial poluidor desenvolvidas por agricultores familiares e pescadores artesanais);
Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho

10. **Projeto de Lei Ordinária nº 3467/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros** (Ementa: Dispõe sobre a criação da Rota do Leite no Estado de Pernambuco);
Distribuído ao Deputado Cayo Albino

11. **Projeto de Lei Ordinária nº 3472/2025, de autoria do Deputado William Brígido** (Ementa: Institui a Política Estadual de Gestão e Reciclagem de Resíduos Têxteis no Estado de Pernambuco e dá outras providências);
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

12. **Projeto de Lei Ordinária nº 3484/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel** (Ementa: Altera a Lei nº 17.441, de 8 de outubro de 2021, que institui a Política Estadual de Transporte Ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, em consonância com a Lei Federal nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, e altera a Lei nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, que dispõe sobre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, para estabelecer diretrizes de qualidade, manutenção e transparência no Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, e dá outras providências);
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

13. **Projeto de Lei Ordinária nº 3486/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel** (Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para criar o Sistema Estadual de Logística Reversa de Embalagens de Plástico);
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

14. **Projeto de Lei Ordinária nº 3489/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior** (Ementa: Determina as medidas preventivas de acidentes e a higienização dos sistemas de painéis fotovoltaicos no Estado de Pernambuco);
Distribuído ao Deputado Edson Vieira

15. **Projeto de Lei Ordinária nº 3492/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes** (Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas com mercadorias de consumo popular que compõem a cesta básica de alimentos).

Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

1. **Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo** (Ementa: Altera a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armário e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções - FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco);
Relatoria: Deputado Abimael Santos.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

2. **Projeto de Lei Ordinária nº 2388/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes** (Ementa: Altera a Lei nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços públicos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, para inserir na organização dos serviços a previsão de gestão da integração temporal);
Relatoria: Deputado Abimael Santos.
Resultado da votação: retirado de pauta.

II) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:

1. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 393/2023, de autoria da Deputada Simone Santana** (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a exigência de dados pessoais do consumidor, para fins de preenchimento de cadastro, como condição à venda de produtos, ressaltados os casos especificados em Lei);
Relatoria: Deputado Henrique Queiroz Filho.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

2. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 548/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho** (Ementa: Garante o direito de o contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, a exemplo do sistema PIX ou assemelhados, para o pagamento de débitos de natureza tributária, impostos, taxas e contribuições no Estado de Pernambuco);
Relatoria: redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

3. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1854/2024, de autoria do Deputado William Brígido** (Ementa: Autoriza espaços clínicos a solicitar certidão negativa de antecedentes criminais de profissionais que atendam crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco);
Relatoria: redistribuído ao Deputado Cayo Albino.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

4. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1936/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa e ao Projeto de Lei Ordinária nº 2742/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque** (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilização de internet gratuita e cardápio físico por bares, restaurantes, casas noturnas e estabelecimentos similares);
Relatoria: Deputado Romero Sales Filho, na ausência redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho.
Resultado da votação: retirado de pauta.

5. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2244/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho** (Ementa: Obriga a disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado, nos torneios e campeonatos esportivos radicais motorizados realizados no âmbito do Estado de Pernambuco);
Relatoria: redistribuído ao Deputado Cayo Albino.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

6. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2441/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida** (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo a Eventos Agropecuários, no âmbito do Estado de Pernambuco);
Relatoria: redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho.
Resultado da votação: retirado de pauta.

7. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2588/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio** (Ementa: Altera a Lei nº 13.254, de 21 de Junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco e autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, a fim de assegurar aos usuários do Sistema o direito de pagar a passagem de transporte por meio digital, a exemplo do sistema PIX ou assemelhado e a Lei nº 14.474, de 16 de Novembro de 2011, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR e autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, a fim de prever a implementação da forma de pagamento das passagens por meio do pagamento instantâneo (PIX));
Relatoria: Deputado Henrique Queiroz Filho.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

8. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2612/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque** (Ementa: Institui a Política Estadual de Combate ao Superendividamento em Pernambuco e dá outras providências);
Relatoria: Deputado Edson Vieira, na ausência redistribuído ao Deputado Abimael Santos.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

9. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2709/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho** (Ementa: Altera a Lei nº 18.214, de 3 de julho 2023, que institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Gleide Ângelo, a fim de definir diretrizes para o incentivo à participação e inserção das mulheres no mercado digital);
Relatoria: Deputado Diogo Moraes, na ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

10. **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3142/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto** (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 400/2018, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Pernambuco, a fim de instituir normas específicas de fomento às startups de impacto social no Estado de Pernambuco).
Relatoria: Deputado Henrique Queiroz Filho.
Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados.

INFORMES

1. Aprovada solicitação do Deputado Abimael Santos para realização de audiência pública em Fernando de Noronha na segunda quinzena de novembro/2025.

Recife, 4 de novembro de 2025.

Deputado Mário Ricardo
Presidente

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE OUTUBRO DE 2025.

Às 12h07min (doze horas e sete minutos) do dia vinte e um (21) de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Plenarinho II, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, conforme Edital de Convocação nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, reuniram-se os seguintes parlamentares membros titulares desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação: Deputado Cayo Albino (PSB), Deputado Coronel Alberto Feitosa (PL), Deputada Dani Portela (PSOL), Deputado

Institui a Política Estadual de Fomento à Produção, Comercialização e Turismo da Cerveja Artesanal em Pernambuco, e dá outras providências); Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 3387/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Dispõe sobre a prevenção e o combate a fabricação e comercialização de bebidas alcoólicas adulteradas com metanol no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências). Distribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho. Na sequência, foram discutidos os seguintes Projetos de Lei Ordinária: Projeto de Lei Ordinária nº 2013/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Altera a Lei nº 10.643, de 5 de novembro de 1991, que regulamenta o art. 234 da Constituição Estadual e dá outras providências, para promover alterações na regulamentação da gratuidade do transporte público para idosos); juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça (Ementa: Altera o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 2013/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida); Relatoria: Deputado Henrique Queiroz Filho. Retirado de Pauta. Emenda Modificativa nº 01/2025, de autoria do Deputado William Brígido, ao Substitutivo nº 02/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 319/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera integralmente a redação do Substitutivo 2 ao Projeto de Lei Ordinária nº 319/2023, da Comissão de Administração); Relatoria: Deputado Abimael Santos, na ausência redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho. Resultado da votação: pela aprovação da Emenda Modificativa proposta, por unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2023, de autoria do Deputado William Brígido; Projeto de Lei Ordinária nº 2508/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 2510/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 2514/2025, de autoria do Deputado Joel da Harpa e Projeto de Lei Ordinária nº 2539/2025, de autoria Deputado Kaio Manicoba (Ementa: Dispõe sobre medidas de segurança e de combate à violência em eventos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco); Regime de urgência. Relatoria: Deputado Henrique Queiroz Filho. Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 255/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que os procedimentos de segurança que incluam revistas em mulheres durante o ato de ingresso ou saída das dependências de estabelecimentos públicos ou privados localizados no Estado de Pernambuco, sejam realizados por vigilantes ou agentes de segurança privada femininas); Relatoria: Deputado France Hacker, na ausência redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho. Resultado da votação: pela aprovação nos termos da Emenda Modificativa proposta, por unanimidade dos Deputados. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1565/2024, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, para obrigar *pet shops*, canis, gatis, hotéis e demais estabelecimentos que oferecem serviços de hospedagem para animais de estimação a instalarem câmeras de monitoramento em suas dependências); Relatoria: Redistribuído ao Deputado Cayo Albino. Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2158/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo, e ao Projeto de Lei Ordinária nº 2719/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo aos Veículos Elétricos no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências); Relatoria: Deputado Abimael Santos, na ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino. Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2319/2024, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Institui diretrizes e objetivos para a conectividade das rodovias sob jurisdição do Estado de Pernambuco e dá outras providências); Relatoria: Deputado Abimael Santos, na ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino. Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2386/2024, de autoria do Deputado Sileno Guedes (Ementa: Altera a Lei nº 17.201, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre a utilização de tecnologia assistiva para atendimento às pessoas com deficiência auditiva nos shopping centers, galerias e centros comerciais e nas agências bancárias no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, a fim de incluir o intérprete em Libras entre os serviços a serem disponibilizados); Relatoria: Deputado Abimael Santos, na ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino. Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 3168/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Transformação das Cidades Sustentáveis no Estado de Pernambuco e dá outras providências). Relatoria: Deputado Abimael Santos, na ausência redistribuído ao Deputado Henrique Queiroz Filho. Resultado da votação: aprovado à unanimidade dos Deputados. E nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, eu, Marília Maria Santiago de Azevedo Vasconcelos, lavrei a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Erratas

ERRATAS

No Projeto de Lei Ordinária nº 2316/2024

Onde se lê: Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª e 11ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 9ª e 11ª comissões

No Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3490/2022

Onde se lê: Às 1ª, 3ª, 7ª, 9ª e 11ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões

No Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3502/2022

Onde se lê: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões

No Projeto de Lei Ordinária nº 701/2023

Onde se lê: Às 1ª, 3ª, 7ª, 10ª, 11ª e 15ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões

No Projeto de Lei Ordinária nº 2518/2025

Onde se lê: Às 1ª, 3ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões

No Projeto de Lei Ordinária nº 2519/2025

Onde se lê: Às 1ª, 3ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões

No Projeto de Lei Ordinária nº 2947/2025

Onde se lê: Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 11ª e 15ª comissões
Leia-se: Às 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 10ª e 11ª comissões

Licitações e Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 052/2025. Processo Administrativo nº 9204/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 011/2025. Objeto: Fornecimento de 81 (oitenta e uma) assinaturas anuais do jornal Diário de Pernambuco, destinadas aos gabinetes parlamentares e setores administrativos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, com vistas a garantir acesso contínuo e confiável às informações de relevância local, estadual e nacional, indispensáveis à atividade parlamentar e administrativa. Contratada: INOVE PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. CNPJ Nº: 56.047.306/0001-58. Valor Total da Contratação: R\$ 42.930,00. Vigência: 04/11/2025 a 03/11/2026. Recife/PE, 31/10/2025. Deputado Álvaro Porto de Barros – Presidente da ALEPE e Francismar Mendes Pontes – Primeiro Secretário.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 053/2024. Prorrogação do prazo de vigência do Contrato, referente ao fornecimento de gêneros alimentícios para suprir necessidades da ALEPE. Contratada: S B PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. CNPJ: 21.895.911/0001-02. Prazo acrescido: 12 (doze) meses, ou até o término do processo licitatório, o que ocorrer primeiro. Nova vigência: 06/09/2025 a 05/09/2026. Recife/PE, 05/09/2025. Deputado Álvaro Porto de Barros – Presidente da ALEPE e Francismar Mendes Pontes – Primeiro Secretário.



SIGA A ALEPE NAS
REDES SOCIAIS



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL COM APENAS ALGUNS CLIQUES



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

CLIQUE E CONFIRA



ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR